



# RELATÓRIO DE GESTÃO 2019

**PROCURADORIA-GERAL DE  
JUSTIÇA**

Maria Cotinha Bezerra Pereira  
Procuradora-Geral de Justiça

**CONSELHO SUPERIOR DO  
MINISTÉRIO PÚBLICO**

Maria Cotinha Bezerra Pereira

José Demóstenes de Abreu  
Secretário

Ana Paula Reigota Ferreira Catini  
João Rodrigues Filho  
Marco Antonio Alves Bezerra

**CORREGEDORIA-GERAL DO  
MINISTÉRIO PÚBLICO**

Marco Antonio Alves Bezerra  
Corregedor-Geral

João Rodrigues Filho  
Corregedor-Geral Substituto

Benedicto de Oliveira Guedes Neto  
Promotor-Corregedor

Pedro Evandro de Vicente Rufato  
Promotor-Corregedor

**COLÉGIO DE PROCURADORES DE  
JUSTIÇA**

Maria Cotinha Bezerra Pereira  
Presidente

Vera Nilva Álvares Rocha Lira  
Secretária

Ricardo Vicente da Silva  
Secretário Substituto

Leila da Costa Vilela Magalhães  
João Rodrigues Filho  
José Demóstenes de Abreu  
Marco Antonio Alves Bezerra  
José Maria da Silva Júnior  
Jacqueline Borges Silva Tomaz  
Ana Paula Reigota Ferreira Catini  
Moacir Camargo de Oliveira

**OUVIDORIA DO MINISTÉRIO  
PÚBLICO**

Leila da Costa Vilela Magalhães  
Ouvidora

## **ELABORAÇÃO**

Ediney Vaz Parente

Ivana Labre

Jair Kennedy Félix Monteiro

João da Silva Macedo

João Ricardo da Silva Araújo

Luciele Ferreira Marchezan

Marcos Conceição da Silva

Raquel da Costa Pires Saraiva

## **RESPONSÁVEIS PELAS INFORMAÇÕES**

Servidores das Unidades do Ministério Público do Tocantins mencionadas no texto.

## **REVISÃO**

Luciana Carla da Hora Dualibe

## **DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO**

T631r	<p>Tocantins. Ministério Público Estadual. Departamento de Planejamento e Gestão</p> <p>Relatório de Gestão – 2019 / Ministério Público Estadual. Departamento de Planejamento e Gestão. – Palmas: MPTO, 2019.</p> <p>256 p.:il.</p> <p>1. Ministério Público – Tocantins – Relatório – 2019/ 2. Planejamento. I. Título.</p> <p>CDD – 341.3852 CDU – 336.126.5</p>
-------	---

Catálogo na fonte: Biblioteca do Ministério Público do Tocantins

## APRESENTAÇÃO

**“Somos o que repetidamente fazemos. Portanto, a excelência não é um feito, é um hábito”. Aristóteles**

À frente das considerações pertinentes ao Relatório de Gestão do Ministério Público do Estado do Tocantins, exercício 2019, revela-se importante reconhecer que todas as ações compiladas no presente documento decorreram do amplo trabalho desenvolvido pelo Ministério Público tocantinense a partir da união de esforços e empenho dos membros e servidores, nas diferentes localidades do nosso Estado.

O esforço dos integrantes deste *Parquet* para alcançar a missão institucional revela a proativa atuação e, por conseguinte, a produção de um Relatório de Gestão no qual, além de evidenciar os desafios e percalços, demonstra, concretamente, os efetivos resultados das ações realizadas para atender as demandas dos cidadãos tocantinenses, promovendo, desta forma, a almejada transformação social.

Nas ações apresentadas, necessário reconhecer que o adverso cenário orçamentário exigiu empenho e esforço conjunto na definição de prioridades e, por seu turno, a adoção de medidas adequadas para garantir, no momento atual e futuro, a sanidade financeira deste Órgão, sem impedir ou comprometer a atuação ministerial nas diferentes áreas ou funções.

Neste cenário institucional, vimos apresentar o Relatório de Gestão do Ministério Público do Estado do Tocantins, exercício 2019, referente à execução dos programas de trabalho, indicadores de gestão, as medidas, projetos implementados e outras considerações, externando o desempenho organizacional, bem como a gestão orçamentária e financeira da Instituição, conforme determina a Instrução Normativa do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins nº 006/2003.

Maria Cotinha Bezerra Pereira

**Procuradora-Geral de Justiça**

**SUMÁRIO**

<b>1</b>	<b>IDENTIDADE ORGANIZACIONAL .....</b>	<b>7</b>
1.1	IDENTIFICAÇÃO .....	7
1.2	COMPETÊNCIAS.....	7
1.3	ATRIBUIÇÕES .....	8
1.4	ORGANIZAÇÃO.....	8
1.5	A ESTRATÉGIA.....	13
<b>2</b>	<b>DESEMPENHO DO PLANO ESTRATÉGICO .....</b>	<b>15</b>
2.1	INTRODUÇÃO.....	15
2.2	RESULTADOS DA PERSPECTIVA IMPACTO SOCIAL .....	17
2.3	RESULTADOS DA PERSPECTIVA PROCESSOS INTERNOS .....	18
2.4	RESULTADOS DA PERSPECTIVA PESSOAS, TECNOLOGIA E INFRAESTRUTURA.....	24
2.5	RESULTADOS DA PERSPECTIVA FINANCEIRA .....	24
2.6	ENVOLVIMENTO DA LIDERANÇA NO PROCESSO DE GESTÃO DA ESTRATÉGIA .....	25
2.7	CONCLUSÃO DO DESEMPENHO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO .....	26
<b>3</b>	<b>AVALIAÇÃO DAS METAS DO PLANO PLURIANUAL E COMENTÁRIOS SOBRE A EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL (EXERCÍCIO DE 2019) .....</b>	<b>27</b>
3.1	INTRODUÇÃO.....	27
3.2	A REVISÃO DO PLANO PLURIANUAL E O ORÇAMENTO APROVADO DE 2019 .....	27
3.2.1	<i>Receita Estimada x Realizada.....</i>	<i>28</i>
3.2.2	<i>Contingenciamento de Gastos .....</i>	<i>29</i>
3.2.3	<i>Despesa Autorizada x Empenhada.....</i>	<i>30</i>
3.2.4	<i>Alterações da Despesa Aprovada.....</i>	<i>31</i>
3.3	EXECUÇÃO DO PROGRAMA TEMÁTICO: 1170 – MODERNIZAÇÃO E GOVERNANÇA DA JUSTIÇA .....	32
3.3.1	<i>Ação 1082 – Realização de Adequações Físicas e Mobiliárias do Ministério Público.....</i>	<i>34</i>
3.3.2	<i>Ação 1088 – Renovação da Frota de Veículos do Ministério Público .....</i>	<i>36</i>
3.3.3	<i>Ação 1023 – Construção de Sedes de Promotorias de Justiça.....</i>	<i>37</i>
3.3.4	<i>Ação 1037 – Estruturação de Tecnologia da Informação para as Unidades do MPTO..</i>	<i>38</i>
3.3.5	<i>Ação 2339 – Realização de Ações para Implementação e Execução do PEN-MP .....</i>	<i>40</i>
3.3.6	<i>Ação 1127 – Realização de Concursos Públicos para Membros e Servidores do Ministério Público .....</i>	<i>41</i>
3.4	EXECUÇÃO DO PROGRAMA TEMÁTICO: 1173 – JUSTIÇA .....	42
3.4.1	<i>Ação 2099 – Manutenção das Ações da Corregedoria-Geral do Ministério Público .....</i>	<i>44</i>

3.4.2	<i>Ação 2100 – Manutenção do Serviço de Atendimento ao Cidadão e da Ouvidoria do Ministério Público</i> .....	45
3.4.3	<i>Ação 2101 – Manutenção das Ações de Inteligência, Contraineligência e Segurança Institucional</i> .....	46
3.4.4	<i>Ação 2147 – Realização das Ações de Combate às Organizações Criminosas</i> .....	48
3.4.5	<i>Ação 2149 – Realização das Ações para Defesa do Interesse Público no Processo Judicial</i> .....	49
3.4.6	<i>Ação 2148 – Realização das Ações de Comunicação do Ministério Público</i> .....	50
3.5	<b>EXECUÇÃO DO PROGRAMA DE GESTÃO: 1144 – MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO</b> .....	52
3.5.1	<i>Ação 2289 – Manutenção de Recursos Humanos</i> .....	53
3.5.2	<i>Ação 2285 – Manutenção de Estagiários do Ministério Público</i> .....	54
3.5.3	<i>Ação 2284 – Manutenção de Auxílios e Outros Direitos a Membros e Servidores</i> .....	55
3.5.4	<i>Ação 2210 – Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais</i> .....	56
3.5.5	<i>Ação 2310 – Manutenção de Serviços de Transporte</i> .....	59
3.5.6	<b>AÇÃO 2294 – MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE INFORMÁTICA</b> .....	60
<b>4</b>	<b>INFORMAÇÕES SOBRE MONITORAMENTO DE PROJETOS ESTRATÉGICOS</b> .....	<b>62</b>
<b>5</b>	<b>ATIVIDADES DAS ESTRUTURAS ORGANIZACIONAIS</b> .....	<b>79</b>
5.1	<b>ESTRUTURAS DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR</b> .....	<b>79</b>
5.1.1	<i>Procuradoria-Geral de Justiça (Institucional)</i> .....	79
5.1.2	<i>Colégio de Procuradores de Justiça</i> .....	79
5.1.3	<i>Conselho Superior do Ministério Público</i> .....	81
5.1.4	<i>Corregedoria-Geral do Ministério Público</i> .....	82
5.1.5	<i>Ouvidoria do Ministério Público</i> .....	88
5.2	<b>ESTRUTURAS DE APOIO DIRETO AOS ÓRGÃOS DE EXECUÇÃO</b> .....	<b>93</b>
5.2.1	<i>Centro de Apoio Operacional do Consumidor (Caocon)</i> .....	93
5.2.2	<i>Centro de Apoio Operacional da Cidadania, dos Direitos Humanos e da Mulher (Caocid)</i> 101	
5.2.3	<i>Centro de Apoio Operacional do Patrimônio Público e Criminal (Caopac)</i> .....	110
5.2.4	<i>Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude (Caopije)</i> .....	112
5.2.5	<i>Centro de Apoio Operacional de Urbanismo, Habitação e Meio Ambiente (Caoma)</i> .....	121
5.2.6	<i>Núcleo de Inteligência e Segurança Institucional (NIS)</i> .....	123
5.2.7	<i>Assessoria de Comunicação</i> .....	126
5.2.8	<i>Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (Cesaf)</i> .....	136

---

5.2.9	<i>Cartório de Distribuição</i> .....	147
5.3	ESTRUTURAS DE APOIO INDIRETO.....	152
5.3.1	<i>Apresentação da Procuradoria-Geral de Justiça (Administrativo)</i> .....	152
5.3.2	<i>Assessoria Técnica de Arquitetura e Engenharia</i> .....	153
5.3.3	<i>Departamento de Licitações</i> .....	158
5.3.4	<i>Departamento de Planejamento e Gestão</i> .....	175
5.3.5	<i>Departamento de Finanças e Contabilidade</i> .....	214
5.3.6	<i>Departamento de Gestão de Pessoas e Folha de Pagamento</i> .....	214
5.3.7	<i>Departamento de Modernização e Tecnologia da Informação</i> .....	224
5.3.8	<i>Departamento Administrativo</i> .....	236

# 1 Identidade Organizacional

## 1.1 Identificação

Quadro 1.1.1 – Identificação do Órgão Orçamentário

Nome completo da unidade e sigla:	Procurador- Geral de Justiça - PGJ
Natureza jurídica:	Administração Direta
Normativos de criação e data de publicação no Diário Oficial do Estado:	Lei nº 51, de 2 de janeiro de 2008 Publicado no Diário Oficial nº 2.562
CNPJ:	01.786.078/0001-46
Código da Unidade Gestora:	070100
Endereço completo da sede:	202 Norte, Conj. 03 Av. Teotônio Segurado c/ Av. LO 04 – Cep 77.020-494
Endereço da página institucional na internet:	www.mpto.mp.br
Função de governo predominante:	Essencial à Justiça
Tipo de atividade:	Defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis

Fonte: Assessoria de Comunicação

## 1.2 Competências

A Constituição da República Federativa do Brasil definiu que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (artigo 127, CF), o que é reafirmado pela Constituição Estadual em seu artigo 49.

Em 02 de janeiro de 2008, entrou em vigor a Lei Complementar nº 51 que, além de instituir a Lei Orgânica do MPTO, definiu outras providências, revogando a LC nº 12/96.

O artigo 60, da LC nº 51/2008, instituiu como funções institucionais do MPTO:

- a) promover, privativamente, a ação penal pública;
- b) zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nas Constituições Estadual e Federal, promovendo as medidas necessárias à sua garantia;

- c) promover o inquérito civil e a ação civil pública para proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos;
- d) promover a ação de inconstitucionalidade ou de representação para fins de intervenção da União e do Estado, nos casos previstos na Constituição Estadual;
- e) expedir notificações nos procedimentos administrativos de sua competência, requisitando informações e documentos para instruí-los;
- f) exercer o controle externo da atividade policial;
- g) requisitar diligências investigatórias e a instauração de inquérito policial, indicando os fundamentos jurídicos de suas manifestações processuais;
- h) exercer outras funções que lhe forem conferidas, desde que compatíveis com sua finalidade, sendo-lhe vedadas a representação e a consultoria jurídica de entidades públicas;
- i) defender, judicialmente, os direitos e interesses das populações indígenas.

### 1.3 Atribuições

A função desempenhada pelos Membros do MPTO restou devidamente estabelecida pela LC 51/08 nos seguintes termos:

*“Os Procuradores de Justiça terão suas atribuições junto aos Tribunais, além de outras estabelecidas pelo Colégio dos Procuradores de Justiça” (art. 76);*

*“Os Promotores de Justiça e os Promotores de Justiça Substitutos exercerão suas atribuições junto ao órgão jurisdicional de primeira instância, e outras fixadas pelo Colégio de Procuradores de Justiça” (art. 77).*

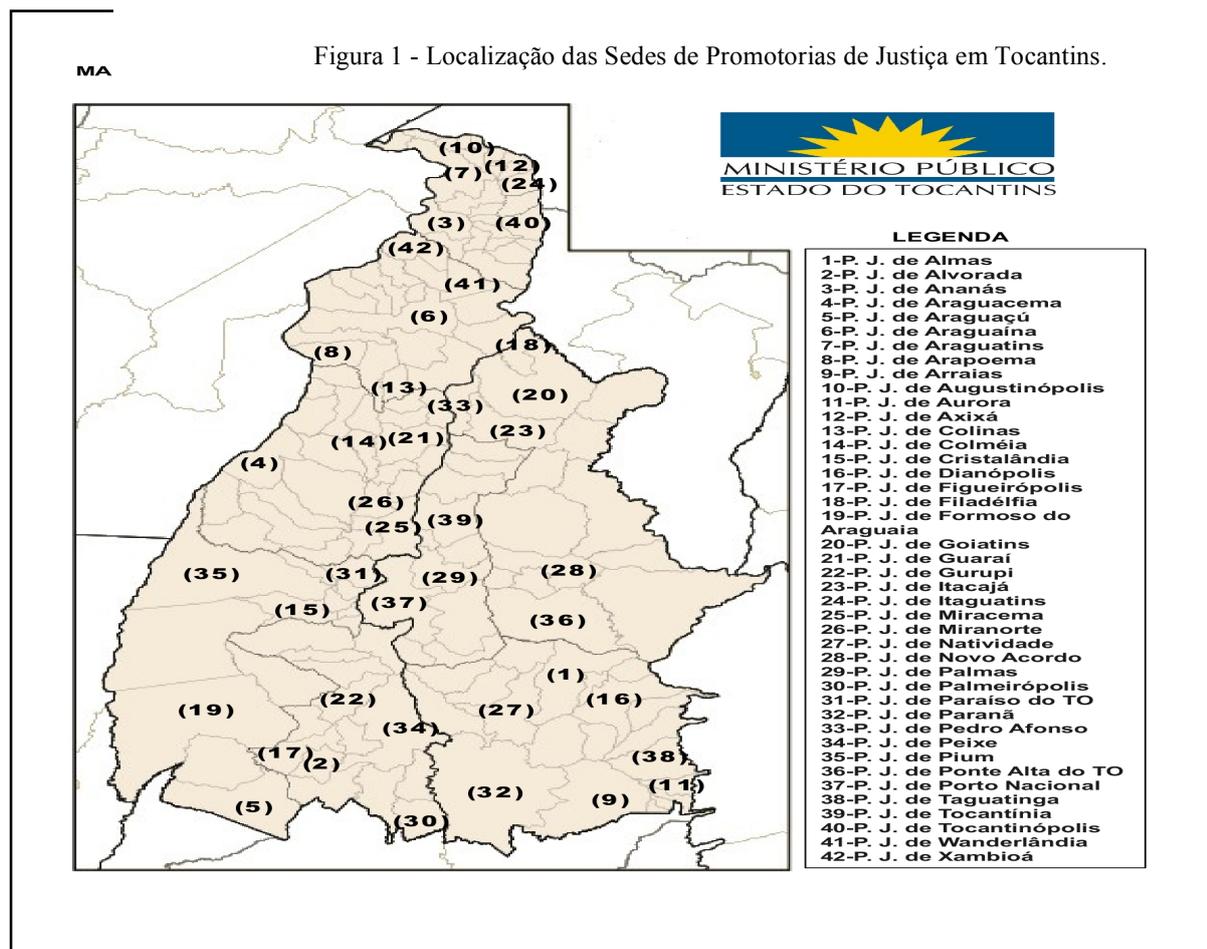
### 1.4 Organização

A Procuradoria-Geral de Justiça está sediada na Avenida Teotônio Segurado, em Palmas-TO, local onde também estão localizadas as instalações dos demais Órgãos da Administração Superior, da Ouvidoria do Ministério Público, das Procuradorias de Justiça e dos Órgãos Auxiliares, responsáveis pela manutenção da infraestrutura existente, bem como pela prestação dos serviços de apoio aos membros.

Os Órgãos da Administração Superior são estruturas organizacionais que atuam diretamente para regulação dos demais componentes da Instituição. Eles são o Colégio de Procuradores de Justiça, o Conselho Superior do Ministério Público, a Corregedoria-Geral do Ministério Público e a Procuradoria-Geral de Justiça.

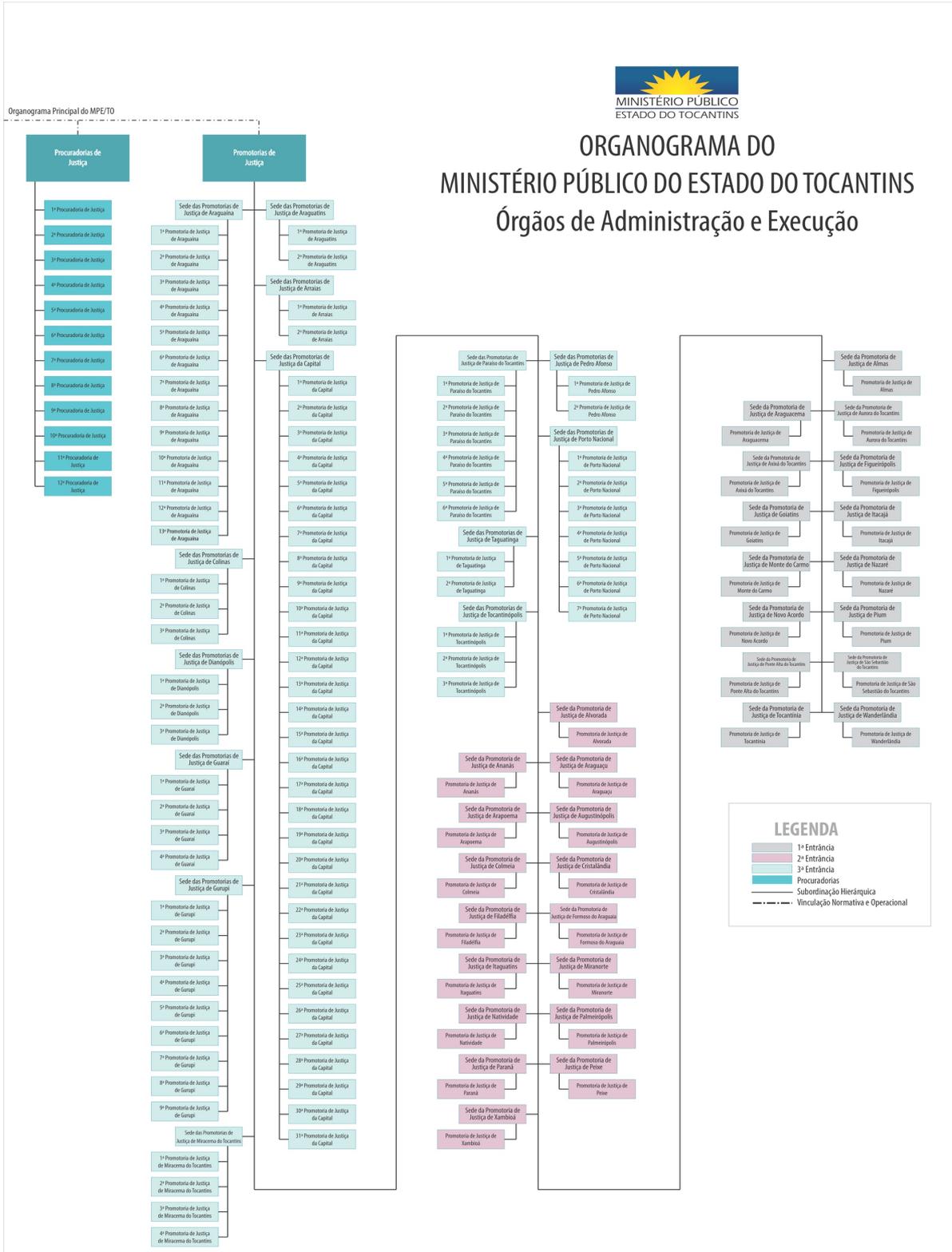
As Procuradorias de Justiça atuam em segundo grau, isto é, oficiam nos processos de competência originária dos tribunais, cíveis ou penais, naqueles que se encontram na corte em grau de recurso e nos quais haja interesse público a justificar a intervenção do MPE/TO, participando das sessões de julgamento. Atualmente o MPTO conta com doze Procuradorias de Justiça.

Por sua vez, as Promotorias de Justiça, dependendo da movimentação e do volume de processos, estão localizadas em comarcas de primeira, segunda ou terceira entrâncias. Nas comarcas de segunda e terceira entrâncias, as promotorias de justiça podem se encontrar especializadas por ramo ou assunto do Direito



A disposição da organização administrativa e das vinculações hierárquicas do MPTO foram normatizadas pela Resolução CPJ nº 008/2015, que aprovou o organograma da instituição (disponível para download no Portal da Transparência do MPTO).





## 1.5 A Estratégia

### MISSÃO

Ser reconhecido como instituição essencial à defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

### VISÃO

Ser uma instituição acessível à população, independente, moderna e integrada, reconhecida por sua transparência e atuação eficaz na defesa da cidadania, meio ambiente e no combate à corrupção e toda forma de criminalidade.

### VALORES

- Confiável
- Eficaz
- Fiscal da Lei
- Popular
- Independente
- Acessível
- Humanizado
- Transparente

**Missão:** Ser reconhecido como instituição essencial à defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis

**Visão:** Ser uma instituição acessível à população, independente, moderna e integrada, reconhecida por sua transparência e atuação eficaz na defesa da cidadania, meio ambiente e combate à corrupção e toda forma de criminalidade.

*Ser reconhecido como instituição eficaz na defesa da cidadania e na garantia dos direitos sociais*

**Confiável Eficaz**

**Fiscal da Lei independente**

**Acessível Humanizado**

**Popular**

**Cidadania**

Exigir o cumprimento dos direitos do idoso

Exigir o cumprimento do direito à saúde

Combater a improbidade e recuperar ativos

Exigir o cumprimento dos direitos das pessoas com deficiência

Exigir o respeito aos direitos humanos -residuais\*

Promover a defesa do Meio Ambiente e da ordem urbanística

Promover a defesa dos direitos do consumidor

Exigir o cumprimento do direito à educação

Promover o atendimento ao dependente químico

Combater a violência doméstica

Aperfeiçoar o sistema penal e as medidas alternativas

Exigir o cumprimento do direito eleitoral

Atuar na defesa dos direitos da Criança e do Adolescente

Fortalecer a prevenção e a repressão à violência sexual infanto juvenil no Estado

Combater a criminalidade

Efetivar controle externo da atividade policial

Combater o crime organizado

**Infância e Juventude**

**Criminal**

**Institucional**

Ampliar parcerias estratégicas

Garantir segurança institucional

Ter padrão de excelência nos procedimentos internos

Otimizar a utilização dos recursos

Ter comunicação institucional efetiva

- Iniciativa Privada - ONGs

- Poder Público

- Proteção aos membros - Controle de acesso

**Pessoas**

Promover, de forma contínua, o aperfeiçoamento dos integrantes

Atrair e reter talentos

Garantir clima organizacional favorável

Ter comunicação interna efetiva

**Infraestrutura**

Garantir Infraestrutura física adequada

Assegurar sistemas de Tecnologia da Informação adequados para os órgãos de execução e unidades administrativas

**Financeiro**

Garantir a sustentabilidade e o crescimento institucional

- Política - Financeira

## 2 Desempenho do Plano Estratégico

### 2.1 Introdução

O ano de 2019 marcou o encerramento do 1º ciclo de Planejamento Estratégico do MPTO, iniciado em 2010. O decênio 2010/2019 foi marcado por intensas mudanças e processos de inovação no Ministério Público, de forma que as metas alcançadas e os projetos realizados evidenciam que o planejamento estruturado de longo prazo foi de fundamental importância para os resultados.

Oportuno enfatizar também que o período foi marcado por intenso aprendizado na organização, o que se observa principalmente na evolução da gestão estratégica e na estruturação da instituição para gerir e controlar melhor os instrumentos de planejamento.

Sabemos da dificuldade de se citar resumidamente os avanços obtidos, dado que muitos deles ficarão fora do registro, mas convém descrever os seguintes:

1. O volume de ações propostas pelos Membros do MPTO saltou de 79 mil, em 2010, para 410 mil ao final de 2019. Crescimento esse verificado em praticamente todos os ramos de atuação do Órgão, algo que, somado à melhoria da comunicação externa do trabalho, colocou o MP/TO em evidência nos principais meios de comunicação do Estado, com um percentual de 99% de citações positivas referentes à imagem institucional;

2. Implantaram-se sistemas de processo eletrônico para as áreas meio e fim, bem como modernização de toda a infraestrutura de rede, bancos, links de dados e equipamentos. Com isso, observou-se uma forte redução nos prazos de tramitação de processos e documentos e elevou-se a sustentabilidade do órgão, por meio do menor uso de insumos de impressões e papel nos processos, além do que grande parte das soluções foram desenvolvidas internamente, ou seja, sob medida para a atuação da Instituição;

3. Realizou-se investimentos em construção de prédios, aquisição de móveis, equipamentos de informática e veículos que superaram 31 milhões de reais nos últimos 10 anos, o que possibilitou ao Órgão sair de 03 para 20 prédios próprios no estado, criando uma imagem de instituição independente dos demais Poderes Estatais, com sedes modernas e adaptadas para melhor atender a população; 4. Para suportar a expressiva ampliação da estrutura e dos serviços, foram desenvolvidas estruturas de governança internas para criar um MPTO cada vez mais

articulado em rede e alinhado às modernas tecnologias de gestão e atuação, principalmente nos temas: sistemas, tecnologia da informação, transparência, estratégia, documentos sigilosos e gestão dos impactos socioambientais da instituição;

5. Buscando uma maior integração, foram aplicadas modernas técnicas para alinhar e fortalecer a atuação institucional, que culminaram em: criação do teletrabalho, trabalho remoto, auxílio à distância para promotorias com grande volume de processos, grupos de atuação coletiva e promotorias regionais por temas.

Houve, entretanto, elementos da estratégia que não alcançaram o mesmo grau de sucesso, em virtude de restrições orçamentárias provocadas pela crise que assolou o Estado e o País nos últimos anos, dentre os quais se cumpre citar: as metas institucionais não alcançadas, o baixo número de projetos com foco na área-fim; a redução do quadro de pessoal e realização de planos de aposentadoria incentivada; a não realização de pesquisas de imagem e de clima organizacional rotineiras, bem como, a baixa maturidade dos indicadores e projetos.

Passando aos resultados do ano de 2019, o Planejamento Estratégico do MPTO, com seus 30 objetivos estratégicos, divididos em sete temas, com 55 indicadores, que procuram demonstrar o desempenho institucional quanto ao alcance dos propósitos traçados. As metas dos indicadores para o ano de 2019 foram definidas a partir da necessidade de aprimoramento da atuação da Instituição. O banco de dados utilizado para o cálculo dos indicadores é retirado periodicamente do Relatório de Atividades Funcionais–RAF, gerido pela Corregedoria-Geral do MP/TO, além de outros relatórios produzidos pelas estruturas organizacionais da Instituição, compilados pelo Departamento de Planejamento e Gestão. Com base nessas informações, foi possível mensurar 45 indicadores em 2019. Entre estes, 22 se destacaram e superaram as metas estabelecidas para o exercício.

Atualmente, a estratégia do MPTO é gerida de acordo com a Portaria nº 519/2018, que instituiu a Comissão Permanente de Gestão da Estratégia (CPGE) como responsável pela sua gestão, avaliação, monitoramento e controle, além de promover o aprendizado organizacional sobre o assunto, revisando-o sempre que necessário. Salientamos que a gestão da estratégia deste MPTO segue as diretrizes da Resolução nº 147/2016 do Conselho Nacional do Ministério Público, que instituiu o modelo e a forma de gestão do planejamento estratégico para os Ministérios Públicos brasileiros.

É com esse escopo que o novo ciclo de Planejamento estratégico para os anos de 2020-2029 está sendo gestado, com toda a construção sob a responsabilidade de membros e servidores do próprio Ministério Público, sem custos com consultorias externas.

A partir daqui, apresentaremos os resultados de 2019 sob cada uma das perspectivas do Mapa Estratégico:

## 2.2 Resultados da Perspectiva Impacto Social

A perspectiva impacto social do mapa estratégico procura demonstrar os resultados da ação do MPTO para o desenvolvimento e melhoria das condições existenciais da sociedade tocantinense e retratar o contexto do ambiente externo, ou seja, as variáveis não controláveis pela gestão. Nessa ótica, gerar resultados palpáveis e agregar valores à sociedade são a tônica do impacto social que envolve missão, visão e valores institucionais.

Nesse sentido, cabe ressaltar o desempenho do indicador “número total de ações dos membros do Ministério Público do Estado do Tocantins”, o qual alcançou o total de 410.032 ações, ressaltando que, apesar de não alcançar o crescimento estimado de 8%, manteve-se na trajetória de elevação que vem experimentando desde 2010.

Cumpramos ressaltar que os indicadores resultantes de pesquisas não puderam ser alimentados em virtude da falta de instrumentos para realizar essa medição, bem como da falta de recursos para contratar esses serviços externamente.

Apresentamos, então, os indicadores da perspectiva impacto social:

Quadro 2.2.1 – Indicadores da Perspectiva Impacto Social

Indicador Estratégico	Resultado 2018	Meta p/ 2019	Resultado 2019
1.1. Grau de satisfação no atendimento do MP/TO	N/A	N/A	N/A
1.2. Pesquisa de imagem do MP/TO, em nível regional	N/A	N/A	N/A
1.3. (Proxy) Número total de ações dos membros do Ministério Público do Estado do Tocantins	427.997	462.200	410.032

Fonte: Departamento de Planejamento e Gestão

Legenda: N/A (Informação indisponível no momento)

Registramos como ponto positivo os principais destaques jornalísticos em nosso Portal, em substituição ao rol de indicadores, que evidenciam o impacto social das ações da Instituição e o reconhecimento da população tocantinense.

Quadro 2.2.2 – Destaques Jornalísticos de Impacto Social

Data	Título
28/02/19	MPE denuncia criminalmente 10 vereadores e dois servidores de Augustinópolis
10/05/19	Projeto sugerido por membro do MP/TO amplia divulgação sobre o direito à adoção
11/06/19	Ministério Público presente em mais uma edição do Justiça Cidadã
12/06/19	Ministério Público obtém condenação de dois professores da rede pública de ensino por improbidade administrativa
22/06/19	Estudantes do ensino médio acompanham sessão do Tribunal do Júri em Taguatinga
02/08/19	CNPG manifesta preocupação com a realização de eventos que possam desqualificar a atuação de instituições como a PM
03/08/19	Novos procuradores de Justiça do MPTO serão empossados na segunda
29/08/19	Gaeco/MPTO participa da operação Mercúrio e cumpre mandado de prisão em Taipas
29/08/19	PGJ cumpre agenda no extremo norte do Estado
29/08/19	Promotoras de Justiça com atuação na área do consumidor participam de congresso nacional em Maceió
29/08/19	Regional de Araguaína encerra uma série de encontros que discutiu melhorias no transporte escolar
30/08/19	BRK Ambiental é condenada por causar poluição do córrego Lontra, em Araguaína
04/09/19	MPTO oferece denúncia criminal contra policiais civis de Gurupi acusados de corrupção passiva
05/09/19	Membros tocantinenses participam das atividades do Congresso Nacional do Ministério Público
05/09/19	MPTO ajuíza ação contra produtor de Cristalândia que desmatou cerca de 100 hectares de reserva legal
05/09/19	Reunião do CNPG tem participação do PGJ do Tocantins
10/09/19	Publicado edital para seleção no mestrado em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos
18/09/19	Tecnologia da Informação dobra número de atendimentos após implantação da Central de Serviços

Fonte: Assessoria de Comunicação do MP/TO

## 2.3 Resultados da Perspectiva Processos Internos

Em nosso mapa estratégico, a perspectiva processos internos refere-se aos aspectos que devem ser melhorados em nossas atividades organizacionais para alcançar a

hipótese estratégica. Conforme o enfoque, os processos internos são voltados tanto para a área-fim como para a área meio, e ambos devem estar atrelados à missão e à visão ministerial. Os processos da área-fim foram organizados com base nos temas infância e juventude, cidadania, criminal e atuações especiais; já os processos internos da área meio foram categorizados nos temas institucionais.

A seguir, apresentamos, por tema, os resultados da perspectiva de processos internos e sua avaliação:

### TEMA - INFÂNCIA E JUVENTUDE

Quadro 2.3.1 – Indicadores da Perspectiva Processos Internos área-fim  
Tema: Infância e Juventude

Indicador Estratégico	Resultado 2018	Meta p/ 2019	Resultado 2019
2.1. Atuação na esfera extrajudicial na defesa dos direitos da criança e do adolescente	2.976	3.200	4.269
2.2. Atuação na esfera infracional na defesa dos direitos da criança e do adolescente concernente a ações socioeducativas e execuções de medidas socioeducativas	17.286	18.700	16.914
2.3. Atuação na esfera cível na defesa dos direitos da criança e do adolescente	20.414	22.000	17.494
3.1. Atuação na esfera extrajudicial na defesa do direito à educação	546	600	2.102
3.2. Atuação na esfera cível na defesa do direito à educação	589	600	387
4.1. Ações voltadas a execução do “Projeto MP contra as drogas, cidadão longe do vício”	N/A	N/A	N/A
5.1. Ações voltadas à execução do Projeto “Tocantins contra a exploração sexual infantojuvenil”	N/A	N/A	N/A

Fonte: Departamento de Planejamento e Gestão

Legenda: N/A (Informação indisponível no momento)

Novamente em 2019 o destaque do tema Infância e Juventude foram as atuações do MP/TO na defesa do direito a educação, que superaram em grande volume as metas estabelecidas para o período na esfera extrajudicial, 350% acima ao planejado.

Cumpra também ressaltar o indicador de atuação extrajudicial na defesa da criança e do adolescente, que ficou em 133% superior à meta estabelecida.

Dois indicadores do tema não alcançaram as metas estabelecidas para o exercício e outros dois indicadores não puderam ser mensurados em função de projetos que não foram executados.

### TEMA – CIDADANIA I

Quadro 2.3.2 – Indicadores da Perspectiva Processos Internos área-fim  
Tema: Cidadania I

Indicador Estratégico	Resultado 2018	Meta p/ 2019	Resultado 2019
11.1. Ações Judiciais de crimes contra a pessoa com deficiência	9	10	16
11.2. Ações extrajudiciais dos membros em defesa das pessoas com deficiência	76	80	98
12.1. Ações de fiscalização da execução da política do idoso	455	490	803
13.1. Ações Judiciais de cumprimento do direito à saúde	5.307	6.300	6.515
13.2. Ações extrajudiciais de cumprimento do direito à saúde	4.996	4.300	5.823

Fonte: Departamento de Planejamento e Gestão  
Legenda: N/A (Informação indisponível no momento)

Podemos afirmar que o papel do MPTO, quanto ao tema cidadania, está ligado à defesa dos direitos humanos e à promoção da cidadania, que são duas frentes complementares de atuação. Enquanto a defesa dos direitos humanos visa combater as desigualdades, preconceito e todas as formas de discriminação, cumprir a defesa da cidadania cumpre fazer valer os direitos e deveres de todos os cidadãos.

Em sua atuação no tema, o MPTO conseguiu superar as metas estabelecidas para o ano de 2019 em todos os 05 indicadores, com destaque para as ações relacionadas ao direito à saúde, atuação que vem sendo constantemente fortalecida pela instituição, dada sua grande demanda pela sociedade tocantinense.

### TEMA – CRIMINAL

Quadro 2.3.3 – Indicadores da Perspectiva Processos Internos área-fim  
Tema: Criminal

Indicador Estratégico	Resultado 2018	Meta p/ 2019	Resultado 2019
6.1. Ações Judiciais de Combate à Criminalidade	157.301	169.900	166.908
6.2. Ações extrajudiciais de Combate à Criminalidade	1.241	1.300	1.330

Quadro 2.3.3 – Indicadores da Perspectiva Processos Internos área-fim  
Tema: Criminal

Indicador Estratégico	Resultado 2018	Meta p/ 2019	Resultado 2019
7.1. Ações Judiciais de Controle Externo da Atividade Policial	574	600	582
7.2. Ações extrajudiciais de Controle Externo da Atividade Policial	839	900	106
7.3. Recomendações de melhorias nas delegacias requisitadas	1	N/A	8
8.1. Ações de Fiscalização da Execução Penal	40.226	43.444	23.697
8.2. Inspeções nas unidades prisionais	146	158	148
9.1. Ações de combate ao crime organizado	716	773	733
10.1. Ações de combate à violência doméstica	25.286	27.309	28.738

Fonte: Departamento de Planejamento e Gestão  
Legenda: N/A (Informação indisponível no momento)

Como defensor da ordem jurídica e titular da ação penal, o papel do Ministério Público é relevante para promoção do bem-estar social. Essa atuação se dá tanto no combate à criminalidade, por meio de investigações e ações judiciais e extrajudiciais, quanto na fiscalização do cumprimento do direito penal, no controle externo da atividade policial, além das importantes atuações no combate ao crime organizado e à violência doméstica.

Na análise dos resultados obtidos no período em relação ao tema criminal, vemos que, dos 09 indicadores implementados e mensurados, 03 superaram a meta, outros 04 cresceram, apesar de não alcançarem a meta, enquanto 02 deles tiveram redução nos resultados alcançados.

## TEMA – ATUAÇÕES ESPECIAIS – CIDADANIA II

Quadro 2.3.4 – Indicadores da Perspectiva Processos Internos área-fim  
Tema: Atuações Especiais

Indicador Estratégico	Resultado 2018	Meta p/ 2019	Resultado 2019
14.1. Ações Judiciais de combate à improbidade e recuperação de ativos	4.860	5.200	4.599
14.2. Ações extrajudiciais de combate à improbidade e recuperação de ativos	3.901	4.200	2.860
15.1. Ações de cumprimento do direito eleitoral	4.026	4.300	3.481
16.1. Atuação extrajudicial e não procedimental na defesa do meio ambiente e da ordem urbanística	6.131	6.600	3.963
16.2. Atuação judicial cível na defesa do meio ambiente e da ordem urbanística	618	670	704

Quadro 2.3.4 – Indicadores da Perspectiva Processos Internos área-fim  
Tema: Atuações Especiais

Indicador Estratégico	Resultado 2018	Meta p/ 2019	Resultado 2019
16.3. Atuação judicial para responsabilização penal dos envolvidos em crimes ambientais e contra a ordem urbanística	4.843	5.230	4.521
16.4. Participação e promoção de iniciativas institucionais voltadas à efetividade das políticas com viés ambiental e urbanístico	50	54	58
17.1. Ações voltadas à execução de Projeto “DH” (não contemplados em objetivos estratégicos específicos: saúde, educação, portadores de necessidades especiais e deficientes, idoso)	N/A	N/A	N/A
18.1. Atuação extrajudicial e não procedimental na proteção dos direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos do consumidor	1.685	1.820	1.348
18.2. Atuação judicial cível na proteção dos direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos do consumidor	714	770	1.351
18.3. Atuação judicial na responsabilização por crimes contra o consumidor	132	140	147
18.4. Promoção de iniciativas institucionais voltadas ao respeito dos direitos consumeristas	135	N/A	61

Fonte: Departamento de Planejamento e Gestão

Legenda: N/A (Informação indisponível no momento)

Na parte de Atuações Especiais encontram-se ações do MPTO em diversos campos do direito, notadamente: Direito Administrativo e Improbidade Administrativa, Direito Eleitoral, Direito Ambiental e Urbanístico, Direitos Humanos e Direitos do Consumidor.

No geral, o tema Atuações Especiais apresentou resultados de cumprimento ou de superação das metas em 05 indicadores, esteve abaixo da meta em 06 indicadores e 01 indicador sem mensuração.

Já na análise específica, houve uma pequena queda no volume das ações no âmbito da improbidade e recuperação de ativos.

No Direito Eleitoral houve superação da meta em função da aproximação do período eleitoral e do início das movimentações dos futuros candidatos e de seus partidos, o que deve se intensificar em 2020.

Passando ao assunto Direito Ambiental e Urbanístico, tema que figurou de forma destacada durante boa parte do ano na imprensa regional e nas redes sociais, dos 04 indicadores da matéria, 02 superaram a meta e 02 sofreram redução no número de ações.

Por fim, ao analisarmos os dados dos indicadores relacionados à atuação na área de Direito do Consumidor, percebemos que 02 dos 04 indicadores superaram a meta.

#### TEMA – INSTITUCIONAL

Quadro 2.3.5 – Indicadores da Perspectiva Processos Internos área-meio  
Tema: Institucional

Indicador Estratégico	Resultado 2018	Meta p/ 2019	Resultado 2019
19.1. Parcerias realizadas	24	30	35
20.1. Produtos conclusos do Plano de Segurança Institucional / Total de Produtos do Plano de Segurança Institucional	10/30	25/30	10/30
21.1. Nota GESPÚBLICA	586	N/A	586
22.1. Custo médio por processo (Em R\$)	462	430	531,59
23.1. Número de acessos ao portal do MPE	871.760	N/A	964.320
23.2. Número de matérias publicadas e veiculadas na mídia	9.489	10.200	11.267
23.3. Percentual de matérias positivas/negativas/neutras	99,00%	N/A	99%

Fonte: Departamento de Planejamento e Gestão

Legenda: N/A (Informação indisponível no momento)

No âmbito institucional, em relação à perspectiva de processos internos, vemos que cinco dos sete indicadores superaram a meta do período, mesmo com todas as limitações ocasionadas pelos contingenciamentos realizados, o que demonstra que o Órgão soube buscar novos caminhos para realizar as ações planejadas com menor volume de recursos disponíveis.

Para o exercício de 2019, destacamos que a realização de parcerias que superou a meta estabelecida em 16%, revelando preocupação de ampliar as redes de parceiros para fortalecer a atuação e a imagem da instituição.

Destacamos o papel da Assessoria de Comunicação em fortalecer os instrumentos de comunicação com a sociedade, o que proporcionou um grande número de acessos ao site e a superação da meta de matérias publicadas e veiculadas na mídia, com quase 100% de exposição positiva da Instituição.

## 2.4 Resultados da Perspectiva Pessoas, Tecnologia e Infraestrutura

A perspectiva pessoas, tecnologia e infraestrutura retrata os objetivos direcionados à estruturação de uma organização capaz de atender sua missão.

Quadro 2.4.1 – Indicadores da Perspectiva Pessoas, Tecnologia e Infraestrutura

Indicador Estratégico	Resultado 2018	Meta p/ 2019	Resultado 2019
24.1. Quantidade média de horas de aperfeiçoamento realizadas por membros e servidores	21,27	20,00	32,52
24.2. Percentual de membros e servidores que participaram dos cursos de capacitação patrocinados ou apoiados pela instituição	54,83%	50,00%	61,78%
25.1. Rotatividade (apenas desligamentos voluntários de servidores/membros efetivos)	3,57%	3,00%	8,60%
25.2. Concorrência nos Concursos Públicos	N/A	N/A	N/A
25.3. Mensuração da intenção de evasão dos servidores efetivos e membros.	N/A	N/A	N/A
26.1. Pesquisa de satisfação do Clima Organizacional - anual	N/A	N/A	N/A
26.2. Número de ações internas voltadas para a melhoria do clima organizacional	3.319	3.585	7.038
27.1. Pesquisa qualitativa e quantitativa (avaliação de imagem, de relacionamento, dos meios de comunicação)	N/A	N/A	N/A
27.2. Número de acessos às áreas da intranet	N/A	N/A	N/A
28.1. Percentual de Execução de Infraestrutura	83,73%	95,00%	81,08%
29.1. Integração dos Sistemas do MPE-TO	63,86%	95,00%	65,38%

Fonte: Departamento de Planejamento e Gestão

Legenda: N/A (Informação indisponível no momento)

No âmbito da perspectiva de Pessoas, Tecnologia e Infraestrutura cumpre ressaltar os esforços realizados para superar as metas de “Horas de Capacitação”, “Percentual de Integrantes Capacitados” e de “Ações para melhoria do Clima Organizacional”. Os demais indicadores da estratégia, que não atingiram a meta ou não foram mensurados em razão da impossibilidade de realização de suas ações, serão objetos de revisão.

## 2.5 Resultados da Perspectiva Financeira

A perspectiva financeira é a base para o MPTO realizar sua missão, sem ela as demais perspectivas se tornam inviáveis.

Quadro 2.5.1 – Indicadores da Perspectiva Financeira

Indicador Estratégico	Resultado 2018	Meta p/ 2019	Resultado 2019
30.1. Participação orçamentário-financeira do MP/TO em relação à Receita Corrente Líquida	2,75%	3,40%	2,95%

Fonte: Departamento de Planejamento e Gestão

Houve crescimento do patamar do orçamento do MPTO em relação à Receita Corrente Líquida em 2019, saltando de 2,75% para 2,95%, e, apesar de não alcançar a meta estabelecida, essa ampliação permitiu investimentos na instituição.

## 2.6 Envolvimento da Liderança no Processo de Gestão da Estratégia

No âmbito da liderança, 2019 foi um ano muito intenso, tendo em vista que foi o ano em que se iniciou o processo de elaboração de um novo ciclo de Planejamento Estratégico de longo prazo para o MPTO, cujo período se estenderá de 2020 a 2029. Nesse sentido cumpre ressaltar o empenho da liderança em promover todo o trabalho com o corpo interno de membros e servidores, dispensando a contratação de consultorias e outros serviços técnicos.

Para isso, foi criada uma metodologia própria para o desenvolvimento do Plano, formulada pela equipe do Departamento de Planejamento e Gestão, cuja exigência de participação de membros da Alta Administração foi intensificada, assim como suas responsabilidades para com o projeto.

A citada metodologia também prevê uma ampla participação de membros, servidores, sociedade e outras partes interessadas no trabalho do MPTO, de forma mais participativa possível.

No que se refere especificamente à Comissão Permanente de Gestão da Estratégia (CPGE), o quadro abaixo busca evidenciar os números de sua atuação no exercício 2019:

Quadro 2.6.1 –Atuação da CPGE

Descrição	Quantidade
Reuniões	07
Projetos apresentados	50

Quadro 2.6.1 –Atuação da CPGE

Descrição	Quantidade
Projetos analisados	50
Projetos aprovados	49
Projetos rejeitados	01
Validação do encerramento de Projetos	15
Minutas encaminhadas ao Colégio de Procuradores de Justiça	01
Minutas encaminhadas ao PGJ	01
Informações para o Radar Estratégico / CNMP	01
Rotina de Controle e Monitoramento de Projetos	02
Encaminhamento de Consolidação dos dados de projetos e estratégia ao TCE/TO	01
Outras deliberações	02

Fonte: Departamento de Planejamento e Gestão

## 2.7 Conclusão do Desempenho do Planejamento Estratégico

Chegamos ao fim do primeiro ciclo de Planejamento Estratégico do MPTO com a sensação clara de dever cumprido, dados os inúmeros avanços que o processo trouxe para a instituição.

Destacamos também que o sucesso do ciclo anterior nos coloca em grande responsabilidade para o próximo ciclo, dado que existe grande expectativa tanto interna quanto externa em relação aos resultados que serão colhidos. Assim, temos que estar atentos aos erros/equívocos cometidos, para evitá-los e/ou minimizar seus impactos no futuro.

Por fim, devemos sempre agradecer aos integrantes que são responsáveis pelo processo em suas diversas formas de atuar, seja gerindo, seja executando processos que contribuem para a estratégia, seja disseminando a atuação da organização e sua imagem de forma positiva. Afinal, todos esses citados, são fatores fundamentais para o alcance de resultados.

### 3 Avaliação das Metas do Plano Plurianual e Comentários sobre a Execução da Lei Orçamentária Anual (Exercício de 2019)

#### 3.1 Introdução

Os esforços para tornar mais efetivo o trabalho prestado aos cidadãos tocaninenses, por parte do poder estatal, documenta-se no Plano Plurianual (PPA). Este é o instrumento de planejamento que explicita como o governo enxerga e procura construir o desenvolvimento do Ente da Federação. Sua finalidade é definir as ações que suprirão as necessidades imediatas, segundo estratégia e visão de longo prazo, entendendo que o futuro se constrói com atitudes no presente. Num recorte setorial, o PPA retrata uma determinada política pública. No caso do MPTO, seu PPA 2016-2019 representa a Política de Estado Essencial à Justiça, por isso, todas as suas ações se classificam nesta função de governo.

A Lei Orçamentária Anual (LOA), ou Lei dos Meios, por sua vez, evidencia a política fiscal do ente federativo. Ela estima as receitas e fixa as despesas, estabelecendo os programas de trabalho para um determinado exercício financeiro. Na perspectiva setorial, a Lei Orçamentária Anual de 2019 refletiu a autorização dada pelo Parlamento ao MPTO para aplicação dos recursos do Erário, segundo o conjunto de ações propostas, a fim de produzir resultados na forma de bens e serviços à sociedade tocaninense.

Este relatório procura descrever a utilização desses dois instrumentos de planejamento, na perspectiva setorial do MPTO, através da apresentação da execução dos programas autorizados, seguida do desdobramento de suas ações. Ao mesmo tempo, traz esclarecimentos sobre as causas que inviabilizaram o pleno cumprimento das metas fixadas, tanto financeiras quanto físicas.

#### 3.2 A Revisão do Plano Plurianual e o Orçamento Aprovado de 2019

A Lei 3.433, de 02 de abril de 2019, revisou a Lei 3.051/2015, que aprovou o PPA 2016-2019. No recorte setorial do MPTO, o instrumento em vigor manteve-se fundamentado no Planejamento Estratégico 2010-2019, nas oportunidades de melhoria

apontadas pelo Gespública e na análise de ambiente institucional na visão dos procuradores de Justiça. Manteve-se a estrutura de 03 programas e de 20 metas propostas.

Por sua vez, a Lei 3.434, de 02 de abril de 2019, (LOA 2019), aprovou o orçamento de R\$ 207.935.463,00 para a Unidade 07100 – Procuradoria-Geral de Justiça, vinculados, em sua totalidade, à fonte 0100 – Recursos Ordinários do Tesouro. Orientamo-nos para a alocação destes valores segundo as prioridades elencadas pelo Exmo. Procurador-Geral de Justiça, reservando recursos para garantir a manutenção dos serviços já instituídos e para a preservação do patrimônio público.

Foram abertos os seguintes créditos adicionais suplementares 1) à fonte 0104 – Recursos do Tesouro - Emendas Parlamentares, o valor de R\$ 350.000,00, 2) à fonte 0226 – Alienação de Bens, o valor de 47.203,00, e 3) à fonte 0100 – Recursos Ordinários do Tesouro, o valor de R\$ 15.300.657,00; vinculados à Unidade 070100 – Procuradoria-Geral de Justiça em 2019. Com isso, o orçamento autorizado para o exercício de 2019 alcançou R\$ 223.283.323,00, variando 7,45% em relação ao exercício de 2018.

Tabela 3.2.1- Evolução do Orçamento Autorizado da Unidade 07100 - Procuradoria-Geral de Justiça

FONTE	Ano (R\$)			
	2016	2017	2018	2019
0100 - Recursos Ordinários do Tesouro	186.862.634,00	198.646.506,00	207.582.463,00	222.886.120,00
0103 - Contrapartida	0,00	0,00	3.000,00	0,00
0104 - Recursos do Tesouro - Emendas Parlamentares	0,00	0,00	0,00	350.000,00
0226 – Alienação de Bens	0,00	14.296,00	73.196,00	47.203,00
0225 - Recursos de Convênios Federais	0,00	142.020,00	147.142,00	0,00
Total do Orçamento Autorizado no ano	186.862.634,00	198.802.822,00	207.805.801,00	223.283.323,00
Varição em Relação ao Ano Anterior	14,9%	6,4%	4,52%	7,45%

Fonte: Sistema Siafe-TO, em 10.02.2020.

### 3.2.1 Receita Estimada x Realizada

Segundo a LOA 2019, por fazer parte da estrutura dos órgãos da administração direta, a unidade 070100 – Procuradoria-Geral de Justiça – não possui receitas. Os ingressos

devem ser repassados na forma de duodécimos, conforme art. 83 da Constituição Estadual, proporcionando liquidez ao orçamento autorizado. Nesse diapasão, no exercício de 2019 foi previsto e repassado à Unidade, com base no Orçamento autorizado e créditos adicionais, o valor de R\$ 222.886.120,00 da fonte 0100 – Recursos – Ordinários do Tesouro.

Tabela 3.2.1.1 - Previsão e Realização da Fonte 0100 - Recursos Ordinários do Tesouro

Mes	Duodécimo Programado	Duodécimo Recebido	Dif. Fluxo Mensal
jan/19	18.573.843,33	15.805.831,67	-2.768.011,66
fev/19	18.573.843,33	16.093.136,53	-2.480.706,80
mar/19	18.573.843,33	18.092.511,30	-481.332,03
abr/19	18.573.843,33	22.200.893,24	3.627.049,91
mai/19	18.573.843,33	13.896.683,94	-4.677.159,39
jun/19	18.573.843,33	14.363.175,00	-4.210.668,33
jul/19	18.573.843,33	14.719.634,60	-3.854.208,73
ago/19	18.573.843,33	16.225.416,48	-2.348.426,85
set/19	18.573.843,33	16.291.180,92	-2.282.662,41
out/19	18.573.843,33	17.000.000,00	-1.573.843,33
nov/19	18.573.843,33	25.700.000,00	7.126.156,67
dez/19	18.573.843,37	26.880.660,83	8.306.817,46
Total	222.886.120,00	217.269.124,51	-5.616.995,49

Fonte: Sistema Siafe-TO, em 10.02.2020, e DEFIN/DG/PGJ.

Conforme tabela 2.2.1, verifica-se que restou a diferença de R\$ 5.616.995,49 da fonte 0100 – Recursos Ordinários do Tesouro não repassada de duodécimos no exercício de 2019 ao MPTO. Os recursos não transferidos foram creditados no mês de janeiro/2020, liquidando a diferença da tabela.

### 3.2.2 Contingenciamento de Gastos

Diante da frustração de receitas, fruto do baixo desempenho econômico de 2019, o Poder Executivo editou decreto estabelecendo contingenciamento sobre a fonte 0100-Recursos Ordinários do Tesouro – e sobre a fonte 0104-Recursos do Tesouro - Emendas Parlamentares, rateando a frustração entre os Poderes e Órgão Autônomo e tomando por base o orçamento autorizado, qual seja:

- Decreto nº 5.953, de 30 de maio de 2019, onde coube ao MPTO o contingenciamento no valor de R\$ 2.145.220,00 na fonte 0100 e R\$ 3.617,00 na fonte 0104 e

que, por meio do Ato PGJ nº 066/2019, foram bloqueados os programas de trabalho da Organização;

- Decreto nº 5.981, de 14 de agosto de 2019, em conformidade com o reestabelecimento das receitas arrecadadas até o 3º bimestre de 2019 em relação à previsão orçamentária, revogou o decreto elencado anteriormente, e coube ao MPTO, através do Ato PGJ nº 099/2019, liberar o valor bloqueado nos programas de trabalho da Organização.

### 3.2.3 Despesa Autorizada x Empenhada

Ao somarmos os créditos adicionais suplementares, R\$15.347.860,00, ao valor inicialmente aprovado, R\$ 207.935.463,00, obtemos o orçamento autorizado para o MPTO, ou seja, o montante disponível para utilização no exercício, na ordem de R\$ 223.283.323,00. Utilizaremos o confronto entre os valores autorizados e empenhados para conduzirmos a análise das metas financeiras do Orçamento de 2019.

Tabela 3.2.3.1 – Execução do Orçamento 2019, por Fonte de Recurso e Grupo de Despesas, Unidade 070100 – Procuradoria-Geral de Justiça

Fonte de Recursos	Grupo de Despesas	Orçamento Autorizado	Orçamento Empenhado	% Executado
0100 – Recursos Próprios	31 – Pessoal e Encargos Sociais	167.504.698,00	167.030.245,06	99,72
	33 – Outras Despesas Correntes	44.448.125,00	41.745.583,76	93,92
	44 – Investimentos	10.933.297,00	9.148.805,39	83,68
	Subtotal	222.886.120,00	217.924.634,21	97,77
0104 - Recursos do Tesouro - Emendas Parlamentares	44 – Investimentos	350.000,00	0,00	0,00
0226 – Alienação de Bens	44 – Investimentos	47.203,00	44.510,33	94,30
Total		223.283.223,00	217.969.144,54	97,62

Fonte: Sistema Siafe-TO, em 10.02.2020.

Conforme tabela 2.2.3.1, observa-se que o orçamento autorizado da fonte 0100 – Recursos Próprios – resultou em R\$ 222.886.120,00, e que o mesmo alcançou 97,77% de execução. Já os recursos da fonte 0226 – Alienação de Bens – foram realizados em 94,30%. Por fim, os recursos da fonte 0104 - Recursos do Tesouro - Emendas Parlamentares não foram executados em 2019.

### 3.2.4 Alterações da Despesa Aprovada

A gestão das finanças das organizações públicas exige flexibilidade para sua realização. Nesse sentido, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) 2019 previu e a LOA 2019 autorizou alterações nas dotações aprovadas até o limite de 30%. Os diplomas legais também conferiram permissão aos Poderes e Unidades Autônomas para realizarem transferências entre as dotações orçamentárias do mesmo grupo de despesas e projeto/atividade.

Em agosto de 2019 foi registrado um excesso de arrecadação de cerca de R\$ 40 milhões no orçamento anual do Estado para o exercício de 2019, restando o decreto nº 5.953, de 30 de maio de 2019, o qual estabelecia o contingenciamento das despesas do orçamento anual para o exercício de 2019, revogado pelo Decreto de nº 5.981, de 14 de agosto de 2019. Com base nisso e em cumprimento ao parágrafo único do artigo 12 da LDO 2019, restou ao MPTO acréscimo de seu orçamento inicial no valor de R\$ 15.347.860,00, incluindo todas as fontes.

Tabela 3.2.4.1 – Alterações Orçamentárias em 2019, por Natureza da Alteração do Crédito, Ação Orçamentária e Grupo de Despesa, Unidade 070100- Procuradoria-Geral de Justiça

Natureza da Alteração de Crédito	Classificação da Ação	Grupo de Despesas		
		31 - Pessoal e Encargos Sociais	33 - Outras Despesas Correntes	44 - Investimentos
Concedidos	03.091.1170.1082	-	-1.294.418,00	-859.550,00
	03.122.1170.1127	-	-250.000,00	
	03.091.1173.2099	-	-22.000,00	-
	03.091.1173.2100	-	-28.000,00	-
	03.091.1173.2101	-	-7.503,00	-270.385,00
	03.131.1173.2148	-	-85.293,00	
	03.091.1173.2149	-	-225.753,00	-
	03.122.1144.2284	-	-5.007.975,00	-
	03.122.1144.2285	-	-151.880,00	-
	03.126.1144.2294	-	-171.000,00	-
	03.122.1144.2310	-	-2.269,00	-
03.121.1170.2339	-	-302.300,00	-	
Subtotal		-	-7.548.391,00	-1.129.935,00
Recebidos	03.122.1170.1023	-	-	3.075.149,00
	03.126.1170.1037	-	70.200,00	656.800,00
	03.091.1170.1088	-	-	47.203,00

Tabela 3.2.4.1 – Alterações Orçamentárias em 2019, por Natureza da Alteração do Crédito, Ação Orçamentária e Grupo de Despesa, Unidade 070100- Procuradoria-Geral de Justiça

Natureza da Alteração de Crédito	Classificação da Ação	Grupo de Despesas		
		31 - Pessoal e Encargos Sociais	33 - Outras Despesas Correntes	44 - Investimentos
	03.091.1173.2147	-	65.000,00	-
	03.122.1144.2210	-	101.307,00	-
	03.122.1144.2289	20.010.527,00	-	-
Subtotal		20.010.527,00	236.507,00	3.779.152,00
Total		20.010.527,00	-7.311.884,00	2.649.217,00

Fonte: Sistema Siafe-TO, em 10.02.2020.

Observa-se pela tabela 2.2.4.1, ao somarmos as modificações entre as dotações da Unidade, que as alterações orçamentárias atingiram 7,38% de mudança entre os valores iniciais de suas ações. Este resultado encontra-se dentro do limite estabelecido na LOA e LDO de 2019.

Concluída esta apresentação, passemos à análise da execução dos programas de trabalho de 2019.

### 3.3 Execução do Programa Temático: 1170 – Modernização e Governança da Justiça

O programa temático “1170-Modernização e Governança da Justiça” reúne as ações que traduzem o esforço de aperfeiçoamento organizacional. A realidade problematizada no programa parte do pressuposto de que a disponibilização de infraestrutura física e tecnológica adequada resulta em melhoria da atuação ministerial, que, conseqüentemente, fortalece a defesa do interesse coletivo.

Quadro 3.3.1 - Caracterização, Execução Orçamentária e Resultados dos Indicadores do Programa Temático 1170, conforme Revisão do PPA 2016-2019 (2019)

Denominação:	Modernização e Governança da Justiça
Objetivo:	Aperfeiçoar as estruturas de apoio à área-fim, racionalizando a gestão administrativa, proporcionando à atuação ministerial condições de trabalho com saúde, segurança e comodidade, bem como a proteção dos bens e sistemas.
Público-Alvo:	Sociedade tocantinense

Quadro 3.3.1 - Caracterização, Execução Orçamentária e Resultados dos Indicadores do Programa Temático 1170, conforme Revisão do PPA 2016-2019 (2019)

Dotação Orçamentária do Exercício 2019	Inicial: R\$ 11.673.362,00	Autorizada: R\$ 12.816.446,00	Empenhada: R\$ 10.347.441,67	
Indicadores				
Indicadores	Resultado 2016	Resultado 2017	Resultado 2018	Resultado 2019
Custo médio por processo, em (R\$)	494,00	507,00	418,00	531,59
Nota obtida na autoavaliação da Gestão pelo Programa GESPÚBLICA – Nota Padrão	586	586	586	586

Fonte: Sistema Siafe-TO, em 10.02.2020, PPA 2016 – 2019 e DEPLAN/DG/PGJ.

O quadro 2.3.1 apresenta um resumo do ocorrido no programa “1170 - Modernização e Governança da Justiça” no ano de 2019. Observa-se que a execução do orçamento obteve 80,73% do total autorizado (valor empenhado sobre o total autorizado). Este índice retrata um avanço em relação ao ano anterior, quando a execução do orçamento para o programa em questão foi de 73,68%.

A partir do objetivo do programa, foram estabelecidas 06 metas, conforme apresentado na Tabela 2.3.1. Percebe-se que o principal destaque foi a meta “Manter 42 Unidades com Tecnologia de Informação Estruturada (equipamentos e sistemas) e Manter 42 Unidades do Ministério Público em Condições Físicas e Mobiliárias Adequadas ao Trabalho dos Integrantes do Ministério Público” que atingiram 100% de alcance, em relação ao previsto para 2019, evidenciando a preocupação da Alta Administração em melhorar continuamente a infraestrutura disponível para a realização das atividades dos órgãos de execução e unidades administrativas do MPTO.

Tabela 3.3.1 Metas Previstas e Realizadas do Programa 1170, conforme Revisão do PPA 2016-2019 (2019)

Descrição da meta	Regionalização	Meta 2016-2019(A)	Realizado 2019(B)	% (B/A)
Alcançar 90% de integração nos sistemas de TIC do Ministério Público	Estadual	90	90	100
Ampliar a média de horas de capacitação por membros e servidores para 10 horas	Estadual	10	32,52	325,20
	Região de Planejamento Bico do Papagaio	1	1	100

Tabela 3.3.1 Metas Previstas e Realizadas do Programa 1170, conforme Revisão do PPA 2016-2019 (2019)

Descrição da meta	Regionalização	Meta 2016-2019(A)	Realizado 2019(B)	% (B/A)
Construir 06 sedes de Promotorias de Justiça	Região de Planejamento Central	0	0	0
	Região de Planejamento Centro-Oeste	0	0	0
	Região de Planejamento Nordeste	0	0	0
	Região de Planejamento Noroeste	1	1	1
	Região de Planejamento Norte	0	0	0
	Região de Planejamento Sul	1	1	1
Manter 42 unidades com Tecnologia de Informação estruturada (equipamentos e sistemas)	Estadual	42	42	100
Manter 42 unidades do Ministério Público em condições físicas e mobiliárias adequadas ao trabalho dos Integrantes do Ministério Público	Estadual	42	42	100
Renovar 70% da frota de veículos com mais de 5 anos de uso	Estadual	70	30,18	43,11

Fonte: PPA 2016 – 2019 e DEPLAN/DG/PGJ.

É por meio dos projetos e atividades que o MPTO busca concretizar os objetivos do programa temático “1170 – Modernização e Governança da Justiça”. Este programa é composto por 06 ações, sendo 05 classificadas como projetos e 01 como atividade.

### 3.3.1 Ação 1082 – Realização de Adequações Físicas e Mobiliárias do Ministério Público

A finalidade desta ação é oferecer condições físicas adequadas ao desenvolvimento das ações ministeriais, visando ao melhor atendimento da população tocantinense. A meta física proposta para a ação no exercício de 2019 foi manter 50% das

unidades em condições físicas e mobiliárias adequadas, tendo sido estabelecida a meta financeira de R\$ 3.108.106,00 como suporte de recursos.

Quadro 3.3.1.1 – Caracterização, Metas Físicas e Financeiras da Ação Projeto 1082, conforme Revisão do PPA 2016-2019 (2019).

Título	Realização de adequações físicas e mobiliarias do Ministério Público			
Descrição:	A adequação das unidades do Ministério Público do Estado do Tocantins será realizada mediante a realização de reformas, ampliações e adequações, aquisição de móveis, eletrodomésticos e outros equipamentos necessários para execução dos trabalhos, tendo como etapas: análise de demanda, abertura de licitação ou procedimento de dispensa, realização dos serviços ou recebimento de equipamentos e distribuição nas unidades demandantes.			
Meta Física				
Produto	Unidade de medida	Planejado (A)	Executado (B)	% (B/A)=C
Unidade adequada	Porcentagem	50%	50%	100,00%
Meta Financeira (em R\$ 1,00)				
Dotação inicial (A)	Dotação autorizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	%(C/B)= E
5.262.074,00	3.108.106,00	2.107.632,99	1.219.646,73	67,81%

Fonte: Sistema Siafe-TO, em 10.02.2020, PPA 2016 – 2019 e DEPLAN/DG/PGJ.

O quadro 3.3.1.1 resume o ocorrido no exercício de 2019 com a ação 1082. Constata-se que a meta física alcançou 100% do percentual planejado e a meta financeira resultou em 67,81% de execução.

Foram empenhados R\$ 2.107.632,99 na ação 1082. Desta forma, os resultados restaram satisfatórios, mostrando assim o alto nível de preocupação da Instituição em oferecer condições físicas adequadas ao desenvolvimento das ações ministeriais.

Os recursos da ação foram empenhados conforme subitem de despesas da tabela 3.3.1.1.

Tabela 3.3.1.1 - Valores Empenhados da Ação 1082, por Subitem de Despesas, em 2019

Subitem de Despesas (Manual Técnico de Orçamento – Seplan 2019)	Valor	% Total
30.22 - Material de Limpeza e Produtos de Higienização	7.515,00	0,36%
30.42 - Ferramentas	16.520,00	0,78%
39.16 - Manutenção e Conservação de Bens Imóveis	551.788,09	26,18%

Tabela 3.3.1.1 - Valores Empenhados da Ação 1082, por Subitem de Despesas, em 2019

Subitem de Despesas (Manual Técnico de Orçamento – Seplan 2019)	Valor	% Total
39.17 - Instalação, Manutenção e Conservação de Máquinas e Equipamentos	85.403,99	4,05%
51.93 – Benfeitorias ou Melhorias - Edifícios	273.000,06	12,95%
52.06 - Aparelho e Equipamentos para Comunicação	7.835,00	0,37%
52.08 - Aparelhos, Equipamentos Laboratoriais e Hospitalares e Utensílios Médicos, Odontológicos	666,49	0,03%
52.12 - Aparelhos e Utensílios Domésticos	204.049,79	9,68%
52.32 – Maquinas e Equipamentos Gráficos	7.600,00	0,36%
52.33 - Equipamentos p/ Áudio, Vídeo e Foto	45.612,80	2,16%
52.35 – Equipamentos de Tecnologia da Informação	22.692,00	1,08%
52.38 - Máquinas, Ferramentas e Utensílios para Oficina	860,00	0,04%
52.42 - Mobiliário em Geral	882.869,23	41,89%
52.45 – Aparelhos e Inst. Tec. de Med. Teste e Controle	1.220,00	0,06%
Total	2.107.632,99	100,00%

Fonte: Sistema Siafe-TO, em 10.02.2020.

### 3.3.2 Ação 1088 – Renovação da Frota de Veículos do Ministério Público

A ação desta seção tem por objetivo oferecer condições de transporte adequadas ao desenvolvimento das ações ministeriais, visando o melhor atendimento da sociedade tocantinense. A meta física proposta para a ação no exercício de 2019 foi adquirir 24 veículos para o MPTO, tendo sido estabelecida a meta financeira de R\$ 1.212.203,00 como suporte de recursos.

Quadro 3.3.2.1– Caracterização, Metas Físicas e Financeiras da Ação Projeto 1088, conforme Revisão do PPA 2016-2019 (2019)

Título	Renovação da frota de veículos do Ministério Público			
Descrição:	Aquisição de veículos visando substituição de frota obsoleta e sua ampliação, quando possível, compreendendo as seguintes etapas: análise da demanda; abertura de processo licitatório; recebimento dos veículos; distribuição dos veículos para as unidades demandantes.			
Meta Física				
Produto	Unidade de medida	Planejado (A)	Executado (B)	% (B/A)=C
Veículo adquirido	Unidade	24	16	66,66%
Meta Financeira (em R\$ 1,00)				
Dotação inicial (A)	Dotação autorizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	%(C/B)= E
1.165.000,00	1.212.203,00	946.659,20	682.209,20	78,09%

Quadro 3.3.2.1– Caracterização, Metas Físicas e Financeiras da Ação Projeto 1088, conforme Revisão do PPA 2016-2019 (2019)

Fonte: Sistema Siafe-TO, em 10.02.2020, PPA 2016 – 2019 e DEPLAN/DG/PGJ.

O quadro 3.3.2.1 resume o ocorrido no exercício de 2019 com a ação 1088 – Renovação da Frota de Veículos do Ministério Público. Verifica-se que a meta física executada foi 66,66% e a meta financeira foi executada em 78,09%.

Tabela 3.3.2.1 - Valores Empenhados da Ação 1088, por Subitem de Despesas, em 2019

Subitem de Despesas (Manual Técnico de Orçamento – Seplan 2019)	Valor	% Total
52.52 – Veículos de tração mecânica	946.659,20	100,00%
Total	946.659,20	100,00%

Fonte: Sistema Siafe-TO, em 10.02.2020.

### 3.3.3 Ação 1023 – Construção de Sedes de Promotorias de Justiça

O projeto construção de sedes de promotorias de Justiça tem por objetivo proporcionar infraestrutura adequada e permanente às unidades do MPTO, para o atendimento efetivo e de qualidade aos cidadãos usuários de seus serviços. A meta física proposta para a ação no exercício de 2019 foi a construção de 03 sedes de promotorias, em Gurupi, Colmeia e Araguatins, tendo sido estabelecida a meta financeira de R\$ 4.865.149,00 como suporte de recursos.

Quadro 3.3.3.1 – Caracterização, Metas Físicas e Financeiras da Ação Projeto 1023, conforme Revisão do PPA 2016-2019(2019)

Título	Construção de sedes de Promotorias de Justiça			
Descrição	Construção das unidades do Ministério Público, tendo como etapas: contratação de empresa especializada para elaboração de projeto arquitetônico, quando necessário; elaboração de projetos básicos; processo licitatório; contratação de empresa especializada para construção; acompanhamento e recebimento final da obra.			
Meta Física				
Produto	Unidade de medida	Planejado (A)	Executado (B)	% (B/A)=C
Unidades construídas	Porcentagem	3	2	66,66%
Meta Financeira (em R\$ 1,00)				
Dotação inicial (A)	Dotação autorizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	%(C/B)= E
1.790.000,00	4.865.149,00	3.989.599,56	733.365,35	82,00%

Fonte: Sistema Siafe-TO, em 10.02.2020, PPA 2016 – 2019 e DEPLAN/DG/PGJ.

O quadro 3.3.3.1 resume o ocorrido no exercício de 2019 com a ação 1023. Constata-se que a meta física foi executada em 66,66% e a meta financeira resultou em 82,00% de cumprimento do planejado.

O percentual mediano de execução da meta física representa a construção em andamento das sedes de Promotorias de Gurupi, Colmeia e Araguatins, estando todas elas com conclusão prevista para o 1º semestre de 2020.

Os recursos da ação empenharam-se para aprovação do projeto de construção do Anexo I da sede da Procuradoria-Geral de Justiça em Palmas-TO, conforme subitens de despesas da tabela 3.3.3.1.

Tabela 3.3.3.1 - Valores Empenhados da Ação 1023, por Subitem de Despesas, em 2019

Subitem de Despesas (Manual Técnico de Orçamento – Seplan 2019)	Valor	% Total
51.80 – Estudos, Projetos, Supervisão e Fiscalização	4.500,00	0,11%
51.91 – Obras em Andamento	3.985.099,56	99,89%
Total	3.989.599,56	100,00%

Fonte: Sistema Siafe-TO, em 10.02.2020.

### 3.3.4 Ação 1037 – Estruturação de Tecnologia da Informação para as Unidades do MPTO

A finalidade desta ação é oferecer recursos modernos à gestão da informação para o desenvolvimento das atividades do MPTO, visando prestar um serviço de qualidade e eficaz para a sociedade tocantinense. A meta física proposta para a ação no exercício de 2019 foi manter 90% das unidades com estruturas tecnológicas adequadas, tendo sido estabelecida a meta financeira e R\$ 3.370.288,00 como suporte de recursos.

Quadro 3.3.4.1 – Caracterização, Metas Físicas e Financeiras da Ação Projeto 1037, conforme Revisão do PPA 2016-2019 (2019)

Título	Estruturação de tecnologia da informação para unidades do Ministério Público do Tocantins
Descrição:	Estruturação das Unidades do MPTO para atender aos projetos e demandas de Tecnologia da Informação, como novos sistemas, projeto de videoconferência,

Quadro 3.3.4.1 – Caracterização, Metas Físicas e Financeiras da Ação Projeto 1037, conforme Revisão do PPA 2016-2019 (2019)

	projeto de telefonia por IP, serviços on-line e outros projetos que vierem a ser desenvolvidos; estruturação da rede lógica; estruturação da segurança eletrônica dos dados; disponibilização de novos hardwares para atender às demandas das Unidades do MPTO, com a aquisição de computadores, impressoras, scanner ou qualquer outro equipamento de informática necessário para cumprimento dos objetivos.			
<b>Meta Física</b>				
Produto	Unidade de medida	Planejado (A)	Executado (B)	% (B/A)=C
Unidade estruturada tecnologia adequada	Percentual	90%	100%	111,11%
<b>Meta Financeira (em R\$ 1,00)</b>				
Dotação inicial (A)	Dotação autorizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	%(C/B)= E
2.643.288,00	3.370.288,00	3.231.414,34	2.201.546,77	95,87%

Fonte: Sistema Siafe-TO, em 10.02.2020, PPA 2016 – 2019 e DEPLAN/DG/PGJ.

O quadro 3.3.4.1 resume o ocorrido no exercício de 2019 com a ação “Estruturação de Tecnologia da Informação para Unidades do Ministério Público do Tocantins”. Constata-se que a meta física ultrapassou em 11,11% o previsto, havendo economia de recursos, pois a meta financeira resultou em 95,87% do planejado.

Os recursos da ação foram empenhados conforme subitens de despesas da tabela 3.3.4.1.

Tabela 3.3.4.1 - Valores Empenhados da Ação 1037, por Subitem de Despesas, em 2019

Subitem de Despesas (Manual Técnico de Orçamento – Seplan 2019)	Valor	% Total
40.03 – Des. Man. Corretiva Adaptativa e Sustentação de Softwares	32.500,00	1,01%
40.04 – Suporte aos Usuários de TIC	4.337,17	0,13%
40.06 – Serviços Técnicos e Profissionais de TIC (Pessoa Jurídica)	62.520,00	1,93%
40.07 – Comunicação de Dados e Redes em Geral	220.456,24	6,82%
40.08 – Telefonia Fixa	57.379,80	1,78%
40.13 – Certificação Digital	8.194,49	0,25%
40.14 – Outros Serviços de TIC	338,97	0,01%
40.16 – Aquisição de Software e Licença de Software (Personalizados)	43.201,62	1,34%
52.06 – Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	100.883,74	3,12%
52.35 – Equipamentos de Tecnologia da Informação	2.698.123,46	83,50%
52.38 – Máquinas, Ferramentas e Utensílios de Oficinas	1.978,85	0,06%
52.39 – Equipamentos Hidráulicos e Elétricos	1.500,00	0,05%

Tabela 3.3.4.1 - Valores Empenhados da Ação 1037, por Subitem de Despesas, em 2019

Subitem de Despesas (Manual Técnico de Orçamento – Seplan 2019)	Valor	% Total
Total	3.231.414,34	100,00%

Fonte: Sistema Siafe-TO, em 10.02.2020, PPA 2016 – 2019 e DEPLAN/DG/PGJ.

### 3.3.5 Ação 2339 – Realização de Ações para Implementação e Execução do PEN-MP

A ação visa atender à Resolução nº 147/2016 – CNMP, norma que dispõe sobre o Planejamento Estratégico Nacional do Ministério Público e estabelece diretrizes sobre a matéria no Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP, nas unidades e nos ramos do Ministério Público.

A meta física proposta para a ação no exercício de 2019 foi apoiar 05 iniciativas de implementação do Planejamento Estratégico Nacional do Ministério Público (Pen-MP), tendo sido estabelecida a meta financeira de R\$ 260.700,00 como suporte de recursos.

Quadro 3.3.5.1 – Caracterização, Metas Físicas e Financeiras da Ação Atividade 2339, conforme Revisão do PPA 2016-2019 (2019)

Título	Realização de Ações para Implementação e Execução do PEN-MP			
Descrição:	Realização de ações para o aperfeiçoamento e inovação da gestão pública no âmbito do Ministério Público, compreendendo melhorias nas áreas de gestão de pessoas, de organização e funcionamento da administração, acervo documental e bibliográfico, pactuação de resultados e sistemas de incentivos e de avaliação de desempenho, aperfeiçoamento e inovação da gestão dos órgãos e promoção da gestão do conhecimento e da cooperação em gestão pública, com a finalidade de orientar a ação para resultados, com foco no cidadão, com eficiência e qualidade do gasto público.			
<b>Meta Física</b>				
Produto	Unidade de medida	Planejado (A)	Executado (B)	% (B/A)=C
Iniciativa Apoiada	Unidade	5	4	80%
<b>Meta Financeira (em R\$ 1,00)</b>				
Dotação inicial (A)	Dotação autorizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	%(C/B)= E
563.000,00	260.700,00	72.135,58	72.135,58	27,67%

Fonte: Sistema Siafe-TO, em 10.02.2020, PPA 2016 – 2019 e DEPLAN/DG/PGJ.

O quadro 3.3.5.1 resume o ocorrido no exercício de 2019 com a ação 2339. Constatase que a meta física alcançou 80% do estabelecido no planejamento, sendo este percentual representado pelos projetos “Fazendo Mais: Gestão de Processos no MPTO”,

“Gestão Documental”, ”Elaboração, Gerenciamento e Monitoramento do Planejamento Estratégico 2020/2029” e “Implantação do SEI”. A meta financeira foi executada 27,67%.

Tabela 3.3.5.1 - Valores Empenhados da Ação 2339, por Subitem de Despesas, em 2019

Subitem de Despesas (Manual Técnico de Orçamento – Seplan 2019)	Valor	% Total
14.01 – Diárias no País – Civil	70.735,58	98,06%
39.10 – Locação de Imóveis	1.400,00	1,94%
Total	72.135,58	100,00%

Fonte: Sistema Siafe-TO, em 04.02.2019.

### 3.3.6 Ação 1127 – Realização de Concursos Públicos para Membros e Servidores do Ministério Público

A fim de viabilizar o ingresso de servidores no quadro de pessoal, visando suprir a demanda operacional da Instituição, foi proposta a ação 1127. A meta física prevista para a ação no exercício de 2019 foi realizar 01 concurso para membros e 01 concurso para servidores do MPTO, tendo sido estabelecida a meta financeira de R\$ 250.000,00 como suporte de recursos.

Quadro 3.3.6.1 – Caracterização, Metas Físicas e Financeiras da Ação Projeto 1127, conforme Revisão do PPA 2016-2019 (2019)

Título	Realização de Concursos Públicos para Membros e Servidores do Ministério Público			
Descrição:	Viabilizar o ingresso de servidores no quadro de pessoal, visando suprir a demanda operacional do Ministério Público. Definição de número de vagas; elaboração de edital para contratação empresa especializada para realização de concurso; licitação/contratação de empresa para realização de certame; elaboração do edital de concurso; efetivação das inscrições e realização do concurso.			
<b>Meta Física</b>				
Produto	Unidade de medida	Planejado (A)	Executado (B)	% (B/A)=C
Concurso Realizado	Unidade	1	0	0,00%
<b>Meta Financeira (em R\$ 1,00)</b>				
Dotação inicial (A)	Dotação autorizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	%(C/B)= E
250.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00%

Fonte: Sistema Siafe-TO, em 10.02.2020, PPA 2016 – 2019 e DEPLAN/DG/PGJ.

O quadro 3.3.6.1 resume o ocorrido no exercício de 2019 com a ação 1127. Constata-se que a meta física e a meta financeira não foram executadas, pois devido ao

agravamento da crise fiscal do Estado, a projeção do índice de despesa com pessoal do MPTO não comportava, no momento, o ingresso de novos integrantes.

### 3.4 Execução do Programa Temático: 1173 – Justiça

O programa temático “1173 - Justiça” planifica a missão constitucional desta Instituição. A partir da perspectiva do programa, a realidade problematizada parte do pressuposto de que o interesse coletivo é vulnerável e se encontra sob constante ameaça, necessitando da atuação ministerial para defendê-lo.

Quadro 3.4.1 - Caracterização, Execução Orçamentária e Resultados dos Indicadores do Programa Temático 1173, conforme Revisão do PPA 2016-2019 (2019)

Denominação:	Justiça			
Objetivo	Promover a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis por meio de fiscalização das políticas nas áreas de educação, de saúde, de direitos humanos, medidas socioeducativas, de proteção, voltadas aos dependentes químicos, aos portadores de necessidades especiais e à pessoa com deficiência, além do combate à criminalidade, à exploração sexual infantojuvenil, violência doméstica, crimes eleitorais, crimes contra os consumidores e desvio de recursos públicos.			
Público-Alvo	Sociedade tocaninense			
Dotação Orçamentária do Exercício 2019	Inicial: R\$ 5.476.958,00	Autorizada: R\$ 4.903.024,00	Empenhada: R\$ 4.322.370,98	
Indicadores				
Indicador	Resultado 2017	Resultado 2018	Resultado 2019	
Total Anual de Ações dos Membros do MP/TO	373.328	427.997	410.032	

Fonte: Sistema Siafe-TO, em 10.02.2020, PPA 2016 – 2019 e DEPLAN/DG/PGJ.

O quadro 3.4.1 apresenta o resumo do ocorrido no programa “1173-Justiça” em 2019. Observa-se que a priorização da execução do orçamento autorizado (88,15% do total autorizado foi empenhado) permitiu o alcance dos resultados pretendidos, pois o número de ações dos membros do Ministério Público, indicador do Programa, atingiu a cifra de 410.032 ações.

A partir do objetivo do Programa, foram propostas 14 metas, conforme apresentado na tabela 3.4.1. Utilizando o Relatório de Atividade Funcional (RAF) e relatórios setoriais de acompanhamento, foi possível apurar o resultado de 14 dessas metas.

Ainda conforme a tabela 2.4.1, percebe-se que o destaque foi a meta “Promover 1.960 ações exigindo o cumprimento do direito à educação até 2019”, que já atingiu 127% em relação ao previsto para 2019. Outras metas que se destacaram em 2019 por terem alcançado bom resultado foram: “Promover 4.742 ações voltadas a defesa dos direitos dos consumidores até 2019” (61%) e “Promover 1.620 ações exigindo o cumprimento dos direitos dos idosos até 2019” (50%).

Tabela 3.4.1 Metas Previstas e Realizadas do Programa 1173, conforme Revisão do PPA 2016-2019 (2019)

Descrição da meta	Regionalização	Meta 2016-2019(A)	Realizado 2019(B)	% (B/A)
Promover 304 ações exigindo o cumprimento dos direitos das pessoas com deficiência até 2019	Estadual	304	114	37,5%
Promover 1.960 ações exigindo o cumprimento do direito à educação até 2019	Estadual	1.960	2.489	127%
Promover 10.864 ações voltadas para o controle externo da atividade policial até 2019	Estadual	2.888	688	24%
Promover 114.311 ações na defesa dos direitos da criança e do adolescente até 2019	Estadual	114.311	38.677	34%
Promover 4.742 ações voltadas a defesa dos direitos dos consumidores até 2019	Estadual	4.742	2.907	61%
Promover 3.500 ações voltadas para o combate ao crime organizado até 2019	Estadual	3.500	733	21%
Promover 36.254 ações exigindo o cumprimento do direito à saúde até 2019	Estadual	36.254	12.338	34%
Promover 1.620 ações exigindo o cumprimento dos direitos dos idosos até 2019	Estadual	1.620	803	50%
Promover 20.966 ações voltadas ao combate à improbidade e à recuperação de ativos até 2019	Estadual	20.966	7.459	36%
Promover 57.288 ações voltadas ao cumprimento do direito eleitoral até 2019	Estadual	57.288	3.481	6%
Promover 49.033 ações voltadas à defesa do meio ambiente e da ordem urbanística até 2019	Estadual	49.033	9.246	19%
Promover 455.738 ações voltadas para o combate à criminalidade até 2019	Estadual	455.738	168.238	37%

Tabela 3.4.1 Metas Previstas e Realizadas do Programa 1173, conforme Revisão do PPA 2016-2019 (2019)

Descrição da meta	Regionalização	Meta 2016-2019(A)	Realizado 2019(B)	% (B/A)
Promover 76.826 ações voltadas para o aperfeiçoamento do sistema penal e das medidas alternativas até 2019	Estadual	76.826	23.845	31%
Promover 91.390 ações voltadas para o combate à violência doméstica até 2019	Estadual	91.390	28.738	31%

Fonte: PPA 2016 – 2019 e DEPLAN/DG/PGJ.

Passemos ao detalhamento das ações que compõem o Programa, por meio das quais o MPTO manifesta seu empenho no sentido de alcançar os objetivos propostos. O Programa é formado por 06 ações, sendo as 06 classificadas como atividade.

### 3.4.1 Ação 2099 – Manutenção das Ações da Corregedoria-Geral do Ministério Público

A finalidade da ação 2099 é propiciar instrumentos de avaliação e correição das metas de desempenho das atividades e deveres funcionais dos membros do MPTO, por meio dos programas de fiscalização, inspeções, correições permanentes e procedimentos disciplinares, com o fim de contribuir para a maior celeridade na manifestação processual, no trâmite dos procedimentos e no tempo de solução do problema e com prestígio institucional. A meta física prevista para a ação no exercício de 2019 foi manter as atividades da Corregedoria-Geral do MPTO, tendo sido estabelecida a meta financeira de R\$ 48.000,00 como suporte de recursos.

Quadro 3.4.1.1 – Caracterização, Metas Físicas e Financeiras da Ação Atividade 2099, conforme Revisão do PPA 2016-2019 (2019)

Título	Manutenção das Ações da Corregedoria-Geral do Ministério Público			
Descrição:	Realização de Correição, inspeção, atos pertinentes a processo disciplinar, mediante deslocamento do Corregedor-Geral e servidores da Corregedoria, bem como realização das atividades inerentes à avaliação de estágio probatório, avaliação de metas de desempenho das atividades e deveres funcionais do Ministério Público, cadastro dos dados da avaliação, elaboração de relatório de vitaliciamento e apuração das infrações disciplinares.			
<b>Meta Física</b>				
Produto	Unidade de medida	Planejado (A)	Executado (B)	% (B/A)=C
Corregedoria mantida	Unidade	1	1	100%
<b>Meta Financeira (em R\$ 1,00)</b>				

Quadro 3.4.1.1 – Caracterização, Metas Físicas e Financeiras da Ação Atividade 2099, conforme Revisão do PPA 2016-2019 (2019)

Dotação inicial (A)	Dotação autorizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	%(C/B)= E
70.000,00	48.000,00	40.441,59	40.441,59	84,25%

Fonte: Sistema Siafe-TO, em 10.02.2020, PPA 2016 – 2019 e DEPLAN/DG/PGJ.

O quadro 3.4.1.1 resume o ocorrido no exercício de 2019 com a ação 2099. Constata-se que a meta física atingiu a planejada e a meta financeira resultou em 84,25% do planejado. Permitindo a manutenção das atividades da Corregedoria-Geral do MPTO.

Os recursos da ação foram empenhados conforme subitens de despesas da tabela 3.4.1.1.

Tabela 3.4.1.1 - Valores Empenhados da Ação 2099, por Subitem de Despesas, em 2019

Subitem de Despesas (Manual Técnico de Orçamento – Seplan 2019)	Valor	% Total
14.01 – Diárias – Pessoal Civil no País	40.441,59	100,00%
Total	40.441,59	100,00%

Fonte: Sistema Siafe-TO, em 10.02.2020.

### 3.4.2 Ação 2100 – Manutenção do Serviço de Atendimento ao Cidadão e da Ouvidoria do Ministério Público

A finalidade da ação 2100 é facilitar o diálogo com o cidadão, aproximando o MPTO da sociedade. A meta física prevista para a ação no exercício de 2019 foi manter o funcionamento da Ouvidoria do MPTO, tendo sido estabelecida a meta financeira de R\$ 15.000,00 como suporte de recursos.

Quadro 3.4.2.1 – Caracterização, Metas Físicas e Financeiras da Ação 2100, conforme Revisão do PPA 2016-2019 (2019)

Título	Manutenção do Serviço de Atendimento ao Cidadão e da Ouvidoria do Ministério Público.			
Descrição	Manter a Ouvidoria do Ministério Público com o custeio de seus programas, projetos e ações, inclusive quanto aos deslocamentos de sua equipe para as ações, aquisição de serviços e materiais específicos para sua atuação.			
Meta Física				
Produto	Unidade de medida	Planejado (A)	Executado (B)	%(B/A)=C

Quadro 3.4.2.1 – Caracterização, Metas Físicas e Financeiras da Ação 2100, conforme Revisão do PPA 2016-2019 (2019)

Ouvidoria mantida	Unidade	1	1	100%
Meta Financeira (em R\$ 1,00)				
Dotação inicial (A)	Dotação autorizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	%(C/B)= E
43.000,00	15.000,00	5.466,12	5.466,12	36,44%

Fonte: Sistema Siafe-TO, em 10.02.2020, PPA 2016 – 2019 e DEPLAN/DG/PGJ.

O quadro 3.4.2.1 resume o ocorrido no exercício de 2019 com a ação 2100. Constata-se que a meta física atingiu a proposta, houve economia de recursos, pois a meta financeira resultou em 36,44% do planejado, entretanto, não houve prejuízo para manutenção da Ouvidoria do MPTO.

Os recursos da ação foram empenhados conforme subitem de despesas da tabela 3.4.2.1.

Tabela 3.4.2.1 - Valores Empenhados da Ação 2100, por Subitem de Despesas, em 2019

Subitem de Despesas (Manual Técnico de Orçamento – Seplan 2019)	Valor	% Total
14.01 – Diárias – Pessoal Civil no País	5.466,12	100,00%
Total	5.466,12	100,00%

Fonte: Sistema Siafe-TO, em 10.02.2020.

### 3.4.3 Ação 2101 – Manutenção das Ações de Inteligência, Contraineligência e Segurança Institucional

A ação 2101 tem como objetivo permitir a coleta de informações destinadas a identificar, entender, revelar, prevenir e assessorar os órgãos de execução no efetivo combate a todas as formas de criminalidade e garantir a segurança institucional de membros e servidores do MPTO. A meta física prevista para a ação no exercício de 2019 foi manter o Núcleo de Inteligência e Segurança Institucional (NIS), tendo sido estabelecida a meta financeira de R\$ 3.803.478,00 como suporte de recursos.

Quadro 3.4.3.1 – Caracterização, Metas Físicas e Financeiras da Ação Atividade 2101, conforme Revisão do PPA 2016-2019 (2019)

Título	Manutenção das ações de inteligência, contrainteligência e segurança institucional		
Descrição:	Criação, implantação, gerenciamento e difusão da doutrina e do sistema de inteligência do Ministério Público; disponibilização de recursos financeiros para atender às atividades de inteligência, contra inteligência e segurança institucional; deslocamentos de Integrantes do NIS para a realização de atividades; ampliação da plataforma de interceptação de monitoramento de sinais – Guardião e de outros produtos do sistema de inteligência e contra inteligência do MPE; atuação de forma integrada e funcionamento em instalações próprias, contando com equipamentos, mobiliário, armamento e veículos necessários à preservação da segurança institucional e ao desempenho das atribuições do NIS.		
Meta Física			
Produto	Unidade de medida	Planejado (A)	Executado (B)
NIS mantido	Porcentagem	100	100
Meta Financeira (em R\$ 1,00)			
Dotação inicial (A)	Dotação autorizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)
4.081.366,00	3.803.478,00	3.506.182,44	3.169.202,88

Fonte: Sistema Siafe-TO, em 10.02.2020, PPA 2016 – 2019 e DEPLAN/DG/PGJ

O quadro 3.4.3.1 resume o ocorrido no exercício de 2019 com a ação 2101. Consta-se que a meta física atingiu a proposta, houve disponibilidade de recursos, pois a meta financeira resultou em 92,18% do planejado. Os recursos permitiram o financiamento das despesas com segurança e com as missões da equipe do NIS na execução de suas atividades.

Os recursos da ação foram empenhados conforme subitem de despesas da tabela 3.4.3.1.

Tabela 3.4.3.1 – Valores Empenhados da Ação 2101, por Subitem de Despesas, em 2019

Subitem de Despesas (Manual Técnico de Orçamento – Seplan 2018)	Valor	% Total
14.01 – Diárias – Pessoal Civil no País	23.708,24	0,68%
15.01 – Diárias – Pessoal Militar no País	12.078,41	0,34%
30.17 – Material de Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC	5.628,80	0,16%
30.24 – Material p/ Manutenção de Bens Imóveis/Instalação	18,00	0,00%
30.26 – Material Elétrico e Eletrônico	1.550,00	0,04%
37.03 – Vigilância Ostensiva	2.816.516,98	80,33%
39.14 – Locação de Bens Moveis Outras Nat. e Intangíveis	227.943,17	6,50%
39.16 – Manutenção e Conservação de Bens Imóveis	6.260,59	0,18%
39.17 – Instalação, Manutenção e Conservação de Máquinas e Equipamentos	34.281,34	0,98%
39.82 – Vigilância Monitorada	254.120,47	7,25%
40.05 – Suporte de Infraestrutura de TIC	115.911,44	3,31%
52.33 – Equipamentos p/ Áudio, Vídeo e Foto	5.265,00	0,15%

Tabela 3.4.3.1 – Valores Empenhados da Ação 2101, por Subitem de Despesas, em 2019

Subitem de Despesas (Manual Técnico de Orçamento – Seplan 2018)	Valor	% Total
52.35 – Equipamentos de Processamento de Dados	2.900,00	0,08%
Total	3.506.182,44	100,00%

Fonte: Sistema Siafe-TO, em 10.02.2020.

### 3.4.4 Ação 2147 – Realização das Ações de Combate às Organizações Criminosas

A finalidade da ação 2147 é garantir a atuação de forma sistemática no combate ao crime organizado. A meta física prevista para a ação no exercício de 2019 foi realizar 3.500 ações de combate ao crime organizado, tendo sido estabelecida a meta financeira de R\$ 80.000,00 como suporte de recursos.

Quadro 3.4.4.1 – Caracterização, Metas Físicas e Financeiras da Ação Atividade 2147, conforme Revisão do PPA 2016-2019 (2019)

Título	Realização das Ações de Combate às Organizações Criminosas			
Descrição	Realização de atividades de combate ao crime organizado e investigações complexas mediante o deslocamento de Membros e Servidores e outras atividades necessárias; realização de convênio com os órgãos envolvidos no combate ao crime organizado, polícias civil, militar, federal e rodoviária federal, com vistas a criar um sistema de informação que contenha registros criminais unificados; controle de grupos organizados nos presídios; promoção de reuniões conjuntas com todos órgãos de execução da instituição envolvidos com a criminalidade e também com instituições externas, a fim de trocarem experiências e adequarem planos de ação que envolvam o controle regional da atividade policial.			
<b>Meta Física</b>				
Produto	Unidade de medida	Planejado (A)	Executado (B)	% (B/A)=C
Ação de combate ao crime organizado	Unidade	3.500	733	20,94%
<b>Meta Financeira (em R\$ 1,00)</b>				
Dotação inicial (A)	Dotação autorizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	%(C/B)= E
15.000,00	80.000,00	35.043,42	35.043,42	43,80%

Fonte: Sistema Siafe-TO, em 10.02.2020, PPA 2016 – 2019 e DEPLAN/DG/PGJ.

O quadro 3.4.4.1 resume o ocorrido no exercício de 2019 com a ação 2147. Constata-se que a meta física atingiu 20,94% do planejado. Os recursos, utilizados na ordem de 43,80%, permitiram o financiamento das despesas com as missões da equipe do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) na execução de suas atividades.

Os recursos da ação foram empenhados conforme subitem de despesas da tabela 3.4.4.1.

Tabela 2.4.4.1 – Valores Empenhados da Ação 2147, por Subitem de Despesas, em 2019

Subitem de Despesas (Manual Técnico de Orçamento – Seplan 2019)	Valor	% Total
14.01 – Diárias – Pessoal Civil no País	24.044,94	68,61%
15.01 – Diárias – Pessoal Militar no País	10.998,48	31,39%
Total	35.043,42	100,00%

Fonte: Sistema Siafe-TO, em 04.02.2019.

### 3.4.5 Ação 2149 – Realização das Ações para Defesa do Interesse Público no Processo Judicial

A finalidade da ação 2149 é buscar o reconhecimento do MPTO como Instituição acessível à população, independente, moderna e integrada, reconhecida por sua transparência e atuação eficaz na defesa da cidadania, meio ambiente e no combate à corrupção e toda forma de criminalidade. A meta física prevista para a ação no exercício de 2019 foi realizar 340.842 procedimentos, tendo sido estabelecida a meta financeira de R\$ 795.770,00 como suporte de recursos.

Quadro 3.4.5.1 – Caracterização, Metas Físicas e Financeiras da Ação Atividade 2149, conforme Revisão do PPA 2016-2019 (2019)

Título	Realização das Ações para Defesa do Interesse Público no Processo Judicial e extrajudicial			
Descrição	Realização de serviços para a sociedade mediante a atuação finalística dos membros do Ministério Público do Estado do Tocantins, através da manutenção das atividades e dos deslocamentos dos membros e servidores das Promotorias e Procuradorias de Justiça no exercício de suas funções; realização de efetivo apoio operacional à atuação institucional do Ministério Público do Estado do Tocantins, mediante o custeio das atividades e dos deslocamentos de membros e servidores dos Centros de Apoio Operacional; e a realização de ações, por meio de convênios, acordos ou instrumentos congêneres, para criação, estruturação e manutenção de novos serviços de apoio operacional.			
<b>Meta Física</b>				
Produto	Unidade de medida	Planejado (A)	Executado (B)	% (B/A)=C
Ação Ministerial	Unidade	340.842	354.901	104%
<b>Meta Financeira (em R\$ 1,00)</b>				
Dotação inicial (A)	Autorizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	%(C/B)= E
1.021.523,00	795.770,00	616.452,09	593.625,55	77,47%

Fonte: Sistema Siafe-TO, em 10.02.2020, PPA 2016 – 2019 e DEPLAN/DG/PGJ.

O quadro 3.4.5.1 resume o ocorrido no exercício de 2019 com a ação 2149. Constata-se que a meta física superou a planejada e a meta financeira resultou em 77,47% do valor proposto. Os recursos permitiram o desenvolvimento de diversas atividades de apoio direto à atividade-fim, bem como a execução de projetos dos Centros de Apoio Operacional (CAOPs).

Os recursos da ação foram empenhados conforme subitem de despesas da tabela 3.4.5.1.

Tabela 3.4.5.1 - Valores Empenhados da Ação 2149, por Subitem de Despesas, em 2019

Subitem de Despesas (Manual Técnico de Orçamento – Seplan 2019)	Valor	% Total
14.01 – Diárias – Pessoal Civil no País	293.948,91	47,68%
30.23 – Uniformes Tecidos e Aviamentos	1.200,00	0,19%
31.01 – Prêmios	8.964,36	1,45%
39.41 – Fornecimento de Alimentação (despesas com aquisição de refeições preparadas, inclusive buffets, lanches e similares)	2.227,50	0,36%
39.48 – Serviços de Seleção e Treinamento	15.000,00	2,43%
39.63 – Serviços Gráficos	6.507,50	1,06%
40.14 – Outros Serviços de TIC	8.031,99	1,30%
92.14 – Desp. Exerc. Ant. - Diárias – Civil	9.240,00	1,50%
92.93 – Desp. Exerc. Ant. - Indenizações e Restituições	10.014,34	1,62%
93.02 – Restituições de Caráter Indenizatório	48.899,57	7,93%
93.03 – Indenizações de Transportes	212.417,92	34,46%
Total	616.452,09	100,00%

Fonte: Sistema Siafe-TO, em 10.02.2020.

### 3.4.6 Ação 2148 – Realização das Ações de Comunicação do Ministério Público

A ação 2148 tem como objetivo proporcionar a disseminação de dados institucionais e ampliar o acesso da sociedade ao MPTO e a suas informações. A meta física prevista para a ação no exercício de 2019 foi buscar a divulgação de 6.713 matérias veiculadas na mídia, de forma espontânea, tendo sido estabelecida a meta financeira de R\$ 160.776,00 como suporte de recursos.

Quadro 3.4.6.1 – Caracterização, Metas Físicas e Financeiras da Ação Atividade 2148, conforme Revisão do PPA 2016-2019 (2019)

Título	Realização das ações de comunicação do Ministério Público			
Descrição	Ampla divulgação das ações institucionais do Ministério Público mediante a utilização de veículos de comunicação como tv, rádio, jornal, outdoor, revistas e sites, entre outros; contratação de empresa especializada para produção de clipping eletrônico, material técnico, folders, banners, cartazes, cartilhas, revistas, faixas, documentários, vts, jingles e spots. Além disso, será publicado informativo periódico para a divulgação das ações institucionais; articulação, acompanhamento e divulgação junto à imprensa estadual e implantação de banco de imagens do Ministério Público; desenvolvimento de programas e projetos visando dar conhecimento à sociedade sobre as funções institucionais do Ministério Público e como fazer para ter acesso.			
Meta Física				
Produto	Unidade de medida	Planejado (A)	Executado (B)	% (B/A)=C
Matérias veiculadas na mídia	Unidade	6.713	11.267	167,84%
Meta Financeira (em R\$ 1,00)				
Dotação inicial (A)	Dotação autorizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	%(C/B)= E
246.069,00	160.776,00	118.785,32	101.119,09	73,88%

Fonte: Sistema Siafe-TO, em 10.02.2020, PPA 2016 – 2019 e DEPLAN/DG/PGJ.

O quadro 3.4.6.1 resume o ocorrido no exercício de 2019 com a ação 2148. Constata-se que a meta física superou a planejada em 67,84% e a meta financeira resultou em 73,88% do planejado. Os recursos permitiram o desenvolvimento de diversas atividades da Assessoria de Comunicação, como a 4ª edição do Prêmio MP de Jornalismo, impressão de materiais gráficos e contratação de empresa para serviço de clipagem de mídia.

Os recursos da ação foram empenhados conforme subitens de despesas da tabela 3.4.6.1.

Tabela 3.4.6.1 - Valores Empenhados da Ação 2148, por Subitem de Despesas, em 2019

Subitem de Despesas (Manual Técnico de Orçamento – Seplan 2019)	Valor	% Total
14.01 – Diárias – Pessoal Civil no País	5.153,49	4,34%
30.44 – Material de Sinalização Visual e Outros	2.758,00	2,32%
31.01 - Prêmios	1.798,23	1,51%
31.03 – Prêmios em Pecúnia	16.500,00	13,89%
39.48 – Serviços de Seleção e Treinamento	6.280,00	5,29%
39.59 – Serviços de Áudio, Vídeo e Foto	52.727,60	44,39%
39.63 – Serviços Gráficos	33.568,00	28,26%
Total	118.785,32	100,00%

Fonte: Sistema Siafe-TO, em 10.02.2020.

### 3.5 Execução do Programa de Gestão: 1144 – Manutenção do Ministério Público

O programa “1144 – Manutenção do Ministério Público” agrega as ações de suporte financeiro ao apoio administrativo da Instituição. Produz resultado mediato à sociedade, mas imprescindível à atividade finalística, que se encontra no cerne de seu propósito. O programa não possui indicadores, seu desempenho é intrinsecamente dependente e mensurado a partir dos resultados dos programas temáticos a que oferece suporte. As ações do programa são atividades que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resultam produtos necessários à manutenção das ações dos programas “1173 – Justiça” e “1170 – Modernização e Governança da Justiça”. Ressaltamos, ainda, em relação às ações do programa 1144, que conforme a metodologia de elaboração do PPA 2016-2019, não há definição de metas físicas, apenas financeiras para suas ações.

O Quadro 3.5.1 apresenta o objetivo do programa e o resumo de sua execução orçamentária. Seu orçamento inicial foi definido em R\$ 190.785.143,00, tendo sido acrescido em R\$ 14.778.710,00, encerrando o exercício com orçamento autorizado no montante de R\$ 205.563.853,00. Observa-se ainda que o programa foi executado em 98,90% de sua totalidade, pois a despesa empenhada atingiu R\$ 203.299.331,89.

Quadro 3.5.1 - Caracterização e Execução Orçamentária do Programa de Gestão 1144, conforme Revisão do PPA 2016-2019 (2019)

Denominação	Manutenção do Ministério Público		
Objetivo	Prover os órgãos da Procuradoria-Geral de Justiça dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos, permitindo a realização de despesas de natureza administrativa que não puderam ser apropriadas nos Programas Temáticos.		
Dotação Orçamentária do Exercício 2019	Inicial: R\$ 190.785.143,00	Autorizada: R\$ 205.563.853,00	Empenhada: R\$ 203.299.331,89

Fonte: Sistema Siafe-TO, em 10.02.2020, PPA 2016 – 2019 e DEPLAN/DG/PGJ.

As despesas custeadas pelo Programa englobam a manutenção de recursos humanos, de recursos informáticos, de material e de patrimônio para a sede da Procuradoria-Geral de Justiça e as demais sedes de promotorias, da Capital e do interior do Estado. Incluem-se entre suas despesas os contratos de limpeza e conservação, locação de imóveis, manutenção de instalações e equipamentos, serviços de telecomunicações, energia elétrica e a aquisição de material de consumo e expediente para o abastecimento dos almoxarifados e outros bens afins.

Apresentado o Programa, passemos ao detalhamento das ações que o compõem. É por meio destas que o MPTO provê os meios para a implementação e gestão de seus programas temáticos. O programa “1144 – Manutenção do Ministério Público” é formado por 06 (seis) ações, sendo todas classificadas como atividades.

### 3.5.1 Ação 2289 – Manutenção de Recursos Humanos

Com a finalidade de manter os serviços disponíveis à sociedade tocantinense, o MPTO mantém o corpo de promotores/procuradores de Justiça e o quadro auxiliar de servidores, por meio da ação 2289. A meta financeira para a ação foi estabelecida em R\$ 167.504.698,00.

Quadro 2.5.1.1 – Caracterização e Metas Financeiras da Ação Atividade 2289, conforme Revisão do PPA 2016-2019 (2019)

Título	Manutenção de Recursos Humanos			
Descrição	Custeio das despesas com pessoal e encargos sociais para desempenho das atividades do Ministério Público.			
Meta Financeira (em R\$ 1,00)				
Dotação inicial (A)	Dotação autorizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	%(C/B)= E
147.494.171,00	167.504.698,00	167.030.245,06	167.030.245,06	99,72%

Fonte: Sistema Siafe-TO, em 10.02.2020, PPA 2016 – 2019 e DEPLAN/DG/PGJ.

O quadro 3.5.1.1 resume o ocorrido no exercício de 2019 com a ação 2289. Constata-se que sua meta financeira resultou 99,72% do planejado. Os recursos permitiram o pagamento de subsídios, vencimentos, vantagens e encargos sociais aos 121 membros e 453 servidores, em média, por mês.

Não foram contingenciados valores da ação, seus recursos empenharam-se conforme subitem de despesas da tabela 3.5.1.1.

Tabela 3.5.1.1 - Valores Empenhados da Ação 2289, por Subitem de Despesas, em 2019

Subitem de Despesas (Manual Técnico de Orçamento – Seplan 2019)	Valor	% Total
05.07 – Salário Família – Ativo pessoal Civil	1.141,56	0,00%
11.01 – Vencimento e Salários	6.945.505,26	4,16%
11.07 – Abono de Permanência	714.318,30	0,43%

Tabela 3.5.1.1 - Valores Empenhados da Ação 2289, por Subitem de Despesas, em 2019

Subitem de Despesas (Manual Técnico de Orçamento – Seplan 2019)	Valor	% Total
11.33 – Gratificação por Exercício de Funções	12.675.865,97	7,49%
11.42 – Férias Indenizadas	1.239.402,11	0,74%
11.43 – Décimo Terceiro Salário	9.188.163,30	5,50%
11.45 – Férias – Abono Constitucional	4.067.302,57	2,44%
11.74 – Subsídios	90.219.941,96	54,01%
12.01 – Soldo	132.409,78	0,08%
12.22 – Décimo Terceiro Salário	18.716,38	0,01%
12.33 – Gratificação de Exercício de Funções	24.250,56	0,01%
12.44 – Férias Abono Pecuniário	53.713,16	0,03%
13.01 – Contribuição Patronal – Ativo Civil	19.228.017,39	11,51%
13.02 – Contribuições Previdenciárias - INSS	2.188.658,44	1,31%
13.03 – Contribuições Assistenciais - PlanSaúde	546.282,31	0,33%
13.14 – Seguridade Municipal - Requisitado	38.590,08	0,02%
13.16 – Multas	38,26	0,00%
13.17 – Juros	21,80	0,00%
13.40 – Encargos de Pessoal Requisitado de Outros Entes RPPS	18.445,57	0,01%
92.11 – Desp. Exercícios. Anteriores – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	485.683,62	0,29%
92.12 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoa Militar	6.372,19	0,00%
92.13 – Desp. Exerc. Ant. - Obrigações Patronais	507,15	0,00%
94.01 – Indenizações e Restituições Trabalhistas	19.234.127,60	11,52%
<b>Total</b>	<b>167.030.245,06</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Sistema Siafe-TO, em 10.02.2020, PPA 2016 – 2019 e DEPLAN/DG/PGJ.

### 3.5.2 Ação 2285 – Manutenção de Estagiários do Ministério Público

A finalidade da ação 2285 é manter o programa de estágio instituído pelo MPTO.

A meta financeira para a ação foi definida em R\$ 918.000,00.

Quadro 3.5.2.1 – Caracterização e Metas Financeiras da Ação Atividade 2285, conforme Revisão do PPA 2017-2018 (2019)

Título	Manutenção de estagiários do Ministério Público			
Descrição	Contratação e manutenção de programa de estágio remunerado e não-remunerado para atender às necessidades do Ministério Público.			
Meta Financeira (em R\$ 1,00)				
Dotação inicial (A)	Dotação autorizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	%(C/B)= E
1.069.880,00	918.000,00	823.708,62	823.708,62	89,73%

Quadro 3.5.2.1 – Caracterização e Metas Financeiras da Ação Atividade 2285, conforme Revisão do PPA 2017-2018 (2019)

Fonte: Sistema Siafe-TO, em 10.02.2020, PPA 2016 – 2019 e DEPLAN/DG/PGJ.

O quadro 3.5.2.1 resume o ocorrido no exercício de 2018 com a ação 2285. Constata-se que sua meta financeira resultou em 89,73% do planejado. Os recursos permitiram o pagamento do agente de integração, Instituto Euvaldo Lodi (IEL), bem como as bolsas estágio aos aprendizes de diversos cursos de graduação.

Os recursos da ação foram empenhados conforme subitem de despesas da tabela 3.5.2.1.

Tabela 3.5.2.1 - Valores Empenhados da Ação 2285, por Subitem de Despesas, em 2019

Subitem de Despesas (Manual Técnico de Orçamento – Seplan 2019)	Valor	% Total
39.48 – Serviços de Seleção e Treinamento	19.805,10	2,40%
39.72 – Vale-Transporte	125.482,33	15,23%
39.79 – Serviços de Apoio Administrativo, Técnico e Operacional	678.421,19	82,37%
Total	823.708,62	100,00%

Fonte: Sistema Siafe-TO, em 10.02.2020, PPA 2016 – 2019 e DEPLAN/DG/PGJ.

### 3.5.3 Ação 2284 – Manutenção de Auxílios e Outros Direitos a Membros e Servidores

A ação 2284 tem como objetivo custear o pagamento de auxílios e outros direitos, estabelecidos conforme a legislação em vigor, aos integrantes da Instituição. A meta financeira para a ação, no exercício, foi estabelecida em R\$ 24.663.037,00.

Quadro 3.5.3.1 – Caracterização e Metas Financeiras da Ação Atividade 2284, conforme Revisão do PPA 2016-2019 (2019)

Título	Manutenção de Auxílios e Outros Direitos a Membros e Servidores			
Descrição	Manutenção dos benefícios, auxílios e direitos dos membros e servidores do Ministério Público			
Meta Financeira (em R\$ 1,00)				
Dotação inicial (A)	Dotação autorizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	%(C/B)= E
29.671.012,00	24.663.037,00	24.183.863,46	24.183.863,46	98,06%

Fonte: Sistema Siafe-TO, em 10.02.2020, PPA 2016 – 2019 e DEPLAN/DG/PGJ.

O quadro 3.5.3.1 resume o ocorrido no exercício de 2019 com a ação 2284. Consta-se que sua meta financeira resultou em 98,06% do planejado. Os recursos permitiram o pagamento de auxílio-alimentação, auxílio-creche, auxílio-moradia, Parcela Autônoma de Equivalência (PAE), bem como auxílio-natalidade, especial e funeral.

Os recursos da ação foram empenhados conforme subitem de despesas da tabela 3.5.3.1.

Tabela 3.5.3.1 - Valores Empenhados da Ação 2284, por Subitem de Despesas, em 2019

Subitem de Despesas (Manual Técnico de Orçamento – Seplan 2019)	Valor	% Total
08.01 – Auxílio-funeral Civil Ativo	6.329,70	0,03%
08.05 – Auxílio-natalidade Ativo Civil	19.872,00	0,08%
08.19 – Auxílio-creche	544.465,12	2,25%
08.20 – Auxílio Especial	44.306,45	0,18%
46.01 – Indenização Auxílio-Alimentação	10.105.127,19	41,78%
92.08 – Desp. Exerc. Ant. - Outros Benefícios assistenciais do Servidor e do Militar	72,58	0,00%
92.93 – Desp. Exerc. Ant. - Indenizações e Restituições	52.813,30	0,22%
93.02 – Obrigações Tributárias – Pagamento Antecipado	13.332.077,98	55,13%
93.04 – Indenizações de Moradia	78.799,14	0,33%
<b>Total</b>	<b>24.183.863,46</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Sistema Siafe-TO, em 10.02.2020, PPA 2016 – 2019 e DEPLAN/DG/PGJ.

### 3.5.4 Ação 2210 – Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais

Com a finalidade de garantir a infraestrutura e os serviços necessários para manutenção das unidades e para realização das ações previstas, o programa 1144 – Manutenção do Ministério Público – possui a ação 2210. A meta financeira proposta para a ação foi estabelecida em R\$ 9.723.597,00 no exercício de 2019.

Quadro 3.5.4.1 – Caracterização e Metas Financeiras da Ação Atividade 2210, conforme Revisão do PPA 2016-2019 (2019)

Título	Coordenação e manutenção dos serviços administrativos gerais
Descrição	Custeio de despesas tais como: viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); serviços postais; telefonia fixa ou celular; manutenção

Quadro 3.5.4.1 – Caracterização e Metas Financeiras da Ação Atividade 2210, conforme Revisão do PPA 2016-2019 (2019)

dos serviços de telecomunicações; serviços de telecomunicações, excluindo os de teleprocessamento; aquisição e guarda de material de consumo e expediente; comunicações administrativas; assinatura de jornais, periódicos e afins; aluguéis, despesas de condomínio, seguros; locação de mão de obra para serviços de vigilância e limpeza; conservação, reformas e adaptações de imóveis (que não envolvam alteração na estrutura do imóvel); serviços de utilidade pública: água, luz, gás e afins; aquisição de equipamentos de ar-condicionado, de preservação de incêndio, elevadores, escadas rolantes e outros afins.				
Meta Financeira (em R\$ 1,00)				
Dotação inicial (A)	Dotação autorizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	%(C/B)= E
9.622.290,00	9.723.597,00	8.835.949,02	8.016.335,96	90,87%

Fonte: Sistema Siafe-TO, em 10.02.2020, PPA 2016 – 2019 e DEPLAN/DG/PGJ.

O quadro 3.5.4.1 resume o ocorrido no exercício de 2019 com a ação 2210. Constata-se que sua meta financeira resultou 90,87% do planejado. Os recursos consignados na ação visaram atender às despesas administrativas do MPTO, sendo relacionadas com energia elétrica, água e esgoto, telefonia, contratos de manutenção de serviços gerais, postagens, diárias, suprimentos de fundos, passagens aéreas e terrestres, material de expediente, locação de imóveis, serviços de locação de mão de obra na área de limpeza e higienização e outras obrigações mensais indispensáveis ao bom funcionamento das atividade-meio e atividades finalísticas desenvolvidas pela Instituição.

Os recursos da ação foram empenhados conforme subitem de despesas da tabela 3.5.4.1.

Tabela 3.5.4.1 – Valores Empenhados da Ação 2210, por Subitem de Despesas, em 2019

Subitem de Despesas (Manual Técnico de Orçamento – Seplan 2019)	Valor	% Total
14.01 – Diárias – Pessoal Civil no País	348.137,21	3,94%
30.04 – Gás e outros materiais Engarrafados	7.094,60	0,08%
30.07 – Gêneros de Alimentação	50.186,05	0,57%
30.09 – Material Farmacológico	19.224,65	0,22%
30.10 – Material Odontológico	9.652,24	0,11%
30.15 – Material para Festividades e Homenagens	15.070,64	0,17%
30.16 – Material de Expediente	62.893,88	0,71%
30.17 – Material de Processamento de Dados	6.558,00	0,07%
30.19 – Material de acondicionamento e embalagem	5.820,97	0,07%
30.21 – Material de Copa e Cozinha	38.709,55	0,44%
30.22 – Material de Limpeza e Produtos de Higienização	18.897,80	0,21%
30.24 – Material p/ Manutenção de Bens Imóveis e Instalações	94.542,52	1,07%

Tabela 3.5.4.1 – Valores Empenhados da Ação 2210, por Subitem de Despesas, em 2019

Subitem de Despesas (Manual Técnico de Orçamento – Seplan 2019)	Valor	% Total
30.26 – Material Elétrico e Eletrônico	78.279,20	0,89%
30.28 – Material de Proteção e Segurança	13.695,98	0,16%
30.29 – Material de Áudio, Vídeo, Foto e Imagem de Satélite	550,00	0,01%
30.30 – Material p/ Comunicações	54.897,50	0,62%
30.31 – Sementes, Mudas de Plantas e Insumos	4.394,96	0,05%
30.36 – Material Hospitalar	10.568,82	0,12%
30.42 – Ferramentas	4.828,16	0,05%
30.44 – Material de Sinalização Visual e Outros	24.314,60	0,28%
30.50 – Bandeiras, Flâmulas e Insignias	13.175,00	0,15%
30.96 – Material de Consumo – Pagamento Antecipado	12.345,55	0,14%
30.99 – Outros Materiais de Consumo	4.636,10	0,05%
33.01 – Passagens para o País	331797,40	3,76%
33.02 – Passagens para o Exterior	120,00	0,00%
33.06 – Locomoção Urbana	14.822,00	0,17%
36.06 – Aparelho e Equipamentos de Comunicação	3.400,00	0,04%
36.15 – Locação de Imóveis	361.328,76	4,09%
36.96 – Outros Serviços de Terceiro Pessoa Física – Pagamento Antecipado	5.285,94	0,06%
36.99 – Outros	24.020,65	0,27%
37.02 – Limpeza e Conservação	4.625.936,62	52,35%
39.01 – Assinatura de Periódicos e Anuidades	7.990,00	0,09%
39.05 – Serviços Técnicos Profissionais	23.600,00	0,27%
39.10 – Locação de Imóveis	53.302,31	0,60%
39.12 – Locação de Máquinas e Equipamentos	53.505,09	0,61%
39.14 – Locação de Bens Móveis e Outras Nat. e Intangíveis	12.206,00	0,14%
39.16 – Manutenção e Conservação de Bens Imóveis	25.064,47	0,28%
39.17 – Instalação, Manutenção e Conservação de Máquinas e Equipamentos	83.245,54	0,94%
39.20 – Reparo e Conservação de Bens Móveis de Outras Natureza	233.396,94	2,64%
39.41 – Fornecimento de Alimentação (despesas com aquisição de refeições preparadas, inclusive buffets, lanches e similares)	30.972,10	0,35%
39.43 – Serviços de Energia Elétrica	1.354.591,53	15,33%
39.44 – Serviços de Água e Esgoto	144.727,64	1,63%
39.46 – Serviços Domésticos	769,00	0,01%
39.47 – Serviços de Comunicação em Geral	23.040,00	0,26%
39.48 – Serviços de Seleção e Treinamento	3.000,00	0,03%
39.55 – Serviços de Postagens	144.951,76	1,64%
39.63 – Serviços Gráficos	12.800,99	0,14%

Tabela 3.5.4.1 – Valores Empenhados da Ação 2210, por Subitem de Despesas, em 2019

Subitem de Despesas (Manual Técnico de Orçamento – Seplan 2019)	Valor	% Total
39.72 – Vale-Transporte	7.216,42	0,08%
39.74 – Locação de Veículos Fretes e Transportes	2.400	0,03%
39.78 – Limpeza e Conservação	1.560,00	0,02%
39.80 – Hospedagens	2.847,60	0,03%
39.81 – Serviços Bancários	30.658,07	0,35%
39.96 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica – Pagamento Antecipado	7.285,59	0,08%
40.03 – Desenvolvimento, Manutenção Corretiva/Adaptativa e Sustentação de Softwares	24.380,88	0,28%
40.08 – Telefonia Fixa	165.825,06	1,88%
40.09 – Telefonia Móvel – Pacote de Comunicação de Dados	66.897,78	0,76%
47.10 – Taxas	18.421,43	0,21%
47.18 – Contribuição Previdenciárias - Serviços de Terceiros	5.484,13	0,06%
47.96 – Obrigações Tributárias - Pagamento Antecipado	1.057,19	0,01%
92.14 – Desp. Exerc. Ant. - Diárias – Civil	405,00	0,00%
92.39 – Desp. Exerc. Ant. - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	19.891,41	0,23%
92.40 – Despesas de Exercício Anterior – Serviços de TI	512,34	0,01%
93.02 – Restituições de Caráter Indenizatório	2.207,28	0,02%
93.09 – Indenizações por Contrato	7.549,22	0,09%
<b>Total</b>	<b>8.835.949,02</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Sistema Siafe-TO, em 10.02.2020.

### 3.5.5 Ação 2310 – Manutenção de Serviços de Transporte

A finalidade da ação 2310 é contribuir para manutenção das atividades e serviços desenvolvidos na área de transportes, agregando as despesas com deslocamentos que não são passíveis de apropriação nos programas temáticos. A meta financeira para a ação foi estabelecida em R\$ 621.521,00.

Quadro 3.5.5.1 – Caracterização e Metas Financeiras da Ação Atividade 2310, conforme Revisão do PPA 2017-2018 (2019)

Título	Manutenção dos serviços de transporte
Descrição	Despesas relacionadas a serviços de transporte, tais como: manutenção, revisão e reparos de veículos; combustíveis: gasolina, álcool, óleo diesel, lubrificantes; peças e acessórios; aquisição de veículos; licenciamento e seguros; e, aluguéis ou contratação de serviços de transporte.
Meta Financeira (em R\$ 1,00)	

Quadro 3.5.5.1 – Caracterização e Metas Financeiras da Ação Atividade 2310, conforme Revisão do PPA 2017-2018 (2019)

Dotação inicial (A)	Dotação autorizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	%(C/B)= E
623.790,00	621.521,00	491.976,47	465.620,30	79,16%

Fonte: Sistema Siafe-TO, em 10.02.2020, PPA 2016 – 2019 e DEPLAN/DG/PGJ.

O quadro 3.5.5.1 resume o ocorrido no exercício de 2019 com a ação 2310. Constata-se que sua meta financeira resultou em 79,16% do planejado. Os recursos consignados na ação visaram atender despesas com aquisição de combustíveis, peças e acessórios, seguros e serviços para a frota de veículos do MPTO, além do pagamento de diárias aos motoristas.

Os recursos da ação foram empenhados conforme subitem de despesas da tabela 3.5.5.1.

Tabela 3.5.5.1 – Valores Empenhados da Ação 2310, por Subitem de Despesas, em 2019

Subitem de Despesas (Manual Técnico de Orçamento – Seplan 2019)	Valor	% Total
14.01 – Diárias – Pessoal Civil no País	142.470,18	28,96%
30.01 – Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	198.743,04	40,40%
30.39 – Material para Manutenção de Veículos	3.737,05	0,76%
39.19 – Manutenção e Conservação de Veículos e Máquinas Pesadas	74.689,37	15,18%
39.69 – Seguros em Gerais	71.082,80	14,45%
39.96 – Outros Serviços de Terceiros PJ/Pagamento Antecipado	120,00	0,02%
47.10 – Taxas	570,56	0,12%
47.15 – Multas	293,47	0,06%
92.14 – Desp. Exerc. Ant. - Diárias – Civil	270,00	0,05%
Total	491.976,47	100,00%

Fonte: Sistema Siafe-TO, em 10.02.2020.

### 3.5.6 AÇÃO 2294 – MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

A ação 2294 tem como finalidade garantir infraestrutura e sistemas adequados para a realização das ações do MPTO. A meta financeira para a ação no exercício foi definida em R\$ 2.133.000,00.

Quadro 3.5.6.1 – Caracterização e Metas Financeiras da Ação Atividade 2294, conforme Revisão do PPA 2017-2018 (2019)

Título	Manutenção dos Serviços de Tecnologia da Informação			
Descrição	Despesas relacionadas a serviços de tecnologia da informação, tais como: apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; serviços de atendimento e manutenção na área de informática; manutenção de equipamentos de informática; contratação de serviços de qualquer natureza na área de informática (consultoria, infraestrutura e serviços); locação de equipamentos de informática; aquisição de materiais de consumo na área de informática e aquisição e locação de softwares básicos de informática.			
Meta Financeira (em R\$ 1,00)				
Dotação inicial (A)	Dotação autorizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	%(C/B)= E
2.304.000,00	2.133.000,00	1.933.589,26	1.678.496,25	90,65%

Fonte: Sistema Siafe-TO, em 10.02.2020, PPA 2016 – 2019 e DEPLAN/DG/PGJ.

O quadro 3.5.6.1 resume o ocorrido no exercício de 2019 com a ação 2294. Consta-se que sua meta financeira resultou 90,65% do planejado. Os recursos consignados na ação foram empregados na aquisição de suprimentos de informática, de licenças de softwares e na manutenção de link para conexão de dados e internet destinados às unidades do MPTO.

Os recursos da ação foram empenhados conforme subitem de despesas da tabela 3.5.6.1.

Tabela 3.5.6.1 – Valores Empenhados da Ação 2294, por Subitem de Despesas, em 2019

Subitem de Despesas (Manual Técnico de Orçamento – Seplan 2019)	Valor	% Total
14.01 – Diárias – Pessoal Civil no País	22.106,04	1,14%
30.16 – Material de Expediente	852,04	0,04%
30.17 – Material de Tecnologia da Informação e Comunicação TIC	259.441,38	13,42%
30.26 – Material Elétrico e Eletrônico	7.921,21	0,41%
30.30 – Material p/ Comunicações	65.872,80	3,41%
30.42 – Ferramentas	629,74	0,03%
30.99 – Outros Materiais de Consumo	8.640,30	0,45%
40.03 – Desenvolvimento, Manutenção Corretiva / Adaptativa e Sustentação de Softwares	22.946,36	1,19%
40.07 – Comunicação de Dados e Redes em Geral	1.545.179,39	79,91%
Total	1.933.589,26	100,00%

Fonte: Sistema Siafe-TO, em 10.02.2020.

## 4 Informações sobre Monitoramento de Projetos Estratégicos.

Os projetos estratégicos fazem parte do arcabouço conceitual do BSC, sendo imprescindíveis para o sucesso do planejamento das organizações. No MPTO, os projetos estratégicos possuem metodologia de gestão própria que atende às peculiaridades da Instituição, abrangendo desde a fase de elaboração até a avaliação de projetos.

Esta seção do Relatório é o resultado do processo de acompanhamento da execução dos projetos estratégicos aprovados. A metodologia para sua elaboração parte do confronto entre o plano de ação, aprovado no termo de abertura, e a descrição dos resultados obtidos em cada etapa pelo gerente responsável. Munido desses dois componentes, o Escritório de Projetos avalia se as etapas propostas para o período foram ou não cumpridas. Em caso afirmativo, é atribuído o escore 1 (um), caso contrário, 0 (zero). O Escritório, então, apura o indicador de execução de cada projeto, chamado de Índice de Realização Física (IRF), a partir da média simples dos scores obtidos. Por último, documentam-se como lições aprendidas os comentários dos gerentes em relação às dificuldades enfrentadas durante a execução do projeto.

No exercício de 2019, foram executados 49 (quarenta e nove) projetos estratégicos institucionais, os quais são demonstrados a seguir:

Quadro 4.1 – Resumo do Monitoramento dos Projetos Estratégicos em 2019

Item	Nome do Projeto	Unidade Responsável	Objetivo Geral	Alinhamento ao Planejamento Estratégico Institucional	Vinculação à Carta de Brasília	Status em 12/19
1	Elaboração, monitoramento e gerenciamento do Planejamento Estratégico 2020-2028	DEPLAN	Elaborar, monitorar e gerenciar o novo Planejamento Estratégico Institucional para o período de 2020-2029.	Ter padrão de excelência nos procedimentos internos	b) Concepção do Planejamento Estratégico como garantidor da Unidade do Ministério Público.	Em execução
2	Mediar para proteger	11ª Promotoria de Justiça de Araguaína	Capacitar os servidores da 11ª Promotoria de Justiça de Araguaína para atender famílias com idosos em situação de conflitos por meio da técnica de mediação de conflitos a fim de promover o resgate da comunicação e convivência harmoniosa.	Exigir o cumprimento dos direitos do idoso	k) Estabelecimento da prática institucional de atuação por meio de projetos executivos e projetos sociais, de maneira regulamentada e com monitoramento para verificar a sua efetividade.	Em execução
3	Desconstruindo o mito Amélia	Núcleo Maria da Penha	Criar grupos reflexivos com autores de violência encaminhados do Poder Judiciário, objetivando prevenir e combater a violência doméstica e familiar, ministrados por equipe multidisciplinar composta pelo Núcleo Maria da Penha e órgãos parceiros.	Combater a Violência Doméstica	c) Priorização da atuação preventiva, de modo a atuar programaticamente para combater ilícitos que possam gerar situações de lesão ou de ameaça aos direitos fundamentais afetos à atuação do Ministério Público, priorizando, para tanto, medidas extrajudiciais e judiciais que sejam efetivas e eficientes para evitar essa prática.	Em execução

Quadro 4.1 – Resumo do Monitoramento dos Projetos Estratégicos em 2019

Item	Nome do Projeto	Unidade Responsável	Objetivo Geral	Alinhamento ao Planejamento Estratégico Institucional	Vinculação à Carta de Brasília	Status em 12/19
4	Ampliação da frota de veículos do MP 2019	Departamento Administrativo – Área de Transporte	Ampliar e renovar a frota de veículos das unidades do Ministério Público, conforme as diretrizes e necessidades identificadas pela Área de Transportes para os próximos 02 anos.	Garantir Infraestrutura física adequada	k) Estabelecimento da prática institucional de atuação por meio de projetos executivos e projetos sociais, de maneira regulamentada e com monitoramento para verificar a sua efetividade;	Em execução
5	Regularização dos prédios próprios do MPE	Departamento Administrativo – Área de Suporte	Regularizar a situação dos prédios próprios pertencentes à Procuradoria-Geral de Justiça.	Otimizar a utilização dos recursos	k) Estabelecimento da prática institucional de atuação por meio de projetos executivos e projetos sociais, de maneira regulamentada e com monitoramento para verificar a sua efetividade;	Em execução
6	Semana da Saúde 2019	Departamento de Gestão de Pessoas e Folha de Pagamento – Área da Saúde	Realizar ações voltadas à Promoção da Saúde dos servidores e membros do MPE, com o objetivo de reduzir as doenças ocupacionais e acidentes de trabalho e proporcionar melhor qualidade de vida aos integrantes desta Instituição. A ação compreende uma semana de atividades, que buscam estimular o cuidado com a saúde na sua totalidade.	Garantir clima organizacional favorável	k) Estabelecimento da prática institucional de atuação por meio de projetos executivos e projetos sociais, de maneira regulamentada e com monitoramento para verificar a sua efetividade.	Concluído
7	Criação do Núcleo de Estatística da Corregedoria-Geral	Corregedoria Geral do MP	Gerar informações confiáveis para otimizar a tomada de decisões institucional.	Otimizar a utilização dos recursos	d) Implementação de indicadores aptos a mensurar o cumprimento das metas e a resolutividade das demandas combinadas com atuação pautada em	Em execução

Quadro 4.1 – Resumo do Monitoramento dos Projetos Estratégicos em 2019

Item	Nome do Projeto	Unidade Responsável	Objetivo Geral	Alinhamento ao Planejamento Estratégico Institucional	Vinculação à Carta de Brasília	Status em 12/19
					diagnóstico prévio das carências e necessidades da sociedade.	
8	Estruturação do DMTI 2019	DMTI	Estruturar de forma adequada o Departamento de Modernização e Tecnologia da Informação para que o mesmo possa cumprir o papel desejado pela Instituição, ajudando a alcançar os objetivos estratégicos Institucionais, na economia de recursos, transparência, controle e agilidade dos processos, garantindo ainda a segurança da informação para a continuidade do negócio.	Assegurar sistemas de TI adequados para o órgão de execução e unidades administrativas	k) Estabelecimento da prática institucional de atuação por meio de projetos executivos e projetos sociais, de maneira regulamentada e com monitoramento para verificar a sua efetividade.	Em execução
9	Gestor de Inspeções	Corregedoria Geral do MP	Criar sistema integrado de gestão de inspeções.	Otimizar a utilização dos recursos	d) Implementação de indicadores aptos a mensurar o cumprimento das metas e a resolutividade das demandas combinadas com atuação pautada em diagnóstico prévio das carências e necessidades da sociedade.	Em execução
10	Reestruturação interna da Corregedoria-Geral	Corregedoria Geral do MP	Possibilitar a execução eficiente de projetos, com cumprimento de metas e ausência de sobrecarga funcional.	Otimizar a utilização dos recursos	g) Redimensionamento e redistribuição dos recursos materiais e humanos de acordo com as prioridades elencadas no Planejamento Estratégico e nos Planos de atuação.	Em execução
11	Prêmio Ministério Público de	ASCOM	Reconhecer e valorizar o trabalho de veículos, jornalistas e estudantes que	Ser reconhecido como instituição	l) Criação de canais institucionais que	Concluído

Quadro 4.1 – Resumo do Monitoramento dos Projetos Estratégicos em 2019

Item	Nome do Projeto	Unidade Responsável	Objetivo Geral	Alinhamento ao Planejamento Estratégico Institucional	Vinculação à Carta de Brasília	Status em 12/19
	Jornalismo 4ª Edição		publicam matérias pertinentes à atuação do MP/TO em favor da sociedade, cumprindo seu dever de provocar reflexões e debates na sociedade e estimular mudanças e soluções.	eficaz na defesa da cidadania e na garantia dos direitos sociais; Ter comunicação institucional efetiva.	possibilitem o diálogo e a interação permanente com as organizações, movimentos sociais e com a comunidade científica.	
12	Contratação de banco de preços	Departamento Administrativo – Área De Compras	Ampliar e acelerar os resultados de pesquisa de preços através da contratação da ferramenta Banco de Preços, aferindo a realidade dos preços, garantindo segurança, agilidade e economia aos processos de compras públicas.	Otimizar a utilização dos recursos	k) Estabelecimento da prática institucional de atuação por meio de projetos executivos e projetos sociais, de maneira regulamentada e com monitoramento para verificar a sua efetividade.	Concluído
13	MP EnCanto 2019	Assessoria de Cerimonial	Formar um coral para apresentações em eventos e cerimônias do Ministério Público do Estado do Tocantins, bem como, a realização de cantatas de Natal, homenagens dentre outras ocasiões previamente definidas.	Garantir o clima organizacional favorável	k) Estabelecimento da prática institucional de atuação por meio de projetos executivos e projetos sociais, de maneira regulamentada e com monitoramento para verificar a sua efetividade.	Em execução
14	Iluminar e economizar	Departamento Administrativo – Área de Manutenção, Serviços Gerais e Segurança Predial	Promover a troca das lâmpadas fluorescentes por dispositivos de LED por ser um produto que proporciona eficiência energética e sustentabilidade à iluminação da sede da Procuradoria-Geral de Justiça.	Garantir infraestrutura física adequada	k) Estabelecimento da prática institucional de atuação por meio de projetos executivos e projetos sociais, de maneira regulamentada e com monitoramento para verificar a sua efetividade;	Em execução

Quadro 4.1 – Resumo do Monitoramento dos Projetos Estratégicos em 2019

Item	Nome do Projeto	Unidade Responsável	Objetivo Geral	Alinhamento ao Planejamento Estratégico Institucional	Vinculação à Carta de Brasília	Status em 12/19
15	Propriedade Legal: Atuação do MP na efetividade do código florestal	CAOMA	Garantir efetividade no cumprimento do novo Código Florestal por meio do combate e responsabilização pelos desmatamentos ilegais com efetiva regularização do Cadastro Ambiental Rural.	Promover a Defesa do Meio Ambiente e da Ordem Urbanística	k) Estabelecimento da prática institucional de atuação por meio de projetos executivos e projetos sociais, de maneira regulamentada e com monitoramento para verificar a sua efetividade;	Em execução
16	Saúde em primeiro lugar	CAOCID	Com o objetivo de destacar a importância das ações voltadas para a promoção da saúde e prevenção de doenças no Estado do Tocantins a partir da Política Nacional da Atenção Básica o presente projeto visa no ano de 2019 realizar Seminário alusivo ao Dia Mundial da Saúde que se dá no dia 07 de Abril.	Exigir o cumprimento do direito a saúde	k) Estabelecimento da prática institucional de atuação por meio de projetos executivos e projetos sociais, de maneira regulamentada e com monitoramento para verificar a sua efetividade;	Em execução
17	13 anos da Lei Maria da Penha	Núcleo Maria da Penha	Comemorar e debater sobre os 13 anos de promulgação da Lei nº 11.340/2006 – a Lei Maria da Penha – destacando seus avanços e os seus desafios no combate e prevenção da violência doméstica contra as mulheres.	Combater a violência doméstica	c) Priorização da atuação preventiva, de modo a atuar programaticamente para combater ilícitos que possam gerar situações de lesão ou de ameaça aos direitos fundamentais afetos à atuação do Ministério Público, priorizando, para tanto, medidas extrajudiciais e judiciais que sejam efetivas e eficientes para evitar essa prática;	Concluído

Quadro 4.1 – Resumo do Monitoramento dos Projetos Estratégicos em 2019

Item	Nome do Projeto	Unidade Responsável	Objetivo Geral	Alinhamento ao Planejamento Estratégico Institucional	Vinculação à Carta de Brasília	Status em 12/19
18	Vistórias em casas de abrigo de mulheres vítimas de violência doméstica e familiar no TO	CAOCID	Realizar no período de Janeiro a Dezembro/2019 campanhas institucionais a fim de subsidiar Promotores de comarcas onde houver a instalação de Casas de abrigo de mulheres vítimas de violência doméstica e familiar nos municípios do Estado do Tocantins para a correta atuação e cumprimento das Diretrizes Nacionais de Abrigamento das Mulheres em situação de violência, com fulcro que sejam observados os princípios, as diretrizes e os objetivos da Política e no Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.	Combater a violência doméstica	k) Estabelecimento da prática institucional de atuação por meio de projetos executivos e projetos sociais, de maneira regulamentada e com monitoramento para verificar a sua efetividade;	Em execução
19	Dia da luta Nacional da Pessoa com Deficiência	CAOCID	Com o objetivo de destacar a importância das ações voltadas para a promoção dos direitos das Pessoas com Deficiências no Estado do Tocantins a partir da Política Nacional da Pessoa com Deficiência, o presente projeto visa, no ano de 2019, realizar Seminário alusivo ao Dia da Luta Nacional das Pessoas com Deficiências que se dá no dia 21 de Setembro, sendo uma oportunidade de reunir forças e reivindicar direitos, além de refletir sobre a importância da inclusão social.	Exigir o cumprimento dos direitos das pessoas com deficiência.	k) Estabelecimento da prática institucional de atuação por meio de projetos executivos e projetos sociais, de maneira regulamentada e com monitoramento para verificar a sua efetividade;	Concluído
20	Pelas Lentes do MP	CAOCID	Realizar, no período de Janeiro a Dezembro/2019, campanha institucional a fim de promover concurso de fotografias amadoras produzidas por Promotores de Justiça e servidores do MP/TO durante a sua atuação na defesa dos interesses sociais.	Ser reconhecido como instituição eficaz na defesa da cidadania e na garantia dos direitos sociais	k) Estabelecimento da prática institucional de atuação por meio de projetos executivos e projetos sociais, de maneira regulamentada e	Em execução

Quadro 4.1 – Resumo do Monitoramento dos Projetos Estratégicos em 2019

Item	Nome do Projeto	Unidade Responsável	Objetivo Geral	Alinhamento ao Planejamento Estratégico Institucional	Vinculação à Carta de Brasília	Status em 12/19
				e exigir o cumprimento dos direitos humanos.	com monitoramento para verificar a sua efetividade;	
21	Chega de Lixão	CAOMA	Pactuar arranjos institucionais e operacionais que viabilizem a implantação de modelos intermunicipais de gestão de resíduos sólidos pautados pelos melhores arranjos técnicos e financeiros decorrentes da base de informações geradas e poder de negociação do Ministério Público.	Promover a Defesa do Meio Ambiente e da Ordem Urbanística	k) Estabelecimento da prática institucional de atuação por meio de projetos executivos e projetos sociais, de maneira regulamentada e com monitoramento para verificar a sua efetividade;	Em execução
22	Painel de monitoramento de queimadas ilegais e incêndios florestais no TO	CAOMA	Realizar o monitoramento de queimadas ilegais e incêndios florestais no Estado do Tocantins, possibilitando a responsabilização dos infratores, por meio dos instrumentos regulares de atuação extrajudicial ou judicial por parte do MPE-TO e demais órgãos com atuação administrativa.	Promover a Defesa do Meio Ambiente e da Ordem Urbanística	k) Estabelecimento da prática institucional de atuação por meio de projetos executivos e projetos sociais, de maneira regulamentada e com monitoramento para verificar a sua efetividade;	Em execução
23	Meio ambiente legal – Vistorias e Pareceres 2019	CAOMA	Atender a 100% das vistorias demandadas pelas Promotorias de Justiça ao Caoma.	Promover a Defesa do Meio Ambiente e da Ordem Urbanística	a) Desenvolvimento de uma nova teoria do Ministério Público, embasada nos direitos e nas garantias constitucionais fundamentais, que possa produzir práticas institucionais que contribuam para a transformação da realidade social;	Concluído

Quadro 4.1 – Resumo do Monitoramento dos Projetos Estratégicos em 2019

Item	Nome do Projeto	Unidade Responsável	Objetivo Geral	Alinhamento ao Planejamento Estratégico Institucional	Vinculação à Carta de Brasília	Status em 12/19
24	Recicla MP-2019	CAOMA	Implantar sistema de gestão de resíduos sólidos na sede da Procuradoria-Geral de Justiça do Tocantins, em Palmas, e nas promotorias do interior do Estado com vistas a reduzir a produção de resíduos sólidos no MP/TO e promover a reciclagem e a reutilização.	Promover a Defesa do Meio Ambiente e da Ordem Urbanística	a) Desenvolvimento de uma nova teoria do Ministério Público, embasada nos direitos e nas garantias constitucionais fundamentais, que possa produzir práticas institucionais que contribuam para a transformação da realidade social;	Em execução
25	Estruturação do CAOMA – 2019	CAOMA	Aprimorar e modernizar a infraestrutura operacional do Caoma e promover a capacitação de seus técnicos para melhorar a eficácia no atendimento às demandas dos membros do MP/TO.	Promover a Defesa do Meio Ambiente e da Ordem Urbanística	k) Estabelecimento da prática institucional de atuação por meio de projetos executivos e projetos sociais, de maneira regulamentada e com monitoramento para verificar a sua efetividade;	Concluído
26	Auxiliar de Tutela Coletiva	Corregedoria Geral do MP	Reduzir o acervo de procedimentos extrajudiciais em atraso das Promotorias de Justiça; adequar os procedimentos extrajudiciais aos padrões taxonômicos; possibilitar aos promotores de justiça substitutos um primeiro contato com os procedimentos extrajudiciais; valorizar a atuação do Ministério Público na tutela dos direitos difusos e coletivos.	Otimizar a utilização dos recursos	f) Distribuição e redistribuição das atribuições, de modo a potencializar e a tornar mais efetivas as atividades extrajudiciais do Ministério Público	Concluído
27	Águas da bacia do rio Formoso: Ministério Público	CAOMA	Implantar e implementar no ano de 2019 ações de proteção, recuperação, monitoramento e conscientização ambiental	Promover a Defesa do Meio Ambiente e da	a) Desenvolvimento de uma nova teoria do Ministério Público,	Em execução

Quadro 4.1 – Resumo do Monitoramento dos Projetos Estratégicos em 2019

Item	Nome do Projeto	Unidade Responsável	Objetivo Geral	Alinhamento ao Planejamento Estratégico Institucional	Vinculação à Carta de Brasília	Status em 12/19
	na tutela dos recursos hídricos		na Bacia do Araguaia, com foco principal no rio Formoso, por meio da atuação do Ministério Público do Estado do Tocantins, que venha a garantir segurança hídrica para população e sustentabilidade ambiental na produção agrícola irrigada da região.	Ordem Urbanística	embasada nos direitos e nas garantias constitucionais fundamentais, que possa produzir práticas institucionais que contribuam para a transformação da realidade social;	
28	Adequação da infraestrutura mobiliária das Promotorias de 2ª Entrância	Departamento Administrativo – Área de Patrimônio	Proporcionar infraestrutura de mobiliário adequada às Promotorias de 2ª Entrância, localizadas em Alvorada, Ananás, Arapoema, Colmeia, Cristalândia, Filadélfia, Formoso do Araguaia, Itaguatins e Xambioá.	Ter padrão de excelência nos procedimentos internos	k) Estabelecimento da prática institucional de atuação por meio de projetos executivos e projetos sociais, de maneira regulamentada e com monitoramento para verificar a sua efetividade;	Concluído
29	Padronização das vestimentas dos servidores da área de transporte	Departamento Administrativo – Área de Transporte	Adquirir uniformes adequados à atividade de motorista de representação do Ministério Público do Estado do Tocantins lotados na Capital e promotorias do interior do Estado, através de Registro de Preços.	Ter padrão de excelência nos procedimentos internos	k) Estabelecimento da prática institucional de atuação por meio de projetos executivos e projetos sociais, de maneira regulamentada e com monitoramento para verificar a sua efetividade;	Em execução
30	Você é Único	Departamento de Gestão de Pessoas e Folha de Pagamento –	Realizar mapeamento da saúde dos integrantes do MPE – conhecer cada um na sua individualidade, com o fim de monitorar as condições de saúde de uma maneira mais eficiente.	Garantir clima organizacional favorável	k) Estabelecimento da prática institucional de atuação por meio de projetos executivos e projetos sociais, de maneira regulamentada e	Concluído

Quadro 4.1 – Resumo do Monitoramento dos Projetos Estratégicos em 2019

Item	Nome do Projeto	Unidade Responsável	Objetivo Geral	Alinhamento ao Planejamento Estratégico Institucional	Vinculação à Carta de Brasília	Status em 12/19
		Área da Saúde	Adquirir vacinas contra o vírus influenza aos integrantes do Ministério Público do Estado do Tocantins		com monitoramento para verificar a sua efetividade;	
31	Fortalecendo o controle social na educação – Conselho Legal	CAOPIJE	Promover o fortalecimento dos órgãos de gestão democrática e controle social da educação.	Proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente	a) Desenvolvimento de uma nova teoria do Ministério Público, embasada nos direitos e nas garantias constitucionais fundamentais, que possa produzir práticas institucionais que contribuam para a transformação da realidade social;	Em execução
32	Transporte escolar, caminho legal para garantir educação para todos	CAOPIJE	Garantia da prestação, adequada, do serviço de transporte escolar.	Exigir o cumprimento do direito à educação	a) Desenvolvimento de uma nova teoria do Ministério Público, embasada nos direitos e nas garantias constitucionais fundamentais, que possa produzir práticas institucionais que contribuam para a transformação da realidade social;	Em execução
33	Aprendizagem é direito – Compromisso do MPE com a	CAOPIJE	Assegurar a promoção da educação pública de qualidade para crianças e adolescentes tocaninenses, com foco na aprendizagem e melhoria dos resultados educacionais da rede pública.	Exigir o cumprimento do direito à educação de qualidade	a) Desenvolvimento de uma nova teoria do Ministério Público, embasada nos direitos e nas garantias	Em execução

Quadro 4.1 – Resumo do Monitoramento dos Projetos Estratégicos em 2019

Item	Nome do Projeto	Unidade Responsável	Objetivo Geral	Alinhamento ao Planejamento Estratégico Institucional	Vinculação à Carta de Brasília	Status em 12/19
	qualidade na educação				constitucionais fundamentais, que possa produzir práticas institucionais que contribuam para a transformação da realidade social;	
34	Acesso a Justiça	CAOPIJE	Instar o Estado a democratizar as políticas públicas voltadas para garantia de direitos fundamentais de crianças e adolescentes, bem como promover o acesso à justiça.	Proteção e defesa dos direitos da Criança e do Adolescente	a) Desenvolvimento de uma nova teoria do Ministério Público, embasada nos direitos e nas garantias constitucionais fundamentais, que possa produzir práticas institucionais que contribuam para a transformação da realidade social;	Em execução
35	Capacitando portavozes 2019	ASCOM	Capacitar membros do Ministério Público do Tocantins para exercerem as funções de representantes institucionais perante a opinião pública, especialmente no que diz respeito ao relacionamento com a imprensa, por meio de treinamento teórico e prático.	Ser reconhecido como instituição eficaz na defesa da cidadania e na garantia dos direitos sociais; Ter comunicação institucional efetiva.	k) Estabelecimento da prática institucional de atuação por meio de projetos executivos e projetos sociais, de maneira regulamentada e com monitoramento para verificar a sua efetividade.	Concluído
36	Implantação e estruturação do novo sistema de	Departamento Administrativo	Reduzir tempos e movimentos em sua logística interna com a Implantação de um	Ter padrões de excelência nos	k) Estabelecimento da prática institucional de atuação por meio de	Concluído

Quadro 4.1 – Resumo do Monitoramento dos Projetos Estratégicos em 2019

Item	Nome do Projeto	Unidade Responsável	Objetivo Geral	Alinhamento ao Planejamento Estratégico Institucional	Vinculação à Carta de Brasília	Status em 12/19
	controle de almoxarifado	– Área de Almoxarifado	sistema de Controle de Almoxarifado que atenda às necessidades desta PGJ.	procedimentos internos	projetos executivos e projetos sociais, de maneira regulamentada e com monitoramento para verificar a sua efetividade.	
37	Diálogos em rede	21ª Promotoria da Infância e Juventude da Capital	Criar espaços de diálogos e grupo de apoio de forma intersetoriais, visando atendimentos qualificados tecnicamente e mais efetivos, bem como a criação de fluxos e protocolos de atendimentos às crianças e adolescentes em situação vulnerável.	Atuar na defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente	i. Desenvolvimento de uma nova teoria do Ministério Público, embasada nos direitos e nas garantias constitucionais fundamentais, que possa produzir práticas institucionais que contribuam para a transformação da realidade social.	Em execução
38	MPE articulando a gestão democrática nas escolas	21ª Promotoria da Infância e Juventude da Capital	Promover a Gestão Democrática na Educação, por meio de ações articuladas e propositivas com vistas ao fortalecimento dos grêmios estudantis e conselhos escolares, visando garantir o cumprimento do direito à educação democrática e participativa para crianças e adolescentes do município de Palmas/TO.	Atuar na Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente	i. Desenvolvimento de uma nova teoria do Ministério Público, embasada nos direitos e nas garantias constitucionais fundamentais, que possa produzir práticas institucionais que contribuam para a transformação da realidade social.	Em execução
39	Cultura MP 2019	21ª Promotoria da Infância e Juventude da Capital	Implementar um Circuito Cultural voltado para as diversas formas de manifestações da cultura Hip Hop, bem como a realização de ações de prevenção e de enfrentamento das	Atuar na Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente	i. Desenvolvimento de uma nova teoria do Ministério Público, embasada nos direitos e nas garantias constitucionais	Em execução

Quadro 4.1 – Resumo do Monitoramento dos Projetos Estratégicos em 2019

Item	Nome do Projeto	Unidade Responsável	Objetivo Geral	Alinhamento ao Planejamento Estratégico Institucional	Vinculação à Carta de Brasília	Status em 12/19
			diversas formas de violência que atinge crianças, adolescentes e jovens.		fundamentais, que possa produzir práticas institucionais que contribuam para a transformação da realidade social.	
40	Soluções de contrainteligência – Varredura eletrônica e inspeção ambiental	NIS	Promover a segurança institucional para o exercício livre e independente das funções constitucionais do Ministério Público.	Garantir segurança institucional	k) Estabelecimento da prática institucional de atuação por meio de projetos executivos e projetos sociais, de maneira regulamentada e com monitoramento para verificar a sua efetividade.	Concluído
41	Semana de Segurança Institucional do MPTO – 2019	NIS	Difundir a cultura de segurança institucional, nos termos preconizados pela Resolução nº 156/2016, do Conselho Nacional do Ministério Público, através da implementação de uma semana de palestras, oficinas e treinamentos.	Garantir segurança institucional	k) Estabelecimento da prática institucional de atuação por meio de projetos executivos e projetos sociais, de maneira regulamentada e com monitoramento para verificar a sua efetividade.	Concluído
42	Projeto Corrida da Justiça – 4ª Edição – Ano 2019	Departamento de Gestão de Pessoas e Folha de Pagamento	Participação como órgão parceiro e organizador da Corrida da Justiça que acontece anualmente como parte do Circuito de Corridas de Rua de Palmas, com objetivo de promover a prática esportiva e a cidadania, reunindo pessoas em busca de melhores condições físicas e de saúde, qualidade de vida e bem-estar, além de aproximar o cidadão dos órgãos que	Ampliar parcerias estratégicas	k) Estabelecimento da prática institucional de atuação por meio de projetos executivos e projetos sociais, de maneira regulamentada e com monitoramento para verificar a sua efetividade.	Concluído

Quadro 4.1 – Resumo do Monitoramento dos Projetos Estratégicos em 2019

Item	Nome do Projeto	Unidade Responsável	Objetivo Geral	Alinhamento ao Planejamento Estratégico Institucional	Vinculação à Carta de Brasília	Status em 12/19
			integram o sistema de Justiça no Estado do Tocantins.			
43	CIRA – Comitê Interinstitucional de Recuperação de Ativos	Chefia de Gabinete da PGJ	Criação de um núcleo, nos moldes de força tarefa, para atuação conjunta entre Ministério Público do Estado do Tocantins, Secretaria da Fazenda do Estado do Tocantins, Procuradoria-Geral do Estado com o objetivo de recuperar bens e direitos a fim de ressarcir o patrimônio público, apurar e reprimir os crimes contra a ordem tributária de lavagem de dinheiro, blindagem patrimonial e organização criminosa com especial enfoque para recuperação de ativos, promovendo ações que resultem na responsabilização administrativa, civil e criminal dos envolvidos.	Combater improbidade e recuperar ativos	k) Estabelecimento da prática institucional de atuação por meio de projetos executivos e projetos sociais, de maneira regulamentada e com monitoramento para verificar a sua efetividade.	Em execução
44	Implantação do Sistema Eletrônico de Informações – SEI	Departamento de Planejamento e Gestão – Área de Apoio Técnico a Gestão Documental	Virtualizar os procedimentos administrativos visando a agilidade no processo de trabalho e economicidade.	Ter padrão de excelência nos procedimentos internos	o) Implementação de meios eletrônicos para a tramitação de procedimentos extrajudiciais, com vistas, principalmente, aos seguintes benefícios: celeridade no cumprimento dos despachos e diligências; facilidade de acesso aos autos pelos membros, servidores e interessados; viabilidade de compartilhamento de atos e peças processuais; facilidade de realização do	Concluído

Quadro 4.1 – Resumo do Monitoramento dos Projetos Estratégicos em 2019

Item	Nome do Projeto	Unidade Responsável	Objetivo Geral	Alinhamento ao Planejamento Estratégico Institucional	Vinculação à Carta de Brasília	Status em 12/19
					controle do prazo, combinado com a avaliação do conteúdo da investigação pelas Corregedorias, pelo Conselho Superior ou pelas Câmaras de Coordenação e Revisão.	
45	Saúde de qualidade nas UBS de Palmas/TO	27ª Promotoria de Justiça da Capital	Estabelecer mecanismos eficientes para fiscalizar e monitorar o funcionamento das Unidades Básicas de Saúde do Município de Palmas/TO.	Exigir o cumprimento do direito a saúde	h)Atuação com base em Planos de Atuação, em Programas Institucionais e em Projetos Executivos que estejam em sintonia com o Planejamento Estratégico Institucional.	Concluído
46	A força do exemplo e a educação salvando vidas	1ª Promotoria de Justiça de Arraias	Contribuir para melhoria da educação escolar na promoção do acesso ao conhecimento com dedicação efetiva aos estudos, através de realização de palestras proferidas por cidadãos egressos da rede pública de ensino e tiveram notável ascensão social e material.	Exigir o cumprimento do direito à educação	h)Atuação com base em Planos de Atuação, em Programas Institucionais e em Projetos Executivos que estejam em sintonia com o Planejamento Estratégico Institucional.	Em execução
47	Superar	2ª Promotoria de Justiça de Miracema	Triplidar os resultados de aprendizagem dos alunos da 1ª fase do ensino fundamental de Miracema no prazo de 2 (dois) anos.	Exigir o cumprimento do direito à educação	h)Atuação com base em Planos de Atuação, em Programas Institucionais e em Projetos Executivos que estejam em sintonia com o Planejamento Estratégico Institucional.	Em execução
48	Eleições seguras, só com urnas	CAOPIJE	Assegurar a orientação, fiscalização e a oferta de urnas eletrônicas a todos os	Proteção e defesa dos direitos da	h)Atuação com base em Planos de Atuação, em Programas Institucionais e	Concluído

Quadro 4.1 – Resumo do Monitoramento dos Projetos Estratégicos em 2019

Item	Nome do Projeto	Unidade Responsável	Objetivo Geral	Alinhamento ao Planejamento Estratégico Institucional	Vinculação à Carta de Brasília	Status em 12/19
			municípios do Estado do Tocantins, para as eleições de Conselheiros Tutelares.	Criança e do Adolescente	em Projetos Executivos que estejam em sintonia com o Planejamento Estratégico Institucional.	
49	Ministério Público nas Universidades	CESAF	Proporcionar maior conhecimento das atividades finalísticas do MPE-TO aos(as) acadêmicos(as) do Curso de Direito, contando com a participação ativa dos membros do Ministério Público, que ficarão responsáveis pelas palestras.	Atrair e reter talentos.	I) Criação de canais institucionais que possibilitem o diálogo e a interação permanente com as organizações, movimentos sociais e com a comunidade científica.	Em execução

Fonte: Escritório de Projetos / Deplan / DG / PGJ

## 5 Atividades das Estruturas Organizacionais

### 5.1 Estruturas da Administração Superior

#### 5.1.1 Procuradoria-Geral de Justiça (Institucional)

A Procuradoria-Geral de Justiça (PGJ) é Órgão da Administração Superior do MPTO. A chefia da Instituição cabe ao Procurador-Geral de Justiça, substituído, em seus impedimentos e suas faltas, ou por delegação, pelo Subprocurador-Geral de Justiça.

As atribuições do Procurador-Geral de Justiça estão previstas no art. 29 da Lei nº. 8.625/1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público) e Lei Complementar nº 051/2008 (Lei Orgânica Estadual do MPTO), em consonância com as disposições das Constituições Federal e Estadual que regem a organização, princípios, legitimação, garantias, vedações e funções do MPTO.

Dentre as atribuições de natureza constitucional e infraconstitucional realizadas pelo Procurador-Geral de Justiça, sobressaem as seguintes atividades de execução: ajuizar ação penal de competências dos Tribunais; representar ao Tribunal de Justiça por inconstitucionalidade de leis ou atos normativos estaduais ou municipais, face à Constituição Estadual; promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente, do consumidor e de outros interesses difusos e coletivos, quando a autoridade reclamada for o Governador, o Presidente da Assembleia Legislativa, os Presidentes dos Tribunais ou Secretários de Estado; representar, para fins de intervenção do Estado no Município, com o objetivo de assegurar a observância de princípios indicados na Constituição Estadual ou para prover a execução de Lei, de Ordem ou de Decisão Judicial.

#### 5.1.2 Colégio de Procuradores de Justiça

O Colégio de Procuradores de Justiça (CPJ), Órgão da Administração Superior e de Execução do MPTO, é integrado por todos os procuradores de Justiça em exercício e presidido pelo Procurador-Geral de Justiça.

Conta com 02 (duas) comissões permanentes, a Comissão de Assuntos Institucionais (CAI) e a Comissão de Assuntos Administrativos (CAA), ambas compostas por 03 (três) procuradores de Justiça, com atribuições em suas respectivas áreas.

As sessões ordinárias são realizadas na primeira segunda-feira de cada mês, às quatorze horas (14h), no Plenário Sônia Maria Araújo Pinheiro, localizado no 3º piso do prédio da Procuradoria-Geral de Justiça. As sessões extraordinárias e solenes acontecem sempre em face de convocação.

Dentre as atribuições do CPJ constantes do artigo 20 da Lei Complementar nº 51/2008, destacam-se: criação de cargos e serviços auxiliares, fixação e reajuste dos subsídios dos membros e servidores, modificações na Lei Orgânica, providências relacionadas ao desempenho das funções institucionais, aprovação da Proposta Orçamentária Anual e do Plano Plurianual, fixação e revisão das atribuições das Procuradorias e Promotorias de Justiça, e decisão sobre pedidos de revisão de processo administrativo disciplinar.

O Colégio de Procuradores de Justiça é responsável, também, pelas eleições do Corregedor-Geral, do Ouvidor, do seu representante no Conselho Superior do Ministério Público (CSMP), dos Coordenadores dos Centros de Apoio Operacional (Caops) e do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (Cesaf).

O Colegiado reúne-se, ainda, em sessões solenes, com o fim de dar posse ao Procurador-Geral de Justiça, ao Corregedor-Geral do Ministério Público, aos Membros eleitos do CSMP, ao Ouvidor, ao Coordenador do Cesaf, aos procuradores de Justiça e também aos promotores de Justiça Substitutos.

Tabela 5.1.2.1 – Atividades do Colégio de Procuradores de Justiça, em 2017/2019

Item	Descrição	Ano, em (quantidade)		
		2017	2018	2019
1	Sessões Ordinárias	10	11	
2	Sessões Extraordinárias	05	08	
3	Sessões Solenes	05	06	
4	Feitos autuados	34	50	
5	Feitos julgados	38	-	
6	Resoluções	09	12	
7	Recomendações	-	01	
8	Propostas de alteração legislativa aprovadas	-	02	

Fonte: Colégio de Procuradores de Justiça

### 5.1.3 Conselho Superior do Ministério Público

O Conselho Superior do Ministério Público (CSMP) é Órgão que compõe a Administração Superior, estando afetos à sua competência os assuntos de carreira, dentre os quais as deliberações sobre concurso público, promoção, remoção, procedimento para vitaliciamento de promotores de Justiça substitutos, etc. No âmbito administrativo, tem a seu cargo as decisões referentes às promoções de arquivamento de peças de informação ou inquérito civil público. Incumbe, também, a este Colegiado, a análise dos Relatórios de Correição e Inspeção realizados pela Corregedoria-Geral do Ministério Público, bem como, se for o caso, deliberar sobre providências a serem tomadas.

As sessões ordinárias são realizadas na segunda quinta-feira de cada mês, ou no primeiro dia útil subsequente, às 10 horas, na sede da Procuradoria-Geral de Justiça. As sessões são públicas, salvo se houver matéria que envolva análise de procedimento administrativo ou outra que, por sua natureza, reclame sigilo.

Informamos, na tabela a seguir, resumo da atuação do Conselho Superior do Ministério Público no período 2019:

Tabela 5.1.3.1 – Atividades do Conselho Superior do Ministério Público, em 2019

Item	Descrição	Quantidade
1	Atas	23
2	Atos	93
3	Circular	9
4	Editais de Apoio Institucional Cumulativo	-
5	Editais de Substituição Cumulativa	-
6	Editais de Remoção/Promoção Expedidos	60
7	Editais de Remoção/Promoção Julgados	52
8	Feitos físicos (Homologação de arquivamento, Declínios de atribuição e Recursos de indeferimento)	1.206
9	Feitos eletrônicos – E-ext (Homologação de arquivamento, Declínios de atribuição e Recursos de indeferimento)	1.166
10	Feitos Físicos e eletrônico julgados (Homologação de arquivamento, Declínios de atribuição e Recursos de indeferimento)	2.288
11	Editais de Intimação Publicados	1.334
12	Memorandos	205

Tabela 5.1.3.1 – Atividades do Conselho Superior do Ministério Público, em 2019

Item	Descrição	Quantidade
13	Ofícios	568
14	Pautas Ordinárias	12
15	Pautas Extraordinárias	11
16	Sessões Ordinárias	12
17	Sessões Extraordinárias	11
18	Resoluções	2
19	Súmulas, Extratos de Súmulas e Revisões	-
20	Registro e acompanhamento de comunicações de Procedimentos Preparatórios, Administrativos e Notícias de Fato.	1.639
21	Registro e acompanhamento de comunicações de instauração de Inquérito Civil Públicos.	1.630

Fonte: Conselho Superior do Ministério

#### 5.1.4 Corregedoria-Geral do Ministério Público

A Corregedoria-Geral do Ministério Público, na forma da Lei Complementar Estadual nº 51/08, integra a estrutura do MPTO e, ao lado da Procuradoria-Geral de Justiça, do Colégio de Procuradores de Justiça e do Conselho Superior do Ministério Público, compõe a Administração Superior da Instituição.

As atividades desempenhadas pela Corregedoria-Geral do Ministério Público, mediante as correições ordinárias realizadas junto às Promotorias e Procuradorias de Justiça, têm um papel relevante no aperfeiçoamento da prestação de serviços e no desempenho eficiente das ações do MPTO. As correições têm buscado verificar a regularidade dos serviços das promotorias e procuradorias de Justiça e o cumprimento dos deveres funcionais por parte de seus titulares.

No decorrer de 2019 foram realizadas diversas correições, em consonância com o cronograma aprovado e amplamente divulgado no sítio eletrônico: <https://mpto.mp.br/corregedoria/2018/08/17/cronograma>, divididas entre as Promotorias da Capital e interior do Estado do Tocantins, onde se verificou a regularidade dos trabalhos desenvolvidos pelos Órgãos de Execução, conforme detalhado a seguir:

Quadro 5.1.4.1 – Órgãos Inspeccionados, em 2019

Item	Período	Local	Cidade
1	Fevereiro	Promotorias de Justiça de Alvorada	Alvorada

Quadro 5.1.4.1 – Órgãos Inspeccionados, em 2019

Item	Período	Local	Cidade
2		Promotorias de Justiça de Araguaçu	Araguaçu
3		Promotorias de Justiça de Cristalândia	Cristalândia
4		Promotorias de Justiça de Figueropólis	Figueropólis
5		Promotorias de Justiça de Pium	Pium
6	Abril	Procuradorias de Justiça de Miracema do Tocantins	Miracema do Tocantins
7		Promotoria de Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Tocantins	Miracema do Tocantins
8		Promotoria de Justiça de Miranorte	Miranorte
9		Promotoria de Justiça de Tocantínia	Tocantínia
10	Maio	Promotoria de Justiça de Araguaína	Araguaína
11		Promotoria de Justiça de Wanderlândia	Wanderlândia
12	Junho	Procuradorias de Justiça de Gurupi	Gurupi
15		Promotoria de Justiça de Peixe	Peixe
16		Promotoria de Justiça de Formoso do Araguaia	Formoso do Araguaia
17		Promotoria de Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Araguaia	Formoso do Araguaia
18	Agosto	Promotorias de Justiça de Dianópolis	Dianópolis
19		Promotoria de Justiça de Almas	Almas
20		Promotoria de Justiça de Natividade	Natividade
21	Outubro	Promotoria de Justiça de Paranã	Paraná
22		Promotorias de Justiça de Palmeirópolis	Palmeirópolis
16		Promotoria de Justiça de Araguaína	Araguaína
8		Promotoria de Justiça de Filadélfia	Filadélfia
17		Promotoria de Justiça de Goiatins	Goiatins
18		Promotoria de Justiça de Itacajá	Itacajá
19		Promotoria de Justiça de Pedro Afonso	Pedro Afonso
21	Novembro	Promotoria de Justiça da Capital	Palmas

Fonte: Corregedoria-Geral do Ministério Público

Além disso, foram inspeccionados os seguintes órgãos:

Quadro 5.1.4.2 – Órgãos Inspeccionados, em 2019

Item	Período	Local	Cidade
1	Fevereiro	Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado do Ministério Público do Tocantins (Gaeco)	Palmas
2		Núcleo de Inteligência e Segurança Institucional (NIS)	
6	Março	Grupo de Controle Externo da Atividade Policial (Gecep)	
7		Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (Cesaf)	
8		Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (Cesaf)	
9		Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Cidadania, Direitos Humanos e da Mulher (Caocid)	
		Centro de Apoio Operacional de Urbanismo, Habitação e Meio Ambiente (Caoma)	
10		Centro de Apoio Operacional às Promotorias da Infância, Juventude e Educação (Caopije)	
11		Centro de Apoio Operacional do Consumidor (Caocon)	
12		Núcleo Maria da Penha	

Fonte: Corregedoria-Geral do Ministério Público

De acordo com seu Regimento Interno (RICGMP), há 03 (três) classes de procedimentos que podem tramitar no âmbito da Corregedoria-Geral:

Sindicância;

Pedido de Providências Classe I;

Pedido de Providências Classe II.

A Sindicância tem caráter disciplinar e destina-se a apurar infração aos deveres do cargo atribuída a membro do Ministério Público. O Pedido de Providências Classe I, também de natureza disciplinar, visa conferir ao membro do Ministério Público, previamente à instauração de Sindicância, uma oportunidade para se manifestar sobre a infração a ele atribuída. Sem ostentar natureza disciplinar, o Pedido de Providências Classe II tem caráter residual, destinando-se às demais atividades procedimentais da Corregedoria-Geral.

Tem-se, ainda, o Processo Administrativo Disciplinar (PAD), que tramita perante o Conselho Superior do Ministério Público, após oferecimento de Súmula de Acusação pela Corregedoria-Geral.

Segue, abaixo, quadro com o quantitativo de procedimentos instaurados e Súmulas de Acusação oferecidas no ano de 2019:

Tabela 5.1.4.1 – Procedimentos administrativos em 2019 (em unid.)

Item	Espécie	Quantidade
1	Sindicância	02
2	Pedido de Providências Classe I	56
3	Pedido de Providências Classe II	65
4	Sumulas de Acusação	-
Total		123
Fonte: Corregedoria-Geral do Ministério Público		

Cabe à Corregedoria-Geral acompanhar o estágio probatório dos Membros do MPTO. Os dois primeiros anos de efetivo exercício do cargo corresponderão ao período de estágio probatório, durante o qual o membro do MPTO terá o seu trabalho e a sua conduta avaliados pela Corregedoria-Geral do Ministério Público para fins de vitaliciamento.

Desta forma, a Corregedoria-Geral, dois meses antes de decorrido o biênio de estágio, encaminha ao Conselho Superior do Ministério Público relatório circunstanciado sobre a atuação pessoal e funcional dos membros, concluindo, fundamentadamente, pelo vitaliciamento ou não.

No ano de 2019, a Corregedoria-Geral acompanhou o estágio probatório de 07 (sete) promotores de Justiça, dos quais 04 (quatro) já foram vitaliciados.

Segue, abaixo, quadro demonstrativo das atividades realizadas pela Corregedoria-Geral, no ano de 2019, em relação ao estágio probatório:

Tabela 5.1.4.2 - Atividades para Fins de Estágio Probatório, em 2019

Item	Atividade	Quantidade
1	Membros avaliados	07
2	Membros vitaliciados	04

Tabela 5.1.4.2 - Atividades para Fins de Estágio Probatório, em 2019

Item	Atividade	Quantidade
3	Membros em Estágio Probatório	03
4	Relatórios de Avaliação	63
5	Reuniões Realizadas	01
Total		75

Fonte: Corregedoria-Geral do Ministério Público

O Projeto Auxiliar de Tutela Coletiva, instituído pelo Ato Conjunto PGJ/CGMP nº 01/2015 e executado no âmbito da Corregedoria-Geral, tem como objetivo normalizar o acervo dos procedimentos extrajudiciais em atraso nos órgãos de execução, além de possibilitar aos membros em estágio probatório um primeiro contato com a tutela coletiva. Em 2019, foram atendidas três promotorias de Justiça, o que redundou no impulsionamento de 158 (cento e cinquenta e oito) procedimentos extrajudiciais, conforme tabela abaixo:

Tabela 5.1.4.3 - Projeto Auxiliar de Tutela Coletiva, em 2019

Item	Local	Cidade	Quantidade
1	Promotorias de Justiça de Almas	Almas	73
2	Promotorias de Justiça de Natividade	Natividade	56
3	Promotorias de Justiça de Wanderlândia	Wanderlândia	29
Total			158

Fonte: Corregedoria-Geral do Ministério Público

A Corregedoria-Geral tem como função orientar os membros do Ministério Público em suas atividades funcionais, observado, evidentemente, o princípio da independência funcional.

Além disso, cabe à Corregedoria-Geral expedir atos normativos com o objetivo de regulamentar e aperfeiçoar os serviços do Ministério Público, nos limites de suas atribuições.

No ano de 2019, foram expedidos vários atos e recomendações, conforme quadro abaixo:

Tabela 5.1.4.4 - Atos Normativos, em 2019

Item	Natureza	Quantidade
1	Recomendações	04
2	Atos	05
3	Atos Conjuntos	03
Total		12

Fonte: Corregedoria-Geral do Ministério Público

Destacamos, ainda, os seguintes atos: a) Recomendação nº 03/2019/CGMP, que dispõe sobre a investigação dos crimes dolosos contra a vida praticados por militares contra civis; b) Ato Conjunto nº 01/2019/PGJ/CGMP, que institui o Núcleo do Tribunal do Júri do Ministério Público do Estado do Tocantins; c) Ato nº 03/2019/CGMP, que dispõe sobre a regulamentação das inspeções.

A Corregedoria-Geral publicou, no ano de 2019, o seu *Vade Mecum*. Fonte rápida e segura de pesquisa, o documento foi elaborado com o objetivo de facilitar a consulta e o acesso de membros e servidores do Ministério Público aos atos normativos da Corregedoria-Geral.

Ainda sob o aspecto da orientação, a Corregedoria-Geral vem sendo demandada para esclarecer várias questões inerentes à atividade funcional dos membros do Ministério Público.

No decorrer do ano de 2019, foram respondidas 07 (sete) consultas sobre os mais variados temas: a) inserção de dados no Cadastro Nacional de Violência Doméstica; b) distribuição de notícias de fato sobre saúde perante a 19ª e a 27ª Promotorias de Justiça da Capital; c) atuação do Ministério Público na defesa dos interesses individuais indisponíveis afetos à saúde; d) atribuições das Promotorias de Justiça com a alteração da competência de comarcas; e) identificação de criança e adolescente nas portarias de instauração de procedimentos extrajudiciais afetos à infância e juventude; f) atuação do Ministério Público na execução da pena de multa aplicada na seara criminal; g) possibilidade de lavratura de Termo Circunstanciado de Ocorrência por parte da Polícia Militar.

Nos concursos de promoção e remoção, a Corregedoria-Geral disponibiliza ao Conselho Superior do Ministério Público os prontuários individuais dos membros concorrentes, com todas as informações e dados úteis ao julgamento dos processos.

No ano de 2019, considerando os editais de promoção e remoção de 1ª, 2ª e 3ª entrância, bem como concurso para o cargo de procurador de Justiça, a Corregedoria-Geral confeccionou centenas de prontuários, conforme ilustrado no Tabela a seguir:

Tabela 5.1.4.5 - Concursos de Promoção/Remoção, em 2019

Item	Concursos de Promoção/Remoção	Quantidade
1	1ª Entrância	25
2	2ª Entrância	26
3	3ª Entrância	351
4	Procurador de Justiça	14
Total		416

Fonte: Corregedoria-Geral do Ministério Público

De acordo com o previsto no artigo 4º do Ato Conjunto nº 03/2019/PGJ/CGMP, “o membro do Ministério Público pode informar à Corregedoria Geral, por meio do sistema SRDIR (Saúde, Residência, Docência e Imposto de Renda), o seu quadro de saúde física e mental, através do preenchimento de formulário disponível no sistema, visando, caso queira, um diagnóstico por parte do Setor de Saúde do Ministério Público”.

A normativa acima transcrita foi idealizada pela Corregedoria-Geral, de modo a permitir que, a partir do ano de 2020, os membros do Ministério Público preencham, virtualmente (sistema *Athenas*), um formulário e tenham, caso queiram, um diagnóstico sobre seu quadro de saúde, o que é de suma importância sob os aspectos pessoal e profissional.

### 5.1.5 Ouvidoria do Ministério Público

A Ouvidoria tem por atribuição o conhecimento de manifestações (denúncias, reclamações, críticas, dúvidas, elogios, pedidos de informações, sugestões e comentários) relacionadas às atividades dos membros do MPTO (Promotores e Procuradores de Justiça), bem como dos seus serviços auxiliares (órgãos e servidores). Também é papel da Ouvidoria divulgar e esclarecer à sociedade a missão institucional do MPTO.

Assim, a principal atividade desenvolvida pela Ouvidoria é receber, registrar, analisar e dar o devido encaminhamento às manifestações dos cidadãos sobre o trabalho desenvolvido pelo MPTO.

As manifestações podem ser feitas:

a) pelo site: <https://athenas.mpto.mp.br//athenas/ouvidoria/>, preenchendo o formulário constante do link “manifestação” (à esquerda);

b) pelos telefones (63) 3216-7598 e 3216-7575;

c) pelo e-mail [ouvidoria@mpto.mp.br](mailto:ouvidoria@mpto.mp.br);

d) por correspondência enviada para o endereço Quadra 202 Norte, Avenida. LO 4, Conjunto 1, Lotes 5 e 6, Plano Diretor Norte, Cep 77.006-218 – Palmas-TO.

De acordo com a Resolução 95, de 22 de maio de 2013, com as respectivas alterações promovidas pela Resolução nº. 153, de 21 de novembro de 2016 e Resolução nº. 180, de 07 de agosto de 2017, todas do Conselho Nacional do Ministério Público, as manifestações serão enquadradas nas seguintes classes:

Reclamações – manifestações de insatisfação, investidas ou não de gravidade, com responsabilidade de ação ou omissão atribuída ao Ministério Público, aos membros ou seus serviços auxiliares;

Críticas – manifestações de censura contra ato, procedimento, serviço ou posição adotada pelo Ministério Público, pelos membros ou pelos serviços auxiliares;

Representação – manifestações residuais em relação à reclamação, à crítica e ao pedido de informação;

Sugestões – propostas de melhoria e aprimoramento dos serviços do Ministério Público, além de proposta de inovação de procedimentos ou serviços prestados;

Elogios – manifestações de satisfação ou reconhecimento da qualidade dos serviços prestados, dos atos ou procedimentos executados pelo Ministério Público, pelos membros e pelos serviços auxiliares;

Pedidos de informação – manifestações que se enquadrem nos dispositivos da Lei de Acesso à Informação.

No decorrer de 2019, a Ouvidoria do MPTO recebeu e processou 2.684 ocorrências, das quais 2.300 foram anônimas, e 384 identificadas. A seguir, serão demonstradas, por meio de tabelas, as Manifestações recebidas e tratadas pela Ouvidoria no período de 2014 a 2019.

Em relação as manifestações recebidas pelos canais disponibilizados gratuitos de atendimento ao cidadão, estas foram detalhadas conforme demonstrado a seguir:

Tabela 5.1.5.1 – Evolução das Manifestações Recebidas por Grupo em 2019

Item	Forma de Contato	Quantidade, em (unid.)
1	E-mail	89
2	Presencial	84
3	Telefone	265
4	Site	2.246
Total		2.684

Fonte: Ouvidoria

Tabela 5.1.5.2 – Formas de Ocorrência, em 2018/2019

Forma de Contato	2018		2019	
	Quantidade	Em, (%)	Quantidade	Em, (%)
E-mail	37	3,10	89	3,32
Telefone	238	19,93	265	9,87
Presencial	29	2,43	84	3,13
Site	890	74,54	2.246	83,68
Total	1.194	100	2.684	100

Fonte: Ouvidoria

A tabela 5.1.5.3 demonstra a evolução das manifestações recebidas por grupo pela Ouvidoria no período de 2014 a 2019.

Tabela 5.1.5.3 – Evolução das Manifestações Recebidas por Grupo – 2014/2019

Grupo	Ano, em Quantidade					
	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Denúncia	458	568	766	893	1.154	-
Pedido de Informação	53	57	62	33	27	42
Reclamações	51	74	13	19	27	23
Comentários	01	-	-	-	05	-
Elogios	04	04	02	02	05	03
Sugestões	04	02	-	06	02	02
Críticas	01	-	01	04	-	06

Tabela 5.1.5.3 – Evolução das Manifestações Recebidas por Grupo – 2014/2019

Grupo	Ano, em Quantidade					
	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Dúvidas	-	01	-	08	08	-
Representações	-	-	-	-	-	2.608
Total	572	706	844	965	1.228	2.684

Fonte: Ouvidoria

A seguir o detalhamento dessas manifestações:

Tabela 5.1.5.4 - Espécies das manifestações recebidas pela Ouvidoria, em 2019

Espécies	Recebidas	Aguardando resposta	Pendentes	Inválidas	Encerradas
Reclamações	23	0	0	1	22
Sugestões	2	0	0	0	2
Pedidos de Informação - LAI	42	1	0	0	41
Críticas	6	0	0	1	5
Elogios	3	0	0	0	3
Representações	2.608	176	7	619	1.806
Total	2.684	177	7	621	1.879

Fonte: Ouvidoria

Tabela 5.1.5.5 - Manifestações recebidas pela Ouvidoria por assunto, em 2019

Item	Assunto	Quantidade	Em, (%)
1	Acessibilidade	01	0,04
2	Administração e Funcionamento do Ministério Público	10	0,37
3	Atuação de Membros e Servidores	26	0,97
4	Concurso Público	74	2,76
5	Consultas e Dúvidas Jurídicas	05	0,19
6	Consumidor	71	2,65
7	Controle Externo da Atividade Policial	09	0,34
8	Crimes	87	3,24
9	Demandas alheias à competência do Ministério Público	50	1,86
10	Discriminação de Gênero, Etnia, Condição Física, Social ou Mental	02	0,07
11	Educação	133	4,96
12	Eleitoral	07	0,26

Tabela 5.1.5.5 - Manifestações recebidas pela Ouvidoria por assunto, em 2019

Item	Assunto	Quantidade	Em, (%)
13	Execução Penal	10	0,37
14	Idoso	25	0,93
15	Improbidade Administrativa	952	35,47
16	Infância e Juventude	38	1,42
17	Lei de Acesso à Informação	51	1,90
18	Meio Ambiente	67	2,50
19	Outros	815	30,37
20	Residência na Comarca e Lotação de Membros	00	0,0
21	Saúde	189	7,04
22	Serviços Públicos	60	2,24
23	Sindical e questões análogas	02	0,07
24	Violência doméstica	00	0,00
Total		2.684	100,00

Fonte: Ouvidoria

No decorrer de 2019, houve uma grande conquista para a Ouvidoria do Ministério Público do Tocantins com a aprovação do seu Regimento Interno, que entre outros aspectos, estabelece as atribuições, estrutura física e humana, além de disciplinar a tramitação dos procedimentos, tanto dos recebimentos de manifestações anônimas quanto da operacionalização no Acesso à Informação, com base na Lei n.º 12.527/2011.

Quadro 5.1.5.1 - Participação em eventos, em 2019

Item	Assunto	Período	Local
1	40ª Reunião Ordinária do CNOMP	08/02/2019	Brasília/DF
2	41ª Reunião Ordinária do CNOMP	29/03/2019	São Luís/MA
3	4ª Semana da Ouvidoria e Acesso à Informação, realizada pela CGU	13 a 14/05/2019	Rio de Janeiro/RJ
4	42ª Reunião Ordinária do CNOMP	15/05/2019	Rio de Janeiro/RJ
5	Encerramento do XII Encontro do Colégio de Ouvidores da Justiça Eleitoral	14/06/2019	Palmas/TO
6	43ª Reunião Ordinária do CNOMP	19/08/2019	Brasília/DF
7	VI Encontro Nacional dos Ouvidores do Ministério Público	20 a 21/08/2019	Brasília/DF
8	44ª Reunião Ordinária do CNOMP	04/09/2019	Goiânia/GO
9	45ª Reunião Ordinária do CNOMP	08/11/2019	Maceió/AL

Quadro 5.1.5.1 - Participação em eventos, em 2019

Item	Assunto	Período	Local
10	Reunião dos Ouvidores-Gerais dos Ministérios Público com a Ouvidoria Nacional - CNMP	11 a 12/12/2019	Brasília/DF

Fonte: Ouvidoria

## 5.2 Estruturas de Apoio Direto aos Órgãos de Execução

### 5.2.1 Centro de Apoio Operacional do Consumidor (Caocon)

O Centro de Apoio Operacional do Consumidor (Caocon) é um órgão auxiliar das atividades funcionais dos promotores de Justiça.

A proteção integral aos consumidores é a principal área de atuação do Caocon. Cabe ao Caocon, através de sua Coordenação e de sua equipe técnica, a orientação e auxílio a todos os promotores de Justiça do Estado que atuam na área de defesa do consumidor.

No decorrer de 2019, o Caocon desenvolveu diversas atividades relativas à defesa dos direitos dos consumidores, cujas ações são voltadas para áreas específicas, tais como: combate à revenda clandestina de gás liquefeito de petróleo – GLP; bem como as ações propostas pelas Promotorias de Justiça, em benefício do consumidor; publicação do Informativo do Caocon; ações de combate à venda de carne clandestina e de produtos impróprios para o consumo; ações para melhoria das estruturas dos estabelecimentos comerciais e observância das boas práticas que regem o comércio; ações de combate à venda clandestina de leite e seus derivados; alimentação do sítio eletrônico: <http://to.consumidorvencedor.mp.br/>, que entrou em funcionamento em dezembro/2014, no qual se inserem informações sobre TACs firmados entre as partes interessadas, dentre outras atividades correlatas.

O Projeto Operação Pró-Consumidor tem por objetivo fiscalizar estabelecimentos comerciais, capacitar consumidores, comerciantes e órgãos públicos locais acerca de boas práticas relacionadas ao Consumo.

O foco de atuação da operação é determinado pelo promotor de Justiça, que na solicitação da ação informa a área de interesse, podendo ser supermercados, açougues, padarias,

farmácias, postos de vendas de gás, postos de combustíveis, venda clandestina de leite in natura, entre outros.

Dentre os parceiros que estiveram presentes nas operações, destacamos o Procon, a Vigilância Sanitária Estadual, a Vigilância Sanitária dos Municípios fiscalizados, o Corpo de Bombeiros, a Agência de Defesa Agropecuária do Tocantins e a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.

No decorrer de 2019, o objetivo do Projeto foi alcançado, uma vez que o Caocon realizou 04 (quatro) fiscalizações em municípios do Estado, conforme quadro a seguir:

Quadro 5.2.1.1 – Eventos do Projeto Pró-Consumidor, em 2019

Item	Solicitante	Tipo de ação	Cidades	Período
1	4ª Promotoria de Justiça de Paraíso do Tocantins	Fiscalização de abatedouro do município de Paraíso do Tocantins	Paraíso do Tocantins	24/04/2019
2	3º Promotor de Justiça de Porto Nacional	Inspeção/vistoria na Central de Abastecimento de Água do Município de Ipueiras	Ipueiras	10/07/2019
3	Promotoria de Justiça de Natividade	Inspeção/diligência nas bombas de combustível do Município de Natividade	Natividade	17 a 18/09/2019
4	23ª Promotoria de Justiça da Capital	Fiscalização nas feiras livres do Município de Palmas	Palmas	Em andamento
5	4ª Promotoria de Justiça de Paraíso do Tocantins	Realização de vistoria na agência do Banco do Brasil de Paraíso para verificar acessibilidade	Paraíso do Tocantins	12/04/2019

Fonte: Caocon

Observa-se que a comercialização irregular dos produtos de origem animal tem se mostrado recorrente pelo estado, tanto que em 12 de abril de 2016, o Caocon instaurou Procedimento Administrativo 2016/18619, visando fiscalizar e fomentar a estruturação das Vigilâncias Sanitárias Municipais em todo o Estado do Tocantins, bem como do Serviço de Inspeção Municipal.

Dessa forma, após instrução do presente procedimento, por meio do qual se verificou que a questão da legislação sanitária ainda não foi devidamente implementada em diversos municípios do estado do Tocantins, o Caocon apresentou perante a Comissão de Planejamento e Gestão Estratégica – CPGE o projeto intitulado “Programa de Segurança Alimentar e Proteção Jurídico-Sanitária dos Consumidores” - PSA Consumidor. Este programa

visa, primordialmente, implementar a efetiva garantia do direito fundamental à informação dos consumidores para a segurança alimentar, consoante os ditames constitucionais e legais que os protegem.

Ressalte-se que, no presente projeto, a atuação dos membros do MPTO deve consistir na instauração de Inquéritos Cíveis e/ou Procedimentos Administrativos visando a garantia do regular funcionamento dos Serviços de Inspeção Municipal (SIM), bem como a implantação e estruturação dos serviços de vigilâncias sanitárias nos 139 municípios do Estado do Tocantins.

O Projeto de Segurança Alimentar e Proteção Jurídico-Sanitária dos Consumidores – PSA (Procedimento Administrativo nº 2016/18619) foi arquivado, em dezembro de 2019, tendo atingindo 100% da meta prevista. A seguir, os resultados alcançados pelo Projeto.

Quadro 5.2.1.2 – Resultados do Projeto de Segurança Alimentar e Proteção Jurídico Sanitária dos Consumidores – PSA

Comarcas	Municípios	Procedimentos	SIM	Visas Municipais
21	57	56	115	78

Fonte: Caocon

Outra ação destacada é o “Consumidor Vencedor”, que visa dar ao cidadão acesso às informações sobre vitórias obtidas na defesa coletiva dos consumidores. Em 2013, o MPTO assinou Termo de Cooperação Técnica com o MP/RJ viabilizando o intercâmbio de informações sobre ações coletivas ajuizadas, decisões judiciais, provisórias ou definitivas e termos de ajustamento de conduta alcançados com a atuação do MPTO na defesa do consumidor.

No ano de 2014, quando o sítio foi ao ar no estado do Tocantins, as informações foram disponibilizadas no endereço [www.consumidorvencedor.mp.br](http://www.consumidorvencedor.mp.br), mantido pelo Ministério Público Estadual do Rio de Janeiro (MP/RJ) para acesso do público em geral.

Em 2015, o Termo de Cooperação Técnica foi renovado, dada a relevância que ele possui, não só para os consumidores, mas também para os Promotores de Justiça que terão suas medidas divulgadas e conhecidas por um número muito maior de consumidores. A partir do ano 2016, depois de passar por uma modificação para facilitar o acesso, o sítio encontra-se

funcionando perfeitamente, com várias ações propostas e lançadas no endereço eletrônico, que ficam à disposição de qualquer pessoa que queira acessar e ver as medidas propostas e decisão, dispostas em assuntos variados.

Em dezembro de 2017 foi realizada uma reestruturação do sítio do Consumidor Vencedor, tendo passado por uma reformulação para facilitar o seu uso, inclusive deixando mais simples a consulta pelo celular. O sítio, no decorrer do ano de 2019, foi extremamente útil, no que se refere a divulgação da atuação do Ministério Público Brasileiro, na área do consumidor.

Nos trabalhos desenvolvidos no exercício de 2019, durante as ações de combate à venda de produtos impróprios para o consumo, foi encontrada grande quantidade de produtos nestas condições, sendo retirados imediatamente das gôndolas pelos parceiros responsáveis pela fiscalização. Os produtos que estão à venda sem procedência, sem informações dos órgãos de fiscalização SIF, SIE e SIM, são apreendidos e descartados para segurança sanitária, soterrados ou incinerados.

Como resultados das ações do Caocon no período de 2013 a 2019, podemos destacar os seguintes:

Tabela 5.2.1.3 – Estabelecimentos Visitados Área Consumidor, nos anos de 2013/2019

Estabelecimentos Inspeccionados/Vistoriados	Ano, em Quantidade						
	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Supermercados	18	59	20	36	01	24	10
Panificadoras	07	08	19	07	00	06	02
Açougues	37	25	06	22	00	11	-
Postos de Combustíveis	01	06	07	69	08	-	03
Revendedores de GLP	30	68	07	08	38	-	-
Restaurantes, lanchonetes, panificadoras, Conveniências e Sorveterias	-	-	-	-	-	04	05
Outros	39	06	04	08	01	10	02
Total	132	172	60	150	48	54	22

Fonte: Centro de Apoio Operacional do Consumidor

Tabela 5.2.1.4 – Saldo das apreensões realizadas, nos anos de 2013/2019

Apreensões	Ano						
	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Produtos apreendidos pela Vigilância Sanitária Estadual, Municipal e Procon	1.089	5.271	1.525	2.089	125	4.133	623
Carnes, frios e laticínios	5,9	4,6	0,67	0,97	0,05	0,98	0,29

Fonte: Centro de Apoio Operacional do Consumidor

Tabela 5.2.1.5 – Demonstrativo das Ações por Parceiros do Caocon, em 2019

Órgãos Parceiros	Quantidade, em unidade				
	Notificações	Autos de Infração	Interdições	Autos de apreensão	Outros
ADAPEC	-	-	-	-	01
Procon	06	10	-	-	-
Vigilância Sanitária Municipal	16	11	02	11	-
Vigilância Sanitária Estadual	-	-	-	-	01
Corpo de Bombeiros	-	-	-	-	-
AEM	-	-	-	-	03
ANP	-	-	-	-	-
Total	22	21	2	11	5

Fonte: Centro de Apoio Operacional do Consumidor

A seguir, demonstrativo das realizações do Caocon no período 2013 a 2019.

Tabela 5.2.1.6 – Realizações do Caocon, de 2013/2019

Atividades finalísticas	Ano, em Quantidade						
	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Pareceres	01	01	04	03	05	10	04
Processos de acompanhamento	12	09	10	01	01	10	05
Relatórios	08	15	06	06	06	10	04
Vistorias	128	172	63	63	07	54	05
Recomendações	-	-	-	22	-	-	-

Tabela 5.2.1.6 – Realizações do Caocon, de 2013/2019

Atividades finalísticas	Ano, em Quantidade						
	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Pesquisa de Peças, doutrinas e Jurisprudência	-	-	13	22	20	26	05
Promoção de eventos							
Seminário	02	02	-	-	-	05	-
Oficinas	-	04	-	01	-	01	-
Pesquisas	18	-	-	-	-	26	-
Participações em eventos							
Audiências públicas	12	-	01	-	04	-	0
Cursos	04	02	05	01	03	03	05
Oficinas	-	-	-	01	-	01	01
Reuniões	18	04	06	21	18	19	21
Seminário, Fóruns, Conferências e Encontros	02	01	04	-	03	05	10
Visitas em Hospitais, IML e Delegacias de Polícia	-	-	28	-	-	-	-
Atividade meio							
Ofícios e Memorandos							
Expedidos	82	137	220	136	79	264	127
Recebidos	113	100	798	15	56	84	66
Circulares	-	-	15	03	02	10	32
E-mail							
Expedidos	154	850	290	850	445	-	-
Recebidos	235	700	758	400	815	980	-
Outros (Convite, comunicado, portarias, etc.....)							
Expedidos	15	04	-	-	-	-	01
Recebidos	08	03	-	-	06	-	07

Fonte: Centro de Apoio Operacional do Consumidor

Vale frisar que os trabalhos desenvolvidos pelo Caocon ocorreram durante todo o ano. Entretanto, a execução da operação Pró-Consumidor ocorreu entre os meses de fevereiro a agosto. Nos vários municípios fiscalizados houve a participação dos diversos órgãos parceiros, com desdobramentos administrativos e judiciais das fiscalizações.

Registra-se, também, a repercussão que as ações realizadas nas fiscalizações causam nas mídias estadual e local, inclusive, em alguns municípios com manifestações de apoio. Outro fator de relevância é a possibilidade que as operações oferecem de retirar de circulação uma grande quantidade de itens em desacordo com a legislação consumerista em sentido amplo, bem como a quantidade de informações geradas através das notificações e dos autos expedidos durante os trabalhos. Isso permitirá que os órgãos parceiros desenvolvam estratégias para atuação nos segmentos de maior incidência, possibilitando, ainda, aos promotores de Justiça o aperfeiçoamento do trabalho na defesa do consumidor a execução de ações com base nas informações obtidas.

Ademais, as exigências para criação e estruturação das Visas Municipais através do Procedimento Administrativo instaurado permitirão uma atuação constante e permanente em todos os municípios tocantinenses. Posteriormente, é necessário salientar que todas as demandas dos promotores de Justiça foram atendidas, restando pendente 01 (um) pedido de apoio/consulta da comarca de Paraíso do Tocantins.

É necessário destacar a redução do tempo de espera para realização de fiscalização/vistoria/apoio/consulta, o que representa um avanço para toda a equipe do Caocon. A seguir, explicitam-se as participações em reuniões institucionais em 2019.

Quadro 5.2.1.1 - Participações em reuniões institucionais em 2019

Item	Assunto	Período
01	10º Reunião Ordinária do Sistema Estadual de Defesa do Consumidor	25/01/2019
02	Reunião do MPCON em Brasília - DF	13 e 14/02/2019
	Reunião da 23ª Promotoria de Justiça com a Agência de Regulação (ARP) sobre transporte público de Palmas	13/02/2019
03	Reunião Temática do Conselho Municipal de Transporte, Trânsito e Mobilidade.	14/02/2019
04	Reunião convocada pelo Cesaf para os coordenadores de Caops.	18/02/2019
05	Reunião da Associação Nacional do Ministério Público do Consumidor(MPCON), em Brasília- DF com a participação da Agência Nacional da Aviação (ANAC), Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), Associação Brasileira das Empresas Aéreas (Abear) e Associação Internacional de Transportes Aéreos.	14 e 15/02/2019
06	Reunião com o secretário Nacional do Consumidor (Senacon), em Brasília.	15/02/2019
07	Reunião com o Comitê Gestor do site Consumidor Vencedor.	15/02/2019

Quadro 5.2.1.1 - Participações em reuniões institucionais em 2019

Item	Assunto	Período
01	10º Reunião Ordinária do Sistema Estadual de Defesa do Consumidor	25/01/2019
08	Reunião do Comitê Interno de Avaliação da Gestão do Modelo de Excelência em Gestão.	26 e 27/02/2019
09	Reunião com a Comissão de Direito Tributário da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)- Seccional Tocantins	21/03/2019
10	Reunião com Comitê Gestor do Fundo de Modernização e Aperfeiçoamento do Ministério Público (FUMP)	22/03/2019
11	II Simpósio Interinstitucional sobre Direitos do Consumidor, realizado pelos órgãos integrantes do Sistema Estadual do Consumidor (SEDC)	28/03/2019
12	Reunião do Sistema Estadual de Defesa do Consumidor	31/05/2019
13	Reunião do Sistema Estadual do Consumidor	26/06/2019
14	A lei do Cadastro Positivo e a proteção dos consumidores no âmbito do Ministério Público	05/07/2019
15	XIX Congresso Nacional do Ministério Público do Consumidor na cidade Maceió, em Alagoas.	28 a 30/08/2019
16	Workshop Combustível Legal: Ilícitos e Soluções	25/09/2019
17	Reunião do Sistema Estadual de Defesa do Consumidor	25/10/2019
18	5ª Conferência Estadual Democrática e Popular de Segurança Alimentar e Nutricional	25/10/2019
19	Curso de Inspeção Sanitária em Sistemas de Abastecimento de Água	19 a 22/11/2019
20	I Congresso Estadual do Ministério Público do Estado do Tocantins	27 a 29/11/2019
21	Curso do software Bizagi de Modelagem de Processos	01 a 03/07/2019
22	Reunião do Grupo de Trabalho PSIU!	10/09/2019
23	Reunião do Grupo de Trabalho PSIU!	19/09/2019
24	Reunião do Grupo de Trabalho PSIU!	24/09/2019
25	Reunião do Grupo de Trabalho PSIU!	25/10/2019
26	Reunião do Grupo de Trabalho PSIU!	06/11/2019
27	Reunião do Grupo de Trabalho PSIU!	12/11/2019
28	Reunião do Grupo de Trabalho PSIU!	04/12/2019
29	Reunião do Grupo de Trabalho PSIU!	09/12/2019
30	Curso de capacitação para inspetores e agentes do Serviço de Inspeção Municipal (SIM)	10/12/2019

Fonte: Centro de Apoio Operacional do Consumidor

## 5.2.2 Centro de Apoio Operacional da Cidadania, dos Direitos Humanos e da Mulher (Caocid)

O Centro de Apoio Operacional da Cidadania, dos Direitos Humanos e da Mulher (Caocid) é o mais recente dos Centros de Apoio criado no âmbito do MPTO. Foi instituído pelo Ato nº 46/2014 da Procuradoria-Geral de Justiça, publicado no dia 28 de abril de 2014, resultado da decisão do Colégio de Procuradores de Justiça, que promoveu a fusão de 03 (três) Caops já existentes, o Caop da Cidadania, o dos Direitos Humanos e o da Mulher.

Nesta perspectiva, as atividades do Caocid permeiam diversas questões relativas ao cidadão, tais como apoio ao direito à saúde, à assistência social, à não discriminação racial, à orientação sexual, direitos dos idosos, direitos das pessoas com deficiência, proteção da mulher, dentre outras.

Destaca-se notadamente pela defesa dos direitos e garantias das minorias, das populações em situação de vulnerabilidade social, tendo como objetivos essenciais a inclusão social, a cidadania, a prevenção e o combate à tortura e o zelo pelo efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição Federal.

O trabalho do Caocid é orientado pelo Planejamento Estratégico do MPTO, visando ser reconhecido pela sua eficácia no fomento à promoção da cidadania e na garantia dos direitos sociais, através da exigência do respeito aos direitos humanos, exigência ao cumprimento dos direitos das pessoas com deficiência e dos idosos, combate à violência doméstica, exigência do cumprimento ao direito à saúde, dentre outros.

Assim sendo, as atividades do Caocid buscam promover, de forma contínua, suporte técnico-jurídico ao trabalho aos Promotores de Justiça com atribuições na área da Cidadania, dos Direitos Humanos e da Mulher em todo o Estado do Tocantins, e promover a integração, o intercâmbio e, respeitada a independência funcional, a uniformização dos procedimentos entre os órgãos de execução do Ministério Público, além disso fomentar a execução das estratégias ministeriais pelos órgãos de execução do Ministério Público, por meio de atividades indutoras das políticas institucionais e das ferramentas de planejamento quais sejam os projetos pensados com base no planejamento estratégico institucional e, por fim, apoiar, mediante provocação, os órgãos de execução do Ministério Público.

No decorrer de 2019, foram realizados: atendimentos a membros; atendimentos ao público; participação e promoção de reuniões; emissão de pareceres técnicos sem caráter

vinculativo, aos órgãos ligados à sua atividade; expedição e recebimento de ofícios, memorandos e circulares; participação em eventos em geral (congressos, seminários, reuniões técnicas, etc); alimentação do site institucional; emissão de minutas de recomendações e atos normativos; e estímulo a integração e o intercâmbio entre órgãos de execução que atuem na mesma área da atividade e que tenham atribuições comuns.

Além disso, encontram-se em desenvolvimento 10 (dez) projetos padrão institucionais nas áreas de atribuição do Caocid, conforme destacado a seguir:

Proteção à Pessoa Idosa: Fiscalização das ILPIS;

Vistorias em Comunidades Terapêuticas;

Vistorias em Centro de Tratamento para Dependentes Químicos;

Vistorias em casas de passagem para população em situação de Rua;

Vistorias em casas de abrigo para mulheres vítimas de violência doméstica;

Saúde Básica;

Defesa do Direito Fundamental à Saúde;

Cartilhas Institucionais;

Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência.

Em relação aos projetos vigentes, há em andamento no âmbito do Caocid 03 (três) Projetos Iniciais, sem custo financeiro, quais sejam: “Rodas de Conversa”, “Procedimento Operacional Padrão para solicitação de apoio técnico” e o “Projeto Calendário Anual de Datas Cidades Comemorativas”.

Foram desenvolvidas atividades interinstitucionais em projetos externos como a participação e apoio ao Conselho Estadual dos Direitos Humanos; Conselho Estadual da Pessoa Idosa; Conselho Estadual da Mulher; Conselho Estadual da Pessoa com Deficiência; Conselho Estadual da Promoção da Igualdade Racial; Comissão Permanente de Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (COPEVID); e Comissão Permanente de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência e do Idoso (COPEPDI); ambas do Grupo Nacional de Direitos Humanos do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais (GNDH-CNPG), Comissão Estadual de Combate à Violência Doméstica (CPVID); Comissão Estadual de Diversidade

Sexual (CPVID) – criada para elaborar o Conselho Estadual de Diversidade Sexual; Núcleo de Prevenção de Violência e Acidentes e Promoção da Saúde (NUPAV), Comitê Executivo para Monitoramento das Ações da Saúde (CEMAS) no Estado do Tocantins; Conselho Estadual de Saúde e Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

Na área da saúde, o Caocid busca orientar os promotores de Justiça de acordo com as normas sanitárias e em conformidade com as orientações jurisprudenciais e entendimentos firmados em âmbito nacional, nos encontros do CNMP e CNJ acerca da matéria.

Como parte da execução dos Projetos em Defesa da Saúde, foram obtidos junto à Diretoria de Atenção Primária da Secretaria de Estado da Saúde os monitoramentos e resultados de supervisões das ações de saúde referentes aos 139 municípios tocantinenses, material que está em análise pela equipe técnica do Caocid, a fim de ser encaminhado aos respectivos promotores de Justiça como instrumento de atuação proativa na fiscalização das Políticas Públicas de Saúde a partir das realidades e situações de saúde de cada município, conforme se comprova pelos ofícios e ofícios circulares expedidos via E-doc.

O Caocid executou um trabalho voltado para o fortalecimento da atuação em Saúde Mental, oferecendo aos promotores de Justiça diversos materiais teóricos normativos, bem como a interlocução de informações acerca do quadro analítico e das deficiências dessa rede. Além disso, encaminhou “kits” para a atuação a partir dos relatórios de monitoramento de todos os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) do Estado do Tocantins, produzidos pela área técnica da saúde mental da Secretaria da Saúde do Tocantins (Sesau), que contribuiu com esse processo.

O Caocid promove, ainda, apoio a eventos, cursos, seminários, oficinas, conferências, projetos e fóruns, bem como outras ações apresentadas a seguir:

- 1) Encaminhamento dos resultados do monitoramento da Atenção Básica de cada município do Estado do Tocantins, com os respectivos materiais de apoio, modelos e normas pertinentes, visando subsidiar a atuação dos Promotores de Justiça na efetiva fiscalização da execução da Política Nacional da Atenção Básica e na correção das irregularidades detectadas nos serviços de saúde, com o intuito de fomentar e uniformizar a atuação, alinhada ao planejamento estratégico da instituição;

- 2) Realização de Roda de Conversa com o tema: Ministério Público e Saúde Mental: desafios e soluções, visando aprimorar a atuação da Instituição em favor do

funcionamento adequado da Rede Atenção Psicossocial e execução da Política Nacional de Saúde Mental em todos os municípios tocantinenses, com a divulgação para todos os promotores de Justiça da saúde a fim de alinhar a atuação do MP na área de saúde mental;

3) Orientação aos Promotores de Justiça acerca das comunidades terapêuticas e da organização da Rede de Atenção Psicossocial, estimulando uma atuação voltada para a efetivação da Política Nacional de Saúde Mental, por meio do apoio técnico via atendimento telefônico, e-mail, bem como, expedição de ofícios e memorandos;

4) Encaminhamento das avaliações das respostas dos monitoramentos realizados pela Sesau, instrumentos importantes para a instrução dos procedimentos ou processos, uma vez que relatam quais inconformidades foram regularizadas e quais ainda restam pendentes de solução pelos gestores municipais, subsidiando a tomada de decisão do Promotor acerca da condução dos procedimentos em saúde e a formação do juízo de valor em face dos argumentos apresentados pelo Município investigado. Solicitação e posterior encaminhamento de informações específicas acerca da organização da saúde mental nos Municípios de Guaraí e Novo Acordo, diante da notícia de que há uma grande demanda por esses serviços nesses municípios e não há a correspondente oferta e organização da rede, o que leva ao agravamento do quadro clínico dos pacientes, que conseqüentemente reclamam atuação do Ministério Público, tanto no âmbito da garantia da assistência à saúde, quanto na esfera criminal, e ainda, na proteção e assistência aos familiares;

5) Encaminhamento de auditorias do Departamento Nacional de Auditoria do SUS (Denasus) nas Unidades de Saúde dos Municípios de Araguaína, Guaraí e Miracema do Tocantins às Promotorias de Justiça competentes, para atuar em face das irregularidades detectadas pelo Denasus e promover a regularização dos serviços da Atenção Básica à população;

6) Articulação para atendimento das demandas relativas à saúde prisional – reunião com parceiros, solicitação de relatórios capazes de subsidiar a atuação do Promotor de Justiça da 4ª Promotoria de Justiça da Capital;

7) Levantamento de dados acerca da atuação em saúde, com o objetivo organizar banco de dados, aprimorar a atuação institucional, a partir das necessidades identificadas na Promotorias de Justiça e elaborar um planejamento a partir do diagnóstico institucional;

8) Participação nas reuniões do Comitê Executivo para Monitoramento das Ações da Saúde no Estado do Tocantins (Cemas), ambiente onde se discutem soluções das demandas que aportam no sistema de Justiça, dialoga-se com as demais instituições de fiscalização e controle do Sistema Único de Saúde (TCU, TCE, Denasus), buscando soluções para o deslinde de questões relacionadas ao planejamento e gestão do SUS; dialoga com os órgãos gestores do Sistema Único de Saúde (Sesau e ATM), buscando soluções para os problemas relacionados à prestação dos serviços de saúde e se propõem atuações efetivas e eficientes, em defesa do direito à saúde, conforme prevê a Constituição Federal; oportunidade de alinhamento de atuação no Sistema de Justiça, em conformidade com a legislação que rege a matéria, com a jurisprudência e as necessidades da população tocantinense, visando uma justiça efetiva e verdadeiramente eficiente para o cidadão;

9) Participação nas reuniões da Comissão Intergestores Bipartite (CIB), espaço deliberativo em relação à organização da rede de atenção à saúde em todo o Estado, construção, elaboração, aprovação dos instrumentos de planejamento e gestão do SUS; pactuação de serviços, destinação e remanejamento de recursos; soluções para as demandas apresentadas; a partir dessas reuniões é possível compreender como se desenha a descentralização e hierarquização do SUS no Estado e oferecer apoio técnico aos promotores de Justiça quanto ao adequado encaminhamento dos casos e a identificação do sujeito passivo de cada demanda, tendo em vista as pactuações e repactuações dos serviços e recursos;

10) Participação nas reuniões do Conselho Estadual de Saúde – órgão deliberativo composto por diversos segmentos sociais, em atendimento ao comando constitucional constante do artigo 198, III, que atua na formulação de estratégias e no controle da execução da política de saúde; discute as ações do Estado, delibera sobre os instrumentos de planejamento e gestão do SUS e exerce o controle social de todas as ações destinadas à efetivação do SUS. Essas reuniões oferecem subsídios para atuação do Ministério Público, tanto no sentido de colaborar com a ação fiscalizatória da execução das ações de saúde, quanto no sentido de orientar a fiscalização da organização e funcionamento dos conselhos municipais de saúde e submissão dos instrumentos de planejamento e gestão aos conselhos;

11) Levantamento de dados acerca da existência do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa nos municípios que integram a comarca, visando análise e cobrança para implementação das políticas públicas necessárias para efetivação de tais direitos;

12) Levantamento de dados acerca da existência de Casas de Passagem para População em Situação de Rua a fim de fomentar a execução do Projeto que oferece vistorias a essas instituições;

13) Levantamento de dados acerca da existência de Comunidades Terapêuticas voltadas ao atendimento de dependentes químicos, com vistas à execução do Projeto que oferece vistorias a essas instituições;

14) Levantamento de dados acerca das instituições de abrigamento de mulheres vítimas de violência, realizado através de ofício dirigido às Secretarias de Estado com vistas à execução do Projeto que oferece vistorias a essas instituições;

15) Levantamento de dados acerca das instituições de longa permanência de idosos no Estado do Tocantins, através de ofício circular encaminhado às comarcas a fim de a execução do Projeto que oferece vistorias a essas instituições;

16) Encaminhamento, por e-mail de modelos, peças e legislação acerca dos temas relacionados às matérias que compõem as frentes de trabalho do Caocid;

17) Encaminhamento, por e-mail, de listas das ILPI'S a fim de subsidiar atuação dos promotores de Justiça na exigência do cumprimento dos Direitos da Pessoa Idosa pelos Municípios, em conformidade com o mapa estratégico do MPTO;

18) Encaminhamento, por e-mail, de listas das Comunidades Terapêuticas e estabelecimentos de tratamento para dependentes químicos a fim de subsidiar atuação dos promotores de Justiça na exigência do cumprimento dos Direitos Humanos pelos Municípios, e promover o atendimento adequado aos dependentes químicos, em conformidade com o mapa estratégico do MPTO;

19) Análise, gestão e tratamento das informações obtidas nas reuniões interinstitucionais, para fomentar a atuação alinhada dos órgãos de execução, bem como fortalecer o processo de trabalho e intercâmbio de informações previsto no Ato PGJ nº 46/2014;

20) Organização de kit's de atuação por meio de pesquisas, formação de banco de dados, normas e modelos, a serem disponibilizados aos promotores de Justiça, como meio de fomento das atividades alinhadas ao mapa estratégico institucionais;

21) Implementação de mecanismos de controle das atividades desenvolvidas pelo Caocid, por meio de planilhas virtuais, e solicitação de aprimoramento dos sistemas eletrônicos do MPTO;

22) Encaminhamento de 60 Resoluções CIB (Comissão Intergestores Bipartite) que tratam sobre aprovação de recursos, aquisição de equipamentos e materiais e remanejamento de recursos (serviços) para diversos municípios, importantes para a instrução/solução de procedimentos em andamento na respectiva promotoria de Justiça;

23) Esclarecimentos acerca do atendimento do NatJus, órgão criado para subsidiar tecnicamente os promotores de Justiça nos casos concretos envolvendo a defesa do direito à saúde, com a finalidade de se obter eficiência na atuação extrajudicial e evitar judicialização desnecessária, otimizando as atividades das instituições para a solução dos conflitos;

24) Encaminhamento da cartilha “Judicialização de medicamentos: apoio técnico farmacêutico para a diminuição e/ou qualificação de demandas”, para auxiliar na análise e tomada de decisões frente às demandas que objetivam a prestação de medicamentos em face do Sistema Único de Saúde;

25) Levantamento de dados acerca da atuação no cumprimento dos direitos das pessoas com deficiência, mais especificamente em relação à criação de uma unidade da APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais em determinada região do Estado;

26) Realização de Vistorias nas 02 (duas) instituições de longa permanência para idosos (ILPIs) de Porto Nacional, conforme os relatórios produzidos por meio do projeto “Permanecer Melhor” e encaminhados ao promotor da 7ª Promotoria de Justiça de Porto Nacional;

27) Encaminhamento de material de apoio acerca da suspensão de recursos saúde mental para os Municípios de Araguatins e Formoso do Araguaia;

28) Reunião realizada no Caocid com o Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa – CEDUPI acerca do funcionamento adequado da Lei do Passe Livre, que respalda a Pessoa Idosa no acesso ao transporte interestadual, e possível descumprimento do artigo 39 do Estatuto do Idoso, Lei Federal nº 10.741/2003, e da Lei Estadual nº 2.001/2012, bem como

das Resoluções da Agência Tocantinense de Regulação Controle e Fiscalização de Serviços Públicos nº 20 de 20/02/2009 e nº 05 de 12/05/2016;

29) Reunião realizada na sede deste Ministério Público, com a finalidade de articular e construir uma atuação em parceria, a favor do funcionamento adequado dos estabelecimentos prisionais desta Capital, tendo em vista a provocação da 4ª Promotoria de Justiça da Capital, que tem atribuição na área da execução penal e atua na fiscalização do sistema prisional;

30) Articulação, normatização, implantação e desenvolvimento do Programa de Localização e Identificação de Desaparecidos (PLID – Tocantins), para fins de gestão e divulgação do Sistema Nacional de Localização e Identificação de Desaparecidos (Sinalid), incluindo proposta de cooperação e reunião com instituições das áreas da Segurança Pública do Estado Tocantins;

31) Orientação e encaminhamento de informações acerca do Benefício de Prestação Continuada destinado a pessoas com deficiência e idosos;

32) Orientação e encaminhamento de informações acerca do Direito de Pessoas Portadoras de Deficiência a reserva de vaga em concurso público;

33) Solicitação de informações acerca de possível prorrogação da campanha de vacinação, bem como mapeamento dos municípios que não atingiram a cobertura vacinal, para subsidiar a atuação dos Promotores de Justiça locais e/ou traçar estratégia de atuação que possa contribuir com a campanha;

34) Divulgação e colaboração com a organização do III Encontro Brasileiro de Farmacêuticos e operadores do Direito que atuam na judicialização da saúde, e do I Encontro de Farmacêuticos da Saúde Pública do Tocantins;

35) Participação no painel de discussões III Encontro Brasileiro de Farmacêuticos e operadores do Direito que atuam na judicialização da saúde, I Encontro de Farmacêuticos da Saúde Pública do Tocantins, evento que contribuiu para o aprimoramento da atuação institucional ante as demandas por medicamentos e insumos, alinhando o debate acerca do conceito de integralidade no SUS;

36) Organização e realização do Ciclo de Debates sobre Saúde Mental e Atuação Jurisdicional, na sede da PGJ no dia 05 de abril de 2019, em alusão ao Dia Nacional da Saúde, promovido em cumprimento às etapas do Projeto Saúde em Primeiro Lugar;

37) Participação na terceira Jornada de Direito à Saúde realizada pelo CNJ, na cidade de São Paulo, nos dias 18 e 19 de março de 2019;

38) Articulação e assinatura de Termo de Cooperação que visa parceria para fins de composição de equipes multidisciplinares para a execução dos Projetos do Caocid, parceria principalmente nas vistorias técnicas;

39) Atendimento a demandas recorrentes nos casos de tratamento em oncologia, próteses ortopédicas, medicamentos fora da Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (Rename), e desabastecimento da assistência farmacêutica estadual;

40) Encaminhamento de informações técnicas à promotoria de Justiça acerca da Leishmaniose;

41) Participação Fórum Estadual acerca da Judicialização da Saúde, promovido pelo Comitê Executivo para Monitoramento das Ações de Saúde do Estado do Tocantins (CEMAS/TO), realizado na cidade de Palmas/TO;

42) Articulação de Vistorias na ILPI de Alvorada, Hospital de Porto Nacional e Comunidade Terapêutica de Miracema do Tocantins;

43) Articulação e intermediação junto ao Ministério Público Federal – MPF, Sesau e diversas promotorias de Justiça para solução acerca do conflito envolvendo a exoneração de médicos do quadro de servidores do Estado e a cobertura das escalas hospitalares;

44) Criação do GT da Saúde por meio do Ato PGJ nº 81/2019, que tem por objetivos: I – analisar, discutir e aprofundar temas referentes à atuação do Ministério Público na mediação e resolução dos conflitos na matéria do direito à saúde; II – instrumentalizar os integrantes do Ministério Público por meio de debates, troca de ideias, experiências, coleta de dados e informações sobre o tema em exame e outras atividades afins; III – sistematizar as conclusões dos assuntos objeto de estudo; IV – encaminhar aos órgãos da administração superior sugestão de enunciados, provimentos, recomendações e resoluções para melhor atuação de Procuradores e Promotores de Justiça;

45) Desenvolvimento do Projeto da Transparência nas listas do SUS proposto pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) no âmbito do Estado do Tocantins;

46) Promoção de reunião com finalidade de articulação de fluxo de atendimento para os casos de recusas de tratamento de doenças transmissíveis, como Tuberculose, AIDS, sífilis e hanseníase;

47) Realização de Palestra no Seminário Estadual da Pessoa Idosa, promovido pela Diretoria de Atenção Primária da Sesau, voltada para a capacitação de profissionais do Programa de Saúde na Família, com tema “Idoso como sujeito de Direitos”;

48) Articulação e elaboração das Cartilhas com temas: Pessoa Idosa e LGBT;

49) Articulação com a 4ª, 19ª e 27ª Promotorias de Justiça da Capital, com atribuições nas áreas da Execução Penal e da Saúde, e realização de visita/inspeção, no dia 26 de novembro de 2019, na CPP de Palmas, em atendimento à demanda encaminhada pelo Procurador-Geral de Justiça;

50) Realização de vistoria pelo projeto “Permanecer Melhor”, na Casa de Abrigo para Idosos, ILPI localizada no Município de Alvorada – TO, no dia 20/11/2019, em atendimento a demanda da Promotoria de Justiça de Alvorada;

51) Realização de vistoria na Clínica de Recuperação de Dependentes Químicos localizada no Município de Miracema do Tocantins – TO, no dia 03/12/2019, em atendimento à demanda da 2ª Promotoria de Justiça de Miracema do Tocantins; e

52) Assinatura de acordo de cooperação técnica pelo Ministério Público do Tocantins e os órgãos das áreas de segurança e cidadania do Estado, no dia 12/12/2019, para o desenvolvimento de ações coordenadas destinadas à localização de pessoas desaparecidas, tendo como objetivo principal a gestão do PLID e implementação do Sistema Nacional de Localização e Identificação de Pessoas Desaparecidas (Sinalid).

### 5.2.3 Centro de Apoio Operacional do Patrimônio Público e Criminal (Caopac)

O Centro de Apoio Operacional do Patrimônio Público e Criminal (Caopac) tem como objetivo primordial a orientação dos Órgãos de Execução – promotores e promotorias de Justiça – com atribuições na área de defesa do patrimônio público em todo o Estado do Tocantins.

Compete ao Caopac:

a) prestar assessoramento técnico nos casos encaminhados pelos órgãos oficiais, por profissional habilitado na área específica, principalmente quanto a auditoria em contas e inspeção em obras;

b) opinar e oferecer sugestões sobre questão envolvendo improbidade administrativa e corrupção;

c) analisar, discutir e aprofundar temas referentes à atuação do MPTO na defesa da probidade e da lisura na Administração Pública;

d) subsidiar a formulação de política institucional em relação ao combate à improbidade e à corrupção.

O Caopac participa de importantes iniciativas institucionais como: o Grupo Especial de Controle Externo da Atividade Policial (Gecep), do Núcleo do Tribunal do Júri do Ministério Público do Estado do Tocantins (MPNUJURIS).

O Caopac participa, ainda, do Fórum Tocantinense de Combate à Corrupção (FOCCO/TO), organismo que congrega importantes órgãos de Controle Externo e de Controle Social da Moralidade Pública, como: o Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, a Superintendência Regional da Polícia Federal no Tocantins, a Controladoria Regional da União no Estado do Tocantins, a Advocacia-Geral da União, o Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, Ministério Público Federal, Ministério Público de Contas, entre outros.

Explicita-se a seguir, demonstrativo das realizações do Caopac no período 2010 a 2019.

Tabela 5.2.3.1 – Realizações Caopac, 2013 a 2019

Atividades Finalísticas	Quantidade por Ano						
	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Consulta de endereço, investigação de pessoas jurídicas e antecedentes criminais	4.690	9.752	5.155	7.130	7.872	8.054	7.630
Processos de acompanhamentos	02	02	-	-	-	-	01
Relatórios técnicos	41	25	28	41	57	85	109
Pesquisas / atendimentos	67	98	-	8	15	46	160

Tabela 5.2.3.1 – Realizações Caopac, 2013 a 2019

Atividades Finalísticas	Quantidade por Ano						
	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Vistorias	06	04	04	04	15	01	09
Sistema de pesquisa	03	06	-	04	07	08	08
Promoção de Eventos	-	-	01	01	01	02	01
Reuniões	02	02	04	17	10	06	09
Audiências Públicas	2	-	-	-	-	-	-
Seminários/ Mesa Redonda	06	02	-	01	03	01	-
Cursos	01	03	-	04	07	06	-
Atividade-meio							
Ofícios Expedidos	91	98	34	80	41	37	95
Ofícios Recebidos/E-DOC	46	51	42	211	244	184	35
Memorandos Expedidos	-	-	45	32	59	30	60
Memorandos Recebidos	-	-	17	28	04	21	115
E-mails Expedidos	186	202	469	218	287	152	44
E-mails Recebidos	252	266	318	119	313	178	71

Fonte: Centro de Apoio Operacional do Patrimônio Público e Criminal

#### 5.2.4 Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude (Caopije)

O Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude (Caopije) é o órgão responsável por prestar suporte ao trabalho dos promotores de Justiça com atribuição na área em todo o Estado, realizando pesquisas, estudos e pareceres. Além disso, estimula a integração e o intercâmbio entre órgãos do Sistema de Garantias dos Direitos de Crianças e Adolescentes, como Judiciário, Conselhos Tutelares e Gestores Municipais.

Com a finalidade de prestar contas da gestão realizada junto ao Caopije, no período de janeiro a dezembro de 2019, foi elaborado este relatório de sistematização das ações desenvolvidas. O conteúdo do relatório está organizado, de forma quantitativa e, de forma qualitativa, através da descrição das ações, organizadas a partir de eixos estruturantes, quais sejam: a) apoio direto e indireto aos promotores de Justiça da Infância e Juventude, que consiste na produção técnica e ao desenvolvimento cotidiano das atividades-fim, que é o atendimento e o; b) incidência institucional, referente à gestão política dos temas afetos a infância e juventude

no Estado; e, c) participação em espaços de formação e articulação de políticas públicas para infância, juventude e educação, considerados fundamentais para ampliação do conhecimento, articulação institucional e principalmente para o adequado assessoramento das promotorias da Infância e Juventude. Evidencia-se, com este relatório, a capacidade técnica e operacional do Caopije e a necessidade de fortalecimento, ampliação e potencialização das ações que já estão sendo desenvolvidas.

Tabela 5.2.4.1 - Atividades realizações pelo Caopije, em 2019.

Atividades Finalísticas	
Tipo de Atividade	Quantidade
Notas Técnicas	04
Pareceres	18
Relatórios (encaminhados aos Promotores de Justiça)	24
Vistorias na rede Municipal de Educação/unidades escolares	173
Inspeção na rede acolhimento(entidades públicas e da sociedade civil organizada)	05
Inspeção no sistema socioeducativo	05
Inspeção nos Centros de Referência da Assistência Social	15
Promoção de eventos	05
Seminário/Encontro	02
Pesquisas	04
Participações em eventos	06
Audiências Públicas	05
Reunião – orientação da Rede de Ensino	06
Constituição de Grupo de Trabalho	07
Apoio em Projetos da Promotorias de Justiça	02
Atividades meio	
Ofícios	
Expedidos	187
Recebidos	139

Fonte: Centro de Apoio Operacional da Infância, Juventude e Educação - Caopije

Quadro 5.2.4.1 - Atuação produção técnica elaborada pela equipe do Caopije

Item	Assunto	Descrição
1	Realização do 9º Encontro Operacional com os Promotores de Justiça da Infância, Juventude e Educação do MPTO	Realizado em abril de 2019, o 9º Encontro Operacional de Promotores de Justiça da Infância, Juventude e Educação reuniu 23 Promotores em Palmas. Além de plenárias, discussões e trabalhos em grupo, a programação contou com duas exposições dialogadas, que

Quadro 5.2.4.1 - Atuação produção técnica elaborada pela equipe do Caopije

Item	Assunto	Descrição
		foram conduzidas por palestrantes dos estados do Maranhão e Rio de Janeiro.
2	Abertura de 03 (três) Novos Procedimentos Administrativos por Áreas de Atuação	Tais procedimentos visam sobretudo, subsidiar a atuação das promotorias de Justiça da Infância, Juventude e Educação no acompanhamento e fiscalização dos processos de elaboração, implementação, revisão e execução das políticas públicas relacionadas a crianças e adolescentes.
3	Orientação e Apoio aos Processo de Eleição de Conselheiros Tutelares	Centro de Apoio Operacional às Promotorias da Infância, Juventude e Educação, desempenhou papel fundamental para o processo de escolha unificada para conselheiros tutelares no estado do Tocantins, constituindo-se como referência de trabalho, inclusive em âmbito nacional. No Tocantins, todos os 139 municípios tiveram suas votações realizadas por meio de urnas eletrônicas. A informatização é resultado da articulação do Caopije junto ao Tribunal Regional Eleitoral (TRE). Além de agilizar o processo, a urna eletrônica conferiu transparência às eleições, principalmente nos municípios pequenos, onde as disputas são mais acirradas. O Ministério Público atuou em todas as fases do processo eleitoral, em nível estadual, não somente articulando para que fossem utilizadas urnas eletrônicas na votação, mas também para que fossem asseguradas a fiscalização do processo eleitoral, a fim de garantir a legalidade e coibir fraudes e abusos. Para facilitar o processo de eleição para conselheiros tutelares, foi sistematizado o “Guia do Processo de Escolha Unificado de Conselheiros Tutelares 2019”.
4	Desenvolvimento de Projetos na área da Infância, Juventude e Educação	Ao longo do ano de 2019, o Caopije desenvolveu três projetos na área da Infância e Juventude e 04 projetos na área específica da educação, quais sejam: a) Projeto PECT, que teve como objetivo preparar adolescentes do acolhimento institucional e do sistema socioeducativo, e em trabalho para o primeiro emprego. b) Projeto Escuta Protegida, que desencadeou as ações acima detalhadas no campo da violência sexual. c) Projeto Mais Proteção voltado para estruturar o sistema de acolhimento institucional e familiar do estado. d) Projeto Candeia – Direito à Educação no/do Campo cujo objetivo é apoiar os promotores de justiça no que se refere à garantia da educação pública de qualidade para as crianças e adolescentes que vivem no campo, no Estado do Tocantins. e) Projeto Aprendizagem é Direito que tem como premissa assegurar a promoção da educação pública de qualidade para crianças e

Quadro 5.2.4.1 - Atuação produção técnica elaborada pela equipe do Caopije

Item	Assunto	Descrição
		adolescentes tocaninenses, com foco na aprendizagem e melhoria dos resultados educacionais da rede pública. f) Projeto Transporte Escolar, cujo foco principal é a garantia da prestação adequada, do serviço de transporte escolar. e) Projeto Conselho Legal – Fortalecendo os conselhos de Educação, com o objetivo de promover o fortalecimento dos órgãos de gestão democrática e controle social da educação.
5	Realização de Vistorias Educacionais em 21 municípios tocaninenses	Atendendo às solicitações dos Promotores de Justiça, a equipe do Caopije realizou vistorias educacionais nas redes estadual e municipal, rural e urbana de 21 (vinte e um) municípios tocaninenses.
6	Vistorias nos CRAS e CREAS de Palmas	Foram realizadas 07(sete) vistorias nos CRAS de Palmas, para verificação de cumprimento de sentença. O resultado das vistorias resultou em diversas mudanças na estrutura física destes e na formulação do diagnóstico socioassistencial dos CRAS. Foram, também, realizadas vistorias no CREAS regional de Palmas, cujo desdobramento resultou na recomendação ao governador e aos Conselhos da Assistência Social e da Criança do Adolescente para instalação imediata de 06 (seis) CREAS regionalizados.
7	Vistorias no Sistema Socioeducativo e de Acolhimento Institucional do Tocantins	Foram feitas vistorias no sistema socioeducativo do Estado do Tocantins, e em instituições de acolhimento institucional com intuito de acompanhar TACs propostos pelos promotores de Justiça.
8	Realização de 03 edições do Dia D do Transporte Escolar	Coordenado pelo Caopije as edições do Dia D do Transporte Escolar ocorreram em Palmas, em 23 de maio; depois, em Gurupi, em 28 de junho e em seguida em Araguaína, em 29 de agosto. A ação se faz necessária porque 80% da frota escolar do Tocantins possui problemas de manutenção e não dispõe de equipamentos obrigatórios. O trabalho foi realizado em parceria com Secretaria Estadual da Educação, Juventude e Esportes (Seduc), Departamento Estadual de Trânsito (Detran), Polícia Militar, Tribunal de Contas da União (TCU), Tribunal de Contas do Estado (TCE), Associação Tocantinense de Municípios (ATM), União dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime).
9	Desenvolvimento da Campanha Transporte Escolar Seguro	Foram elaboradas várias peças de comunicação como cartazes, folders orientativos, filme sobre o tema Transporte Escolar Seguro, com o objetivo de dar visibilidade ao tema e orientar a população sobre o canal de denúncias do MP para o transporte escolar, a exigência do selo do Detran, atestando a qualidade do veículo de transporte escolar, entre outras orientações. A Campanha

Quadro 5.2.4.1 - Atuação produção técnica elaborada pela equipe do Caopije

Item	Assunto	Descrição
		procurou abranger os 139 municípios tocaninenses.
10	Colaboração na elaboração, desenvolvimento e sistematização do Projeto Superar – Miracema do Tocantins	Atendendo à solicitação da 2ª Promotoria de Justiça de Miracema, a equipe do Caopije e a equipe do Departamento de Projetos do MPTO deu início a criação do projeto “Superar”, que partiu da observação dos baixos indicadores alcançados pelo município de Miracema do Tocantins na Prova Brasil, iniciativa do Ministério da Educação que avalia o rendimento dos alunos da rede pública e também das deficiências nas unidades escolares de Miracema do Tocantins, constatadas em inspeções técnicas realizadas pelo Centro de Apoio Operacional às Promotorias da Infância, Juventude e Educação (Caopije),
11	Pareceres e Notas Técnicas	Ao todo, em 2019 a equipe do Caopije elaborou 18 Pareceres e 04 notas técnicas visando sobre temas diversos afetos à área da infância, juventude e educação, tais como: eleições para conselhos tutelares; ato de indisciplina e ato infracional; militarização de escolas; calendário letivo e horas-aula; irregularidades na oferta da educação infantil; instituições de acolhimento; regimento escolar e expulsão de alunos; reordenamento de matrículas e fechamento de escolas da rede estadual; primeira infância; turno intermediário nas escolas; reajuste dos profissionais do magistério em educação; plano socioeducativo; ausência de livro didático em escolas; entre outros. Os pareceres e notas técnicas estão disponibilizados no site eletrônico: <a href="https://mpto.mp.br/caop-da-infancia-e-juventude/2014/07/21/notas-tecnicas">https://mpto.mp.br/caop-da-infancia-e-juventude/2014/07/21/notas-tecnicas</a>
12	Elaboração do Guia Prático para Implementação da Política de Atendimento de crianças e adolescentes vítimas ou testemunha de violência	Foi elaborado (por meio de um GT constituído pelo Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP) um guia prático para implementação da política de atendimento de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência.
13	Levantamento de Dados sobre a Política de Convivência Familiar e Comunitária do Estado do Tocantins	No período de maio a novembro de 2019 foi realizado um estudo sobre a situação do acolhimento familiar e institucional nas 42 Comarcas, abrangendo 139 municípios, sendo que 88 municípios não possuem abrigos, 29 estão em fase de implantação e 22 possuem. Quanto à família acolhedora, 16 municípios tem este serviço, 84 não tem e 38 estão em fase de implantação. No que tange à guarda subsidiada 81 municípios não tem esse serviço, 8 municípios o possuem e 50 estão em fase de implantação.
14	Levantamento de dados sobre os Planos Socioeducativo Estadual e Municipal	O levantamento feito pelo Caopije, ocorreu no período de 05 de agosto a 17 de outubro de 2019, diretamente às 42 Comarcas. Os resultados demonstraram que: 52 municípios, formularam os referidos planos (139 municípios)

Quadro 5.2.4.1 - Atuação produção técnica elaborada pela equipe do Caopije

Item	Assunto	Descrição
		87 municípios não elaboraram os Planos 20 Comarcas instauraram Procedimento Administrativo. 25 Comarcas instauraram Inquéritos Civil Público. 17 Comarcas ajuizaram Ação Civil Pública. 03 Comarcas não responderam.
15	Kits Operacionais	Estão disponíveis no site no sítio eletrônico: <a href="https://mpto.mp.br/caop-da-infancia-e-juventude/">https://mpto.mp.br/caop-da-infancia-e-juventude/</a> diversos Kits Operacionais destinados à atuação do Promotor de Justiça nas áreas elencadas por estes como prioritárias.
16	Site do Caopije	O site sofre atualização constantemente, visando disponibilizar notícias, peças processuais judiciais e extrajudiciais, jurisprudências, doutrinas, kits operacionais de atuação, links relacionados, os boletins informativos e demais produções do Caopije como notas técnicas e planilhas temáticas, estudos e pesquisas e ainda notícias importantes na área da infância, juventude e educação públicas em veículos de comunicação, locais e nacionais.

Fonte: Centro de Apoio Operacional da Infância, Juventude e Educação – Caopije

O Caopije fez o monitoramento do Plano Decenal Socioeducativo do Estado do Tocantins e realizou também gestão, junto ao Governo Estadual, para inclusão de suas ações, com a respectiva previsão de recursos, no Plano Plurianual - PPA, para o período de 2020 a 2023. Também moveu esforços no sentido de assegurar ações voltadas para outras áreas, como aprendizagem, atendimento às vítimas de violências, criação de políticas do meio aberto, do Plano da Primeira Infância, instalação dos 06 CREAS e outros temas, relacionados ao PA's que orientam a atuação do Caopije.

Como resultado de 06 (seis) anos de incidência política para estruturar o serviço de atendimento às crianças vítimas de violência sexual, foram criadas salas de Depoimento Especial no fórum de Palmas. Essas salas estão devidamente equipadas para proceder à escuta processual dessas vítimas.

Ao mesmo tempo, o Caopije fez gestão junto ao Ministério Público do Trabalho visando a liberação de recursos financeiros a fim de equipar 15 Delegacias de Polícia para promoverem o depoimento especial no interior do estado, tendo o convênio sido assinado no final de dezembro.

Outra relevante ação relacionada ao tema da violência foi a instituição do Centro de Atendimento Integrado 18 de Maio, visando atender vítimas de violência de forma

interinstitucional. O Caopije articulou junto à PGJ a doação de móveis e equipamentos para estruturar esse novo serviço, que foi inaugurado em 18 de maio de 2019.

Destacamos, também, a assinatura de 02 (dois) termos de convênio com secretarias de estado para estruturar 15 delegacias de polícia, bem como termo de convênio da aprendizagem com sistema “S” e com diversas secretarias de estado. Por fim, firmou convênio para estruturar o Centro 18 de Maio para atender vítimas de violência sexual, reunindo, em um mesmo espaço, diferentes serviços responsáveis pelo atendimento.

A iniciativa de criação do Grupo de Trabalho sobre Transporte Escolar é resultado das tratativas iniciadas entre Ministério Público do Tocantins – MPTO, Tribunal de Contas do Tocantins – TCE/TO, Tribunal de Contas da União – TCU/TO, Associação Tocantinense dos Municípios – ATM/TO, União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação – UNDIME/TO, Secretaria de Estado da Educação, Juventude e Esportes – SEDUC/TO, Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN/TO e Conselho Estadual de Trânsito/CETTRAN/TO; e, Polícia Militar – PM, com o objetivo de promover uma atuação conjunta para fins de garantia do transporte escolar seguro para nossas crianças e adolescentes. Visa, sobretudo, a superação do quadro de violações do direito ao acesso e permanência com sucesso à educação de qualidade de crianças e adolescentes no Estado do Tocantins, assegurando um transporte escolar seguro e de qualidade a quem dele precisar.

O Caopije coordenou as ações do GT ao longo do ano de 2019, que logrou alguns importantes resultados quanto à execução pelas instituições que compõem o GT das ações e metas previstas no seu plano de ação, conforme destacamos a seguir:

- 1) Criação de campanha publicitária e material de marketing pela Assessoria de Comunicação do MPTO;
- 2) Produção de filme educativo pela Assessoria de Comunicação do MPTO para divulgação na mídia estadual, com destaque para o Selo do Transporte Escolar Seguro (Selo DETRAN) e Ouvidoria;
- 3) Criação de uma central de denúncias ouvidoria pelo MPTO e Tribunal de Contas do Estado do Tocantins – TCE;
- 4) Inserção da temática transporte escolar nas ações do TCE, pauta da auditoria e Agenda Cidadã;

5) Construção e desenvolvimento de formação técnica operacional pelo TCE destinada aos municípios, com foco em Licitação, contrato, fiscalização de prestação de serviços de transporte escolar, com inserção dos requisitos da Resolução nº 006/2009, instituída pelo CETRAN-TO, bem como aquisição e manutenção de veículo próprio.

Outras ações planejadas para o ano de 2019, cuja execução não pode ser concluída, serão objeto de atuação do GT ao longo do ano de 2020, tais como: criação de Prêmio para Gestores Eficientes do Transporte Escolar do Estado; construção pelo DETRAN do Mapa crítico da realidade do transporte escolar por município, a partir dos relatórios de vistoria; implantação de metodologia mais objetiva pelo DETRAN, para vistoria dos veículos de transporte escolar; revisão da Resolução Nº 006/ 2009 pelo Conselho Estadual de Trânsito do Tocantins – CETRAN-TO, – com contribuições do GT de Transporte Escolar, principalmente referente a distância mínima para percurso a pé pelo aluno; análise da possibilidade de custeio para construção de aplicativo para funcionar como canal de comunicação entre o usuário do transporte escolar e Instituições fiscalizadoras, pela ATM; realização de ação nas escolas estaduais e municipais voltada para conscientização sobre o serviço de transporte escolar; necessidade de regulamentação da adaptação de veículos diversos para procederem com o transporte de alunos em situações singulares; e, revisão do valor per capita repassado pela Seduc aos municípios mediante termos de cooperação técnica para transporte dos alunos.

A constituição do Grupo de Trabalho Interinstitucional é uma ação prevista no Projeto Aprendizagem é Direito, proposto pelo Caopiye, com o objetivo de assegurar a promoção da educação pública de qualidade para crianças e adolescentes tocantinenses, com foco na aprendizagem e melhoria dos resultados educacionais da rede pública.

A criação do grupo teve por objetivo principal consolidar a atuação de instituições constitucionalmente responsáveis pela execução de políticas educacionais no Estado e órgãos de controle externo, por meio de atuação conjunta, conforme as atribuições e competências dos envolvidos, para garantia da aprendizagem dos alunos da Educação Básica; do cumprimento das metas previstas pelos Planos de Educação (Nacional, Estadual e Municipais) com foco nas redes de ensino estadual e municipais; e, direcionamento de maior atenção para as que têm obtido resultados educacionais insatisfatórios – IDEB, Prova Brasil e ANA, ao longo dos anos.

Atualmente fazem parte do GT, coordenado pelo Caopije, as seguintes instituições: TCU, UFT, Undine, Governo do Estado do Tocantins, Promotoria Especializada em Educação da Capital, 4ª Promotoria de Justiça de Porto Nacional, 1ª Promotoria de Justiça de Arraias e 2ª Promotoria de Justiça de Miracema. Como temas prioritários para atuação do GT foram elencados: obras de escolas paralisadas; atuação dos conselhos educacionais; estruturação dos sistemas de ensino; monitoramento do cumprimento dos planos decenais de educação; financiamento da educação; formação profissional; capacidade gerencial; contribuição do GTAD para elaboração do orçamento do Estado.

O Caopije integra alguns espaços intersetoriais, como: Comissão Estadual da Aprendizagem; Grupo Focal da Violência Sexual, Comitê da Primeira Infância; Fórum Socioeducativo e, no âmbito nacional, integra: a COPEIJE/GNDH, a Comissão da Infância e Juventude do CNMP; o Grupo de Trabalho de Acompanhamento do Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência Sexual. No campo da educação, coordena os Grupos de Trabalho sobre Transporte Escolar e Aprendizagem é Direito.

O Caopije participou do Seminário que ocorreu nos dias 07 e 08 de novembro em Belo Horizonte. O evento foi promovido pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais. O Coordenador do Caopije participou de uma das sete mesas que compuseram a programação do seminário, a qual teve como tema “Fundo dos direitos da criança e do adolescente”.

Tratando sobre o tema Orçamento para Infância e Juventude, o Caopije participou do 10º Congresso Brasileiro de Gestão do Ministério Público, realizado em 22 e 23 de agosto em Brasília. O evento que é promovido pelo Conselho Nacional do Ministério Público desde 2010, teve como tema em 2019 “Ministério Público e Agenda 2030: resolutividade e os objetivos de desenvolvimento sustentável”.

O Caopije participou do VI Seminário de Pesquisa em Educação, Pobreza e Desigualdade Social, realizado pelo NEPED/UFT em Palmas, no período de 11 a 14 de Maio de 2019.

Uma servidora do Caopije, com atuação na área de educação, participou do IV Seminário Nacional da Rede Mapa – Gestão Democrática do Ensino Público, no Campus de Palmas nos dias 11, 12, e 13 de novembro de 2019. O evento teve como tema central “Democratizar a gestão da educação: (pro) posições político-institucionais em municípios

brasileiros”, e foi coordenado pelo Subgrupo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Educação e Observatório de Sistemas e Planos de Educação no Tocantins, vinculado à Linha de Pesquisa Educação, Estado e Práticas Educativas do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), da Universidade Federal do Tocantins.

### 5.2.5 Centro de Apoio Operacional de Urbanismo, Habitação e Meio Ambiente (Caoma)

O Centro de Apoio Operacional de Urbanismo, Habitação e Meio Ambiente (Caoma) foi instituído pelo Ato nº 046/2014. O Centro de Apoio assumiu as atividades que já vinham sendo realizadas desde 1997 e acrescentou às suas ações novas obrigações nas áreas de urbanismo e habitação.

O Caoma tem como função proteger o direito dos cidadãos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e promover a tutela de interesses sociais e individuais indisponíveis, difusos e coletivos de natureza ambiental, atuando nas esferas cível, criminal e administrativa.

Na área de habitação e urbanismo, o centro de apoio trata de questões relacionadas à justiça social urbana e à proteção do direito à moradia digna e contribui com a fiscalização da qualidade de vida nas cidades e do exercício do direito ao desenvolvimento urbano, com participação democrática. Atua, também, dentre outras iniciativas, na melhoria das condições habitacionais da população de baixa renda, na proteção do patrimônio histórico e cultural, na formulação de políticas públicas de transporte e mobilidade, na universalização do acesso ao saneamento básico e na prevenção, mediação, resolução pacífica de conflitos fundiários.

A seguir, demonstrativo das realizações do Caoma no período 2013 a 2019.

Tabela 5.2.5.1- Demonstrativo das realizações do Caoma, período 2013 a 2019.

Tipo	Ano, em Quantidade						
	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Atividades Finalísticas							
Vistorias	54	59	28	81	55	54	53
Viagens	-	28	09	26	19	24	30
Relatórios	75	49	47	62	89	57	53

Tabela 5.2.5.1- Demonstrativo das realizações do Caoma, período 2013 a 2019.

Tipo	Ano, em Quantidade						
	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Pareceres	31	30	56	52	89	78	106
Mapas e Croquis	119	127	50	193	274	194	420
Processos de Acompanhamento	23	-	-	-	-	-	-
Demandas de Loteamentos	-	21	-	-	-	-	30
Solicitações Promotorias de Justiça	-	-	-	-	-	196	-
<b>Promoção de Eventos</b>							
Seminário	34	-	-	01	01	22	01
Oficinas	11	-	-	-	-	-	01
Cursos	02	01	-	01	01	11	01
<b>Participação em Eventos</b>							
Pesquisas	02	-	-	-	-	-	-
Reuniões	-	26	32	22	24	-	-
Palestras	-	-	-	-	-	02	-
Audiências Públicas	15	04	02	01	02	61	06
Reuniões	287	62	-	27	02	86	40
Cursos	192	03	-	-	02	-	16
Oficinas	21	02	02	-	-	-	06
Seminários, Fóruns, Conferências e Encontros	20	12	6	03	02	61	08
Operações com outras instituições	-	-	-	-	-	-	01
<b>Rotinas administrativos</b>							
Ofícios Expedidos	93	171	-	129	194	65	-
Ofícios Recebidos	25	220	-	191	120	62	-
Ofícios Circulares Expedidos	-	8	-	16	01	05	-
Ofícios Circulares Recebidos	-	29	-	16	121	11	-
Memorandos Expedidos	93	94	-	111	159	259	-
Memorandos Recebidos	25	23	-	58	121	90	-
E-mails Expedidos	354	489	-	318	295	255	-
E-mails Recebidos	695	834	-	350	305	443	-

Fonte: Centro de Apoio Operacional de Urbanismo, Habitação e Meio Ambiente

### 5.2.6 Núcleo de Inteligência e Segurança Institucional (NIS)

O Núcleo de Inteligência e Segurança Institucional – NIS, órgão auxiliar do Procurador-Geral de Justiça, foi instituído pela Resolução nº 004/2015/CPJ, em 24 de abril de 2015.

O Núcleo conta com a seguinte estrutura organizacional: Coordenação; Diretoria de Inteligência; Assessoria Jurídico-Administrativa; Departamento de Análise de Dados e Informações – LAB-LD/TO; Departamento de Operações e Segurança Institucional; e Secretaria.

As atividades da Coordenação do NIS que se destacaram, em 2019, foram as seguintes:

Tabela 5.2.6.1 - Atividades da Coordenação do NIS, 2019

Item	Atividades	Quantidade
1	Viagens Institucionais	11
2	Processos Administrativos	64
3	Processos Administrativos Arquivados	80
4	Procedimento de Resposta a Incidente de Segurança - PRIS	04
5	Ofícios Expedidos	36
6	Memorando Expedidos	193
7	Despachos e Parece	126
8	Minuta de Atos Normativos e Acordo de Cooperação	02
9	Projetos MP+SEGURO, Semana de Segurança Institucional, Blindado, Provas Digitais e Equipamentos de Inteligência.	05
10	Atendimentos das pessoas que ensejem eventuais riscos aos integrantes do MPTO	01
11	Informações. Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação e Comissão Permanente de Documentos Sigilosos do MPTO.	06

Fonte: Coordenação Núcleo de Inteligência - NIS

As atividades da Diretoria de Inteligência, vinculadas ao Sistema Guardião, foram as seguintes:

Tabela 5.2.6.2 - atividades da Diretoria de Inteligência, em 2019

Item	Atividades	Quantidade
1	Processos (Operações)	10
2	Relatórios Circunstanciais	26
3	Relatórios CNMP	11
4	Ofícios Expedidos	52
5	Memorandos Expedidos	10

Fonte: Diretoria de Inteligência

As principais atividades desenvolvidas pelo Departamento de análise de dados e Informações e Departamento de Processamento de Dados e Tecnologia da Informação – LAB-LD/TO, no ano de 2019, foram compiladas e restam demonstradas a seguir:

Tabela 5.2.6.3 - Principais atividades LAB-LD/TO, em 2019

Item	Atividades	Quantidade
1	Pedidos de Cooperação Técnica	01
2	Relatórios de Análise	48
3	Relatórios de Pesquisas	105
4	Pesquisas Realizadas	5.379
5	Relatório técnico – Tecnologia da Informação	06

Fonte: Departamento de análise de dados e Informações e Departamento de Processamento de Dados e Tecnologia da Informação – LAB-LD/TO

Quadro 5.2.6.1 - Principais Capacitações e Visitas da Equipe Técnica

Item	Atividades	Data	Local
1	II Reunião Ordinária de 2019, do Grupo Nacional de Combate as Organizações Criminosas (GNCOC) – Grupo Temático de Inteligencia Criminal, realizado pelo Ministério Público do Rio de Janeiro/RJ	19 a 20/209/2019	Rio de Janeiro/RJ
2	Treinamento <i>Hands On</i> de <i>Watson® Explorer</i> , <i>TheXML®</i> , <i>Analyst's Notebook</i> e <i>IBASE</i> .	16 a 20/09/2019	Brasília/DF
3	Simpósio “As Ferramentas Digitais de Investigação e de Análise de Dados no Combate a Corrupção”,	17/05/2019	São Paulo/SP
4	Simpósio Nacional sobre o uso de Data Analytics	24 a 25/04/2019	Brasília/DF
5	Realizar visita técnica, para conhecer os sistemas de Análises adotadas no Laboratório de Tecnologia contra	24 a 26/09/2019	Salvador/BA

Quadro 5.2.6.1 - Principais Capacitações e Visitas da Equipe Técnica

Item	Atividades	Data	Local
	Lavagem de Dinheiro-LAB-LD Ministério Público Salvador-BA.		
6	XIII Encontro Nacional da Red-Lab e Workshop de Tecnologia contra Lavagem de Dinheiro.	06 a 08/11/2019	Brasília/DF
7	Treinamento prático de Análises Bancária, Fiscal e outros, realizado no Laboratório de Combate a Lavagem de Dinheiro do Ministério Público Estadual de São Paulo-SP.	26 a 29/11/2019	São Paulo/SP
8	Curso de Contramedidas de Vigilância Técnica, realizado pela Secretaria de Polícia do Senado Federal.	08 a 11/10/2019	-

Fonte: Núcleo de Inteligência – NIS

Tabela 5.2.6.4 – Atividades do Departamento de Operações e Segurança Institucional

Item	Atividades	Quantidade
1	Ordem de missão	11
2	Relatório de Missão	08
3	Plano de Eventos Institucionais	03

Fonte: Núcleo de Inteligência – NIS

Tabela 5.2.6.5 - Avaliações e Medida de Proteção Pessoal

Item	Descrição	Quantidade
1	Realizar Levantamento de situação de Risco de Promotoria	03
2	Proteção Pessoal a Membros	04

Fonte: Núcleo de Inteligência – NIS

Quadro 5.2.6.2 - Principais Capacitações e visitas da Equipe Técnica

Item	Atividades	Data	Local
1	Curso de Segurança Orgânica, pela Escola de Inteligência da Agência Brasileira de Inteligência.	21/10 a 01/11/2019	Brasília/DF
2	Curso de Contramedidas de Vigilância Técnica, realizado pela Secretaria de Polícia do Senado Federal.	08 a 11/10/2019	Palmas/TO.
3	Oficina sobre Cibernéticos e Investigações em Meios Digitais em Meios Digitais.	-	Palmas/TO
4	Participação na 3ª Reunião do Sistema Brasileiro de Inteligência no Tocantins (SISBIN/TO),	20/09/2019	-
5	Curso de Básico de Defesa Pessoal.	12 a 16/08/2019	-

Fonte: Núcleo de Inteligência – NIS

### 5.2.7 Assessoria de Comunicação

Vinculada ao Gabinete da PGJ, a Assessoria de Comunicação (Ascom) do MPTO desenvolveu, no ano de 2019, uma série de atividades alinhadas ao Planejamento Estratégico, que visam contribuir para que o MPTO alcance seu objetivo estratégico de “ser reconhecido como instituição eficaz na defesa da cidadania e na garantia dos direitos sociais”.

Além das ações de comunicação externa, voltadas aos cidadãos tocantinenses, destinatários do trabalho do MPTO, também foi desenvolvido um conjunto de ações de comunicação interna. Estas são direcionadas aos integrantes da instituição, com o objetivo de contribuir para a melhoria do clima organizacional e para o aperfeiçoamento dos fluxos de trabalho.

Dentre as atividades de rotina realizadas em 2019, podemos destacar o aprimoramento das redes sociais. Com a chegada de um profissional da área de publicidade, foi possível aperfeiçoar e ampliar o conteúdo disponibilizado na internet.

O conjunto dos trabalhos é desenvolvido por uma equipe composta por quatro jornalistas, incluindo a chefe da equipe; uma revisora de texto; um designer gráfico; uma publicitária; um cinegrafista; dois fotojornalistas e uma estagiária de Jornalismo.

A equipe de jornalismo redigiu 1.064 textos (releases) e 54 notas oficiais ao longo de 2019. Esta divulgação contribuiu para que a instituição obtivesse 11.298 citações diretas e indiretas na mídia, sendo cerca de 99% destas menções positivas, o que contribui significativamente para a formação de uma imagem favorável do MPTO por parte da opinião pública.

A divulgação de releases também gerou uma média de 100 atendimentos mensais à imprensa, referentes a pedidos de entrevistas e de informações complementares.

Assim, diversas atividades foram executadas no período em referência, as quais se encontram consolidadas nos quadros dispostos a seguir:

Tabela 5.2.7.1 - Atividades Jornalísticas da Ascom, 2017/2019

Produção	2017	2018	2019
Textos produzidos pela Ascom	774	1.064	1.166
Cobertura de eventos (fotografia e/ou reportagem)	348	499	595

Fonte: Ascom

Tabela 5.2.7.2 - Total de Citações ao MPTO na mídia, de 2017/2019

Item	Tipo de mídia	2017	2018	2019
1	Matérias publicadas na TV	936	1.071	760
2	Matérias publicadas no rádio	592	626	372
3	Matérias publicadas na web	4.801	7.130	9.878
4	Matérias publicadas em jornal impresso	1.178	662	257
Total		7.507	9.489	11.267

Fonte: Assessoria de Comunicação

Tabela 5.2.7.3 - Citações ao MPE por Área de Atuação, 2018/2019

Área de atuação	2018					2019				
	Web	Jornais	TV	Rádio	Total	Web	Jornais	TV	Rádio	Total
Controle externo	117	123	32	9	171	289	4	27	13	333
Cidadania	148	29	56	27	260	390	12	28	18	448
Consumidor	380	16	36	25	457	423	14	23	18	478
Criminal	869	85	224	106	1284	1008	37	61	19	1125
Educação	226	8	21	14	269	288	8	23	8	327
Eleitoral	224	34	45	30	333	78	1	9	5	93
Execução penal	163	27	28	7	225	307	11	13	4	335
Infância e juventude	113	10	10	6	139	149	3	19	5	176
Institucionais	782	56	37	44	919	1033	15	22	29	1099
Meio ambiente	757	84	131	68	1040	1420	59	130	74	1683
Patrimônio público	2266	231	303	204	3004	3367	60	242	147	3816
Saúde	986	67	140	81	1274	1122	32	167	33	1354
Outros	99	2	8	5	114	-	-	-	-	
Total	7013	649	1039	617	9489	9874	256	764	373	11267

Fonte: Assessoria de Comunicação

A partir do mês de junho, a Ascom voltou a produzir o informativo impresso “Comunica MP”, de periodicidade quinzenal, que traz um resumo das principais atividades da Instituição. No total, 21 edições foram publicadas, incluindo duas edições especiais, referentes à entrega do 4º Prêmio Ministério Público de Jornalismo e à aposentadoria de integrantes do MPTO.

No tocante ao relacionamento com a imprensa, foi realizada em 2019 a quarta edição do Prêmio Ministério Público de Jornalismo, iniciativa que tem como objetivo estimular e valorizar a produção jornalística voltada à defesa da cidadania que faça referência ao MPTO como agente de proteção dos direitos sociais e individuais indisponíveis. Ao todo, 24 trabalhos concorreram ao prêmio, que teve a solenidade de premiação prestigiada pelo jornalista Emílio Coutinho.

Com o objetivo de preparar membros do MPTO para o relacionamento com os profissionais de imprensa, visando uma comunicação eficiente e apta para as situações de crise de imagem, foi oferecido um minicurso de media training, composto por palestra e por treinamentos práticos. Participaram da capacitação 23 membros. A atividade foi ministrada pelo jornalista e consultor em estratégias digitais Fábio Gusmão, que possui duas décadas de atuação na imprensa nacional e que ganhou diversos prêmios jornalísticos.

Produzido pela Ascom do MPTO e veiculado no sistema interno de som da Procuradoria-Geral de Justiça, o programa “Dia a Dia MPTO” oferece informações diárias relacionadas à dinâmica de trabalho da instituição, além de notícias gerais de interesse dos membros e servidores.

Tabela 5.2.7.4 – Edições do Dia a Dia MPTO produzidas e veiculadas, 2018/2019

Item	Quantidade, por ano	
	2018	2019
Nº de edições	124	141

Fonte: Assessoria de Comunicação

Voltado ao público interno, o jornal mural “Expresso MP” é disponibilizado para leitura nas dependências da PGJ, contendo informações de caráter institucional e social,

relacionadas ao cotidiano dos membros e servidores. O informativo tem periodicidade quinzenal, sendo afixado um exemplar em cada pavimento da sede do MPTO.

Tabela 5.2.7.5 – Edições do Expresso MP produzidas e veiculadas

Item	Quantidade, por ano	
	2018	2019
Nº de edições	10	20

Fonte: Assessoria de Comunicação

Com o uso da lista de transmissão “WhatsMP”, a Ascom ganhou condições de se comunicar em tempo real com membros e servidores previamente cadastrados, enviando-lhes mensagens sobre assuntos institucionais, que chegam diretamente em seus smartphones. Um modo prático e ágil de comunicação, tanto para quem envia a informação quanto para quem a recebe. O serviço foi instituído no ano de 2018.

A comunicação com o público externo também se efetivou por meio das redes sociais da internet, bem como dos perfis oficiais do MPTO no Facebook, Twitter, Instagram, Flickr e Youtube.

O Comitê de Políticas de Comunicação do Fórum Nacional de Gestão, órgão vinculado ao Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), divulgou um balanço dos indicadores nacionais de Comunicação Social durante sua 3ª reunião ordinária, realizada em dezembro de 2018, em Brasília (DF). O Ministério Público do Estado do Tocantins foi destaque por sua atuação nas redes sociais e pela produção do conteúdo jornalístico que consta em seu portal institucional.

A página do MPTO no Facebook possui o maior número de seguidores dentre as demais unidades do Ministério Público brasileiro, considerando-se a proporção entre a população dos estados e a quantidade de seguidores das respectivas páginas. O perfil da instituição no Facebook também é, proporcionalmente, o terceiro colocado em termos de alcance das publicações, o que comprova a eficácia da ferramenta na comunicação com a sociedade.

Já a conta @MPTOTocantins no Twitter figura na segunda colocação nacional em termos de audiência, por possuir como seguidores cerca de 4% do total da população que possui acesso à internet.

A mais recente conta criada pela Assessoria de Comunicação nas redes sociais também está entre as mais influentes do país. O perfil oficial no Instagram (instagram.com/MPTOTocantins), criado há dois anos, é o terceiro perfil mais seguido entre as unidades do MP brasileiro, tendo-se como base a proporção população/seguidores.

Além de utilizar as redes sociais para informar o público externo sobre as atividades ministeriais de interesse público, a Ascom também aproveita seus perfis para esclarecer os cidadãos acerca de seus direitos e deveres. E realiza estas comunicações por meio de postagens gráficas atrativas e de vídeos, o que garante maior alcance às publicações.

Quadro 5.2.7.1 - Interações do MPTO nas Redes sociais – Facebook, de 2018/2019

	2018	2019
Curtidas	3.484	3.831
Alcance médio	711 pessoas/dia	752 pessoas/dia
Envolvimento (compartilhamentos, reações e curtidas)	327.917	368.787
Perfil do usuário		
	2018	2019
Sexo	57% mulheres e 43% homens	58% mulheres e 42% homens
Faixa etária	41% – 25 a 34 anos 29% – 35 a 44 anos 14% – 18 a 24 anos 10% – 45 a 54 anos 6% – outros	41% – 25 a 34 anos 31% – 35 a 44 anos 12% – 18 a 24 anos 11% – 45 a 54 anos 5% – outros
Localização (origem das curtidas)	Palmas – 1.211 Araguaína – 279 Gurupi – 180 Goiânia – 98 Porto Nacional – 91	Palmas – 1.518 Araguaína – 339 Gurupi – 222 Goiânia – 115 Paraíso do Tocantins – 109

Fonte: Assessoria de Comunicação

Quadro 5.2.7.2 - Interações do MPTO nas Redes sociais – Twiter, de 2018/2019

	2018	2019
Seguidores	7.039	7963

Quadro 5.2.7.2 - Interações do MPTO nas Redes sociais – Twiter, de 2018/2019

Engajamento médio	1.200 (diário)	1.555 (diário)
Perfil do usuário		
Sexo	60% homens e 40% mulheres	58% homens e 42% mulheres
Faixa etária	54% – 25 a 34 anos 22% – 35 a 44 anos 14% – 18 a 24 anos 6% – 45 a 54 anos	53% – 25 a 34 anos 23% – 35 a 44 anos 15% – 18 a 24 anos 5% – 45 a 54 anos
Localização (origem das curtidas)	TO – 60% SP – 6% DF – 6% RJ – 4% GO – 4% MG – 2%	TO – 56% SP – 7% DF – 6% GO – 5% RJ – 5% MG – 2%

Fonte: Assessoria de Comunicação

Quadro 5.2.7.3 - Interações do MPTO nas Redes sociais – Instagram, de 2018/2019

	2018	2019
Seguidores	2.490	6.022
Posts publicados	804	848
Impressões (média mensal)	28.050	51.788
Perfil do usuário		
Sexo	43% homens e 57% mulheres	58% mulheres e 42% homens
Faixa etária	41% – 25 a 34 anos 28% – 35 a 44 anos 18% – 18 a 24 anos 8% – 45 a 54 anos	42% – 25 a 34 anos 27% – 35 a 44 anos 18% – 18 a 24 anos 8% – 45 a 54 anos

Fonte: Assessoria de Comunicação

Quadro 5.2.7.4 - Portal do MPE: quantidade de visualizações, 2018/2019

2018	2019
871.760	964.320

Fonte: Google Analytics

Não possuindo recursos orçamentários para a terceirização de serviços publicitários, a Assessoria de Comunicação produz peças e campanhas publicitárias internamente, utilizando-se dos recursos humanos de sua própria estrutura. Nesse sentido, a instituição alcançou uma expressiva produção de peças gráficas em 2019.

Este trabalho envolve a atuação de uma equipe formada por profissionais das áreas de designer gráfico, publicidade, revisão de texto e do jornalista responsável pela gestão das redes sociais – profissionais estes que acumulam outras demandas de nível interno e externo da Ascom.

No ano de 2019, foram produzidas campanhas alusivas aos eventos: 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência Contra a Mulher, Semana do Consumidor, Dia da Internet Segura, Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes e Fórum de Planejamento Estratégico, bem como as peças gráficas relacionadas ao 4º Prêmio Ministério Público de Jornalismo e aos cursos e eventos desenvolvidos por integrantes e órgãos auxiliares do MPTO.

Quadro 5.2.7.5 - Produção Publicitária e Gráfica

Item	Campanha	Peças
01	Alteração Lei Maria da Penha, Queimadas; Semana Nacional de Trânsito; Dia do Hanseniano; Dia Mundial de Combate ao Câncer; Dia Nacional da Luta da Pessoas Deficientes; Ouvidoria; Setembro Amarelo; Dia Nacional da Defesa da Fauna; Ranking da Transparência; Sugestão Filme; Ministério Público nas Universidades e Vacinação contra Sarampo.	Posts para redes sociais
02	Antes e depois - Novo Acordo; Antes e depois – Cristalândia; 4ª Corrida Justiça; Pessoas Desaparecidas; 9º Encontro Operacional com os Promotores de Justiça da Infância, Juventude e Educação; Atendimento Prioritário; CAOCID; Grupo de Estudos da Criança e do Adolescente; Lançamento livro Segurança Pública; Planejamento Estratégico; Eleição Conselheiros Tutelares 2019; Internet Segura; Ranking Transparência; Eleições CNMP.	Banners para site institucional
03	Caminhão “Uso de manutenção e segurança”; Dianópolis; Porto Nacional; Araguatins; Miracema; Miranorte; Paraná e Pedro Afonso.	Adesivos veículos
04	Aposentadoria Membros e Servidores.	Certificado e painel de fotos
05	16 dias de Ativismo.	Painel 2 x 1,46 m
06	4º Prêmio MP de Jornalismo.	Logomarca, Posts para redes sociais, Bloco Caneta, Troféu, Banner para topo de página, Painel para fundo de Palco Backdrop, Cheques premiação
07	Cartilha Eleitoral; Cartilhas; e-Doc; fotos; imprensa; informativo Logomarca; Manual de Identidade Visual do MP; Projetos Especiais; Sala de Imprensa; Verificação de documentos eletrônicos e vídeos.	Botões (site)

Quadro 5.2.7.5 - Produção Publicitária e Gráfica

Item	Campanha	Peças
08	I Congresso Estadual do Ministério Público do Tocantins (Campanha não utilizada).	Logomarca, Convite, Banner impresso, Banner Topo de página para o site Institucional, Posts
09	I Ciclo de Debates e Estudos Sobre Saúde Mental e Atuação Jurisdicional.	Logomarca, cartaz programação, Banner virtual, Topo de página, Etiquetas, “testeira para auditório”
10	Direito do Idoso.	Cartilha do Idoso
11	Saúde em 1º lugar.	Logomarca, Banner impresso, Banner Virtual e Etiquetas
12	Caocon.	Informativo, edição nº 6
13	Chega de Lixão.	Logomarca (ícone)
14	IV Encontro do Fórum Estadual de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos.	Cartaz, Banner Virtual, Flyer Digital – Convite, Post
15	Mutirão Sustentabilidade Ambiental na Bacia do Rio Formoso do Araguaia e Lagoa da Confusão.	Cartaz, Banner para topo de página do site institucional
16	Pasta, Papel Timbrado e Placas de homenagem a servidores.	Oficina Atuação do MP na Defesa da Ordem Urbanística
17	9º Encontro Operacional com os Promotores de Justiça da Infância, Juventude e Educação.	Logomarca, Adesivos personalizados, Etiquetas, Flyer virtual, Slides
18	Aprendizado é Direito!	Logomarca, Slides
19	Aprendizagem Muda Tudo.	Logomarca
20	Eleições Conselheiros Tutelares MPTO.	Cartilha, Guia, posts e logomarca
21	Cultura MP; “Escuta Social”; “Desmistificando os Mitos do Suicídio”; “Prevenção da automutilação e suicídio”	Cartaz e flyer
22	Dia das Mães	Cartaz e Cartão
23	Escuta Protegida	Logomarca
24	Ouvidoria	Cartaz, Filipeta
25	Fórum de Planejamento Estratégico do Ministério Público.	Logomarca, vinheta, informativos, convite banners virtuais, banners impressos, bloco, camiseta, caneta, canvas, cápsulas, etiquetas, layout brinde, mapa, pasta, peças quebra-cabeça, slide, apostila e Frontpage
26	Mais Proteção.	Logomarca
27	Projeto Candeia.	Logomarca
28	Desafios e estratégias para o uso seguro da internet.	Cartaz
29	Vistoria educacional.	Logomarca
30	Projeto Superar.	Logomarca, criação de 4 Mascotes: 1 menina negra, 1 criança branca, 1 cadeirante e 1

Quadro 5.2.7.5 - Produção Publicitária e Gráfica

Item	Campanha	Peças
		índio, posts para redes sociais, banner impresso e slides
31	Implementação da Política de Atendimento de Crianças e Adolescentes.	Guia prático
32	Transporte Escolar Seguro.	Reimpressão de peças
33	Cesaf papelaria. Palestras: O uso da tecnologia da informação na investigação – Sistema de Investigação do Ministério Público do Ceará; Oficina de Roteiros de Investigação de Ilícitos contra a Administração Pública; Oficina Processo Estrutural; Oficina sobre crimes cibernéticos; PNLD - Curso de Capacitação para o Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro.	Pasta, bloco, crachá, ofício, vinheta Institucional, placa de homenagem, Revista Jurídica, banners digitais e topos de página, cartaz
34	2ª Semana de Segurança Institucional do MPTO: Curso Básico de Defesa Pessoal; Direção Preventiva e Evasiva – Oficina e Segurança Institucional; Lei de Cadastro Positivo; Recuperação de ativos pelo Ministério Público como instrumento de resolução consensual de casos cíveis.	Banners digitais
35	4ª Reunião Ordinária do CDEMP.	Banners digital e impresso
36	Curso de capacitação para o desenvolvimento de programas de ressocialização e grupos reflexivos de homens autores de violência contra as mulheres.	Banner digital
37	FRIDA: Curso sobre o formulário FRIDA: Avaliação de risco em casos de violência doméstica contra mulheres.	Banners digital e impresso topo de página, card. certificados, ofício
38	II Workshop Media Training.	Banner digital e topo de página
39	Projeto Desconstruindo o mito de Amélia.	Banner digital, banner impresso, camiseta, etiquetas e cartilha
40	Prêmio Cesaf 2019 – Garantindo os direitos sociais, consolidando a democracia.	Troféu e topo do site institucional
41	MP em Pauta.	Vinheta
42	Homenagem Ivana Mara Rodrigues da Silva; homenagem Major Djalma; inauguração – Anexo; inauguração Formoso do Araguaia e inauguração Novo Acordo.	Placas
43	Comunicação Interna.	Jornal Mural
44	Carteiras Funcionais.	Assinaturas e adaptação de fotos (105)
45	Teletrabalho, Segurança Institucional (reimpressão).	Cartilhas
46	Ato aposentadoria membros; inauguração - Anexo I; posse procuradores Cotinha e Moacir; sanção da Lei Complementar promotor PGJ; Posse PGJ.	Convites
47	Reunião Copeije.	Pauta Programação
48	Relatório de Gestão 2019 – ano-base 2018.	Criação de capa e identidade visual

Quadro 5.2.7.5 - Produção Publicitária e Gráfica

Item	Campanha	Peças
49	Serviço de Atendimento ao Cidadão – SACI- Dia das Crianças.	Cartaz
50	Vade Mecum CGMP.	Publicação Interativa digital
51	Projeto Vivências Corporais.	Logomarca
52	Você é Único.	Formulário
53	X Semana da Saúde.	Logomarca, cartaz com a programação, cartelas para vídeo, perfil palestrante, backdrop e camiseta
54	Corrupção, Compliance e Regimes Globais de Prevenção e Repressão e Voluntários.	Certificados
55	Organograma.	Layout atualização
56	Agradecimento, aniversariantes, aniversário, cartão visita Paulo Alexandre Rodrigues de Siqueira.	Cartões
57	Gabinete.	Bloco Canoa
58	Doação de terreno em Araguaína.	Card
59	Objetivos setoriais.	Cartazes
60	Sala de reuniões.	Painel de fundo
61	Corredor.	Placas Indicativas
62	CPJ.	Prisma metal
63	Área de Manutenção.	Tapetes

Fonte: Assessoria de Comunicação

A Assessoria de Comunicação presta suporte a eventos internos, realizando a cobertura jornalística e produzindo vídeos, logomarcas, peças gráficas e o material de papelaria necessário a cada acontecimento.

No ano de 2019, demandaram maior assistência da Assessoria de Comunicação a X Semana da Saúde, o 4º Prêmio Ministério Público de Jornalismo, o I Congresso Estadual do Ministério Público do Tocantins e o Planejamento Estratégico 2020-2029 do Ministério Público do Tocantins, tendo este último envolvido o Fórum de Planejamento Estratégico e o Workshop de Planejamento Estratégico.

A cobertura jornalística e a produção de conteúdo para publicidade e para redes sociais, bem como a elaboração de conteúdo para a comunicação interna, contaram com suporte nas áreas de fotografia, cinegrafia e edição audiovisual.

Tabela 5.2.7.6 - Cobertura jornalística e a Produção de Conteúdo para Publicidade

Tipo de produção	Quantidade
Registros e produções fotográficas	499
Filmagens e produções de vídeo	84
Produções de rádio	171*

Fonte: Assessoria de Comunicação

Observação: \* 141 programas “Dia a Dia MPTO”; 03 spots de rádio e carro de som, e 27 áudios Sistema de Chamados DMTI.

### 5.2.8 Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (Cesaf)

O Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (Cesaf) é órgão auxiliar do MPTO e tem por missão o aprimoramento profissional e cultural dos membros e servidores da Instituição (art. 50, Lei nº 51/2008).

O Cesaf promove atividades de cunho educativo e formacional, nas modalidades presencial e a distância, de maneira autônoma ou em cooperação com instituições parceiras. Publica ainda, como forma de incentivo à produção e difusão do conhecimento científico, a Revista Jurídica do MPTO. Pioneira no Estado, fomenta o debate acerca de temas de relevante interesse institucional, para a comunidade jurídica e a sociedade em geral.

O Centro de Estudos procurou seguir os princípios básicos da metodologia *Balanced Scorecard* (BSC) aplicada no MPTO para gestão institucional. Para tanto, dentre outras, o Cesaf realizou as atividades educativas formacionais, com base na comunicação estratégica institucional, na reconfiguração e atualização dos processos pedagógicos, visando ao aprimoramento contínuo dos integrantes do MPTO.

Com os recursos humanos e materiais disponíveis para o ano de 2019, foi possível ao Cesaf organizar, intermediar e/ou realizar diretamente ou por meio das estratégias acima delineadas as seguintes atividades:

Tabela 5.2.8.1 – Atividades Consolidadas do Cesaf, em 2019

Item	Descrição das atividades	Quantidade
1	Eventos presenciais sob responsabilidade direta do Cesaf	08
2	Eventos presenciais em parceria, compartilhados com o Cesaf	20

Tabela 5.2.8.1 – Atividades Consolidadas do Cesaf, em 2019

Item	Descrição das atividades	Quantidade
3	Eventos à distância realizados pelo Cesaf	13
4	Eventos externos de parceiros com participação de integrantes do Cesaf	03
5	Cursos presenciais externos com a participação de integrantes do MPE	07
6	Cursos à distância em parceria com o Cesaf com participação de integrantes	03
7	Atividades institucionais do MPE realizadas com a participação do Cesaf	71
8	Declarações/Certificados expedidos	2069
9	Editais publicados	02
10	Planos de cursos elaborados para aprovação pelo CSMP	17
11	Pareceres emitidos	23
12	Ofícios expedidos	74
13	Memorandos expedidos	21
14	Participação em eventos de interesse institucional do Cesaf	04
15	Acordos de Cooperação firmados	06
16	Ações de estruturação	02
17	Publicações (Revista Jurídica do MPE)	01
Total		2.344

Fonte: Cesaf

Tabela 5.2.8.2 – Eventos Presenciais sob Direta Responsabilidade do Cesaf, em 2019.

Item	Atividade	Objetivo	Inscritos	Carga Horária	Período
1	Oficina sobre crimes cibernéticos e investigação em meios digitais	Capacitar os integrantes do Ministério Público ressaltando enfoques conceituais, instrumentais e práticos procedimentais adotados pelas instituições públicas nas investigações e combate à criminalidade em ocorrência no ambiente digital.	42	14	23 e 24//042019
2	Oficina: Recuperação de ativos pelo MP - Instrumentos de resolução consensual de casos cíveis	Capacitar os participantes na teoria e prática sobre instrumentos de resolução consensual na recuperação de ativos.	50	04	26/04/2019
3	Palestra: Ministério Público	Proporcionar maior conhecimento das atividades finalísticas do MPTO aos acadêmicos do Curso de Direito com a participação ativa dos membros do Ministério	30	03	01/07/2019

Tabela 5.2.8.2 – Eventos Presenciais sob Direta Responsabilidade do Cesaf , em 2019.

Item	Atividade	Objetivo	Inscritos	Carga Horária	Período
		Público, que ficarão responsáveis pelas palestras.			
4	Oficina: Roteiros de investigação de Ilícitos contra a Administração Pública	Capacitar os integrantes do Ministério Público ressaltando enfoques conceituais, instrumentais e práticos procedimentais adotados pelas instituições públicas nas investigações e combate à corrupção.	63	14	08 e 09/08/2019
5	Palestra: Atuação do Ministério Público em Projetos Sociais	Proporcionar maior conhecimento das atividades finalísticas do MPTO aos acadêmicos do Curso de Direito com a participação ativa dos membros do Ministério Público, que ficarão responsáveis pelas palestras.	75	03	30/0//2019
6	Oficina: Processos Estruturais	Cesaf	41	07	23/09/2019
7	Palestra: Atuação do Ministério Público no fomento à formulação de Políticas Públicas	Proporcionar maior conhecimento das atividades finalísticas do MPTO aos acadêmicos do Curso de Direito com a participação ativa dos membros do Ministério Público, que ficarão responsáveis pelas palestras.	10	03	26/09/2019
8	Palestra: Atuação do Ministério Público na área da saúde	Proporcionar maior conhecimento das atividades finalísticas do MPTO aos acadêmicos do Curso de Direito com a participação ativa dos membros do Ministério Público, que ficarão responsáveis pelas palestras.	74	03	13/11/2019

Fonte: Cesaf

Tabela 5.2.8.3 – Oferta de Eventos Presenciais de Parceiros Compartilhados com o Cesaf, em 2019.

Item	Atividade	Instituição	Inscritos/ Concluintes	Carga Horária	Período
1	Palestra: Dia da Internet Segura – vazamento de dados e uso de novas tecnologias	Cesaf e Setor Administrativo	84	03	06/02/2019
2	I Ciclo de debates e estudos sobre saúde e atuação jurisdicional	Cesaf e Caocid	226	04	05/04/2019

Tabela 5.2.8.3 – Oferta de Eventos Presenciais de Parceiros Compartilhados com o Cesaf, em 2019.

Item	Atividade	Instituição	Inscritos/ Concluintes	Carga Horária	Período
3	9º Encontro Operacional dos Promotores de Justiça da área da Infância, Juventude e Educação	Cesaf e Caopij	154	13	11 e 12/04/2019
4	Palestra: “O uso da tecnologia da informação na investigação – Sistema de Investigação do Ministério Público do Ceara (SIMPCE)	Cesaf e NIS	29	04	16/04/2019
5	Ciclo de estudos: Desconstruindo Amélia – práticas de reabilitação de pessoas agressoras nos casos de violência doméstica e familiar	Cesaf e Núcleo Maria da Penha	39	21	22/04/2019
6	Curso de Capacitação e Treinamento para o combate à corrupção e a lavagem de dinheiro	Cesaf, Caopac e Ministério da Justiça	235	21	23 a 26/04/ 2019
7	Dia D do transporte escolar	Cesaf e Caopij	86	06	23/05/2019
8	II Workshop de Media Training	Cesaf e Ascom	16	07	31/05/2019
9	Palestra: A Lei do cadastro positivo e a proteção dos consumidores no âmbito do Ministério Público	Cesaf e Caocom	44	04	05/06/2019
10	Mutirão Sustentabilidade Ambiental do Rio Formoso do Araguaia	Cesaf e Caoma	99	24	11 a 13/06/2019
11	IV Encontro Estadual do Fórum Tocantinense de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos	Cesaf e Caoma	70	07	14/06/2019
12	BPM- Business Process Mangement	Cesaf e Setor de Planejamento	42	21	01 a 03/07/ 2019
13	Capacitação: Direção Preventiva	Cesaf e NIS	10	16	09 a 10/08/ 2019
14	Capacitação: Defesa Pessoal	Cesaf e NIS	07	20	12 a 16/08/ 2019
15	Curso sobre o formulário FRIDA: Avaliação de risco em casos de violência doméstica contra mulheres	Cesaf e Núcleo Maria da Penha	96	04	15 /08/2019
16	Oficina sobre Atuação do Ministério Público na defesa urbanística: Planos Diretores e Loteamentos	Cesaf e Caoma	33	14	22 a 23/08/ 2019

Tabela 5.2.8.3 – Oferta de Eventos Presenciais de Parceiros Compartilhados com o Cesaf, em 2019.

Item	Atividade	Instituição	Inscritos/ Concluintes	Carga Horária	Período
17	X Semana da Saúde do Ministério Público do Tocantins	Cesaf e Setor de Saúde	142	06	18 e 21/11/2019
18	Curso de Inspeção Sanitária em Sistemas de Abastecimento de água para o consumo humano	Cesaf, Caoma e Superintendência em vigilância em saúde ambiental	43	32	18 a 22/11/2019
19	I Congresso Estadual do Ministério Público do Estado do Tocantins	Cesaf, PGJ e ATMP	148	18	27 a 29/11/2019
20	Workshop em saúde mental no trabalho: Projeto você é único	Cesaf e Setor da Saúde	10	12	18 a 19/12/2019

Fonte: Cesaf

Tabela 5.2.8.4 – Eventos à Distância Realizados pelo Cesaf, em 2019.

Item	Atividade	Instituição	Inscritos/ Concluintes	Carga Horária	Período
1	Curso de Atualização da Lei de Pequenos Negócios	Cesaf e Sebrae- TO	05	12	13/03 a 13/05/2019
2	Atendimento ao Público	Cesaf e Sebrae- TO	03	16	13/03 a 13/05/2019
3	Relações Interpessoais	Cesaf e Sebrae- TO	09	10	13/03 a 13/05/2019
4	Oficina: Recuperação de ativos pelo MP - Instrumentos de resolução consensual de casos cíveis	Cesaf	08	04	18/06 a 18/08/2019
5	Palestra: "O uso da tecnologia da informação na investigação – Sistema de Investigação do Ministério Público do Ceara (SIMPCE)	Cesaf e NIS	03	4h	18/06 a 19/08/2019
6	I Ciclo de Debates e Estudos sobre Saúde e Atuação Jurisdicional	Cesaf e Caocid	08	02	18/06 a 19/08/2019
7	9º Encontro Operacional dos Promotores de Justiça da área da Infância, Juventude e Educação	Cesaf e Caopij	03	05	18/06 a 19/08/2019
8	Palestra: A Lei do cadastro positivo e a proteção dos consumidores no âmbito do Ministério Público	Cesaf e Caocom	07	04	12/07 a 12/09/2019

Tabela 5.2.8.4 – Eventos à Distância Realizados pelo Cesaf, em 2019.

Item	Atividade	Instituição	Inscritos/ Concluintes	Carga Horária	Período
9	Ciclo de estudos: Desconstruindo Amélia – práticas de reabilitação de pessoas agressoras nos casos de violência doméstica e familiar	Cesaf e Núcleo Maria da Penha	04	04	18/07 a 19/08/2019
10	Palestra Ead – Instruções Práticas de Segurança Institucional	Cesaf e NIS	15	02	26/08 a 29/10/2019
11	II Workshop de Media Training	Cesaf e Ascom	03	07	26/08 a 26/10/2019
	Dia D do transporte escolar	Cesaf e Caopij	05	04	26/08 a 29/10/2019
12	Oficina: Roteiros de investigação de ilícitos contra a Administração Pública	Cesaf	03	14	16/10 a 13/12/2019
13	Oficina: Processos Estruturais	Cesaf	05	07	16/10 a 13/12/2019

Fonte: Cesaf

Tabela 5.2.8.5 – Cursos Presenciais Externos com Participação de Integrantes do MPTO.

Item	Atividade	Instituição	Inscritos/ Concluintes	Carga Horária	Período
1	Curso de Formação de Multiplicadores no Modelo de Excelência em Gestão de Órgãos e Entidades que operam transferência da União – MEG- Tr	Ministério da Economia – Departamento de Transferências	01	24	18 a 20/02/ 2019
2	Palestra: Psique Feminina	Ministério Público Federal	01	01	14/03/ 2019
3	Palestra: Violência de Gênero da Sociedade e no ambiente profissional	Ministério Público Federal	01	01	14/03/ 2019
4	Palestra: Importância do alongamento e da atividade física	Ministério Público Federal	01	01	11/04/2019
5	Curso de Introdução a atividade de Inteligência	Associação de Diplomados da Escola Superior de Guerra – ADSG Tocantins	01	80	25/09 2018 a 25/05/ 2019
6	Conhecendo e entendendo as planilhas de custos	Ministério Público Federal	06	14	30 e 31/05/ 2019

Tabela 5.2.8.5 – Cursos Presenciais Externos com Participação de Integrantes do MPTO.

Item	Atividade	Instituição	Inscritos/ Concluintes	Carga Horária	Período
------	-----------	-------------	---------------------------	------------------	---------

Fonte: Cesaf

Outras atividades realizadas:

Tabela 5.2.8.6 – Atividades institucionais do MPTO com participação do Cesaf.

Item	Evento	Atuação Cesaf	Quantidade	Carga Horária
1	Sessão Ordinária – Colégio de Procuradores	Transmissão ao vivo	12	23:57:23
2	Sessão Ordinária – Conselho Superior do Ministério Público	Transmissão ao vivo	11	17:00:04
3	Sessões extraordinárias – Colégio de Procuradores	Transmissão ao vivo	9	07:46:32
4	Sessões extraordinárias - Conselho Superior do Ministério Público	Transmissão ao vivo	18	14:43:38

Fonte: Cesaf

Tabela 5.2.8.7 – Participação em eventos de interesse institucional do Cesaf.

Item	Eventos de interesse Institucional	Objetivo	Período
1	1º Reunião Ordinária do Cdemp	Visa estabelecer maior intercâmbio científico entres os Ministérios Públicos de todo o Brasil.	22/03/2019
2	2º Reunião Ordinária do Cdemp	Visa estabelecer maior intercâmbio científico entres os Ministérios Públicos de todo o Brasil.	03/07/2019
3	3º Reunião Ordinária do Cdemp	Visa estabelecer maior intercâmbio científico entres os Ministérios Públicos de todo o Brasil.	04/09/2019
4	4º Reunião Ordinária do Cdemp	Visa estabelecer maior intercâmbio científico entres os Ministérios Públicos de todo o Brasil.	27/11/2019

Fonte: Cesaf

Tabela 5.2.8.8 – Atividades Institucionais do MPTO com Participação do Cesaf.

Item	Evento	Atuação Cesaf	Quantidade	Carga Horária
1	Planejamento Estratégico	Unicet	01	15
2	Formação de Multiplicadores na Metodologia de Gestão de Processos	Ministério Público do Trabalho	01	70
3	Sistema Eletrônico de Informações - SEI	Escola Nacional de Administração Pública	02	20

Fonte: Cesaf

Dentre as atividades desenvolvidas pelo Cesaf no ano de 2019, destacam-se as seguintes atividades planejadas e já previstas em orçamento ou projetos em andamento.

No ano de 2019 foi reestruturado o planejamento pedagógico do Cesaf com a inserção de atividades voltadas ao aprendizado de técnicas e procedimentos específicos para o desenvolvimento dos trabalhos realizados pelos integrantes do Ministério Público em conjunto com Centros de Apoio Operacionais, ATMP, Corregedoria do Ministério Público e Setor de Planejamento Institucional. Foi projetada a oferta dessas atividades mensalmente obedecendo a um calendário específico. No total foram ofertadas 05 (cinco) Oficinas, 02 (dois) Ciclos de estudos, 02 (dois) *Workshops*, 11 (onze) Palestras, 06 (seis) Cursos de Capacitação, 01 (um) Congresso Estadual.

Para o ano 2020, foi previsto em Plano de Gestão de Desenvolvimento Profissional do Cesaf a divulgação antecipada de Calendário Unificado para que todos os integrantes do MPTO possam se organizar para participação das atividades de capacitação.

Para o acompanhamento de tendência de publicação de periódicos, o Cesaf, no ano de 2019, iniciou o processo de reestruturação da Revista Jurídica do Ministério Público para a publicação digital, com apresentação de novo designer na 17<sup>a</sup>. edição. Já foram iniciados os trâmites com formatação da revista em ambiente virtual próprio e divulgação de edital de chamamento com fluxo contínuo. A 17<sup>a</sup>. edição da Revista foi publicada de forma mista para que ela sirva como modelo para solicitação de ISSN de Revista Virtual no ano de 2020. Dessa forma, essa edição ainda possuirá exemplares físicos, mas a partir da 18<sup>a</sup>. edição, toda a publicação poderá ser realizada exclusivamente dentro de ambiente virtual. Dessa forma, a Revista Jurídica do Ministério Público do Estado do Tocantins poderá ser futuramente classificada e estratificada no sistema de avaliação de periódicos brasileiros e indexada junto

às publicações internacionais de comunicação científica, posicionando-se como importante veículo de divulgação do conhecimento jurídico.

No ano de 2019, foram realizadas ações de melhorias para aquisição de equipamentos e insumos para a transmissão e gravação das sessões realizadas no Plenário dos Órgãos Colegiados, e está em fase de conclusão a interligação dos auditórios do térreo e 1º piso à ilha de edição do Laboratório de Multimeios via fibra ótica para melhorias na transmissão em tempo real das atividades a serem realizadas nesses espaços. Tal implementação foi necessária, visto a necessidade de deslocamento de material em qualquer atividade a ser realizada.

Em continuidade ao projeto apresentado à CPGE pela gestão anterior, no ano de 2019 foi produzido pelo Laboratório de Multimeios e equipe do Cesaf o documentário “A implementação de UTI pediátrica: o Ministério Público e o Fundo da Infância e Adolescência (FIA) Salvando Vidas” ganhador do Prêmio em 2018. A 2ª edição também foi realizada e o projeto “Efetivação do direito fundamental constitucional à moradia digna em Guaraí-TO”, do Promotor de Justiça Argemiro Ferreira dos Santos Neto, foi o ganhador.

O Projeto “Ministério Público nas Universidades” foi apresentado à CPGE no ano de 2019 com o objetivo de proporcionar maior conhecimento das atividades finalísticas do MPTO aos acadêmicos de Direito e áreas afins. Em 2019, foram ministradas 4 (quatro) palestras a acadêmicos dos cursos de Direito, Serviço Social e Pedagogia e ainda estão projetadas para o ano de 2020 a realização de mais 4 (quatro) palestras e produção de vídeos para posterior divulgação como produto dos trabalhos realizados pelo Cesaf.

O Ministério Público conta com estagiários de nível médio, técnico e superior em sua sede, em Palmas, e em mais 20 cidades. São 100 estudantes das áreas de Administração, Ciências Contábeis, Ciências da Computação, Direito, Engenharia Ambiental, dentre outras.

Com uma jornada de estágio de 20 horas semanais, distribuídas em 04 horas diárias, os estudantes não têm prejuízo nas atividades acadêmicas. É concedido um auxílio-bolsa no valor de R\$ 700 (setecentos reais) mensais, além de auxílio-transporte correspondente ao valor da tarifa de transporte coletivo urbano cobrada no local em que estiver lotado e em quantidade proporcional aos dias estagiados no mês.

As vagas do programa de estágio do MPTO são fixadas por meio de portaria e, atualmente, estão distribuídas conforme tabela abaixo:

Quadro 5.2.8.1 – Distribuição Vagas de Estagiários, em 2019

Item	Localidade	Lotação	Especialidade	Quantidade
1	Alvorada	Promotoria de Justiça	Direito	1
2		1ª Promotoria de Justiça	Direito	1
3		2ª Promotoria de Justiça	Direito	1
4		3ª Promotoria de Justiça	Direito	1
5		4ª Promotoria de Justiça	Direito	1
6		5ª Promotoria de Justiça	Direito	2
7		6ª Promotoria de Justiça	Direito	1
8		7ª Promotoria de Justiça	Direito	1
9		8ª Promotoria de Justiça	Direito	1
10		9ª Promotoria de Justiça	Direito	1
11	Araguaína	10ª Promotoria de Justiça	Direito	1
12		11ª Promotoria de Justiça	Direito	1
13		12ª Promotoria de Justiça	Direito	1
14		13ª Promotoria de Justiça	Direito	1
15		14ª Promotoria de Justiça	Direito	1
16	Araguatins	1ª Promotoria de Justiça	Direito	1
17		2ª Promotoria de Justiça	Direito	1
18	Arapoema	Promotoria de Justiça	Direito	1
19	Augustinópolis	1ª Promotoria de Justiça	Direito	1
20		2ª Promotoria de Justiça	Direito	1
21	Axixá	Promotoria de Justiça	Direito	1
22	Colinas do Tocantins	1ª Promotoria de Justiça	Direito	1
23		2ª Promotoria de Justiça	Direito	1
24		3ª Promotoria de Justiça	Direito	1
25		4ª Promotoria de Justiça	Direito	1
26	Colmeia	Promotoria de Justiça	Direito	1
27	Cristalândia	Promotoria de Justiça	Direito	1
28	Dianópolis	Promotoria de Justiça	Direito	1
26		Promotoria de Justiça	Direito	1
27	Figueirópolis	Promotoria de Justiça	Direito	1
28		Promotoria de Justiça	Direito	1
29	Formoso do Araguaia	Promotoria de Justiça Regional Ambiental do Alto e Médio Araguaia	Direito	1
30	Guaraí	Promotoria de Justiça	Direito	2
31		1ª Promotoria de Justiça	Direito	1

Quadro 5.2.8.1 – Distribuição Vagas de Estagiários, em 2019

Item	Localidade	Lotação	Especialidade	Quantidade
32	Gurupi	2ª Promotoria de Justiça	Direito	2
33		3ª Promotoria de Justiça	Direito	1
34		5ª Promotoria de Justiça	Direito	1
35		6ª Promotoria de Justiça	Direito	1
36		8ª Promotoria de Justiça	Direito	1
37		9ª Promotoria de Justiça	Direito	1
38	Itaguatins	Promotoria de Justiça	Direito	1
39	Miracema do Tocantins	2ª Promotoria de Justiça	Direito	1
40	Miranorte	2ª Promotoria de Justiça	Direito	1
41	Novo Acordo	Promotoria de Justiça	Direito	1
42	Palmas	3ª Promotoria de Justiça	Direito	1
43		4ª Promotoria de Justiça	Direito	1
44		5ª Promotoria de Justiça	Direito	1
45		9ª Promotoria de Justiça	Direito	1
46		14ª Promotoria de Justiça	Direito	1
47		17ª Promotoria de Justiça 9ª Promotoria de Justiça	Direito	1
48		19ª Promotoria de Justiça	Direito	1
49		20ª Promotoria de Justiça	Direito	1
50		21ª Promotoria de Justiça	Direito	1
51		23ª Promotoria de Justiça	Direito	2
52		26ª Promotoria de Justiça	Direito	2
53		28ª Promotoria de Justiça	Direito	1
54		Assessoria de Comunicação	Jornalismo	1
55		Caoma	Engenharia Ambiental	1
56		Caoma	Administração	1
57		Caoma	Arquitetura e Urbanismo	1
58	Caoma	Ciências da Computação	1	
59	Caoma	Direito	1	
60	Caopije	Assistência Social	1	
61		Cartório de 2ª Instância	Direito	2
62		Conselho Superior do Ministério Público	Direito	1
63		Departamento Administrativo	Administração	2

Quadro 5.2.8.1 – Distribuição Vagas de Estagiários, em 2019

Item	Localidade	Lotação	Especialidade	Quantidade
64		Departamento de Finanças e Contabilidade	Ciências Contábeis	2
65		Departamento de Modernização e Tecnologia da Informação	Ciências da Computação	1
66		Departamento de Modernização e Tecnologia da Informação	Ciências da Computação	1
67		Diretoria de Expediente	Direito	1
68		Diretoria de Expediente	Administração	1
69	Palmeirópolis	Promotoria de Justiça	Direito	1
70	Paraíso do Tocantins	2ª Promotoria de Justiça	Direito	1
71		4ª Promotoria de Justiça	Direito	1
72		5ª Promotoria de Justiça	Direito	1
73		Pedro Afonso	2ª Promotoria de Justiça	Direito
74	Peixe	Promotoria de Justiça	Direito	1
75	Pium	Promotoria de Justiça	Direito	1
76		1ª Promotoria de Justiça	Direito	1
77		2ª Promotoria de Justiça	Direito	1
78		3ª Promotoria de Justiça	Direito	1
79	Porto Nacional	4ª Promotoria de Justiça	Direito	1
80		5ª Promotoria de Justiça	Direito	1
81		6ª Promotoria de Justiça	Direito	1
82		7ª Promotoria de Justiça	Direito	1
83	Taguatinga	1ª Promotoria de Justiça	Direito	1
84	Tocantínia	Promotoria de Justiça	Direito	1
85	Tocantinópolis	1ª Promotoria de Justiça	Direito	1
86		2ª Promotoria de Justiça	Direito	1
87		3ª Promotoria de Justiça	Direito	1
88	Xambioá	Promotoria de Justiça	Direito	1
Total				100

Fonte: Cesaf

### 5.2.9 Cartório de Distribuição

O relatório apresentado é o instrumento que tem por objetivo divulgar os resultados e nortear as prioridades das ações executadas no período de 07 de janeiro a 12 de dezembro do ano de 2019, no cumprimento das atribuições designadas aos cartórios de 1ª e 2ª Instância, descrevendo as atividades realizadas, o quantitativo das movimentações de

documentos judiciais e extrajudiciais, os avanços no atendimento das solicitações de melhorias, como também a indicação de necessidade de novos ajustes nos sistemas para um melhor desempenho na execução dos trabalhos no setor.

Em abril do corrente ano, foi extinto o cargo de Chefe de Cartório de 2ª Instância, designando para responder cumulativamente a Chefe do Cartório de Registro, Distribuição e Diligências de 1ª Instância, passando então a coordenação dos dois cartórios e dos Oficiais de Diligências a uma só chefia.

Observando os trabalhos executados no cartório de 2ª instância, verificou-se a necessidade de atualização e adequação na forma de distribuição dos trabalhos no setor, a criação de uma nova ferramenta de distribuição dos Autos Judiciais, e solicitações de esclarecimentos à Comissão de Assuntos Institucionais, a respeito das distribuições dos Agravos de Instrumento recebidos via e-Proc.

A distribuição dos Processos de 2ª Instância era realizada no antigo Sistema Arquimedes, no qual havia a necessidade de alimentação de alguns dados, bem de uma quantidade de servidores no setor para cadastrá-los, em posteriormente, a distribuição no mesmo sistema.

No ano de 2018, foi solicitado ao Departamento de Tecnologia da Informação a criação de uma ferramenta que possibilitasse a distribuição dentro do sistema Athenas/e-Ext; no mês de agosto de 2019, foi disponibilizada a referida ferramenta, que após teste no cartório de 1ª instância, verificou-se apta para utilização nas distribuições dos Processos judiciais do e-Proc, assim como no âmbito da 2ª instância, sendo autorizado o uso pela Procuradoria-Geral de Justiça.

Foi encaminhada à CAI solicitação de esclarecimento a respeito da distribuição de Agravos de Instrumento do Sistema e-Proc, recebidos pelo cartório de 2ª instância, quando o Ministério Público é agravante e a decisão liminar é deferida ou indeferida. A decisão do Desembargador Relator determina a intimação dos agravados, e, após, a intimação do procurador de Justiça.

O Cartório encaminhava o processo ao Membro do 1º grau para conhecimento da decisão e alguns promotores de Justiça entendiam que a referida intimação deveria ser encaminhada à 2ª instância para manifestação em sede de Agravo Interno. Assim, a dúvida foi sanada, e o entendimento unânime da CAI é que a intimação, nessa situação, deve ser feita pelo

Cartório ao procurador de Justiça vinculado ao feito, a fim de evitar prejuízo quanto ao decurso de prazo para a interposição do referido recurso.

Foi observado, também, que o cartório de 2ª instância elaborava relatórios manualmente de entrada/saída dos processos judiciais oriundos do e-Proc, considerado inadequado, pois o número de entrada dos processos é genérico, não individualizado por procuradorias. Ou seja, todos os Processos Judiciais são recebidos em uma única caixa para análise e distribuição entre as Procuradorias de Justiça.

Mediante pesquisa, verificou-se que os relatórios são disponibilizados no próprio sistema e-Proc, que permite ao analista vinculado ao gabinete gerar relatórios, com informações exatas de entrada e saída dos autos, servindo de alimentação para o RAF.

Desta forma, foram recebidos 27.439 autos na caixa de gerência dos processos do cartório de 2ª instância, e distribuídos as Procuradorias de Justiça, Promotorias de Justiça e Turmas Recursas, referente ao período de 07 de janeiro a 30 de novembro de 2019.

O cartório de 2ª instância recebe semanalmente e organiza 04 (quatro) pautas das sessões do Tribunal de Justiça, sendo 02 (duas) cíveis e 02 (duas) criminais, totalizando, assim, até 18 de dezembro, 182 sessões. As pautas das Turmas Recursais, até 30 de novembro de 2019, totalizaram 36 sessões.

No decorrer de 2019, foram apresentados 7.324 Pareceres (Cíveis e Criminais) e de 206 Pareceres das pautas das sessões das Turmas Recursais, devidamente impressos para acompanhamento nas sessões.

Quanto à impressão desses pareceres, foi constatada uma preocupação com o meio ambiente, bem como o alto consumo de material impresso, que logo após a sessão é descartado, apresentando um consumo anual de 53.000 (cinquenta e três mil) folhas e 13 (treze) *toners*. Assim, visando à economia recursos materiais com papel impresso, foi sugerida a opção de abrir os pareceres no notebook fornecido pela instituição, como também salvar os pareceres em *pendrive* para acompanhamento nas sessões.

Em relação ao cartório de 1ª instância, os autos extrajudiciais são recebidos pelo sistema Athenas/e-Doc e importados pelo sistema e-Ext para a criação da Notícia de Fato, quando necessário, seguida da distribuição e encaminhamento automático à Promotoria que atua na matéria.

Os documentos extrajudiciais são oriundos de diversas instituições, como também de denúncias Web, encaminhados através do Protocolo Geral, Ouvidoria, Gaeco e Expediente, passando por uma triagem no cartório para a criação da Notícia de Fato.

A seguir, a tabela com o quantitativo de documentos extrajudiciais autuados no sistema E-Ext 2017/2019, pelo Cartório de 1ª Instância.

Tabela 5.2.9.1 - Autos Extrajudiciais Sistema E-Ext 2017 a 2019

Item	Tipo de Autuação	Ano, Em Quantidade		
		2017	2018	2019
1	Carta Precatória	10	10	19
2	Notícia De Fato	402	876	1.536
Total		412	886	1.555

Fonte: Cartório de Distribuição – 1ª Instância

O sistema Arquimedes continua sendo utilizado para os encaminhamentos de autos extrajudiciais físicos, atendendo aos despachos dos promotores de Justiça quando determina a redistribuição entre as promotorias com atuação na matéria, assim como solicita a autuação da Notícia de Fato criada anteriormente de forma física, em Procedimento Preparatório ou Inquérito Civil.

Em relação às solicitações e encaminhamentos de diligências oriundas das Promotorias de Justiça da capital e interior do Estado do Tocantins, essas são encaminhadas via sistema E-ext, no gestor de diligências, onde permite anexar os documentos, e/ou notificações que devem ser entregues nos endereços indicados. O recebimento é feito por um técnico do Cartório de 1ª Instância e, que após a impressão da folha de rosto da solicitação da diligência, é distribuído manualmente no sistema Athenas entre os Oficiais de Diligências lotados no Cartório, dando cumprimento às notificações, recomendações, juntando o respectivo mandado e certificando o cumprimento ou alguma razão que impossibilitou a efetivação. Essa distribuição pode ser feita manual ou aleatoriamente, porém, conforme pedidos dos Oficiais de Diligências, a distribuição manual facilita na divisão das rotas entre eles, quando há um número maior de diligências.

Apresentamos a tabela abaixo, indicando o número de diligências realizadas e o valor total pago no mês, referente às indenizações dos anos 2019.

Tabela 5.2.9.2 - Diligências Primeira Instância Realizadas, em 2019

Item	Mês	Total de Diligências	Valor Mensal, em (R\$)
1	Janeiro	438	6.731,20
2	Fevereiro	563	5.935,69
3	Março	595	4.038,72
4	Abril	594	5.262,57
5	Maio	754	6.731,20
6	Junho	686	5.690,92
7	Julho	355	5.323,77
8	Agosto	689	7.159,55
9	Setembro	676	6.853,59
10	Outubro	725	7.169,38
11	Novembro	695	6.304,11
12	Dezembro	201	2.163,18
Total		6.971	69.363,88

Fonte: Cartório de Distribuição - 1ª Instância da Capital

Tabela 5.2.9.3 - Diligências Segunda Instância Realizadas, em 2019

Item	Mês	Total de Diligências	Valor Mensal, em (R\$)
1	Janeiro	313	4.496,39
2	Fevereiro	294	6.234,99
3	Março	276	4.736,19
4	Abril	366	7.374,07
5	Maio	404	6.414,84
6	Junho	372	5.935,23
7	Julho	589	4.895,42
8	Agosto	637	7.343,13
9	Setembro	477	7.893,81
10	Outubro	446	5.752,10
11	Novembro	569	5.813,31
12	Dezembro	374	3.365,60
Total		5.117	63.840,24

Fonte: Cartório de Distribuição - 1ª Instância da Capital

Apresenta-se, a seguir, tabela com o quantitativo de documentos extrajudiciais físicos e a tramitações via sistema Arquimedes referente ao biênio 2017/2019.

Tabela 5.2.9.3 - Autos Extrajudiciais Sistema Arquimedes Biênio 2017/2019

Item	Tipo de Autuação	Ano, Em Quantidade		
		2017	2018	2019
1	Procedimento Preparatório	181	34	07
2	Procedimento Preparatório – CSMP	-	02	
3	Inquérito Civil	377	26	51
4	Carta Precatória	05	-	-
5	Inquérito Civil - CSMP	01	-	-
6	Denúncia Web	02	01	-
7	Documento	58	64	-
8	Peça de Informação – GAECO	01		-
9	Procedimento Investigação – Criminal GECOC	-	03	-
10	Notícia de Fato	-	18	-
11	Peça de Informação	07	-	-
12	Procedimento Administrativo	09	-	-
13	Sae - Diversos	01		-
14	Sae – Improbidade Administrativa	03	-	-
15	Sae – Administrativo/MPTO	-	01	-
16	Sae – Conflito Negativo	-	10	-
17	Sae - Notícia Crime	07	05	-
18	Sae - Representação	01		-
19	Sae - Ofícios	-	03	-
20	Sae – Procedimento Preparatório	-	02	
Total		653	169	58

Fonte: Cartório de Distribuição - 1ª Instância

## 5.3 Estruturas de Apoio Indireto

### 5.3.1 Apresentação da Procuradoria-Geral de Justiça (Administrativo)

Compete ao Procurador-Geral de Justiça ou a seu substituto legal praticar todos os atos próprios de gestão decorrentes de sua autonomia funcional, administrativa e financeira, conforme disposto na Lei Orgânica do MPTO.

Nesta perspectiva, além das funções de órgão de execução, a Procuradoria-Geral de Justiça (PGJ) possui atribuições administrativas, dentre as quais a de executar a política de gestão da Instituição, de coordenar a elaboração da proposta orçamentária, dentre outras.

Atualmente, a maior parte dessas funções são exercidas através da Diretoria-Geral, cuja estrutura compreende:

- I – Gabinete da Diretoria-Geral;
- II – Assessoria Jurídica da Diretoria-Geral;
- III – Assessoria Técnica de Arquitetura e Engenharia;
- IV – Departamento de Licitações;
- V – Departamento de Planejamento e Gestão;
- VI – Departamento de Finanças e Contabilidade;
- VII – Departamento de Gestão de Pessoas e Folha de Pagamento;
- VIII – Departamento de Modernização e Tecnologia da Informação;
- IX – Departamento Administrativo;

### 5.3.2 Assessoria Técnica de Arquitetura e Engenharia

Nos últimos anos, o MPTO vem buscando construir prédios modernos para servir de abrigo às atividades institucionais. As instalações seguem o mesmo padrão arquitetônico, de linhas arrojadas, que se destacam no cenário urbano, demonstrando a real dimensão da grandeza institucional das promotorias de Justiça.

As novas instalações trouxeram outra realidade às atividades ministeriais. Em vez de ocuparem prédios locados ou espaços cedidos nos fóruns do Poder Judiciário, os membros e servidores do MPTO agora desenvolvem suas atividades em instalações funcionais, especialmente planejadas para o seu trabalho.

No decorrer de 2019, a PGJ manteve as obras de estruturação das promotorias de Justiça do interior do Estado, encontrando-se nessa situação as sedes de Araguatins, em fase de acabamento, e a de Colmeia, na etapa de realização da superestrutura (que compreende a feitura das vigas, o levante de paredes e a posterior construção da laje).

Destacamos, também, que houve obras realizadas visando à adequação de espaços físicos nas Promotorias de Justiça localizadas no Interior e Capital, a fim de que seja assegurada a funcionalidade dos prédios.

Na sede da PGJ, está em fase final a ampliação do setor de saúde, a feitura de uma nova guarita, bem como as melhorias estruturais nas áreas de tecnologia da informação, protocolo, atendimento ao público e seguro DPVAT. Também na sede, foram realizadas adaptações nas recepções das procuradorias de Justiça, que tiveram seus espaços delimitados com a instalação de estruturas de vidro.

Nesse sentido, seguem abaixo as tabelas com o detalhamento de investimentos em obras e reformas, com seus custos principais:

Quadro 5.3.2.1 – Situação de obra das promotorias de Justiça de Araguatins.

Obra:	Construção das Promotorias de Justiça de Araguatins			
Processo nº:	135/2019			
Licitação:	Concorrência nº 001/2019			
Contrato nº:	054/2019			
Estrutura:	Área do terreno: 1.200,00 m <sup>2</sup> Área construída: 439,20 m <sup>2</sup> Área urbanizada: 1.035,61 m <sup>2</sup> Três gabinetes de promotoria com banheiro privativo Salas para apoio técnico (analistas, técnicos e estagiários) Sala de Reuniões e Audiências Banheiro público com acessibilidade Garagem privativa para os membros Estacionamento para servidores Estacionamento público com vaga especial Vaga especial: Pessoas com Mobilidade Reduzida e Idosos			
Inauguração:	Previsão de entrega no mês de março de 2020			Percentual de execução %
Valor inicial do contrato	R\$ 1.488.000,00	Valor Aditivado	R\$ 40.267,88	
Valor Total da Obra	R\$ 1.528.267,88			-
Valor Medido	R\$ 733.365,36			47,99%
Valor Pago	R\$ 576.654,72			37,73%
Valor atual por metro quadrado construído	R\$ 3.479,66			-
Execução no exercício 2019	R\$ 733.365,36			47,99%
Execução no exercício 2020	R\$ 794.902,52			52,01%

Fonte: Assessoria Técnica de Arquitetura e Engenharia

Quadro 5.3.2.2 – Situação de obra das Promotorias de Justiça de Colmeia.

Obra:	Construção das Promotorias de Justiça de Colmeia		
Processo nº:	277/2019		
Licitação:	Concorrência nº 002/2019		

Quadro 5.3.2.2 – Situação de obra das Promotorias de Justiça de Colmeia.

Contrato nº:	095/2019		
Estrutura:	Área do terreno: 1.014,00 m <sup>2</sup> Área construída: 411,63 m <sup>2</sup> Área urbanizada: 858,42 m <sup>2</sup> Dois gabinetes de promotoria com banheiro privativo Salas para apoio técnico (analistas, técnicos e estagiários) Sala de Reuniões e Audiências Banheiro público com acessibilidade Garagem privativa para os membros Estacionamento público com vaga especial Vaga especial: Pessoas com Mobilidade Reduzida e Idosos		
Inauguração:	Previsão de entrega no mês de junho de 2020		Percentual de execução %
Valor inicial do contrato	R\$ 1.288.692,10	Valor Aditivado -	
Valor Total da Obra	R\$ 1.288.692,10		-
Valor Medido	-		-
Valor Pago	-		-
Valor atual por metro quadrado construído	R\$ 3.130,71		-
Execução no exercício 2019	-		-
Execução no exercício 2020	-		-

Fonte: Assessoria Técnica de Arquitetura e Engenharia

Quadro 5.3.2.3 – Situação de obra de reforma com ampliação do Anexo I da Procuradoria-Geral de Justiça

Obra:	Reforma com ampliação do Anexo I da Procuradoria-Geral de Justiça		
Processo nº:	481/2019		
Licitação:	Concorrência nº 003/2019		
Contrato nº:	104/2019		
Estrutura:	Área do terreno: 2.070,00 m <sup>2</sup> Área construída: 813,29 m <sup>2</sup> Área urbanizada: 1.626,58 m <sup>2</sup> Quatro gabinetes de promotoria Salas para apoio técnico (analistas, assessoria jurídica e técnicos) Sala de Reuniões e Audiências Sanitários com acessibilidade Garagem privativa para os membros Instalação de elevador privativo Área específica destinada ao CIRA		
Inauguração:	Previsão de entrega no mês de maio de 2020		Percentual de execução %
Valor inicial do contrato	R\$ 1.288.692,10	Valor Aditivado -	
Valor Total da Obra	R\$ 1.168.139,58		-
Valor Medido	-		-
Valor Pago	-		-

Quadro 5.3.2.3 – Situação de obra de reforma com ampliação do Anexo I da Procuradoria-Geral de Justiça

Valor atual por metro quadrado construído	R\$ 1.436,31	-
Execução no exercício 2019	-	-

Fonte: Assessoria Técnica de Arquitetura e Engenharia

Quadro 5.3.2.4 – Situação de obra de reforma de reforço estrutural da promotoria de Justiça de Tocantinópolis

Obra:	Reforma de reforço estrutural da promotoria de Justiça de Tocantinópolis		
Processo nº:	548/2019		
Licitação:	Concorrência nº 004/2019		
Contrato nº:	Em fase de elaboração		
Estrutura:	Área do terreno: 1.200,00 m <sup>2</sup> Área de intervenção: 223,86 m <sup>2</sup> Reforço em fundação com estaca mega Remoção de material de aterro Impermeabilização do muro de arrimo Compactação de aterro Instalação de gradil		
Inauguração:	Previsão de entrega no mês de abril de 2020		Percentual de execução %
Valor inicial do contrato	R\$ 276.000,60	Valor Aditivado -	
Valor Total da Obra	R\$ 276.000,60		-
Valor Medido	-		-
Valor Pago	-		-
Valor atual por metro quadrado construído	R\$ 1.232,92		-
Execução no exercício 2019	-		-
Execução no exercício 2020	-		-

Fonte: Assessoria Técnica de Arquitetura e Engenharia

Quadro 5.3.2.5 – Situação dos serviços de adequação de espaço físico na sede da Procuradoria-geral de Justiça

Obra:	Serviços de adequação de espaço físico na sede da Procuradoria-geral de Justiça
Processo nº:	570/2019
Licitação:	Pregão presencial nº 036/2019
Contrato nº:	084/2019
Estrutura:	Adequação de todo o pavimento térreo, com a inclusão de novas salas e execução do novo espaço do CPD Adequação do Departamento de Tecnologia da Informação Adequação do Departamento de Planejamento Adequação da Controladoria Interna Fechamento de todas as recepções dos gabinetes das Procuradorias, com porta de vidro

Quadro 5.3.2.5 – Situação dos serviços de adequação de espaço físico na sede da Procuradoria-geral de Justiça

Inauguração:	Previsão de entrega no mês de fevereiro de 2020			Percentual de execução %
Valor inicial do contrato	R\$ 534.725,75	Valor Aditivado	-	
Valor Total da Obra	R\$ 534.725,75			-
Valor Medido	R\$ 173.788,64			-
Valor Pago	R\$ 173.788,64			-
Valor atual por metro quadrado	R\$ 430,38			-
Execução no exercício 2019	R\$ 173.788,64			-
Execução no exercício 2020	-			-

Fonte: Assessoria Técnica de Arquitetura e Engenharia

Quadro 5.3.2.6 – Situação dos serviços de adequação de espaço físico na sede da Promotoria de Justiça de Paraíso do Tocantins

Obra:	Serviços de adequação de espaço físico na sede da PJ de Paraíso do Tocantins			
Processo nº:	571/2019			
Licitação:	Pregão presencial nº 036/2019			
Contrato nº:	085/2019			
Estrutura:	Adequação de sala de atendimento ao cidadão e rack			
Inauguração:	Serviços concluídos em dezembro 2019			Percentual de execução %
Valor inicial do contrato	R\$ 2.979,40	Valor Aditivado	-	
Valor Total da Obra	R\$ 2.979,40			-
Valor Medido	R\$ 2.979,40			-
Valor Pago	R\$ 2.979,40			-
Valor atual por metro quadrado	R\$ 128,42			-
Execução no exercício 2019	R\$ 2.979,40			-
Execução no exercício 2020	-			-

Fonte: Assessoria Técnica de Arquitetura e Engenharia

Quadro 5.3.2.7 – Situação dos serviços de adequação de espaço físico na sede da promotoria de Justiça de Tocantinópolis

Obra:	Serviços de adequação de espaço físico na sede da promotoria de Justiça de Tocantinópolis			
Processo nº:	571/2019			
Licitação:	Pregão presencial nº 036/2019			
Contrato nº:	085/2019			
Estrutura:	Adequação em todos os sanitários			

Quadro 5.3.2.7 – Situação dos serviços de adequação de espaço físico na sede da promotoria de Justiça de Tocantinópolis

Inauguração:	Serviços concluídos em dezembro 2019			Percentual de execução %
Valor inicial do contrato	R\$ 5.762,24	Valor Aditivado	-	
Valor Total da Obra	R\$ 5.762,24			-
Valor Medido	R\$ 5.762,24			-
Valor Pago	R\$ 5.762,24			-
Valor atual por metro quadrado	R\$ 407,23			-
Execução no exercício 2019	R\$ 5.762,24			-
Execução no exercício 2020	-			-

Fonte: Assessoria Técnica de Arquitetura e Engenharia

### 5.3.3 Departamento de Licitações

O Departamento de Licitações é unidade de apoio administrativo, formada por profissionais ligados à área de licitação. Compete ao departamento coordenar, planejar, controlar, orientar e executar as atividades relativas ao processo licitatório e à área de contratos.

O Departamento de Licitação possui a seguinte estrutura:

- a) Comissão de Licitação;
- b) Assessoria Técnica em Licitação;
- c) Área de Contratos.

Em 2019 foram processados 59 procedimentos licitatórios e 14 procedimentos de chamamentos públicos. Dos procedimentos licitatórios, 52 foram homologados, 03 foram declarados desertos, 01 foi declarado fracassado, 02 foram revogados e 01 se encontra em fase de homologação, a seguir classificados por modalidade, referente ao período 2013 a 2019:

Tabela 5.3.3.1 – Procedimentos licitatórios, dispensas, inexigibilidades e outros, comparativo 2013/2019.

Modalidade	Ano						
	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Concorrência	02	02	02	02	02	02	04
Concurso	-	-	-	-	01	01	01
Pregão Presencial – Tradicional	15	24	05	19	12	09	10
Pregão Presencial – SRP	26	24	27	27	21	26	28

Tabela 5.3.3.1 – Procedimentos licitatórios, dispensas, inexigibilidades e outros, comparativo 2013/2019.

Pregão Eletrônico – Tradicional	07	08	02	04	01	02	06
Pregão Eletrônico – SRP	01	02	03	02	09	08	10
Dispensa de Licitação	76	56	47	65	62	42	58
Inexigibilidades	17	15	06	10	13	18	13
Suprimento de Fundos	04	04	05	04	06	06	04
Total	148	135	97	133	127	112	134

Fonte: Departamento de Licitações

Quadro 5.3.3.1 – Procedimento(s) de credenciamento 2019

Item	Nº Edital	Nº Proc.	Objeto	Situação
01	001/19	0235/19	Recebimento de propostas do mercado imobiliário da cidade de Ponte Alta do Tocantins, visando futura locação não residencial de imóvel sob medida, para sediar a promotoria de Justiça daquela localidade.	Deserto
02	002/19	0283/19	Recebimento de propostas do mercado imobiliário da cidade de Araguaçu, visando futura locação não residencial de imóvel sob medida, para sediar a promotoria de Justiça daquela localidade.	Homologado
03	003/19	0285/19	Recebimento de propostas do mercado imobiliário da cidade de Filadélfia, visando futura locação não residencial de imóvel sob medida, para sediar a promotoria de Justiça daquela localidade.	Homologado
04	004/19	0284/19	Recebimento de propostas do mercado imobiliário da cidade de Arapoema, visando futura locação não residencial de imóvel sob medida, para sediar a promotoria de Justiça daquela localidade.	Deserto
05	005/19	0296/19	Recebimento de propostas do mercado imobiliário da cidade de Goiatins, visando futura locação não residencial de imóvel sob medida, para sediar a promotoria de Justiça daquela localidade.	Deserto
06	006/19	0297/19	Recebimento de propostas do mercado imobiliário da cidade de Ananás, visando futura locação não residencial de imóvel sob medida, para sediar a promotoria de Justiça daquela localidade.	Fracassado
07	007/19	0298/19	Recebimento de propostas do mercado imobiliário da cidade de Palmeirópolis, visando futura locação não residencial de imóvel sob medida, para sediar a promotoria de Justiça daquela localidade.	Não Homologado
08	008/19	0302/19	Recebimento de propostas do mercado imobiliário da cidade de Wanderlândia, visando futura locação não residencial de imóvel sob medida, para sediar a promotoria de Justiça daquela localidade.	Fracassado

Quadro 5.3.3.1 – Procedimento(s) de credenciamento 2019

Item	Nº Edital	Nº Proc.	Objeto	Situação
09	009/19	0313/19	Recebimento de propostas do mercado imobiliário da cidade de Araguacema, visando futura locação não residencial de imóvel sob medida, para sediar a promotoria de Justiça daquela localidade.	Homologado
10	CP nº 010/19	0311/19	Seleção de Empresa de Serviços de Conservação de Energia (ESCO) para realizar diagnóstico energético e elaborar projeto de eficiência energética.	Homologado
11	CP nº 011/19	0298/19	Recebimento de propostas do mercado imobiliário da cidade de Palmeirópolis, visando futura locação não residencial de imóvel sob medida, para sediar a promotoria de Justiça daquela localidade.	Em fase de homologação
12	CP nº 012/19	0537/19	Recebimento de propostas do mercado imobiliário da cidade de Arapoema, visando futura locação não residencial de imóvel sob medida, para sediar a Promotoria de Justiça daquela localidade.	Deserto
13	CP nº 013/19	0242/19	Credenciamento de empresa para execução de serviços de gestão de margem consignável, sem ônus para a Administração.	Em andamento
14	CP nº 014/19	0538/19	Recebimento de propostas do mercado imobiliário da cidade de Pium, visando futura locação não residencial de imóvel sob medida, para sediar a Promotoria de Justiça daquela localidade.	Deserto

Fonte: Comissão Permanente de Licitação – CPL

A tabela abaixo detalha os procedimentos licitatórios de 2019, retratando o valor inicial estimado, o valor final, bem como a economicidade obtida em cada certame:

Quadro 5.3.3.2 – Detalhamento dos procedimentos licitatórios 2019

Nº Edital	Nº Proc.	Objeto	Estimado (R\$)	Valor final (R\$)	Economia (%)
PP 001/19	0427/18	Registro de preços para aquisição de materiais de higiene, limpeza e materiais para copa/cozinha.	47.530,61	47.093,10	0,92%
PE 002/19	0400/18	Registro de preços para aquisição de equipamentos de informática.	133.595,00	Revogado	Revogado
PP 003/19	0521/18	Registro de preços para contratação de empresa(s) especializada(s) no fornecimento de bandeiras do Mercosul, Brasil, Estado e municípios do Estado do Tocantins.	43.984,50	41.375,00	5,93%

Quadro 5.3.3.2 – Detalhamento dos procedimentos licitatórios 2019

Nº Edital	Nº Proc.	Objeto	Estimado (R\$)	Valor final (R\$)	Economia (%)
PP 004/19	0505/18	Registro de preços para contratação de empresa para execução de serviços de reformas de cadeiras, poltronas e longarinas, com fornecimento de peças.	184.080,00	175.078,40	4,89%
PP 005/19	0459/18	Registro de preços para aquisição de lixeiras externas.	13.706,39	13.317,00	2,84%
PP 006/19	0477/18	Registro de preços para aquisição de placas de sinalização vertical para estacionamento, placas em alumínio, placas em chapa de aço galvanizado, placas em inox escovado, placas indicativas em pvc, faixas, impressão colorida em lona, adesivos, letras caixas, mastros, entre outros.	256.960,67	159.734,00	37,84%
PE 007/19	0087/19	Registro de preços para aquisição de capachos personalizados e vulcanizados.	18.695,70	11.125,00	40,49%
PP 008/19	0114/19	Registro de preços para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de agenciamento de viagens, compreendendo a cotação, reserva, marcação de assentos, emissão, remarcação e cancelamento de bilhetes de passagens terrestres e passagens aéreas nacionais e internacionais, bem como a emissão de seguro de assistência em viagem internacional.	357.500,00 5% de desconto sobre o valor da tarifa das passagens, excluída a taxa de embarque.		
			5,00%	5,00%	00,00%
PP 009/19	0542/18	Registro de preços para aquisição de materiais de expediente.	112.401,60	112.285,93	0,10%
PP 010/19	0028/19	Registro de preços para fornecimento de cerca elétrica do tipo industrial instalada, e instalação de concertinas galvanizadas simples, com o fornecimento do material necessário.	91.709,50	54.298,00	40,79%
PP 011/19	0027/19	Registro de preços para aquisição e instalação de condicionadores de ar, tipo split, incluindo as instalações das partes elétricas, drenos e demais serviços de estrutura e acabamentos.	585.863,95	532.255,23	9,15%

Quadro 5.3.3.2 – Detalhamento dos procedimentos licitatórios 2019

Nº Edital	Nº Proc.	Objeto	Estimado (R\$)	Valor final (R\$)	Economia (%)
PE 012/19	0519/18	Registro de preços para aquisição de veículos de fabricação nacional.	1.671.407,60	1.520.297,63	9,04%
PP 013/19	0166/19	Registro de preços para contratação de empresa especializada no fornecimento de extintores de incêndio do tipo: gás carbônico (CO <sub>2</sub> ), água pressurizada (AP), pó químico seco (PQS); suportes de parede; placas fotoluminescentes; luminárias de emergência; e na prestação de serviços de recargas e testes hidrostáticos.	27.540,00	26.220,40	4,79%
PP 014/19	0520/18	Aquisição de mobiliário sob medida para estruturação das salas do arquivo permanente, do almoxarifado e do depósito da área de patrimônio.	113.767,96	73.115,00	35,73%
PE 015/19	0400/18	Registro de preços para aquisição de equipamentos de informática.	208.398,50	112.625,20	45,96%
PP 016/19	0256/19	Registro de preços para prestação de serviços de <i>buffet</i> .	141.190,50	133.478,00	5,46%
PP 017/19	0228/19	Aquisição de aparelhos telefônicos <i>headset</i> .	2.249,25	2.175,00	3,30%
PP 018/19	0207/19	Contratação de empresa para prestação de serviço especializado de consultoria em análise de cargas, assistência técnica de manutenção preditiva, preventiva e corretiva permanente, com fornecimento de peças de reposição para todos os equipamentos que compõe a subestação de energia elétrica com potência total instalada de 800kVA e grupo gerador (80kVA), incluindo, as medições de grandezas elétricas com analisadores de energia elétrica e temperatura (termografia), em equipamentos de transformação, medição e proteção, grupo gerador, painéis e quadros de baixa tensão, instalados na subestação de energia elétrica da Procuradoria-Geral de	92.919,96	82.800,00	10,89%

Quadro 5.3.3.2 – Detalhamento dos procedimentos licitatórios 2019

Nº Edital	Nº Proc.	Objeto	Estimado (R\$)	Valor final (R\$)	Economia (%)
		Justiça do Estado do Tocantins.			
PE 019/19	0156/19	Registro de preços para aquisição de suprimentos de Informática – tóneres e acessórios.	1.305.092,35	247.052,80	81,07%
PP 020/19	0215/19	Registro de preços para aquisição de automatizadores de portão e peças integrantes.	60.510,65	49.489,00	18,21%
PP 021/19	0226/19	Registro de preços para aquisição de gêneros alimentícios e materiais para copa/cozinha.	135.655,80	87.281,00	35,66%
PE 022/19	0035/19	Aquisição de equipamento de informática – estação forense.	154.168,00	Deserto	Deserto
PP 023/19	0151/19	Registro de preços para aquisição de armários tipo roupeiro.	59.840,29	46.926,60	21,58%
PP 024/19	0265/19	Registro de preços para aquisição de poltronas.	948.669,54	889.800,00	6,21%
PE 025/19	0175/19	Registro de preços para aquisição de equipamentos de Informática.	4.415.514,50	2.563.364,00	41,95%
PP 026/19	0292/19	Contratação de empresa especializada em gestão de abastecimento de frota que permita, por meio de sistema via web com uso de cartões magnéticos, a aquisição de combustíveis, lubrificantes e filtros automotivos, a serem utilizados por veículos da PGJ lotados na Capital e promotorias de Justiça do interior do Estado do Tocantins.	256.542,00 0,00 % - Taxa de Administração.		
			1,33%	0,00%	100,00%
PE 027/19	0174/19	Registro de preços para aquisição de suprimentos de Informática.	332.911,75	204.272,10	38,64%
PP 028/19	0354/19	Contratação de empresa especializada em telecomunicação para prestação de serviços de telefonia móvel pessoal e internet móvel.	108.147,60	105.705,60	2,26%
PP 029/19	0322/19	Registro de preços para contratação de empresa(s) especializada(s) no fornecimento de persianas com instalações e demais materiais necessários.	60.527,10	60.350,00	0,29%
PP 030/19	0350/19	Aquisição de brita/seixo triturado nº 01.	22.462,55	21.657,00	3,59%
	0269/19		180.000,00		

Quadro 5.3.3.2 – Detalhamento dos procedimentos licitatórios 2019

Nº Edital	Nº Proc.	Objeto	Estimado (R\$)	Valor final (R\$)	Economia (%)
PP 031/19		Contratação de empresa(s) especializada(s) na prestação de serviços de manutenção corretiva, por intervenção, de acordo com as necessidades, em equipamentos de Informática, com reposição de peças e/ou componentes, incluindo a configuração e ativação de todos os softwares necessários ao funcionamento dos mesmos.	3,50 % de desconto sobre o valor das peças e/ou componentes / 7,00 % de desconto sobre o valor dos serviços.		
			4,33%	10,50%	142,49%
PE 032/19	0375/19	Registro de preços para aquisições de token USB e contratação de empresa especializada para realização de serviços de emissão de certificados digitais e-CPF e e-CNPJ do tipo A3 e WEB SSL.	45.443,74	28.576,64	37,12%
PP 033/19	0385/19	Registro de preços para contratação de empresa(s) especializada(s) no fornecimento de tintas e materiais para pintura.	94.118,96	84.668,21	10,04%
PP 034/19	0306/19	Registro de preços para aquisição de equipamentos de áudio, vídeo, foto, utensílios para escritório, eletrodomésticos e móveis para copa/cozinha.	117.619,60	114.570,86	2,59%
PP 035/19	0351/19	Contratação de empresa especializada no fornecimento de sistema de som ambiente, incluindo os serviços de instalação, configuração e treinamento.	125.651,17	125.233,85	0,33%
PP 036/19	0496/19	Contratação de empresa especializada para adequação de espaço físico com gesso acartonado instalado e pintado, com fornecimentos dos materiais necessários.	572.650,00	543.467,39	5,10%
PE 037/19	0035/19	Aquisição de equipamento de informática – estação forense.	154.168,00	144.007,85	6,59%
PP 038/19	0405/19	Registro de preços para aquisição de materiais e ferramentas de manutenção elétrica.	127.351,61	86.136,65	32,36%
PP 039/19	0406/19	Registro de preços para aquisição de equipamentos de comunicação, tais como: centrais PABX, terminais inteligentes e placas de ramais.	40.977,56	34.483,00	15,85%

Quadro 5.3.3.2 – Detalhamento dos procedimentos licitatórios 2019

Nº Edital	Nº Proc.	Objeto	Estimado (R\$)	Valor final (R\$)	Economia (%)
PP 040/19	0407/19	Registro de preços para aquisição de materiais de manutenção.	86.316,62	86.188,51	0,15%
PP 041/19	0355/19	Registro de preços para aquisição de materiais odontológicos duráveis, semiduráveis e não duráveis.	26.230,72	Deserto	Deserto
PP 042/19	0486/19	Registro de preços para aquisição de purificadores de água natural e gelada.	13.110,00	13.050,00	0,46%
PP 043/19	0540/19	Registro de preços para prestação de serviços de hospedagem e alimentação.	28.733,80	27.500,00	4,29%
PE 044/19	0567/19	Registro de preços para aquisição/instalação do sistema de cabeamento estruturado da nova sala do <i>data center</i> da PGJ.	515.570,70	389.510,00	24,45%
PP 045/19	0502/19	Registro de preços para aquisição de mobiliários.	1.910.978,46	1.733.999,34	9,26%
PE 046/19	0044/19	Aquisição de equipamento detector e avaliador de junção não-linear.	186.185,75	Revogado	Revogado
PE 047/19	0568/19	Contratação de serviço especializado no planejamento e execução do "Moving" dos equipamentos do <i>data center</i> desta PGJ.	36.533,33	36.530,00	0,01%
PE 048/19	0467/19	Registro de preços para contratação de empresa(s) especializada(s) no fornecimento de peças de reposição para o sistema de refrigeração central, <i>chiller</i> desta PGJ.	213.331,93	169.639,00	20,48%
PP 049/19	0504/19	Registro de preços para aquisição de aparelhos telefônicos.	17.377,80	10.549,00	39,30%
PP 050/19	0507/19	Registro de preços para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de impressões, confecção de materiais gráficos e comunicação visual.	446.212,00	431.740,00	3,24%
PP 051/19	0483/19	Registro de preços para aquisição de materiais de expediente e ensino.	96.703,18	94.694,40	2,08%
PP 052/19	0547/19	Contratação de empresa para fornecimento e instalação de portão em alumínio soldado.	13.931,67	Deserto	Deserto
PE 053/19	0377/19	Aquisição de solução para visualização aérea remotamente controlada (Drone).	51.111,67	Fracassado	Fracassado

Quadro 5.3.3.2 – Detalhamento dos procedimentos licitatórios 2019

Nº Edital	Nº Proc.	Objeto	Estimado (R\$)	Valor final (R\$)	Economia (%)
PE 054/19	0608/19	Aquisição de sistema de enlace para distribuição de sinais de áudio e vídeo.	21.267,47	21.266,49	0,00%
<b>Concorrências</b>					
CC 001/19	0135/19	Contratação de empresa especializada em engenharia para execução da obra do prédio sede da promotoria de Justiça da Comarca de Araguatins - TO.	1.501.206,13	1.488.000,00	0,88%
CC 002/19	0277/19	Contratação de empresa especializada em engenharia para execução da obra do prédio sede da promotoria de Justiça da Comarca de Colmeia - TO.	1.412.423,94	1.288.692,10	8,76%
CC 003/19	0481/19	Contratação de empresa especializada em engenharia para execução da obra de reforma com ampliação do prédio do Anexo I da PGJ.	1.187.652,11	1.168.139,58	1,64%
CC 004/19	0548/19	Contratação de empresa especializada em engenharia para execução da reforma com reforço estrutural do edifício-sede das promotorias de Justiça de Tocantinópolis - TO.	273.704,74	273.000,60	0,26%
<b>Concursos</b>					
RG 001/19	0245/19	4º Prêmio Ministério Público de Jornalismo, por meio da seleção técnica de trabalhos inscritos em cinco categorias: Jornalismo Impresso, Fotojornalismo, Radiojornalismo, Telejornalismo e Webjornalismo.	Valor Total da Premiação		
			16.500,00		

Fonte: Departamento de Licitações

Legenda

- 1 – PP – Pregão Presencial
- 2 – PE – Pregão Eletrônico
- 3 – CC – Concorrência
- 4 – RG – Regulamento

Desta forma, o volume licitado referente ao exercício 2019 é de R\$16.577.356,46 (dezesseis milhões, quinhentos e setenta e sete mil, trezentos e cinquenta e seis reais e quarenta e seis centavos).

Tabela 5.3.3.2 – Montante Licitado 2019, em (R\$)

Modalidade	Valor licitado (R\$)
Concorrência	4.217.832,28
Pregão Presencial - Tradicional	1.390.695,84
Pregão Presencial - SRP	5.504.061,63
Pregão Eletrônico - Tradicional	201.804,34
Pregão Eletrônico - SRP	5.246.462,37
Concurso	16.500,00
Total	16.577.356,46

Fonte: Departamento de Licitações

Em 2019 foram formalizadas 118 Atas de Registro de Preços (ARP) objetivando: aquisição de equipamentos, softwares e materiais de informática; aquisição de tóneres e acessórios; aquisição de gêneros alimentícios, materiais de higiene e limpeza, e materiais para copa/cozinha; aquisição de bandeiras; serviços de agenciamento de viagens; aquisição de lixeiras externas; serviços de reforma de cadeiras, poltronas e longarinas; aquisição de placas em geral; aquisição de capachos; aquisição de materiais de expediente e ensino; aquisição de veículos; fornecimento e instalação de concertina e cerca elétrica; aquisição de condicionadores de ar; serviços de buffet; serviços de recarga e teste hidrostático em extintores de incêndio; aquisição de automatizadores de portão e peças integrantes; aquisição de mobiliários em geral; aquisição de armários tipo roupeiro; aquisição de tintas e materiais para pintura; aquisição de equipamentos de áudio, vídeo, foto, máquinas e utensílios para escritório, eletrodomésticos e móveis para cozinha; aquisição de *tokens* USB e emissão de certificados digitais; aquisição de persianas; aquisição de materiais e ferramentas de manutenção em geral; fornecimento e instalação de cabeamento estruturado; serviços de hospedagem e alimentação; aquisição de purificadores de água; aquisição de aparelhos telefônicos, PABX's, terminais inteligentes e materiais atinentes; e aquisição de peças de reposição para o sistema de refrigeração central.

Em 2019 a PGJ realizou 03 adesões à ARP, conforme detalhamento a seguir:

Quadro 5.3.3.3 – Adesões à Atas de Registro de Preços, em 2019

Item	Nº Processo	Objeto	Valor (R\$)	Dados da ARP
01	0223/19	Aquisição de notebooks.	R\$ 516.284,60	Ministério Público do Estado do Espírito Santo / ARP nº 036/2018 oriunda do Pregão Eletrônico nº 028/2018.
02	0163/19	Aquisição de doses de vacinas contra o vírus influenza.	R\$ 18.239,39	Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins / ARP nº 037/2019 oriunda do Pregão Eletrônico nº 006/2019.
03	0544/19	Aquisição de central telefônica com equipamentos, licenças e materiais.	R\$ 218.879,14	Fundação Universidade Federal de Pelotas / ARP oriunda do Pregão Eletrônico nº 149/2018.

Fonte: Departamento de Licitações

Em contrapartida, a PGJ autorizou 42 pedidos de adesão “caronas” à ARPs solicitados pelos órgãos listados a seguir:

Quadro 5.3.3.4 – Autorizações de adesão à Atas de Registro de Preços (ARP), em 2019

Item	Nº Processo	Objeto	Nº ARP	Órgão Adeso
01	0044/2018	Fornecimento de peças e serviços de reposição para o sistema de refrigeração central, CHILLER modelo 30GXE162386S Marca Springer Carrier.	ARP nº 024/2018	Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins
02	0142/2018	Aquisição de materiais de manutenção.	ARP nº 032/2018	Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins
03	0163/2018	Aquisição de equipamentos de informática.	ARP nº 067/2018	Defensoria Pública do Estado do Pará

Quadro 5.3.3.4 – Autorizações de adesão à Atas de Registro de Preços (ARP), em 2019

Item	Nº Processo	Objeto	Nº ARP	Órgão Adeso
04	0477/2018	Aquisição de aquisição de placas de sinalização vertical para estacionamento, placas em alumínio, placas em chapa de aço galvanizado, placas em inox escovado, placas indicativas em pvc, faixas, impressão colorida em lona, adesivos, letras caixas, mastros, entre outros.	ARP nº 037/2019	Secretaria Municipal de Comunicação de Palmas – TO
05	0114/2019	Prestação de serviços de agenciamento de viagens.	ARP nº 033/2019	Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins
06	0316/2018	Aquisição de equipamentos e softwares de informática.	ARP nº 004/2019	Agência de Tecnologia da Informação do Estado do Tocantins
07	0027/2019	Aquisição e instalação de condicionadores de ar, tipo split, incluindo as instalações das partes elétricas, drenos e demais serviços de estruturas e acabamentos.	ARP nº 047/2019	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social de Palmas – TO
08	0316/2018	Aquisição de equipamentos e softwares de informática.	ARP nº 008/2019	Secretaria da Fazenda do Estado do Mato Grosso do Sul – MS
09	0316/2018	Aquisição de equipamentos e softwares de informática.	ARP nº 004/2019	Assembleia Legislativa do Estado de Sergipe – SE
10	0505/2018	Prestação de serviços de reformas de cadeiras, poltronas e longarinas.	ARP nº 035/2019	Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão de Palmas – TO.
11	0192/2018	Aquisição de gêneros alimentícios e materiais para copa/cozinha.	ARP nº 027/2018	Casa Civil Municipal de Palmas – TO.

Quadro 5.3.3.4 – Autorizações de adesão à Atas de Registro de Preços (ARP), em 2019

Item	Nº Processo	Objeto	Nº ARP	Órgão Adeso
12	0406/2018	Aquisição de mobiliários.	ARP nº 084/2018	Procuradoria-Geral do Estado do Tocantins – TO
13	0406/2018	Aquisição de mobiliários.	ARP nº 084/2018	Secretaria de Saúde do Estado do Tocantins – TO
14	0295/2018	Aquisição de mobiliários – poltronas.	ARP nº 073/2018	Secretaria de Saúde do Estado do Tocantins – TO
15	0477/2018	Aquisição de aquisição de placas de sinalização vertical para estacionamento, placas em alumínio, placas em chapa de aço galvanizado, placas em inox escovado, placas indicativas em pvc, faixas, impressão colorida em lona, adesivos, letras caixas, mastros, entre outros.	ARP nº 038/2019	Secretaria Municipal de Saúde de Palmas – TO
16	0114/2019	Prestação de serviços de agenciamento de viagens.	ARP nº 033/2019	Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Tocantins
17	0316/2018	Aquisição de equipamentos e softwares de Informática.	ARP nº 004/2019	Agência de Tecnologia da Informação da Prefeitura de Palmas – TO
18	0114/2019	Prestação de serviços de agenciamento de viagens.	ARP nº 033/2019	Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado do Tocantins
19	0175/2019	Aquisição de equipamentos de informática.	ARP nº 067/2019	Agência Municipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos de Palmas – TO
20	0175/2019	Aquisição de equipamentos de informática.	ARP nº 070/2019	Agência Municipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos de Palmas – TO

Quadro 5.3.3.4 – Autorizações de adesão à Atas de Registro de Preços (ARP), em 2019

Item	Nº Processo	Objeto	Nº ARP	Órgão Adeso
21	0175/2019	Aquisição de equipamentos de informática.	ARP nº 071/2019	Agência Municipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos de Palmas – TO
22	0175/2019	Aquisição de equipamentos de informática.	ARP nº 072/2019	Agência Municipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos de Palmas – TO
23	0174/2019	Aquisição de equipamentos de informática.	ARP nº 083/2019	Tribunal de Justiça do Estado do Acre – AC
24	0505/2018	Prestação de serviços de reformas de cadeiras, poltronas e longarinas.	ARP nº 035/2019	Secretaria Municipal de Saúde de Palmas – TO
25	0027/2019	Aquisição e instalação de condicionadores de ar, tipo split, incluindo as instalações das partes elétricas, drenos e demais serviços de estruturas e acabamentos.	ARP nº 047/2019	Secretaria Municipal de Saúde de Palmas – TO
26	0265/2019	Aquisição de mobiliários.	ARP nº 087/2019	Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins – TO
27	0114/2019	Prestação de serviços de agenciamento de viagens.	ARP nº 033/2019	Agência de Mineração do Estado do Tocantins – TO
28	0400/2018	Aquisição de equipamentos de Informática.	ARP nº 051/2019	Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte – RN
29	0519/2018	Aquisição de veículos de fabricação nacional.	ARP nº 044/2019	Secretaria da Segurança Pública do Estado do Tocantins

Quadro 5.3.3.4 – Autorizações de adesão à Atas de Registro de Preços (ARP), em 2019

Item	Nº Processo	Objeto	Nº ARP	Órgão Adeso
30	0175/2019	Aquisição de equipamentos de informática.	ARP nº 067/2019	Procuradoria-Geral do Município de Palmas – TO
31	0175/2019	Aquisição de equipamentos de informática.	ARP nº 070/2019	Procuradoria-Geral do Município de Palmas – TO
32	0175/2019	Aquisição de equipamentos de informática.	ARP nº 071/2019	Procuradoria-Geral do Município de Palmas – TO
33	0175/2019	Aquisição de equipamentos de informática.	ARP nº 072/2019	Procuradoria-Geral do Município de Palmas – TO
34	0027/2019	Aquisição e instalação de condicionadores de ar, tipo split, incluindo as instalações das partes elétricas, drenos e demais serviços de estruturas e acabamentos.	ARP nº 047/2019	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social de Palmas – TO
35	0519/2018	Aquisição de veículos de fabricação nacional.	ARP nº 042/2019	Defensoria Pública do Estado do Tocantins
36	0175/2019	Aquisição de equipamentos de informática.	ARP nº 067/2019	Defensoria Pública do Estado do Tocantins
37	0175/2019	Aquisição de equipamentos de informática.	ARP nº 070/2019	Defensoria Pública do Estado do Tocantins
38	0175/2019	Aquisição de equipamentos de informática.	ARP nº 071/2019	Defensoria Pública do Estado do Tocantins

Quadro 5.3.3.4 – Autorizações de adesão à Atas de Registro de Preços (ARP), em 2019

Item	Nº Processo	Objeto	Nº ARP	Órgão Adeso
39	0406/2018	Aquisição de mobiliários.	ARP nº 084/2018	Procuradoria-Geral do Município de Palmas – TO
40	0265/2019	Aquisição de mobiliários – poltronas.	ARP nº 087/2019	Procuradoria-Geral do Município de Palmas – TO
41	0175/2019	Aquisição de equipamentos de informática.	ARP nº 069/2019	Defensoria Pública do Estado do Tocantins
42	0175/2019	Aquisição de equipamentos de informática.	ARP nº 071/2019	Universidade Estadual do Tocantins

Fonte: Departamento de Licitações

Tabela 5.3.3.3 – Atas de Registro de Preços (ARP), Adesões a ARP e Caronas cedidas de ARP, em 2019

Tipo	Quantidade
Atas de Registro de Preços (ARP)	118
Adesões a ARP	03
Caronas cedidas de ARP	42

Fonte: Departamento de Licitações

Tabela 5.3.3.4 – Contratos e Termos Aditivos Firmados 2019

Tipo	Quantidade
Contratos firmados	122
Termos aditivos	51

Fonte: Departamento de Licitações

Em 2019, a PGJ realizou a gestão de 212 contratos vigentes, dos quais 122 foram firmados em 2019, bem como das 203 Atas de Registro de Preços vigentes, das quais 118 foram firmadas em 2019. Enfatiza-se que em 2019 foram ajustados 51 aditivos, incluídas neste quantitativo as prorrogações dos contratos de serviços de natureza contínua, nos quais se permite a dilação de prazo e a renovação dos contratos de locação dos prédios sedes de

promotorias no interior. Atribuições estas a cargo da área de contratos, que realiza também o acompanhamento de todos os contratos cujos pagamentos são mensais.

O Quadro a seguir relaciona os 27 contratos de locação de imóveis 2019 que abrigam as sedes das promotorias de Justiça do Interior, com exceção do contrato de aluguel do depósito em Palmas, sendo dispendido, aproximadamente, no exercício o valor total mensal de R\$ 50.005,25 (cinquenta mil, cinco reais e vinte e cinco centavos).

Quadro 5.3.3.5 – Contratos de locação de imóveis, 2019

Item	Nº Contrato	Localidade	Valor mensal (R\$)
1	010/2008	Formoso do Araguaia	1.142,61
2	021/2008	Colmeia	1.196,58
3	004/2009	Wanderlândia	1.412,93
4	024/2009	Cristalândia	2.039,59
6	033/2009	Itaguatins	1.588,06
6	038/2009	Ponte Alta do Tocantins	1.452,62
7	039/2009	Tocantínia	1.475,15
8	003/2010	Araguaçu	1.746,80
9	010/2010	Novo Acordo	1.305,52
10	021/2010	Xambioá	1.298,46
11	022/2011	Arapoema	1.169,58
12	103/2013	Ananás	1.887,22
13	022/2015	Axixá	1.898,97
14	026/2015	Itacajá	1.279,05
15	042/2015	Palmas (Depósito)	5.966,81
16	044/2015	Goiatins	1.252,43
17	009/2016	Almas	1.001,09
18	046/2016	Aurora	1.073,43
19	012/2017	Alvorada	2.278,22
20	040/2017	Pium	1.497,03
21	011/2018	Araguacema	1.082,70
22	061/2018	Araguatins	4.260,40
23	010/2019	Formoso do Araguaia	2.000,00
24	049/2019	Novo Acordo	2.000,00
25	058/2019	Araguaçu	2.200,00
26	059/2019	Araguacema	2.500,00
27	060/2019	Filadélfia	2.000,00
Total			50.005,25

Quadro 5.3.3.5 – Contratos de locação de imóveis, 2019

Item	Nº Contrato	Localidade	Valor mensal (R\$)
1	010/2008	Formoso do Araguaia	1.142,61
2	021/2008	Colmeia	1.196,58

Fonte: Área de Contratos

#### 5.3.4 Departamento de Planejamento e Gestão

O Departamento de Planejamento e Gestão (Deplan) é responsável por elaborar, planejar, coordenar e acompanhar as atividades de planejamento e gestão orçamentária, no âmbito do MPTO. Ao Deplan compete, também, acompanhar e controlar a execução dos projetos e convênios, com suas respectivas prestações de contas, sendo-lhe atribuído ainda planejar e coordenar a ação governamental, mediante a elaboração, o acompanhamento de planos, programas e projetos, de duração anual e plurianual.

O Ministério Público do Tocantins utiliza convênios e outros instrumentos congêneres para disciplinar o relacionamento com outras pessoas jurídicas no alcance de algum objetivo comum, com a seguinte classificação: 1) Instrumento: Intenção de compartilhamento de capacidades ou recursos organizacionais para a concretização de objetivos entre organizações autônomas, formalizado por escrito, revestida na forma de Termo de Convênio, Termo de Cooperação Técnica e Termo de Cessão de Uso. 2) Convênio: É todo ajuste celebrado entre entidades da Administração Pública ou entre essas e organizações particulares, tendo como objeto a realização de interesses comuns. É, portanto, uma associação cooperativa, em que os partícipes se unem para a consecução de um fim comum, ou seja, convênio é um instrumento que disciplina a transferência de recursos públicos e tem como partícipe órgão da Administração Pública Direta, Autárquica ou Fundacional, Empresa Pública ou sociedade de economia mista que esteja gerindo recursos dos orçamentos públicos, visando à execução de programas de trabalho, projeto/atividade ou evento de interesse recíproco, em regime de mútua cooperação. 3) Acordo de Cooperação Técnica: Ajuste entre o poder público e entidades públicas ou privadas para a realização de objetivos de interesse comum, mediante mútua colaboração, sem o repasse de recursos financeiros, materiais ou outros ônus. 4) Cessão de Uso: Ajuste entre o poder público e entidades públicas para a permissão de uso de ativos intangíveis, bens móveis ou áreas nas dependências das repartições públicas. 5) Termo Aditivo: Instrumento

que tem por objetivo a modificação de termo já celebrado, formalizado durante a sua vigência, vedada a alteração da natureza do objeto aprovado.

Segue descrição dos instrumentos ativos no ano de 2019:

Quadro 5.3.4.1 Descrição dos instrumentos ativos no ano de 2019.

Item	Tipo de Instrumento	Objeto	Vínculo do objeto ao Mapa Estratégico	Vigência (início)	Vigência (Termino)	Convenente
1	Convênio	Estabelecer condições que possibilitem à SRF atender a solicitações de fornecimento de dados cadastrais efetuados pelo MP, mediante acesso online continuado às bases de dados dos sistemas CPF e CNPJ, precedidos de habilitação de membros ou funcionários do MP.	Assegurar sistemas de Tecnologia da Informação adequados para os órgãos de execução e unidades administrativas	22/11/02	Indeterminada	Secretaria da Receita Federal
2	Convênio	Aplicar cursos de capacitação e aperfeiçoamento de recursos humanos dos MP, compreendendo a capacitação dos membros dos MP dos Estados e da União.	Promover, de forma contínua, o aperfeiçoamento dos integrantes	24/11/03	Indeterminada	Agência Brasileira de Inteligência
3	Convênio	Ampliar a articulação, integração e o intercâmbio entre os partícipes, visando a maior efetividade da proteção do patrimônio público.	Ampliar parcerias estratégicas	24/11/03	Indeterminada	Controladoria Geral da União
4	Convênio	Proporcionar a adoção de medidas necessárias para agilizar, através da atuação conjunta dos signatários, os procedimentos nas ações decorrentes de títulos executivos originários das decisões do tribunal de contas.	Combater a Improbidade e recuperar ativos	28/05/04	Indeterminada	Tribunal de Conta do Estado Tocantins Procuradoria Geral do Estado
5	Acordo de Adesão	Permitir acesso e utilização do Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais (SIASG), destinado à consulta e utilização pelos órgãos e entidades da Administração Pública, no âmbito da União, Estado, Distrito Federal e Municípios, não integrantes do Sistema de Serviços Gerais.	Assegurar sistemas de Tecnologia da Informação adequados para os órgãos de execução e unidades administrativas	27/02/08	Indeterminada	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
6	Convênio	Conceder antecipação da PAE mediante consignação em folha de pagamento .	Sem vínculo	10/06/11	21/09/20	Caixa Econômica Federal

Quadro 5.3.4.1 Descrição dos instrumentos ativos no ano de 2019.

Item	Tipo de Instrumento	Objeto	Vínculo do objeto ao Mapa Estratégico	Vigência (início)	Vigência (Termino)	Convenente
7	Convênio	Acesso às informações contidas no Cadastro de Clientes do Sistema Financeiro Nacional (CCS), objeto do Convênio de Cooperação BCB/CNMP nº 01/2013.	Assegurar sistemas de Tecnologia da Informação adequados para os órgãos de execução e unidades administrativas	12/11/13	Indeterminada	Banco Central do Brasil Conselho Nacional do Ministério Público
8	Acordo de Adesão	Aderir ao Projeto Reencontro em Busca das Crianças do Norte, idealizado pelo MP/TO.	Atuar na defesa dos Diretos da Criança e do Adolescente	19/03/14	Indeterminado	Ministério Público-AP; Ministério Público-PA; Ministério Público-AM; Ministério Público-RR; Ministério Público-AC; Ministério Público-RO
9	Acordo de Cooperação Técnica	Disponibilizar ao MP/TO, o acesso aos dados de consumidores cadastrado junto a SANEATINS, proporcionando maior agilidade e sigilo no exercício de suas funções institucionais.	Assegurar sistemas de Tecnologia da Informação adequados para os órgãos de execução e unidades administrativas	25/08/15	24/08/20	Odebrecht Ambiental / Saneatins
10	Acordo de Cooperação Técnica	Estabelecer condições gerais de um regime de mútua colaboração entre as partes, voltada a integração, aprimoramento e aparelhamento dos Órgãos Ministeriais e de Segurança Pública com atuação do Meio Ambiente.	Promover a defesa do Meio Ambiente e da Ordem urbanística	27/08/14	Indeterminada	Secretaria de Segurança Pública do Estado do Tocantins
11	Acordo de Cooperação Técnica	Desenvolver Portal Institucional Rede Ambiental Participativa (RAP).	Promover a defesa do Meio Ambiente e da Ordem urbanística	30/09/18	29/09/21	Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

Quadro 5.3.4.1 Descrição dos instrumentos ativos no ano de 2019.

Item	Tipo de Instrumento	Objeto	Vínculo do objeto ao Mapa Estratégico	Vigência (início)	Vigência (Termino)	Conveniente
12	Acordo de Cooperação Técnica e Operacional	Cessão de servidores da Policiais Militares para desempenhar suas funções junto a Procuradoria Geral/TO, junto a Assessoria Militar, GECOC e a Diretoria de Inteligência.	Garantir a segurança institucional	23/05/15	22/05/20	Comando-Geral da Polícia Militar
13	Acordo de Cooperação Técnica	Realizar atividades voltadas ao aperfeiçoamento profissional de seus integrantes e desenvolvimento de suas finalidades institucionais.	Promover, de forma contínua, o aperfeiçoamento dos integrantes	28/09/15	27/09/20	Faculdade Dom Orione de Araguaína
14	Acordo de Cooperação Técnica	Compartilhar informações relativas a condutas de prestadores de serviços Públicos regulados que atentem contra os direitos dos consumidores e a livre concorrência.	Promover a defesa dos direitos do consumidor	11/11/15	10/11/20	Ministério Público Federal – MPF
15	Acordo de Adesão	Intercâmbio de informações de interesse público.	Ampliar parcerias estratégicas	30/01/14	Indeterminada	Receita Federal do Brasil; Conselho Nacional do Ministério Público.
16	Convênio	Conceder empréstimos e financiamento mediante consignação em folha de pagamento aos membros e servidores efetivos do Ministério Público.	Ter padrão de excelência nos procedimentos internos	27/01/16	26/01/21	Banco Santander S/A
17	Acordo de Cooperação Técnica e Operacional	Promover a defesa dos direitos dos consumidores através de ações integradas e articuladas entre organismos que atuam no direito consumeristas, bem como produzir informações que sirvam para melhorar o desempenho da atividade regulatória no âmbito do Estado do Tocantins.	Promover a defesa dos direitos do consumidor	19/02/16	18/02/21	Secretaria Estadual da Segurança, Justiça e Cidadania do Tocantins
18	Cessão de uso	Licença de uso adaptação e distribuição do sistema PAM sem o intuito de obter lucro.	Ter padrão de excelência nos procedimentos internos	06/05/15	Indeterminada	Instituto de Conservação Ambiental - The Nature

Quadro 5.3.4.1 Descrição dos instrumentos ativos no ano de 2019.

Item	Tipo de Instrumento	Objeto	Vínculo do objeto ao Mapa Estratégico	Vigência (início)	Vigência (Termino)	Conveniente
						Conservancy do Brasil
19	Acordo de Cooperação Técnica e Operacional	Regulamentar a cessão, em caráter provisório, de servidores entre as instituições signatárias.	Ampliar parcerias estratégicas	05/08/15	04/08/20	Defensoria Pública do Estado do Tocantins
20	Acordo de Cooperação Técnica e Operacional	Cooperação, alimentação e o uso compartilhado do sítio de internet e do sistema consumidor vencedor pelo MP, viabilizando o intercâmbio de informações sobre ações coletivas ajuizadas, decisões judiciais, provisória ou definitivas.	Promover a defesa do Meio Ambiente e da Ordem urbanística	04/12/15	03/12/20	Ministério Público do Rio de Janeiro
21	Acordo de Cooperação Técnica	Regulamentar cooperação técnica recíproca, visando o desenvolvimento de atividades conjuntas a composição de junta médica oficial, objetivando realização de perícia, avaliação e inspeções médicas.	Ampliar parcerias estratégicas	19/02/16	18/02/21	Governo do Estado do Tocantins Secretaria da Administração Tribunal de Contas do Estado do Tocantins
22	Acordo de Cooperação Técnica	Regulamentar a utilização de Hardware e Software do Sistema de Monitoramento de Sinais– Guardiã por parte da Secretaria da Segurança Pública, bem ainda de mobiliário e instalações físicas da Procuradoria- Geral de Justiça, para fins de realização de investigações criminais a cargo da Polícia Civil do Estado do Tocantins.	Garantir a segurança institucional	21/03/18	20/03/21	Secretaria de Segurança Pública do Estado do Tocantins
23	Acordo de Cooperação Técnica	Promover condições para integração dos entes públicos e privados na cadeia agroalimentar de produtos hortifrutícolas e outros alimentos de origem vegetal, visando a informação, a definição de	Promover a defesa do Meio Ambiente e da Ordem urbanística	29/04/16	28/04/21	Secretaria da Saúde e Outros

Quadro 5.3.4.1 Descrição dos instrumentos ativos no ano de 2019.

Item	Tipo de Instrumento	Objeto	Vínculo do objeto ao Mapa Estratégico	Vigência (início)	Vigência (Termino)	Convenente
		estratégias conjuntas e integradas com o objetivo de orientar, implementar políticas, monitorar e fiscalizar o uso e aplicação de agrotóxicos.				
24	Acordo de Cooperação Técnica	Liberar acesso ao módulo comunica do Sistema de Gestão Integrada das Serventias Extrajudiciais.	Assegurar sistemas de Tecnologia da Informação adequados para os órgãos de execução e unidades administrativas	01/06/16	31/05/21	Corregedoria-Geral da Justiça do Tocantins
25	Acordo de Cooperação Técnica	Realizar atividades voltadas ao aperfeiçoamento profissional de seus integrantes e ao desenvolvimento de suas finalidades institucionais.	Promover, de forma contínua, o aperfeiçoamento dos integrantes	30/05/16	29/05/21	Instituto Tocantinense Presidente Antônio Porto Carlos
26	Acordo de Cooperação Técnica	Estabelecer a mútua cooperação entre o MP e PRT 10ª região com vistas a destinar recursos oriundos de acordos, decisões judiciais ou de multas impostas em TACs, em dissídios individuais ou coletivos.	Ampliar parcerias estratégicas	15/09/16	14/09/21	Procuradoria Regional do Trabalho da 10ª Região
27	Convênio	Consignar Folha de Pagamento.	Ampliar parcerias estratégicas	28/07/16	27/07/21	Caixa Econômica Federal
28	Acordo de Cooperação Técnica	Proporcionar qualificação e um aprendizado de qualidade, que permita as mulheres, vítimas de violência doméstica e familiar, superarem a dependência financeira de cônjuges e companheiros agressores.	Combater a violência doméstica	22/07/16	21/07/21	Serviço Nacional de Aprendizagem-SENAC
29	Acordo de Adesão	Disponibilizar acesso à informação constante de cadastros geridos, visando atualização cadastral a celeridade no cumprimento das atribuições legais e constitucionais dos órgãos.	Ter padrão de excelência nos procedimentos internos	10/05/16	09/05/21	Conselho Nacional do Ministério Público

Quadro 5.3.4.1 Descrição dos instrumentos ativos no ano de 2019.

Item	Tipo de Instrumento	Objeto	Vínculo do objeto ao Mapa Estratégico	Vigência (início)	Vigência (Termino)	Conveniente
30	Acordo de Adesão	Viabilizar ao Ministério Público a utilização da central nacional de indisponibilidade de bens para consulta simples e solicitação de certidões digitais.	Otimizar a utilização de recursos	22/07/16	Indeterminada	Associação dos registradores imobiliários de São Paulo
31	Acordo de Cooperação Técnica	Formar rede de controle da Gestão Pública no Estado do Tocantins.	Combater a criminalidade e recuperar ativos	03/03/17	02/03/22	Tribunal de Contas do Estado do Tocantins
32	Acordo de Cooperação Técnica	Fixar critérios e normas de ação conjunta por intermédio dos órgãos envolvidos para efetivação do combate aos crimes contra a ordem tributária.	Combater a criminalidade e recuperar ativos	31/10/17	30/10/22	Secretaria de Estado da Fazenda do Tocantins
33	Acordo de Adesão	Acessar a rede SICONV pelas unidades e ramos do MP e o desenvolvimento de ações conjuntas e apoio mútuo às atividades de interesse comum para a melhoria da gestão, capacitação, e o fortalecimento da comunicação e transparência, relativas as transferências voluntárias.	Ampliar parcerias estratégicas	22/02/17	21/02/22	Conselho Nacional do Ministério Público
34	Acordo de Adesão	Termo de Adesão ao Acordo de Cooperação Técnica nº 15/2016, celebrado entre o Conselho Nacional do Ministério Público e o Tribunal Regional Federal da 4ª Região para a cessão do direito de uso do software SEI – Sistema Eletrônico de Informação, para o trâmite virtual dos processos administrativos.	Ampliar parcerias estratégicas	16/10/17	15/10/22	Conselho Nacional do Ministério Público
35	Acordo de Cooperação Técnica	Fortalecer os órgãos de gestão e de controle do SUS, em regime de parceria, visando desenvolver ações conjuntas voltadas ao aprimoramento da Gestão do SUS no Estado do Tocantins.	Exigir o cumprimento do direito à saúde	06/04/17	05/04/22	Secretaria da Saúde do Estado do Tocantins

Quadro 5.3.4.1 Descrição dos instrumentos ativos no ano de 2019.

Item	Tipo de Instrumento	Objeto	Vínculo do objeto ao Mapa Estratégico	Vigência (início)	Vigência (Termino)	Convenente
36	Acordo de Cooperação Técnica	Utilizar Sistema SIMBA e instalação do Sistema SITTEL de investigação de registros telefônicos e telemáticos.	Assegurar sistemas de Tecnologia da Informação adequados para os órgãos de execução e unidades administrativas	27/07/16	26/07/21	Ministério Público Federal – MPF
37	Acordo de Cooperação Técnica	Unir esforços, no qual o Sebrae-TO oferecerá cursos, palestras e oficinas aos integrantes e o MP/TO cederá dados do programa Propriedade Legal.	Promover, de forma contínua, o aperfeiçoamento dos integrantes	13/02/17	08/02/21	SEBRAE-TO
38	Acordo de Cooperação Técnica e Operacional	Regulamentar a cessão, em caráter provisório, de servidores entre as instituições signatárias.	Ampliar parcerias estratégicas	06/08/17	05/08/22	Prefeitura Municipal de Tocantínia
39	Termo de Cooperação Operacional	Viabilizar uma das etapas de execução do Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (doação de materiais recicláveis e bens inservíveis), descartados pelo doador, à donatária, para fins de reciclagem, respeitando-se a legislação em vigor.	Promover a defesa do Meio Ambiente e da Ordem urbanística	20/06/18	19/06/23	Cooperativa de Produção de Recicláveis do Tocantins Ltda – COOPERAN.
40	Termo de Cooperação Técnica	Conjugar esforços comuns no sentido de garantir a entrega da prestação jurisdicional de forma mais célere e eficaz.	Ampliar parcerias estratégicas	11/05/17	10/05/22	Defensoria Pública do Estado do Tocantins Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins
41	Acordo de Cooperação Técnica e Operacional	Regulamentar a cessão, em caráter provisório, de servidores entre as instituições signatárias.	Ampliar parcerias estratégicas	23/05/17	22/05/22	Prefeitura Municipal de Peixe

Quadro 5.3.4.1 Descrição dos instrumentos ativos no ano de 2019.

Item	Tipo de Instrumento	Objeto	Vínculo do objeto ao Mapa Estratégico	Vigência (início)	Vigência (Termino)	Convenente
42	Acordo de Cooperação Técnica e Operacional	Implantar o Projeto Profissionalizando a Capacidade da Mulher vítima de violência doméstica e familiar a superar a dependência financeira dos cônjuges e companheiros agressores, evitando a revitimização e promovendo o aumento da autoestima, inserção no mercado de trabalho e integração social.	Combater a violência doméstica	06/06/17	05/06/22	SENAI
43	Termo de Parceria Institucional	Formalizar parceria entre a Fundação ABRINQ e o MP/TO, com vistas ao fortalecimento das gestões municipais, que aderiram ao "Programa Prefeito Amigo da Criança – PPAC", na efetivação dos direitos da criança e do adolescente.	Atuar na defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente	05/07/17	30/06/20	Fundação ABRINQ pelos Direitos da Criança e do Adolescente.
44	Termo de Cooperação Técnica	Entabular parcerias institucionais, com os fins precípuos de promover a qualidade do conhecimento produzido em assuntos técnico-científicos não jurídicos nas diversas áreas de formação dos profissionais técnicos integrantes das Instituições.	Ampliar parcerias estratégicas	26/07/17	25/07/23	Ministério Público Federal, por intermédio da Secretaria de Apoio Pericial – PGR
45	Acordo Cooperação Técnica e Operacional	Atender às necessidades do MPTO quanto a adequações a serem realizadas E-PROC.	Assegurar sistemas de Tecnologia da Informação adequados para os órgãos de execução e unidades administrativas	29/06/17	28/06/22	Tribunal de Justiça Tocantins
46	Convênio	Concessão de empréstimos e financiamentos pelo Banco Bradesco S/A, aos Membros e Servidores do Ministério Público do Estado do Tocantins (MPTO), mediante consignação em folha de pagamento.	Ampliar parcerias estratégicas	20/06/17	19/06/22	Banco Bradesco S/A.
47	Convênio	Permissão do desconto em Folha de Pagamento dos servidores filiados em favor da ANACOMP, para	Ampliar parcerias estratégicas	15/03/19	14/03/24	Associação Nacional dos

Quadro 5.3.4.1 Descrição dos instrumentos ativos no ano de 2019.

Item	Tipo de Instrumento	Objeto	Vínculo do objeto ao Mapa Estratégico	Vigência (início)	Vigência (Termino)	Conveniente
		usufruir desta forma dos benefícios instituídos em seu Estatuto.				Oficiais do Ministério Público
48	Termo de Convênio	Concessão de empréstimos, financiamentos e/ou arrendamentos mercantis, com pagamento mediante consignação em folha de pagamento, aos membros e servidores do MP/TO.	Ampliar parcerias estratégicas	29/06/17	28/06/22	Banco do Brasil
49	Termo de Cessão de Uso	Permissão de uso a título gratuito, em caráter precário, pelo PERMITENTE, em favor do PERMISSIONÁRIO, da área de 26,77 m², exclusivamente para instalação de agência bancária/Posto de Atendimento Bancário – PAB e de um Posto de Atendimento Eletrônico – PAE, localizada no prédio sede da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado Tocantins, com sede na Quadra 202 Norte, Avenida LO-04, Conj. 01, lotes 5/6, Plano Diretor Norte, CEP 77.006-218, em Palmas/TO.	Garantir estrutura física adequada	12/12/18	11/12/23	Banco Bradesco S/A.
50	Termo de Cooperação Tecnológica, Científica, Jurídica, Educacional, Acadêmica e Cultural	A Promoção de medidas necessárias à prevenção e à repressão de delitos praticados por Associações e Organizações criminosas.	Combater a criminalidade	04/04/18	03/04/21	Ministério Público do Estado do Espírito Santo
51	Acordo de Cooperação Técnica	Desenvolver ações educacionais, pesquisa científica e extensibilidade da difusão do conhecimento produzido pelos partícipes visando o aprimoramento profissional, técnico, científico, acadêmico e cultural de seus integrantes e o desenvolvimento das ações	Promover, de forma contínua, o aperfeiçoamento dos integrantes	20/06/17	19/06/22	IFTO

Quadro 5.3.4.1 Descrição dos instrumentos ativos no ano de 2019.

Item	Tipo de Instrumento	Objeto	Vínculo do objeto ao Mapa Estratégico	Vigência (início)	Vigência (Termino)	Convenente
		voltadas ao cumprimento de suas missões institucionais.				
52	Acordo Cooperação Técnica e Operacional	Promover e conscientizar o educando por meio de palestras educativas, contra a prática de violência doméstica e familiar e capacitar os educadores para desenvolverem atividades que busquem modificar valores	Combater a violência doméstica	19/07/18	18/07/22	Secretaria Municipal de Educação de Palmas – SEMED
53	Termo de Cooperação Técnica	Expressar o interesse comum dos partícipes de cooperar entre si, visando ações conjuntas, para o atendimento das infrações de menor potencial ofensivo.	Ampliar parcerias estratégicas	06/09/17	05/09/22	Superintendência da Polícia Rodoviária Federal do Estado do Tocantins
54	Termo de Cooperação Técnica e Operacional de Intercâmbio Científico, Educacional, Cultural e Tecnológico	Estabelecer cooperação técnica e intercâmbio científico educacional e cultural visando troca de experiências, informações e tecnologias, da oferta mútua de cursos de capacitação, de aperfeiçoamento funcional nas modalidades presencial e a distância, bem como atividades complementares de interesses comuns.	Promover, de forma contínua, o aperfeiçoamento dos integrantes	09/08/18	08/08/21	Defensoria Pública do Estado do Tocantins
55	Acordo de Cooperação Técnica	A Promoção de medidas necessárias à prevenção e à repressão de delitos praticados por Associações e Organizações criminosas.	Combater o crime organizado	04/12/17	03/12/22	Superintendência da Polícia Rodoviária Federal do Estado do Tocantins
56	Termo de Cessão de Uso de Software	Cessão de software ATHENAS, criado pelo MP/TO, para gerenciamento de serviços da área meio, gestão e finalística.	Ampliar parcerias estratégicas	08/02/18	07/02/20	Defensoria Pública do Estado do Amazonas

Quadro 5.3.4.1 Descrição dos instrumentos ativos no ano de 2019.

Item	Tipo de Instrumento	Objeto	Vínculo do objeto ao Mapa Estratégico	Vigência (início)	Vigência (Termino)	Convenente
57	Termo de Cessão de Uso de Software	Cessão de software ATHENAS, criado pelo MP/TO, para gerenciamento de serviços da área meio, gestão e finalística.	Ampliar parcerias estratégicas	20/11/17	19/11/21	Defensoria Pública do Estado do Piauí
58	Acordo de Cooperação Técnica	Articular e conjugar esforços dos partícipes com o intuito de avocar os municípios do Estado do TO à integração do Sistema Nacional de Trânsito.	Ter comunicação institucional efetiva		06/12/22	Departamento Estadual de Trânsito do Tocantins e o Conselho Estadual de Trânsito do Tocantins
59	Termo de Cooperação Técnica Interinstitucional	Estabelecer parcerias entre os órgãos e Instituições Signatárias, objetivando o desenvolvimento de estratégias e ações para oportunizar a oferta de programas de aprendizagem e qualificação profissional com vista ao desenvolvimento pessoal e profissional de adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade, sobretudo aqueles que estejam em acolhimento institucional e familiar, em cumprimento de medidas socioeducativas e egressos e em situação de trabalho infantil, em todo o Estado do Tocantins.	Atuar na defesa dos Diretos da Criança e do Adolescente	10/05/18	09/05/20	TJTO; MPTO; SETAS; SECJUS; Secretaria de SEDUC; IFTO; Superintendência Regional do Trabalho e Emprego do TO; SENAI – DR/TO SENAC; Renapsi;- CIEE da Unidade de Palmas/TO
60	Termo de Adesão	Adesão do MP TO ao Acordo de Cooperação celebrado entre o CNMP e o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil CAU/BR, visando o aperfeiçoamento e à atualização das atividades dos profissionais da arquitetura e urbanismo, membros e servidores do MP- TO e a execução de ações complementares de interesse comum, garantindo a implementação das exigências de acessibilidade previstas na Legislação Brasileira.	Exigir o cumprimento dos direitos das pessoas com deficiência	18/05/18	17/05/23	Conselho Nacional do Ministério Público –CNMP e o Conselho de Arquitetura e urbanismo do Brasil – CAU/BR

Quadro 5.3.4.1 Descrição dos instrumentos ativos no ano de 2019.

Item	Tipo de Instrumento	Objeto	Vínculo do objeto ao Mapa Estratégico	Vigência (início)	Vigência (Termino)	Convenente
61	Acordo de Adesão	Termo de Adesão do MP/TO ao Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre o Conselho Nacional do Ministério Público e o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro para a criação e expansão do Sistema Nacional de Localização e Identificação de Desaparecidos - SINALID.	Combater a criminalidade	07/12/17	06/12/22	Conselho Nacional do Ministério Público
62	Acordo de Cooperação Técnica	Regulamentar a cessão, em caráter provisório, de servidores entre as instituições signatárias.	Ampliar parcerias estratégicas	11/04/18	10/04/23	Prefeitura Municipal de Campos Lindos
63	Acordo de Cooperação Técnica	Estabelecer Cooperação Técnica na área de inteligência e investigação criminal, a ser desenvolvida por meio do uso integrado da ferramenta RETINA. Banco de dados criado pelo Núcleo de Apoio Técnico Especializado do MP - AC.	Ampliar parcerias estratégicas	31/10/17	30/10/22	Ministério Público do Estado do Acre
64	Convênio	Autorizar o desconto mensal na folha de pagamento do servidor/membro, relativo à contribuição voluntária a título de doação, em favor da FUNDAÇÃO PIO XII - HOSPITAL DE AMOR - FILIAL PALMAS - TO, destinada exclusivamente a auxiliar na construção do Hospital de Amor, reconhecido nacionalmente no tratamento de câncer (Hospital do Câncer de Barretos), nesta cidade de Palmas-TO.	Exigir o cumprimento do direito à saúde	19/06/18	18/06/21	Fundação Pio XII - Hospital De Câncer De Barretos – Filial Palmas
65	Acordo de Cooperação Técnica	Estreitamento do relacionamento institucional, de modo a oportunizar o fornecimento e o intercâmbio de informações relacionadas à regulação do mercado de assistência suplementar à saúde, com a finalidade de identificação de problemas do mercado de saúde suplementar, a ampla cooperação técnica e científica, no âmbito do mercado de assistência suplementar à saúde, promover uma atuação	Exigir o cumprimento do direito à saúde	25/05/18	24/05/20	Agência Nacional de Saúde Suplementar, ANS.

Quadro 5.3.4.1 Descrição dos instrumentos ativos no ano de 2019.

Item	Tipo de Instrumento	Objeto	Vínculo do objeto ao Mapa Estratégico	Vigência (início)	Vigência (Termino)	Conveniente
		integrada, com vistas a garantir a proteção e defesa dos direitos do consumidor de planos privados de assistência à saúde, estimulando a resolução de conflitos de forma amigável e o intercâmbio de informações que sirvam para melhorar o desempenho da atividade regulatória pela ANS e reduzir demandas judiciais relacionadas à saúde suplementar, e contribuir para o aperfeiçoamento dos instrumentos de monitoramento e regulação do mercado de saúde suplementar, sujeitando-se os partícipes, no que couber, às disposições contidas na Lei 8.666/93.				
66	Acordo de Cooperação Técnica	Implementação do Projeto PROMOÇÃO E PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES, REFORMA POLÍTICA E DEMOCRACIA NO ESTADO DO TOCANTINS, com apoio da Misereor/KatholischeZentralstellefürEntwicklungshilfe.	Exigir o respeito aos direitos humanos residuais	09/04/18	08/12/19	Centro de Defesa da Criança e do Adolescente Glória de Ivone – CEDECA/TO
67	Termo de Cessão de Uso	Termo de Cessão de Uso do Software da Plataforma de Comutação Digital BXS/20 - Sistema Guardião e outros bens moveis da Polícia Militar do Estado do TO ao MP/TO.	Garantir a segurança institucional	17/05/18	16/05/20	Polícia Militar do Estado do TO
68	Acordo de Cooperação Técnica e Operacional	Regulamentar a cessão, em caráter provisório de servidores entre as instituições signatárias.	Ampliar parcerias estratégicas	17/04/18	16/04/23	Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins
69	Convênio	Concessão de empréstimos e financiamentos pela Financeira Alfa S/A – Crédito, Financiamento e Investimentos (FINANCEIRA), aos Membros e Servidores da Procuradoria-Geral de Justiça (PGJ -	Ampliar parcerias estratégicas	05/07/18	04/07/23	Financeira ALFA S/A – Crédito, Financiamento e Investimentos.

Quadro 5.3.4.1 Descrição dos instrumentos ativos no ano de 2019.

Item	Tipo de Instrumento	Objeto	Vínculo do objeto ao Mapa Estratégico	Vigência (início)	Vigência (Termino)	Convenente
		TO), mediante consignação em folha de pagamento das prestações decorrentes.				
70	Termo de Cooperação Técnica	Utilizar Sistema VIABILLIZE.	Ampliar parcerias estratégicas	30/05/18	24/05/20	Mota.Com Informática e Sistemas Ltda.
71	Termo de Cessão de Uso de Software	Cessão de software Athenas, criado pelo MP/TO, para gerenciamento de serviços da área meio, gestão e finalística.	Ampliar parcerias estratégicas	18/05/18	17/05/20	Câmara Municipal de Palmas
72	Termo de Cooperação Técnica e Compromisso Ambiental	Conjugar esforços visando dar efetividade na implantação da Lei Federal nº 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.	Promover a defesa do Meio Ambiente e da Ordem urbanística	07/06/18	06/06/20	Tribunal de Contas do Estado do Tocantins; Ministério Público do Estado do Tocantins; Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Instituto Natureza do Tocantins; Associação Tocantinense de Município; União dos vereadores do Estado do Tocantins.
73	Acordo de Cooperação Técnica	Acesso do MP/TO à base de dados da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED,	Ampliar parcerias estratégicas	24/09/18	23/09/23	Ministério do Trabalho

Quadro 5.3.4.1 Descrição dos instrumentos ativos no ano de 2019.

Item	Tipo de Instrumento	Objeto	Vínculo do objeto ao Mapa Estratégico	Vigência (início)	Vigência (Termino)	Conveniente
		mantido pelo MTB, com a finalidade, exclusiva, da utilização nas suas atividades institucionais.				
74	Acordo de Cooperação Técnica	Ampliação da comunicação entre o CADE e o Ministério Público do Estado do Tocantins, de modo a imprimir-se maior agilidade e efetividade nas ações de repressão às práticas de cartel e outras infrações à ordem econômica e às relações de consumo previstas nos arts. 4º e 7º da Lei nº 8.137/1990 e 36, da Lei nº 12.529/2011; a troca de informações e documentos quando da apuração de práticas de cartel e demais infrações, respeitadas as prerrogativas e atribuições e limitações legais cometidas ao CADE e ao Ministério Público do Estado do Tocantins; e o desenvolvimento e aprimoramento das técnicas e procedimentos empregados na apuração de práticas de cartel e outras previstas na Lei nº 12.529/2011 e na Lei nº 8.137/1990.	Promover a defesa dos direitos do consumidor	17/10/18	16/10/23	Conselho Administrativo de Defesa Econômica
75	Termo de Adesão	Adesão do Ministério Público do Estado do Tocantins ao Acordo de Cooperação Técnica TCU/CNMP, (LabContas), de 21 de maio de 2018, que tem como objetivo o de conferir maior eficiência, eficácia e efetividade à gestão pública, fortalecer a atuação coordenada de combate à corrupção e contribuir para melhoria da Administração Pública por meio da transferência de tecnologias e conhecimentos, do acesso a sistemas e do compartilhamento de informações constantes de bases de dados a cargo dos partícipes.	Ampliar parcerias estratégicas	09/01/19	08/01/24	Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP Tribunal de Contas da União - TCU
76	Acordo de Cooperação	Estabelecer um regime de cooperação mútuo entre os partícipes a fim de que se possa promover um	Combater a violência doméstica	01/02/19	31/01/24	Defensoria Pública do Estado do

Quadro 5.3.4.1 Descrição dos instrumentos ativos no ano de 2019.

Item	Tipo de Instrumento	Objeto	Vínculo do objeto ao Mapa Estratégico	Vigência (início)	Vigência (Termino)	Conveniente
	Técnica e Operacional	atendimento de qualidade, especializado, de forma ágil, preciso e eficaz, garantindo o resgate da autoestima da mulher vítima de violência doméstica, por meio do projeto denominado "S.O.S Mulher – Ministério Público do Tocantins de Portas Abertas para as Mulheres Vítimas de Violência Doméstica", realizando atendimento às vítimas no âmbito do Município de Palmas.				Tocantins; Secretaria Estadual de Saúde Secretaria Estadual de Segurança Pública Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Emprego; Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social Secretaria Estadual do Trabalho e Assistência Social Secretaria Estadual de Cidadania e Justiça.
77	Acordo de Cooperação Técnica	Estabelecer as condições gerais de um regime de mútua colaboração para o compartilhamento de informações visando à desburocratização, maior eficiência e maior celeridade no desenvolvimento de ações decorrentes da proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora e	Promover a defesa do Meio Ambiente e da Ordem urbanística	12/11/18	Indeterminada	Polícia Militar do Estado do TO Polícia Militar Ambiental do TO

Quadro 5.3.4.1 Descrição dos instrumentos ativos no ano de 2019.

Item	Tipo de Instrumento	Objeto	Vínculo do objeto ao Mapa Estratégico	Vigência (início)	Vigência (Termino)	Convenente
		outras que guardem correlação com a competência dos partícipes.				
78	Termo de Adesão	Adesão do Ministério Público do Estado do Tocantins ao Acordo de Cooperação celebrado entre o Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP e o Ministério do Meio Ambiente - MMA, visando ao estabelecimento da Cooperação entre o MMA, tendo o Serviço Florestal Brasileiro – SFB, como interveniente, e o CNMP para transferência, acesso, compartilhamento, processamento e geração de dados e informações do Sistema de Cadastro Ambiental Rural (SICAR), observada a legislação federal pertinente sobre a matéria, no que couber.	Promover a defesa do Meio Ambiente e da Ordem urbanística	16/11/18	Indeterminada	Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP
79	Protocolo de Intenções	Elaboração de estudos, pareceres, relatórios, propostas técnicas e atividades de capacitação em parceria, associados às áreas de Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Planejamento Urbano, Infraestrutura, Mobilidade, Energia e Tecnologia da Informação em processos de elevado interesse público.	Promover a defesa do Meio Ambiente e da Ordem urbanística	13/12/18	12/12/20	UFT
80	Termo de Cessão de Uso	Cessão de software Athenas, criado pelo MP/TO, para gerenciamento de serviços da área meio, gestão e finalística.	Ampliar parcerias estratégicas	03/12/18	02/12/23	Prefeitura Municipal de Gurupi – TO
81	Termo de Cessão de Uso	Cessão de software Athenas, criado pelo MP/TO, para gerenciamento de serviços da área meio, gestão e finalística.	Ampliar parcerias estratégicas	30/11/18	29/11/23	Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará
82	Acordo de Cooperação Técnica e Operacional	Regulamentar a cessão, em caráter provisório, de servidores pertencentes ao quadro efetivo das instituições signatárias.	Ampliar parcerias estratégicas	02/12/18	01/12/23	Ministério Público do Estado de Goiás

Quadro 5.3.4.1 Descrição dos instrumentos ativos no ano de 2019.

Item	Tipo de Instrumento	Objeto	Vínculo do objeto ao Mapa Estratégico	Vigência (início)	Vigência (Termino)	Conveniente
83	Termo de Parceria para Cumprimento de Cota Social	Definir atribuições e responsabilidades entre os signatários para a execução de Programa de Aprendizagem, nos termos da Lei 10.097/00 e do Decreto 8.740/2016.	Atuar na defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente	Indeterminado		Tabocas Participações Empreendimentos S/A Prefeitura Municipal de Porto Nacional Rede Nacional de Aprendizagem, Promoção Social e Integração – RENAPSI Ministério Público Estadual do Estado do Tocantins
84	Termo de Adesão	Adesão do Ministério Público do Estado do Tocantins ao Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre o CNMP e o Ministério Público do Estado de Mato Grosso, em 16 de outubro de 2018, que tem como objetivo estabelecer cooperação técnica para intermediação do processo de Adesão dos Ministérios Públicos Brasileiros para a disponibilização do aplicativo Água para o Futuro, que consiste em sistema idealizado com a finalidade de mapear e identificar irregularidades ambientais em nascentes de água.	Promover a defesa do Meio Ambiente e da Ordem urbanística	30/11/18	29/11/23	Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP
85	Acordo de Cooperação	Execução nas escolas do Estado do Tocantins de ações do Projeto “Anjos da Guarda” Rompimento do ciclo de violência doméstica através da	Combater a violência doméstica	28/12/18	27/12/23	Secretaria Estadual de Educação do Estado do TO

Quadro 5.3.4.1 Descrição dos instrumentos ativos no ano de 2019.

Item	Tipo de Instrumento	Objeto	Vínculo do objeto ao Mapa Estratégico	Vigência (início)	Vigência (Termino)	Convenente
		conscientização da criança, coordenado pelo Núcleo Maria da Penha.				
86	Termo de Adesão	Constitui objeto do presente Termo a criação da OUIDORIAS EM REDE - TOCANTINS, visando a cooperação mútua e a articulação de esforços entre os Partícipes, para o compartilhamento de experiências, o incentivo à criação de Ouvidorias no Estado do Tocantins e o envolvimento dos cidadãos e da sociedade civil organizada no exercício de seus direitos.	Combater a violência doméstica	29/11/18	28/11/23	Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins Ministério Público do Estado do Tocantins Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins Secretaria de Segurança Pública do Estado do Tocantins
87	Acordo Cooperação	Regulamentar a cessão, em caráter provisório de servidores pertencentes ao quadro efetivo das instituições signatárias.	Ampliar parcerias estratégicas	24/10/19	23/10/24	Ministério Público do Estado do Tocantins Prefeitura Municipal de Palmas
88	Termo de Cooperação Técnica	Cooperação mútua entre os órgãos partícipes para a implantação da Patrulha Maria da Penha no Estado do Tocantins, assim como qualificação dos serviços de atendimento, apoio e orientação nas ocorrências policiais envolvendo mulheres vítimas de violência doméstica e familiar, por meio de ações conjuntas.	Combater a violência doméstica	18/12/18	17/12/20	Ministério Público do Estado do Tocantins Polícia Militar do Estado do Tocantins Secretaria de Segurança Pública do Estado do Tocantins Tribunal

Quadro 5.3.4.1 Descrição dos instrumentos ativos no ano de 2019.

Item	Tipo de Instrumento	Objeto	Vínculo do objeto ao Mapa Estratégico	Vigência (início)	Vigência (Termino)	Conveniente
						de Justiça do Estado do Tocantins Defensoria Pública do Estado do Tocantins.
89	Acordo de Cooperação Técnica	Regulamentar a cessão, em caráter provisório, de servidores ou empregados entre as instituições signatárias.	Ampliar parcerias estratégicas	07/01/19	06/01/24	Defensoria Pública do Estado de Goiás
90	Acordo de Cooperação	Regulamentar a cessão, em caráter provisório de servidores pertencentes ao quadro efetivo das instituições signatárias.	Ampliar parcerias estratégicas	15/01/19	14/01/24	Prefeitura Municipal de Augustinópolis
91	Acordo de Cooperação	Regulamentar a cessão, em caráter provisório de servidores pertencentes ao quadro efetivo das instituições signatárias.	Ampliar parcerias estratégicas	13/03/19	12/03/24	Prefeitura Municipal de Porto Nacional
92	Termo de Cessão de Uso	Cessão de software Athenas, criado pelo MP/TO, para gerenciamento de serviços da área meio, gestão e finalística.	Ampliar parcerias estratégicas	24/01/19	23/01/24	Ministério Público do Estado do Piauí
93	Termo de Compromisso	Oferecimento de 07 vagas do Programa de Pós-Graduação em PRESTAÇÃO JURISDICIONAL E DIREITOS HUMANOS (PPGPJDH) – NÍVEL MESTRADO para ingresso no ano de 2019.	Promover, de forma contínua, o aperfeiçoamento dos integrantes	30 meses a partir do início das aulas		Fundação Universidade Federal do Tocantins – UFT por intermédio do Programa de Pós-Graduação em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos, Tribunal de Justiça do Estado do

Quadro 5.3.4.1 Descrição dos instrumentos ativos no ano de 2019.

Item	Tipo de Instrumento	Objeto	Vínculo do objeto ao Mapa Estratégico	Vigência (início)	Vigência (Termino)	Conveniente
						Tocantins – TJTO com a interveniência da Escola Superior da Magistratura Tocantinense – SMAT, Ministério Público do Estado do Tocantins – MP/TO com a interveniência do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional – CESAF.
94	Acordo Cooperação Técnica	A implementação de medidas de natureza técnico-administrativas objetivando a operacionalização conjunta de medidas de vistoria e inspeção no âmbito do Estado do Tocantins, a depender da demanda das promotorias quando requerido apoio técnico, pretendendo fazer cumprir as etapas dos Projetos do Centro de Apoio Operacional da Cidadania, Direitos Humanos e Mulher.	Ampliar parcerias estratégicas	30/08/19	29/08/24	Ministério Público do Estado do Tocantins, Secretaria de Estado de Saúde do Tocantins, Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social do Tocantins, Secretaria de Estado de Cidadania e Justiça do Tocantins Corpo

Quadro 5.3.4.1 Descrição dos instrumentos ativos no ano de 2019.

Item	Tipo de Instrumento	Objeto	Vínculo do objeto ao Mapa Estratégico	Vigência (início)	Vigência (Termino)	Conveniente
						de Bombeiros Militar do Tocantins.
95	Acordo Cooperação	Estabelecer um regime de cooperação mútua entre os partícipes a fim de que se possa promover encontros quinzenalmente envolvendo uma equipe Multidisciplinar, e órgãos parceiros de atendimento às mulheres vítimas de violência doméstica, conforme dispõe o artigo 35 e 45 da Lei 11.340/2006 - Lei Maria da Penha e o artigo 152 da Lei de Execução Penal.	Combater a violência doméstica	22/03/19	21/03/24	Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins E Outros
96	Termo de Cessão de Uso	Cessão de Uso de parte ideal do imóvel que abriga as instalações do Fórum da Comarca de Araguaína, situado na Avenida Filadélfia, loteamento Chácara 89 A, de propriedade do CEDENTE para uso do CESSIONÁRIO	Ampliar parcerias estratégicas	16/05/19	15/05/24	Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins
97	Termo de Adesão	Adesão do Ministério Público do Estado do Tocantins ao Acordo de Cooperação celebrado entre o Conselho Nacional do Ministério Público e o Conselho Nacional de Justiça – CNJ, para possibilitar aos Membros do Ministério Público brasileiro a solicitação de pareceres técnico-científicos em saúde, solicitar curso de capacitação, na modalidade ensino a distância, dos membros dos Ministérios Públicos brasileiros e das equipes técnicas de profissionais de saúde que assessoram, sobre saúde baseada em evidências, metodologias e instrumentos para Avaliação de Tecnologias em saúde ( ATS ).	Ampliar parcerias estratégicas	21/03/19	20/03/24	Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP Ministério Público do Estado do Tocantins
98	Acordo de Cooperação	Estabelecer cooperação técnica entre os PARTÍCIPIES para a realização de vistorias	Exigir o cumprimento do direito à saúde	28/05/19	27/05/24	Conselho Municipal de

Quadro 5.3.4.1 Descrição dos instrumentos ativos no ano de 2019.

Item	Tipo de Instrumento	Objeto	Vínculo do objeto ao Mapa Estratégico	Vigência (início)	Vigência (Termino)	Conveniente
	Técnica e Operacional	permanentes e coordenadas pelo Ministério Público do Estado do Tocantins, com objetivo de obter diagnóstico das condições estruturais e de funcionamento das Unidades Básicas de Saúde de Palmas/TO, através da aplicação de questionários, na conformidade da logística e do cronograma, previstos no Projeto Saúde de Qualidade nas Unidades Básicas de Saúde de Palmas/TO.				Saúde de Palmas Ministério Público do Estado do Tocantins
99	Acordo Cooperação	Estabelecer um regime de cooperação mútua entre os Partícipes a fim de que se possa oferecer ações de cidadania durante as visitas do projeto "Justiça Cidadã" nas 42 comarcas do Estado do Tocantins, durante o período de maio de 2019 a junho de 2020.	Ampliar parcerias estratégicas	22/04/19	21/08/20	Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins e Outros
100	Termo de Permissão de Uso de Área Pública	A PGJ - PERMITENTE outorga à ASAMP - PERMISSONÁRIO, em caráter precário, a partir da data da assinatura deste termo, permissão de uso de uma sala de 15,54 m <sup>2</sup> , localizada no 2º andar, sala nº 202, do edifício-sede da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins, situado na Quadra 202 Norte, Conj. 01, Lotes 5/6, Avenida LO - 04 Plano Diretor Norte, CEP: 77.006-218, na cidade de Palmas – TO, para funcionamento da sede administrativa da ASAMP.	Ampliar parcerias estratégicas	Indeterminado		Associação dos Servidores Administrativos do Ministério Público
101	Acordo Cooperação Técnica e Assistência Mútua	Ampliar a cooperação Técnica Interinstitucional entre os partícipes, visando estabelecer formas de colaboração, com a finalidade de ampliar as ações de articulação de proteção do patrimônio público, defesa da probidade administrativa, prevenção e combate à corrupção, à lavagem de dinheiro e outros crimes relacionados, e a promoção de transparência da gestão na Administração Pública, por meio da	Combater a Improbidade e recuperar ativos	01/07/19	30/06/24	Ministério Público do Estado do Tocantins Ministério Público Militar

Quadro 5.3.4.1 Descrição dos instrumentos ativos no ano de 2019.

Item	Tipo de Instrumento	Objeto	Vínculo do objeto ao Mapa Estratégico	Vigência (início)	Vigência (Termino)	Conveniente
		atuação conjunta e do intercâmbio de conhecimentos, metodologias, experiências e do compartilhamento e desenvolvimento de tecnologias que aprimorem o processamento e a análise de dados, pesquisas e investigações, entre outras ações conjuntas de integração e intercâmbio que promovam a eficácia e efetividade de suas atividades finalísticas.				
102	Termo de Cooperação Técnica	Estabelecer mútua e ampla cooperação entre a Procuradoria-Geral de Justiça do Ministério Público do Tocantins por meio do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional e a Procuradoria-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado de Goiás, por meio da Escola Superior do MP/GO, visando o aprimoramento profissional, acadêmico, técnico e cultural de seus integrantes e o desenvolvimento de ações voltadas ao cumprimento de sua missão institucional.	Promover, de forma contínua, o aperfeiçoamento dos integrantes	27/11/19	26/11/21	Ministério Público do Estado do Tocantins Ministério Público do Estado de Goiás
103	Termo de Cooperação Técnica	O estabelecimento de cooperação técnica entre os partícipes para o intercâmbio de experiências e informações, mediante a implementação de ações conjuntas e de apoio mútuo entre os Partícipes, visando à implementação de programas, projetos e ações interinstitucionais de responsabilidade socioambiental.	Promover a defesa do Meio Ambiente e da Ordem urbanística Ampliar parcerias estratégicas	27/08/19	26/08/24	Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins – (TJTO), Ministério Público do Estado do Tocantins, Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins – (TRE-TO), Defensoria Pública do Estado do Tocantins – (DPE-TO),

Quadro 5.3.4.1 Descrição dos instrumentos ativos no ano de 2019.

Item	Tipo de Instrumento	Objeto	Vínculo do objeto ao Mapa Estratégico	Vigência (início)	Vigência (Termino)	Conveniente
						Tribunal de Contas do Estado do Tocantins – (TCE-TO), Universidade Estadual do Tocantins – (UNITINS), Fundação Universidade Federal do Tocantins - (UFT-TO).
104	Termo de Convênio	O presente Convênio refere-se à união de esforços dos partícipes para o desenvolvimento do Projeto de Pesquisa intitulado “Nucleação de Grupos de Pesquisa e Internacionalização do Mestrado em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos”, com vista à formação do corpo docente do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional – Cesaf ou Escola Superior do Ministério Público e formação dos profissionais do MP/TO, como forma de aperfeiçoamento das ações desenvolvidas.	Promover, de forma contínua, o aperfeiçoamento dos integrantes	16/12/19	15/12/21	Ministério Público do Estado do Tocantins Escola Superior da Magistratura Tocantinense Fundação Universidade Federal do Tocantins Fundação de Apoio Científico e Tecnológico do Tocantins
105	Acordo Cooperação Técnica	Aperfeiçoamento da operação e gestão descentralizada do Programa Bolsa Família, do cadastro Único de Assistência Social e do desempenho da Procuradoria no exercício das atribuições institucionais	Ampliar parcerias estratégicas	02/12/19	01/12/24	Ministério Público do Estado do Tocantins Ministério da Cidadania

Quadro 5.3.4.1 Descrição dos instrumentos ativos no ano de 2019.

Item	Tipo de Instrumento	Objeto	Vínculo do objeto ao Mapa Estratégico	Vigência (início)	Vigência (Termino)	Conveniente
106	Acordo Cooperação Técnica	Promover a defesa dos direitos dos consumidores através de ações integradas e articuladas entre organismos que atuam no direito consumerista, por meio do projeto denominado "Operação Pró-consumidor", realizando ações no âmbito do Estado do Tocantins.	Promover a defesa dos direitos do consumidor	29/01/20	28/01/25	Ministério Público do Estado do Tocantins, a Superintendência de Proteção e Defesa do Consumidor – PROCON – TO por intermédio da Secretaria Estadual da Cidadania e Justiça, o Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Tocantins, a Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Tocantins – ADAPEC – TO, a Agência de Metrologia, Avaliação da Conformidade, Informação e Tecnologia, a Agência Tocantinense de Regulação, Controle e Fiscalização de

Quadro 5.3.4.1 Descrição dos instrumentos ativos no ano de 2019.

Item	Tipo de Instrumento	Objeto	Vínculo do objeto ao Mapa Estratégico	Vigência (início)	Vigência (Termino)	Conveniente
						Serviços Públicos, a Secretaria da Saúde do Estado do Tocantins, a Secretaria da Segurança Pública do Estado do Tocantins por intermédio da Delegacia Especializada de Atendimento a Vulneráveis,
107	Acordo Cooperação Técnica	Desenvolver ações conjuntas e apoio mútuo às atividades de sistematização de procedimentos, comunicações e registros de notícias de pessoas desaparecidas ou vítimas de tráfico humano, com cruzamento de dados, visando garantir a efetividade das investigações relativas aos casos de desaparecimento de pessoas no Estado do Tocantins, no âmbito do Sistema Nacional de Localização e Identificação de Desaparecidos (SINALID)./ plid	Ampliar parcerias estratégicas	17/12/19	16/12/24	Ministério Público do Estado do Tocantins Secretaria do Estado da Segurança Pública Comando da Polícia Militar do Estado do Tocantins Secretaria do Estado da Cidadania e Justiça Comando Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Tocantins

Quadro 5.3.4.1 Descrição dos instrumentos ativos no ano de 2019.

Item	Tipo de Instrumento	Objeto	Vínculo do objeto ao Mapa Estratégico	Vigência (início)	Vigência (Termino)	Convenente
108	Acordo de Cooperação Técnica	Cooperação técnica entre o MPTO e o SENAI Tocantins, com o objetivo de proporcionar qualificação com aprendizado de qualidade, que permita às mulheres em situação de violência doméstica e familiar, superarem a dependência financeira de cônjuges e companheiros agressores, minimizando os estados de vitimização e promovendo a elevação de sua autoestima, a inserção no mercado de trabalho e, conseqüentemente, a integração social, por meio do Projeto “PROFISSIONALIZANDO A CAPACIDADE DA MULHER”.	Combater a violência doméstica	09/12/19	08/12/24	Ministério Público do Estado do Tocantins Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI-TO
109	Acordo Cooperação	Estabelecer cooperação técnica e intercâmbio científico, educacional e tecnológico, visando a troca de experiências, informações e tecnologias, da oferta mútua de cursos de capacitação, pós-graduação em nível de especialização, cursos de aprimoramento, bem como nas atividades de pesquisas e publicações científicas de interesse comum.	Promover, de forma contínua, o aperfeiçoamento dos integrantes	05/02/20	04/02/25	Ministério Público do Estado do Tocantins Tribunal de Contas do Estado do Tocantins
110	Convênio	Execução do Programa de Estágio Supervisionado e Curricular obrigatório, por alunos com idade mínima de 16 (dezesesseis) anos, devidamente matriculados no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins, dentro das respectivas áreas de formação, de acordo com a Lei nº 11.788, de 25/09/2008.	Ampliar parcerias estratégicas	17/06/19	16/06/24	Ministério Público do Estado do Tocantins – CONCEDENTE, e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins – Campus Palmas – INSTITUIÇÃO DE ENSINO.

Quadro 5.3.4.1 Descrição dos instrumentos ativos no ano de 2019.

Item	Tipo de Instrumento	Objeto	Vínculo do objeto ao Mapa Estratégico	Vigência (início)	Vigência (Termino)	Conveniente
111	Termo de Cessão de Uso	Cessão de uso de 10 (dez) itens de equipamentos de informática, para uso no Núcleo de Engenharia Legal e Meio Ambiente do Instituto de Criminalística, visando a articulação, integração e operacionalização da mútua atuação institucional na defesa e proteção do meio ambiente.	Ampliar parcerias estratégicas Promover a defesa do Meio Ambiente e da Ordem urbanística	20/11/19	19/11/21	Ministério Público do Estado do Tocantins Secretaria de Estado da Segurança Pública do Tocantins
112	Acordo Cooperação	Regulamentar a cessão, em caráter provisório de servidores pertencentes ao quadro efetivo das instituições signatárias.	Ampliar parcerias estratégicas	13/01/20	12/01/25	Ministério Público do Estado do Tocantins Tribunal de Contas do Estado do Tocantins
113	Termo de Cooperação	Estabelecer uma cooperação mútua e ampla entre a Procuradoria-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Tocantins, por meio do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional – CESAF, e a Procuradoria-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Mato Grosso, por meio do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional – CEAF, visando ao desenvolvimento conjunto das ações de interesse das partes conveniadas, na modalidade presencial e/ou a distância.	Promover, de forma contínua, o aperfeiçoamento dos integrantes	31/10/19	30/10/24	Ministério Público do Estado do Tocantins Ministério Público do Estado do Mato Grosso
114	Termo de Cooperação Técnica	Liberação do acesso ao Sistema de conveniadas dentro do Portal SIMPLIFICA TOCANTINS, o Portal de informações da JUCETINS, para visualização de cadastros e dos atos digitalizados das empresas registradas perante este órgão de registro do comércio.	Ampliar parcerias estratégicas	29/01/20	28/01/22	Ministério Público do Estado do Tocantins Junta Comercial do Estado do Tocantins

Fonte: Escritório de Projetos e Gestão de Parcerias|Convênios / Departamento de Planejamento e Gestão.

Quadro 5.3.4.1- Relação de Termos de Cooperação Técnica, de Cessão de Uso e Convênios Firmados ou Renovados em 2019

Item	Objeto	Objetivo Estratégico	Início	Término	Conveniente
1	Segundo Termo Aditivo – prorrogação de prazo. Implementar um laboratório de tecnologia contra a lavagem de dinheiro no MP/TO nos moldes dos laboratórios desenvolvidos pelo DRCI/SNJ (LAB-LD), mediante a capacitação e treinamento de servidores e colaboradores lotados no MP/TO.	Combater a criminalidade	01/01/17	31/12/19	Ministério da Justiça
2	Segundo termo aditivo de prazo – prorrogar por 12 meses	Promover a defesa do Meio Ambiente e da Ordem urbanística	30/09/18	30/09/19	Ministério Público Estadual do RJ
3	Regulamentar a cessão, em caráter provisório, de servidores entre as instituições signatárias.	Ampliar parcerias estratégicas	01/01/16	01/01/21	Governo do Estado de Goiás
4	Dotar o MP/TO de infraestrutura necessária para o suporte ao processo de virtualização e modernização, bem como melhorar o processo de segurança da informação.	Assegurar sistemas de tecnologia da informação adequados para os órgãos de execução e unidades administrativas	30/12/16	28/12/18	Ministério da Justiça – Secretaria Nacional de Justiça e Cidadania
5	Viabilizar uma das etapas de execução do Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólido (doação de materiais recicláveis e bens inservíveis), descartado pelo doador, à donatária, para fins de reciclagem, respeitando-se a legislação em vigor.	Promover a defesa do meio ambiente e da ordem urbanística	20/06/18	19/06/23	Cooperativa de Produção de Recicláveis do Tocantins LTDA – COOPERAN.

Quadro 5.3.4.1- Relação de Termos de Cooperação Técnica, de Cessão de Uso e Convênios Firmados ou Renovados em 2019

Item	Objeto	Objetivo Estratégico	Início	Término	Conveniente
6	Permissão de uso a título gratuito, em caráter precário, da área de 26,77 m <sup>2</sup> , exclusivamente para instalação de agência bancária/Posto de Atendimento Bancário – PAB e de um Posto de Atendimento Eletrônico – PAE.	Garantir estrutura física adequada	12/12/18	11/12/23	Banco Bradesco S/A.
7	A promoção de medidas necessárias à prevenção e à repressão de delitos praticados por associações e organizações criminosas.	Combater a criminalidade	04/04/18	03/04/21	Ministério Público do Estado do Espírito Santo
8	1º Termo aditivo ao termo de cooperação técnica e operacional de intercâmbio científico, educacional, cultural e tecnológico.	Promover, de forma contínua, o aperfeiçoamento dos integrantes	09/08/18	08/08/21	Defensoria Pública do Estado do Tocantins
9	Cessão de software Athenas, criado pelo MP/TO, para gerenciamento de serviços da área meio, gestão e finalística.	Ampliar parcerias estratégicas	08/02/18	07/02/20	Defensoria Pública do Estado do Amazonas

Quadro 5.3.4.1- Relação de Termos de Cooperação Técnica, de Cessão de Uso e Convênios Firmados ou Renovados em 2019

Item	Objeto	Objetivo Estratégico	Início	Término	Conveniente
10	Estabelecer parcerias entre os órgãos e Instituições signatárias, objetivando o desenvolvimento de estratégias e ações para oportunizar a oferta de programas de aprendizagem e qualificação profissional com vista ao desenvolvimento pessoal e profissional de adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade, sobretudo aqueles que estejam em acolhimento institucional e familiar, em cumprimento de medidas socioeducativas e egressos e em situação de trabalho infantil, em todo o Estado do Tocantins.	Atuar na defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente	10/05/18	09/05/20	Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins Ministério Público do Trabalho do Tocantins Secretaria de Estado do Trabalho e Assistência Social, Secretaria de Estado de Cidadania e Justiça, Secretaria de Estado da Educação, Juventude e Esporte, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins Superintendência Regional do Trabalho e Emprego do TO, Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – DR/TO, Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial do TO, Rede Nacional de Aprendizagem, Promoção Social e Integração (Renapsi), Centro de Integração Empresa–Escola (CIEE) da Unidade de Palmas/TO

Quadro 5.3.4.1- Relação de Termos de Cooperação Técnica, de Cessão de Uso e Convênios Firmados ou Renovados em 2019

Item	Objeto	Objetivo Estratégico	Início	Término	Conveniente
11	Adesão do MP/TO ao Acordo de Cooperação celebrado entre o CNMP e o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil CAU/BR, visando o aperfeiçoamento e à atualização das atividades dos profissionais da arquitetura e urbanismo, membros e servidores do MP/TO.	Exigir o cumprimento dos direitos das pessoas com deficiência	18/05/18	17/05/23	Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP, Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil – CAU/BR
12	Regulamentar a cessão, em caráter provisório, de servidores entre as instituições signatárias.	Ampliar parcerias estratégicas	11/04/18	10/04/23	Prefeitura Municipal de Campos Lindos
13	Autorizar o desconto mensal na folha de pagamento do servidor/membro, destinada exclusivamente a auxiliar na construção do Hospital de Amor, reconhecido nacionalmente no tratamento de câncer (Hospital do Câncer de Barretos).	Ampliar parcerias estratégicas	19/06/18	18/06/21	Fundação Pio XII - Hospital de Câncer de Barretos – Filial Palmas

Quadro 5.3.4.1- Relação de Termos de Cooperação Técnica, de Cessão de Uso e Convênios Firmados ou Renovados em 2019

Item	Objeto	Objetivo Estratégico	Início	Término	Conveniente
14	Estreitamento do relacionamento institucional, de modo a oportunizar o fornecimento e o intercâmbio de informações relacionadas à regulação do mercado de assistência suplementar à saúde, com a finalidade de identificação de problemas do mercado de saúde suplementar, a ampla cooperação técnica e científica, no âmbito do mercado de assistência suplementar à saúde, promover uma atuação integrada, com vistas a garantir a proteção e defesa dos direitos do consumidor de planos privados de assistência à saúde, estimulando a resolução de conflitos de forma amigável e o intercâmbio de informações que sirvam para melhorar o desempenho da atividade regulatória pela ANS e reduzir demandas judiciais relacionadas à saúde suplementar, e contribuir para o aperfeiçoamento dos instrumentos de monitoramento e regulação do mercado de saúde suplementar, sujeitando-se os partícipes, no que couber, às disposições contidas na Lei 8.666/93.	Exigir o cumprimento do direito à saúde	25/05/18	24/05/20	Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS
15	Implementação do Projeto Promoção e Proteção dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes, Reforma Política e Democracia no Estado do Tocantins	Exigir o respeito aos direitos humanos residuais	09/04/18	08/12/19	Centro de Defesa da Criança e do Adolescente Glória de Ivone – CEDECA/TO

Quadro 5.3.4.1- Relação de Termos de Cooperação Técnica, de Cessão de Uso e Convênios Firmados ou Renovados em 2019

Item	Objeto	Objetivo Estratégico	Início	Término	Conveniente
16	Termo de Cessão de Uso do Sistema Guardião e outros bens moveis da Polícia Militar do Estado do TO ao MP/TO	Garantir a segurança institucional	17/05/18	16/05/20	Polícia Militar do Estado
17	Regulamentar a cessão em caráter provisório de servidores entre as instituições signatárias	Ampliar parcerias estratégicas	17/04/18	16/04/23	Assembleia Legislativa do Estado
18	Concessão de empréstimos e financiamentos pela Financeira Alfa S/A – Crédito, Financiamento e Investimentos (FINANCEIRA), aos Membros e Servidores da PGJ, mediante consignação em folha de pagamento das prestações decorrentes.	Ampliar parcerias estratégicas	05/07/18	04/07/23	Financeira ALFA S/A – Crédito, Financiamento e Investimentos
19	Utilizar o sistema Viabilize.	Ampliar parcerias estratégicas	30/05/18	29/05/19	Mota.Com Informática e Sistemas Ltda.
20	Cessão de software Athenas, criado pelo MP/TO, para gerenciamento de serviços da área meio, gestão e finalística.	Ampliar parcerias estratégicas	18/05/18	17/05/20	Câmara Municipal de Palmas
21	Conjugar esforços visando dar efetividade na implantação da Lei Federal nº 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.	Promover a defesa do meio Ambiente e da ordem urbanística	07/06/18	06/06/20	Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, MP/TO, Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Instituto Natureza do Tocantins, Associação Tocantinense de Município, União dos vereadores do Estado do Tocantins.

Quadro 5.3.4.1- Relação de Termos de Cooperação Técnica, de Cessão de Uso e Convênios Firmados ou Renovados em 2019

Item	Objeto	Objetivo Estratégico	Início	Término	Conveniente
22	Viabilizar uma das etapas de execução do Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólido (doação de materiais recicláveis e bens inservíveis), descartado pelo doador, à donatária, para fins de reciclagem, respeitando-se a legislação em vigor.	Ampliar parcerias estratégicas	14/06/18	13/06/19	Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, Tribunal Regional Eleitoral de Tocantins, Ministério Público Federal – Procuradoria da República no Estado do Tocantins, MP/TO, Justiça Federal de Primeiro Grau no Tocantins.
23	Adesão do MP/TO ao Acordo de Cooperação para transferência, acesso, compartilhamento, processamento e geração de dados e informações do Sistema de Cadastro Ambiental Rural (SICAR), observada a legislação federal pertinente sobre a matéria, no que couber.	Promover a defesa do Meio Ambiente e da Ordem urbanística	16/11/18	Indeterminada	Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP
24	Elaboração de estudos, pareceres, relatórios, propostas técnicas e atividades de capacitação em parceria, associados às áreas de Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Planejamento Urbano, Infraestrutura, Mobilidade, Energia e Tecnologia da Informação em processos de elevado interesse público.	Promover a defesa do Meio Ambiente e da Ordem urbanística	13/12/18	12/12/20	Universidade Federal do Tocantins – UFT
25	Cessão de software Athenas, criado pelo MP/TO, para gerenciamento de serviços da área meio, gestão e finalística.	Ampliar parcerias estratégicas	03/12/18	02/12/23	Prefeitura Municipal de Gurupi – TO
26	Regulamentar a cessão, em caráter provisório, de servidores entre as instituições signatárias.	Ampliar parcerias estratégicas	02/12/18	01/12/23	Ministério Público do Estado do Goiás

Quadro 5.3.4.1- Relação de Termos de Cooperação Técnica, de Cessão de Uso e Convênios Firmados ou Renovados em 2019

Item	Objeto	Objetivo Estratégico	Início	Término	Conveniente
27	Incluir o MP/TO como entidade concedente de aprendizagem prática, além da Prefeitura de Porto Nacional.	Atuar na defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente	06/11/18	Indeterminada	RENAPSI /TABOCAS.SA

Fonte: Escritório de Projetos e Gestão de Parcerias|Convênios / Departamento de Planejamento e Gestão.

### 5.3.5 Departamento de Finanças e Contabilidade

O Departamento de Finanças e Contabilidade é responsável por coordenar, orientar e supervisionar a execução orçamentária, financeira e efetuar os registros contábeis da PGJ, fornecendo informações para a tomada de decisões e controle, por parte da direção da Instituição.

O Departamento de Finanças e Contabilidade compreende:

- a) Área de Execução Orçamentária/Financeira; e
- b) Área de Contabilidade.

Abaixo, os valores da execução orçamentária de 2019, por modalidade.

Tabela 5.3.5.1 – Execução Orçamentária, por Modalidade de Despesa, em 2019, em (R\$).

Modalidade	Valor
Concorrência	4.258.100,16
Concurso	16.500,00
Pregão	18.832.691,89
Dispensa de Licitação	2.086.334,27
Inexigibilidades	212.052,79
Suprimento de Fundos	26.094,27
Não se aplica	192.537.371,16
Total	217.969.144,54

Fonte: Siafe-TO

### 5.3.6 Departamento de Gestão de Pessoas e Folha de Pagamento

O Departamento de Gestão de Pessoas e Folha de Pagamento (DGPPF) tem a finalidade de coordenar, supervisionar, orientar e executar as atividades de registro funcional e processamento das folhas de pagamento, promover e assistir à saúde, valorizar pessoas e prestar atendimento previdenciário a membros e servidores, inclusive seus dependentes, e executar atividades inerentes à gestão de pessoal no âmbito da PGJ.

O DGPPF é dividido em cinco áreas:

- a) Área de Processamento de Folha de Pagamento;
- b) Área de Registro Funcional;
- c) Área de Valorização de Pessoas;

- d) Área de Promoção e Assistência à Saúde; e,  
c) Área Previdenciária.

O quadro de pessoal dos órgãos auxiliares do MPTO é composto pelos cargos de provimento efetivo, demonstrados nas tabelas a seguir, que detalha as situações que alteram a força de trabalho desta Instituição.

Tabela 5.3.6.1 – Carreira de Apoio do MP/TO, em 31/12/2019

Nível Funcional	Existente 2018*	Em atividade**	Existente 2019*	Em atividade**	Var (%) ***
AME – Analista Ministerial Especializado	63	58	58	54	-6,89
AMI – Analista Ministerial	148	136	142	134	-1,47
AXE – Auxiliar Ministerial Especializado	18	17	18	16	-5,88
AXM – Auxiliar Ministerial	12	11	12	11	0,00
MOP – Motorista Profissional	20	20	20	20	0,00
MOT - Motorista	6	5	5	4	-20,00
OFD – Oficial de Diligências	29	29	29	28	-3,44
TCM – Técnico Ministerial	130	120	116	108	-10,00
TME – Técnico Ministerial Especializado	32	31	31	30	-3,22
<b>Total</b>	<b>458</b>	<b>427</b>	<b>431</b>	<b>405</b>	<b>-5,15</b>

\* Considerados todos os servidores do quadro.

\*\* Excluídos servidores cedidos, afastados e licenciados, exceto por motivo de saúde, maternidade e doença na família.

\*\*\* Comparando-se o quadro de existentes.

Legenda: AMI – Analista Ministerial; AME – Analista Ministerial Especializado; AXE – Auxiliar Ministerial; AXM – Auxiliar Ministerial Especializado; MOP – Motorista Profissional; OFD – Oficial de Diligências; TCM – Técnico Ministerial; TME – Técnico Ministerial Especializado.

Fonte: Departamento de Gestão de Pessoas e Folha de Pagamento.

A tabela 5.3.6.1 demonstra, ao final do exercício de 2019, que o MPTO contava com 405 servidores lotados nas áreas de apoio e finalística, apresentando uma variação negativa de 5,15%, em relação ao exercício de 2018. Além de servidores efetivos, a força de trabalho é

composta por servidores comissionados e requisitados de outros órgãos da administração pública.

Destacamos que a redução do número de servidores efetivos está relacionada ao Programa de Aposentadoria Incentivada (PAI) no âmbito do PGJ, instituído pela Lei Estadual nº 3.435/2019. Segundo os objetivos dessa política, o programa tem como meta principal o equilíbrio preventivo dos gastos com pessoal, conforme os parâmetros da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Quanto à rotatividade de membros e servidores, o balanço entre o ingresso de novos integrantes, via concurso; via cargo em comissão; via cessão e as baixas, por exoneração ou inatividade, comprova a redução na força de trabalho do MPTO, com um saldo negativo de 23 integrantes, conforme tabela a seguir:

Tabela 5.3.6.2 – Movimentação de membros e servidores, em 2018.

Nível Funcional	Existente 31/12/2018	Movimentação				Existente 31/12/2019
		Nomeado	Exonerado	Aposentado/ Falecido	Cedido/ Licenc.	
Procuradores	12	0	0	02	0	12
Promotores	110	0	0	08	0	100
Servidores	458	01	07	18	26	435
Comissionados	76	35	14	0	0	95
Requisitados	57	24	12	0	0	67
Total	713	60	33	28	26	709

Fonte: Departamento de Gestão de Pessoas e Folha de Pagamento

Assim, a movimentação e rotatividade dos servidores do MPTO é apresentada por um Índice de Rotatividade muito utilizado ultimamente pelas organizações: turn over. Ele mede o fluxo de entrada e saída dos servidores da Instituição por diversos motivos: pedido de vacância, processo administrativo ou aposentadoria.

Na busca do índice de rotatividade ideal, o MPTO tem praticado políticas que permitam a retenção de seu pessoal, por meio de valorização de seu quadro de pessoal, o que tem gerado excelentes resultados, como pode ser observado na tabela a seguir, que detalha a movimentação de servidores e membros no período de 2010 e 2019:

Tabela 5.3.6.3 – Comparativo de movimentação de servidores e membros 2010 – 2019.

Descrição	Ano, em Quantidade									
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Posse	102	22	63	33	39	16	28	04	04	01
Exoneração/Inatividade*	27	17	20	25	27	12	07	05	13	24
Turn over**	12,67	3,79	7,48	5,17	5,76	2,59	2,93	0,76	1,47	2,65
Total de Integrantes	509	514	555	561	545	541	597	590	580	547

\* Consideradas as exonerações, aposentadorias e falecimentos.

\*\* A fórmula de Turn over utilizada é: ((Admissões + Desligamentos) / 2) / nº membros e servidores efetivos desligados.

Fonte: Departamento de Gestão de Pessoas e Folha de Pagamento.

Quanto ao grau de escolaridade e formação, os dados apresentados ao longo da tabela abaixo indica um amadurecimento do MPTO. O atual quadro da Instituição sinaliza uma evolução no sentido da profissionalização do serviço público, em que os servidores são mais escolarizados.

Tabela 5.3.6.4 – Distribuição de Servidores Efetivos Existentes, por Nível de Escolaridade 2010 – 2019

Nível de Escolaridade	Ano, em Quantidade									
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Fundamental	37	37	37	37	37	37	37	36	36	35
Médio	158	152	180	190	197	199	218	216	211	196
Superior Completo	192	202	220	221	221	218	221	217	211	200
Total	387	391	437	448	455	454	476	469	459	431

Fonte: Departamento de Gestão de Pessoas e Folha de Pagamento

Por outro lado, ainda há desafios a serem superados no plano da gestão de recursos humanos, tais como a implantação da gestão por competências no âmbito do MPTO. Muitos órgãos adotam a gestão por competências com o objetivo de garantir a eficiência, eficácia, qualidade dos serviços prestados, desenvolvimento permanente e melhora da qualidade de vida dos servidores.

Em relação à remuneração dos servidores, observa-se que, nos últimos anos, o MP/TO tem concedido reajustes salariais anuais, visando evitar perdas em decorrência da inflação e proporcionar também ganhos reais aos integrantes do quadro auxiliar.

Nessa perspectiva, foi enviada e aprovada a proposta de reajuste na ordem de 3,43%, percentual correspondente ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) acumulado entre os meses de janeiro e dezembro de 2018.

Entretanto, a Assembleia Legislativa do Tocantins unificou os projetos de revisão e definição de Datas-bases dos servidores da Defensoria Pública, Assembleia Legislativa, Ministério Público, Poder Judiciário e Executivo do Tocantins em 1%.

Apresenta-se, abaixo, o comparativo de revisões implementadas nos anos de 2010 a 2019, conforme tabela a seguir:

Tabela 5.3.6.5 – Reajustes Anuais dos Servidores de 2010 a 2019 (%)

Ano	Mês	Percentual	INPC*
2010	Maio	5,00	4,77
2011		7,00	6,36
2012		7,5%**	5,47
2013		7,00	6,77
2014		5,70	5,38
2015		7,95	7,67
2016		11,08	11,08
2017		6,58	6,57
2018		2,07	2,07
2019		1,00	3,43

\* Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC

\*\* Aprovação do novo PCCR.

Fonte: Departamento de Gestão de Pessoas e Folha de Pagamento

Segue, abaixo, o comparativo de despesa com pessoal *versus* receita corrente líquida relativo aos anos de 2010 a 2019:

Tabela 5.3.6.6– Evolução de Despesa de Pessoal 2010-2019.

Ano	Valor da Folha, em (milhões R\$)	Var. Δ Despesa Pessoal, em (%)	Relação Despesa Pessoal/RCL, em (%)
2010	67.867	-	1,75

Tabela 5.3.6.6– Evolução de Despesa de Pessoal 2010-2019.

Ano	Valor da Folha, em (milhões R\$)	Var. Δ Despesa Pessoal, em (%)	Relação Despesa Pessoal/RCL, em (%)
2011	71.310	5,07	1,57
2012	81.300	14,01	1,63
2013	90.132	10,86	1,69
2014	105.110	16,62	1,63
2015	119.040	13,12	1,83
2016	121.161	1,78	1,66
2017	134.679	11,16	1,87
2018	139.589	3,65	1,94
2019	119.233	-14,58	1,62

Fonte: Departamento de Gestão de Pessoas e Folha de Pagamento, citando Departamento Contabilidade e Finanças.

A Área de Saúde do MPTO realiza estudos, ações de prevenção, assistência e vigilância aos agravos à saúde relacionadas ao trabalho. As atividades realizadas em prol da saúde dos servidores e membros do MPTO visam principalmente reduzir as doenças ocupacionais e acidentes de trabalho e proporcionar melhor qualidade de vida aos integrantes desta Instituição.

Este conjunto de ações vem atender ao objetivo estratégico “Garantir Clima Organizacional Favorável”, visando promover um ambiente seguro e saudável para membros e servidores, além de incentivar e oportunizar a participação em atividades voltadas para este fim.

Dessa forma, todos os processos e dados de avaliação de riscos à saúde vêm sendo documentados, visando traçar um perfil de causas de afastamentos, e, assim, alinhar diretrizes para o desenvolvimento de uma política de saúde ocupacional no MPTO.

As ações relacionadas à prevenção, assistência e vigilância aos agravos à saúde implementadas no período de 2012 a 2019 são apresentadas na tabela abaixo:

Tabela 5.3.6.7– Ações de Melhoria do Clima Organizacional – 2012/2019 (em unid.)

Tipo	Ano, em Quantidade							
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Acupuntura	06	-	-	-	602	-	-	-
Aferição de pressão arterial	109	238	394	438	189	202	183	532

Tabela 5.3.6.7– Ações de Melhoria do Clima Organizacional – 2012/2019 (em unid.)

Tipo	Ano, em Quantidade							
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Análise do ambiente de trabalho	-	140	108	5	15	21	51	47
Atividades enfermagem prevenção/DST	-	1.178	1.625	1.879	1.800	1.008	1.203	1.500
Atividades odontológicas de prevenção	278	-	-	-	153	-	-	-
Balance	-	-	07	-	-	-	-	-
Barra de acces	-	-	-	-	-	-	-	44
Bioimpedância	-	-	-	-	-	202	-	143
Bota de compressão	-	-	-	-	-	-	-	08
Cálculo de índice de massa corpórea	109	206	305	263	149	202	174	726
Cuidados faciais	56	41	85	119	43	26	37	10
Dança – Zumba	10	-	06	-	-	-	-	-
Curso Educação Alimentar (Cozinha Brasil)	-	-	-	56	-	-	-	-
Demonstração de alimentação saudável	-	-	-	200	250	-	-	-
Dinâmica de relaxamento	13	10	10	-	20	-	-	-
Exercícios	-	30	-	-	-	-	-	-
Frequência cardíaca	-	-	-	-	-	202	-	-
Cálculo de índice de massa corpórea – Projeto Você é único e X Semana da Saúde	-	-	-	-	-	-	-	726
Manicure e spa dos pés	-	-	-	-	-	-	-	17
Peso – Projeto Você é único e X Semana da Saúde	-	-	-	-	-	-	-	726
Estatura – Projeto Você é único e X Semana da Saúde	-	-	-	-	-	-	-	726
Saturação de oxigênio – Projeto Você é único	-	-	-	-	-	-	-	532
Ginástica Laboral/ Grupo de Vivências Corporais	2.560	2.048	-	26	373	544	448	456
Imunização-Vacinas	-	353	360	358	24	223	210	-
loga	12	22	22	-	25	-	-	-
Jump	05	-	-	-	-	-	-	-
Maquiagem	51	-	-	-	10	-	11	08
Massagem corporal	51	44	82	90	34	49	64	10
Medidas da circunferência abdominal	109	206	305	62	149	202	91	532

Tabela 5.3.6.7– Ações de Melhoria do Clima Organizacional – 2012/2019 (em unid.)

Tipo	Ano, em Quantidade							
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Muay Thai	09	-	-	-	-	-	-	-
Oficinas e palestras	-	-	-	-	-	358	286	203
Orientações com nutricionista	33	-	-	-	-	-	-	-
Orientação ergonômica	-	-	108	5	15	21	65	-
Orientações para manuseio correto de carga pesada	12	-	-	-	-	-	-	-
Pilates	-	16	-	-	-	-	-	-
Reiki	-	-	-	-	-	-	-	19
Saturação de oxigênio	-	-	-	-	-	202	-	-
Shiatsu terapia	22	-	-	-	-	-	-	-
Verificação de glicemia	109	220	389	403	147	202	345	73
Workshop	-	-	97	35	66	-	-	-
Total	3.554	4.726	3.903	3.939	3.911	3.664	3.168	7.038

Fonte: Setor de Saúde / Departamento de Gestão de Pessoas e Folha de Pagamento.

As ações desenvolvidas na área de saúde amparam-se em abordagens coletivas que possam influenciar ou modificar hábitos individuais e culturas organizacionais, de maneira a favorecer os espaços de convivência e de produção de saúde, fortalecendo a autonomia dos servidores e contribuindo com suas competências e habilidades.

No decorrer de 2019, foram realizadas diversas ações para a promoção da saúde do servidor, mediante oferta de serviços como verificação de pressão arterial, dosagem de glicemia capilar, medida do índice de biomassa corporal (IMC), peso, altura e bioimpedância. A seguir, um comparativo de atendimentos relativos aos anos de 2012 a 2019:

Tabela 5.3.6.8 – Comparativo de Atendimentos – 2012/2019, em (unid.)

Especialidade/Ação	Ano, em Quantidade							
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Atendimento em Grupo – Psicologia	-	-	-	-	22	69	-	-
Enfermagem	1.357	1.586	1.347	1.689	3.007	1.449	1.774	1.611
Enfermagem/Serviços assessoria ao CAOP da Mulher (DNA)	-	45	39	123	82	41	39	48

Tabela 5.3.6.8 – Comparativo de Atendimentos – 2012/2019, em (unid.)

Especialidade/Ação	Ano, em Quantidade							
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Fisioterapia	1.260	1.322	646	1.180	1.209	1.181	1.134	1.245
Gravação de vídeo Fisioterapia	-	-	-	-	-	-	-	04
Gravação de vídeo Psicologia	-	-	-	-	-	-	-	04
Junta Médica Oficial do Estado – Perícias Médicas – a partir de abril de 2016.	-	-	-	-	241	474	-	-
Médica	962	1.487	1.058	1.064	1.053	1.025	976	812
Odontologia	805	785	631	909	701	662	955	771
Psicologia	29	45	19	82	74	254	345	238
Perícias médicas	04	06	-	05	-	-	09	15
Procedimentos de Enfermagem	-	-	-	-	-	-	-	4.833
Pareceres médicos	04	96	-	-	-	-	411	372
Pareceres Fisioterapêuticos	-	-	-	-	03	-	-	-
Visitas técnicas – Enfermagem	10	02	01	-	-	-	08	01
Visitas técnicas – Fisioterapia	-	-	03	-	-	-	01	01
Visitas técnicas – Médica	08	75	02	-	-	-	-	-
Visitas técnicas – Psicologia	17	-	02	06	01	-	16	01
Total	4.456	5.426	3.748	5.058	6.393	5.155	5.668	9.956

Fonte: Setor de Saúde / Departamento de Gestão de Pessoas e Folha de Pagamento.

A Semana da Saúde do Ministério Público do Tocantins alcançou 10 anos de existência em 2019, construindo uma história em favor da saúde preventiva e do bem-estar de membros e servidores. Com suas ações, também contribui para a manutenção de um clima organizacional favorável e de um ambiente produtivo em favor do cidadão, destinatário final das ações do MPTO.

A edição de 2019 foi aberta em 18/11/2019, e seguiu até 22/11/2019. Como nos anos anteriores, houve um tema que orientou o calendário de atividades: “Trabalhando as relações para uma vida saudável”. Também se observou a continuidade no estímulo à ação social e à solidariedade, neste ano sendo incentivada a doação de sangue e o cadastro voluntário de doadores de medula óssea.

Representando a PGJ na solenidade de abertura, a chefia de gabinete refletiu sobre os profundos impactos da revolução tecnológica nas práticas laborais e no cotidiano dos trabalhadores. Com isso, ressaltou a importância de iniciativas como a Semana da Saúde, que estão centradas na condição humana e têm como princípio o alcance de uma vida mais saudável.

A 10ª edição da Semana da Saúde contou com uma extensa programação de atendimentos, voltados à promoção da saúde preventiva e do bem-estar dos integrantes do MPTO. Também houve palestras e rodas de conversa com especialistas, que precisaram de inscrição prévia junto ao Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (Cesaf).

Quadro 5.3.6.1 - Programação da 10ª Semana da Saúde

Item	Atividades	Data
1	Abertura – Apresentação cultural	18/11/2019
	Integração com café da manhã	
	Apresentação cultural	
	Palestra – Como o autoconhecimento melhora as relações no trabalho e na família	
2	Glicemia; IMC; Sinais vitais; Biopedância; Barra de Access	19/11/2019
	Roda de conversa – O trabalho e o sentido da vida	
	Vacinação (atualização do cartão de vacina)	
	Barra de Access; Spa dos pés; Manicure; Maquiagem	
3	Oficina – Relações no trabalho, reconhecimento e valorização	20/11/2019
	Biopedância	
	Oficina de cuidados com a pele	
4	Palestra – Qualidade de vida e saúde mental no trabalho	21/11/2019
	Biopedância	
	Reiki	
	Oficina de cuidados com a pele	
	Roda de cuidados com a pele	
5	Roda de conversa – O sentido da saúde	22/11/2019
	Lançamento de videoaulas: 1. Vivências corporais 2. Saúde mental e prevenção do suicídio 3. Assertividade	
	Oficina de cuidados com a pele	

Fonte: Setor de Saúde / Departamento de Gestão de Pessoas e Folha de Pagamento.

### 5.3.7 Departamento de Modernização e Tecnologia da Informação

Para o alcance dos resultados para a sociedade e dos resultados institucionais contemplados pelo planejamento do MPTO, foram reservados no mapa estratégico dois campos destinados ao Departamento de Modernização e Tecnologia da Informação, norteado pelas seguintes metas: a) aprimorar e informatizar as rotinas administrativas; b) ter sistemas de tecnologia da informação adequados para os órgãos de execução e unidades administrativas, que auxiliem no controle e na tomada de decisões.

Quadro 5.3.7.1 - Recursos humanos de TI no MPTO

Departamento / Área	Sigla	Tipo de contratação	Localidade	Quantidade
Chefia do Departamento de TI.	DMTI	Efetivo/Comissionado	Palmas	01
		Comissionado	Palmas	01
Área de Controle de Equipamento, Manutenção e Atendimento	ACEMA	Efetivo	Palmas	05
		Efetivo	Gurupi	01
		Efetivo	Araguaína	01
		Terceirizado	Palmas	01
Área de Análise e Desenvolvimento de Sistemas	ADS	Comissionado	Palmas	05
		Efetivos	Palmas	06
Área de Banco de Dados	ABD	À disposição	Palmas e TJTO	02
Área de Redes, Telecomunicações e Segurança da Informação	RTSI	Comissionado	Palmas	01
		Efetivo	Palmas	02
Área de Modernização e Inovação de TI	MITI	À Disposição	Palmas	01
		Efetivo	Palmas	01
Total de Servidores em TI				31
Total de Servidores no DMTI				29

Obs.: Os técnicos de TI de Araguaína e Gurupi não pertencem ao quadro do DMTI, os mesmos são lotados nas referidas comarcas e subordinados aos coordenadores de cada localidade.

Fonte: Departamento de Modernização e Tecnologia da Informação – DMTI.

Tabela 5.3.7.1 - Processos, Contratos e Documentos Emitidos

Item	Descrição	Ano, em Quantidade				
		2015	2016	2017	2018	2019
1	E-doc	785	1.754	2.482	3.290	2.797
2	Memorandos	350	824	915	94	96

Tabela 5.3.7.1 - Processos, Contratos e Documentos Emitidos

Item	Descrição	Ano, em Quantidade				
		2015	2016	2017	2018	2019
3	Ofícios	180	123	117	34	-
4	Despacho	137	110	170	53	93
5	Processos Administrativos	38	48	57	74	79
6	Contratos em vigência	25	34	41	47	36
7	Processos e Estudos	34	28	37	31	-
Total		3.564	4.937	5.836	5.641	3.101

Fonte: Departamento de Modernização e Tecnologia da Informação – DMTI

Tabela 5.3.7.2 - Necessidade de pessoal de TI

Área	Percentual (%)	Quantidade Ideal	Quadro Atual	Necessidade
ABD	11,90 %	05	03	02
ACEMA	19,80 %	09	09	00
ADM e CHEFIA	7,50%	03	01	02
ADS	52,80 %	24	13	11
MITI	4,00%	02	02	00
RTSI	4,00%	02	01	01
Total	-	45	29	16

Fonte: Departamento de Modernização e Tecnologia da Informação – DMTI.

Observação: Quantidade necessária, de acordo com o estudo realizado pela GARTNER e recomendado pelo CNMP, apenas para manter a estrutura atual de TI, considerando o número de clientes que utilizam o serviço de TI (970), onde 3,88% desse total devem ser de profissional de TI.

Tabela 5.3.7.3 - Aquisição de Equipamentos de Processamento de Dados

Item	Descrição	Ano, em Quantidade								
		2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
01	Computadores	83	80	189	75	04	106	16	52	103
02	Monitor LCD	82	80	378	174	-	216	32	104	206
03	Nobreaks	80	80	259	105	-	126	32	52	103
04	Nobreak de 8KVA para servidores de rede	-	01	-	-	-	-	-	-	-
05	Notebooks	0	120	0	0	0	0	0	120	130
06	Estabilizadores	60	40	68	40	-	11	10	25	
07	Impressora a laser	41	03	-		-	-	-	25	
08	Impressora multifuncional	10	-	58	50	-	11	10	-	29
09	Scanner profissional	08	24	15	10	-	08	04	05	10

Tabela 5.3.7.3 - Aquisição de Equipamentos de Processamento de Dados

Item	Descrição	Ano, em Quantidade								
		2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
10	Switch 48 portas 10/100/1000	02	02	-	-	04	02	04	10	30
11	Suporte monitor	-	-	264	100	-	-	-	-	-
12	Datashow	08	-	-	-	-	-	-	-	-
13	Servidores de rede	-	-	-	03	-	01	01	02	15
14	Servidores microtorre	-	-	-	12	-	-	-	-	-
15	Storage com capacidade de 30 TB	-	-	-	01	-	-	01	-	01
16	Token	40	130	-	-	-	-	12	-	-
17	Unidade de backup robotizada	-	-	-	01	-	-	-	-	-
Total		414	440	1231	571	8	481	122	395	627

Fonte: Departamento de Modernização e Tecnologia da Informação – DMTI

Tabela 5.3.7.4 – Situação Equipamentos de TI

Comarca	Kit CPU	Multifuncional/ Impressora	scanners	Micro Servidor BKP	Wifi	Switch	Link Dados, em (MB)	(%) Obsolência
Almas	3	2	1	0	1	1	2	33
Alvorada	5	3	1	0	1	1	2	40
Ananás	4	2	1	0	1	0	10	0
Araguacema	3	2	1	0	1	1	10	33
Araguaçu	3	3	1	0	1	1	10	33
Araguaína	87	21	2	1	10	3	20	43
Araguatins	11	5	1	1	1	1	10	27
Arapoema	4	2	1	0	1	0	2	25
Arraias	4	3	1	0	1	2	10	25
Augustinópolis	9	1	1	0	1	1	10	56
Aurora do Tocantins	3	2	1	0	1	0	2	100
Axixá do Tocantins	4	2	1	0	1	1	2	75
Colinas do Tocantins	17	6	1	1	1	2	20	18
Colmeia	6	2	1	0	1	1	10	33
Cristalândia	7	4	1	0	1	1	10	71
Dianópolis	11	3	1	1	1	1	2	27
Figueirópolis	2	2	1	0	1	1	10	50
Filadélfia	3	2	1	0	1	1	10	33
Formoso do Araguaia	4	4	1	0	1	1	10	00
Goiatins	3	2	1	0	1	1	2	100

Tabela 5.3.7.4 – Situação Equipamentos de TI

Comarca	Kit CPU	Multifuncional/ Impressora	scanners	Micro Servidor BKP	Wifi	Switch	Link Dados, em (MB)	(%) Obsolescência
Guaraí	11	5	1	1	1	2	8	64
Gurupi	47	14	2	1	1	2	20	23
Itacajá	3	2	1	0	1	0	2	67
Itaguatins	5	1	1	0	1	1	2	40
Miracema do Tocantins	10	6	1	1	1	1	8	20
Miranorte	5	3	0	0	1	1	2	00
Natividade	4	1	1	0	1	1	10	100
Novo Acordo	6	3	1	0	1	1	2	33
Palmas	622	157	6	2	40	28	400	40
Palmeirópolis	3	2	1	0	1	0	10	33
Paraíso do Tocantins	18	6	1	1	1	2	8	39
Paraná	4	3	1	0	1	1	2	25
Pedro Afonso	10	3	1	0	1	1	4	50
Peixe	4	1	1	0	1	1	10	50
Pium	4	2	1	0	1	0	10	75
Ponte Alta do Tocantins	3	3	1	0	1	1	2	00
Ponto Nacional	31	12	2	1	1	2	8	65
Taguatinga	6	3	1	0	1	1	10	17
Tocantínia	4	2	1	0	1	1	2	75
Tocantinópolis	15	4	1	1	1	1	10	73

Tabela 5.3.7.4 – Situação Equipamentos de TI

Comarca	Kit CPU	Multifuncional/ Impressora	scanners	Micro Servidor BKP	Wifi	Switch	Link Dados, em (MB)	(%) Obsolescência
Wanderlândia	4	1	1	0	1	0	10	25
Xambioá	5	2	1	0	1	1	2	00
Total	1.017	309	49	12	70	-	-	-

Fonte: Departamento de Modernização e Tecnologia da Informação – DMTI

Tabela 5.3.7.5 - Principais Equipamentos Enviados para Baixa Patrimonial

Item	Descrição	Ano, em Quantidade		
		2017	2018	2019
1	Computador	66	95	63
2	Monitor	68	126	86
3	Impressoras	22	41	09
4	Nobreaks	44	70	53
5	Notebooks	08	03	03
6	Escâner	10	08	03
Total		218	343	217

Fonte: Departamento de Modernização e Tecnologia da Informação – DMTI, Área de Patrimônio/Departamento Administrativo.

Tabela 5.3.7.6 - Movimentações de equipamentos realizadas

Item	Descrição	Ano, em Quantidade		
		2017	2018	2019
1	Computador	296	308	133
2	Monitor	473	493	207
3	Impressoras	134	152	44
4	Nobreaks	638	507	338
5	Notebooks	15	18	09
6	Escâner	34	31	09
Total		1.590	1.509	740

Fonte: Departamento de Modernização e Tecnologia da Informação – DMTI

Tabela 5.3.7.7 - Quantitativo de atendimentos realizados

Ano, em Quantidade							
2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
2.815	3.069	3.121	3.233	3.809	3.748	4.547	7.088

Fonte: Departamento de Modernização e Tecnologia da Informação – DMTI

O MPTO dispõe de diversos sistemas de informação que apoiam as suas atividades-fim e meio. Os sistemas de informação amparam a operação dos diversos órgãos da Instituição e frequentemente passam por melhorias, sejam evolutivas ou corretivas. Segue a lista dos sistemas e serviços, assim como sua finalidade, linguagem e banco de dados:

Quadro 5.3.7.2 - Principais Atividades de Análise e Desenvolvimento de Softwares

Item	Tipo	Descrição
1	Configurações	Atividades relacionadas à preparação de ambientes e servidores para suportar as aplicações desenvolvidas / implantadas pela Área de Análise e Desenvolvimento de Sistemas e Banco de Dados.
2	Estudos	Atividades relacionadas a estudos ligados a novos projetos ou implementações de alto impacto em nossos sistemas.
3	Funcionalidades	Atividades desenvolvidas relacionadas a novas funcionalidades disponibilizadas para nossos clientes.
4	Módulos	Atividades relacionadas à implementação de novos módulos de sistema.
5	Problemas	Atividades relacionadas à correção de problemas, de relatório ou de funcionalidade que esteja ocorrendo em nossos sistemas.
6	Processos	Atividades realizadas que possuem um fluxo e uma frequência já definida, tendo, esta, seu ciclo de vida estimado.
7	Relatórios	Atividades relacionadas a reuniões realizadas por esta equipe, internamente ou com outros departamentos, relacionados a demandas apresentadas por nossos clientes.
8	Reuniões	Atividades relacionadas a reuniões realizadas por esta equipe, internamente ou com outros departamentos, relacionados a demandas apresentadas por nossos clientes.
9	Suportes	Atividades relacionadas a suporte ao usuário, na utilização dos sistemas ou atualizações simples apresentadas como demandas pelos mesmos.

Fonte: Departamento de Modernização e Tecnologia da Informação – DMTI

Tabela 5.3.7.8 - Atividades Realizadas em Desenvolvimento de Sistemas, em 2015 a 2019

Item	Tipo de atividades	Quantidade por ano				
		2015	2016	2017	2018	2019
1	Configurações	-	03	11	17	15
2	Estudos	52	50	51	54	74
3	Funcionalidades	648	668	519	730	1.206
4	Módulos	-	04	01	01	-
5	Problemas	120	315	288	367	-
6	Processos	-	01	13	01	02
7	Relatórios	-	58	38	94	409
8	Reuniões	1	1	25	37	78
9	Suportes	73	73	102	226	-
Total		894	1.173	1.048	1.527	1.784

Fonte: Departamento de Modernização e Tecnologia da Informação – DMTI

No decorrer de 2019, foi implementado o Sistema Eletrônico de Informações (SEI) no MPTO. A iniciativa é resultado do acordo de cooperação firmado com o Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4), que desenvolveu o SEI. A ferramenta possibilita uma mudança significativa do uso do papel como suporte físico para documentos institucionais e o compartilhamento do conhecimento com atualização e comunicação de novos eventos em tempo real. Além disso, é um sistema de gestão de processos com interface amigável e práticas inovadoras de trabalho. Promove, ainda, economia de dinheiro público, transparência administrativa, bem como a sustentabilidade.

O SEI é bastante utilizado na rotina processual de algumas instituições. Destacam-se o Ministério Público Militar, a Escola Superior do Ministério Público da União, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região, TRF da 4ª Região, Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e outros. No âmbito estadual destacam-se a Defensoria Pública, Tribunal de Contas e o Poder Judiciário, tratando assim de uma ferramenta difundida na administração pública.

Assim, espera-se que essa implementação proporcione um significativo aumento da eficiência e da celeridade na tramitação de procedimentos administrativos, permita a redução de insumos e de custos operacionais. A seguir, a tabela comparativa dos sistemas mantidos pela instituição.

Tabela 5.3.7.9 - Quantitativo de Sistemas Mantidos, em 2018/2019

Item	Descrição	Ano, em Quantidade	
		2018	2019
1	Sistemas próprios e implantados	50	56
2	Sistemas próprios em desenvolvimentos	9	15
3	Sistemas de terceiros cedidos ao MP/TO	10	15
4	Sistemas aguardando desenvolvimento	27	31
Total		96	117

Fonte: Departamento de Modernização e Tecnologia da Informação – DMTI

Podemos destacar que o processo de informatização de um órgão gera uma grande demanda por sistemas, os quais servirão para tomada de decisão e também como parâmetro de controle. Atualmente, a definição de prioridades é determinada pelo Comitê

Estratégico de Tecnologia da Informação (CETI), conforme estabelece a Resolução CNMP nº 70 do CNMP. Descrevem-se, abaixo, projetos que se encontram na fila para aprovação do CETI e posterior desenvolvimento:

Quadro 5.3.7.3 - Projetos de Desenvolvimento de Sistemas em Andamento

Item	Sistema / Funcionalidades / Necessidades
1	Implementação da funcionalidade geração e controle da identidade funcional, visando atender determinação da PGJ.
2	Implementação do Módulo pânico (segurança) visando atender a recomendação da Comissão Permanente de Segurança Institucional.
3	Atualização e melhorias do Sistema Integrado de Atendimento ao Cidadão do Ministério Público (SIACMP), visando atender recomendação da Comissão Permanente de Segurança Institucional.
4	Implantação do Sistema Eletrônico de Informações (SEI).
5	Sistema de gestão de documentos do Departamento de Recursos Humanos e Folha de Pagamento.
6	Processo de atendimento do DMTI.
7	Sistema de sorteio e distribuição geral para atender necessidade do Conselho Superior do Ministério Público e Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público.
8	Atualização e melhorias do sítio do MP/TO, atendendo determinação da Procuradoria-Geral de Justiça.
9	Atualização da página e sistema da Ouvidoria, em consonância as recomendações da Ouvidoria e Conselho Nacional do Ministério Público.
10	Atualização do portal da transparência para atender apontamentos do Tribunal de Contas do Estado Tocantins.
11	Desenvolvimento do software de controle de lixo.
12	Implantação do sistema águas para o futuro.
13	Migração para o novo Sistema E-PROC/TJTO.
14	Melhorias no sistema de gestão de contratos.
15	Melhorias e nova funcionalidades no Sistema E-EXT.
16	Melhorias no Portal do Cidadão.
17	Melhorias no Módulo de Diárias.
18	Melhorias no sistema E-doc e Protocolo Eletrônico para adequação a recomendação do Conselho Nacional do Ministério Público e Comissão Permanente de Documentos Sigilosos do MP/TO.
19	Mudanças e novas funcionalidades no e-social (Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas, instituído pelo Decreto nº 8373/2014 visando atender determinações do Governo Federal.

Fonte: Departamento de Modernização e Tecnologia da Informação – DMTI

Observação: Atualmente as definições de prioridades são definidas pelo CETI (Comitê Estratégico de TI), conforme resolução 70 do CNMP.

Além do desenvolvimento de softwares, o DMTI é responsável por atividades de gerenciamento dos bancos de dados. Estas são necessários para o adequado funcionamento dos sistemas. Entre as atividades relacionadas ao tema, destacam-se em 2019:

- a) manutenção dos relatórios existentes;
- b) Monitoramento dos bancos PostgreSQL Master, PostgreSQL, Relatório e PostgreSQL, Corregedoria-Geral do MPTO através da ferramenta web Zabbix;
- c) Criação de banco escravo PostgreSQL Corregedoria-Geral;
- d) Desenvolvimento de relatórios com a ferramenta Jaspersoft Studio, bem como administração com a Ferramenta web JasperServer;
- e) Estudo das ferramentas de replicação e função de Multi master para PostgreSQL;
- f) Capacitação de servidores do Departamento de Modernização e Tecnologia da Informação – DMTI na ferramenta Jaspersoft Studio – gerador de relatório baseado em Eclipse para JasperReports e JasperReports Server;
- g) Estudo e análise para atualizar a ferramenta JasperServer;
- h) Atualização de dados visando corrigir inconsistências e eliminar duplicidade de informações.

De pouco serviriam os sistemas e bancos de dados, se não houver uma rede em que os pulsos eletrônicos pudessem trafegar. A seguir, apresentam-se algumas informações da de Área de Redes, Telecomunicações e Segurança da Informação.

Tabela 5.3.7.10 - Informações da Área de Redes, Telecomunicações e Segurança da Informação - Enlace de dados (LINK)

Item	Enlace de Dados	Ano, em Quantidade		
		2017	2018	2019
1	Links Internet de 2 Mbps - MPLS	33	29	15
2	Links Internet de 4 Mbps - MPLS	-	04	02
3	Links Internet de 8 Mbps - MPLS	06	06	04
4	Links Internet de 10 Mbps - MPLS	02	02	18
5	Links Internet de 20 Mbps - MPLS	-	-	03
6	Links Internet de 200 Mbps – Link Dedicado	01	01	-

Tabela 5.3.7.10 - Informações da Área de Redes, Telecomunicações e Segurança da Informação - Enlace de dados (LINK)

Item	Enlace de Dados	Ano, em Quantidade		
		2017	2018	2019
7	Links Internet de 400 Mbps – Link Dedicado	-	-	01
Total de Localidade com link de dados		42	42	43

Fonte: Departamento de Modernização e Tecnologia da Informação – DMTI

Tabela 5.3.7.11 - Informações da Área de Redes, Telecomunicações e Segurança da Informação – Ativos de Rede Gerenciados

Ativos de Redes	Ano, em Quantidade		
	2017	2018	2019
Switches	70	70	90
Solução de Segurança	43	43	44
Access Point	52	52	94
Servidores de rede	19	16	16
Micro servidor de rede	12	12	25
Storages	3	2	2
Fitoteca de backup	1	1	1

Fonte: Departamento de Modernização e Tecnologia da Informação – DMTI

Quadro 5.3.7.9.4 - Principais Atividades Realizadas em 2019 pela Área de Redes, Telecomunicações e Segurança da Informação.

Atualização do servidor samba para o ubuntu 18.04;
Implantação de controlador de domínio secundário com DNS redundante;
Implantação Wi-Fi (Criação de SSIDs, configuração de VRF/VLAN, documentação);
Migração do servidor Veeam® para servidor IBM M4;
Upgrade bacula versão 7 para 9.0.6 (ubuntu 18.04);
Upgrade Graylog (em andamento);
Instalação e configuração de servidor de banco de dados SQL Server;
Implementação no Web Service - Integração de contas de usuário do AD com o sistema Athenas;
Implementação no Web Service - Alteração de senha nas bases de autenticação de usuário LDAP e AD;
Projeto de Segurança – Autenticação Segura: redefinição das senhas de todas as máquinas virtuais e configuração de chaves SSH para acesso remoto;
Instalação e configuração da Virtual Machine - OpenProject;
Implementação no Web Service - Recuperação de senha;
Instalação e configuração para migração dos servidores: Memcached 1 e Memcached 2;

Quadro 5.3.7.9.4 - Principais Atividades Realizadas em 2019 pela Área de Redes, Telecomunicações e Segurança da Informação.

Atualização do servidor samba para o ubuntu 18.04;
Instalação e configuração da Virtual Machine Web stack;
Implementação no Web Service – Gerenciar permissões nas pastas compartilhadas;
Implementação no Web Service – Alteração de nome de usuário no AD e no Athenas;
Instalação e configuração do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) Homologação (App, Sip, memcache, banco de dados, solr e nfs);
Implementação no Web Service - Replicação de usuário AD para SIP;
Atualização dos Servidores para versão 18.04 LTS;
Implementação dos Serviços de Segurança em todos os links da PGJ.

Fonte: Departamento de Modernização e Tecnologia da Informação – DMTI

### 5.3.8 Departamento Administrativo

O Departamento Administrativo constitui órgão de apoio administrativo, e é formado pelos profissionais ligados às áreas de manutenção predial e suporte ao usuário. O departamento tem um papel fundamental no desenvolvimento da Instituição, pois é responsável por todas as atividades relacionadas ao bom funcionamento da estrutura física.

Dessa forma, tem a função de planejar, coordenar, controlar e executar as atividades de apoio administrativo necessárias ao funcionamento do MPTO, com ênfase na gestão de material e patrimônio, transportes, serviços gerais e manutenções, compras e contratos administrativos.

Destaca-se, ainda, por gerenciar todos os serviços que são prestados por empresas terceirizadas no âmbito do MPTO, como serviço de energia elétrica, fornecimento de água, manutenção e conservação dos ambientes físicos (internos e externos), bem como os serviços terceirizados de limpeza dos ambientes, recepção, telefonista, reprografia, manutenção predial, jardinagem, copa e vigilância armada.

O Departamento Administrativo possui a seguinte estrutura organizacional:

- a) Área de Patrimônio;
- b) Área de Manutenção, Serviços Gerais e Segurança Predial;
- c) Área de Transportes;
- d) Área de Almoxarifado;

- e) Área de Compras;
- f) Área de Suporte de Serviços Administrativos.

### ÁREA DE PATRIMÔNIO

A Área de Patrimônio tem dentre suas atribuições a gestão patrimonial da Procuradoria-Geral de Justiça, que é realizada por meio da previsão, aquisição, afetação/tombamento, alocação e realocação de bens patrimoniais.

Durante o exercício de 2019, empreendemos esforços para atender às diversas demandas aportadas nesta Área, sempre pautados pelo objetivo estratégico de obter infraestrutura adequada que possibilitasse aos membros, servidores e a sociedade em geral, ambientes mais confortáveis.

Com o intuito de viabilizar as aquisições necessárias, foram realizados diversos procedimentos licitatórios via Pregão Presencial que resultaram em Atas de Registro de Preços, as quais são formatadas conforme as especificações dos bens a serem adquiridos: SRP 047/2019 – Aquisição de condicionadores de ar com instalação; SRP – 091/2019, 092/2019, 093/2019, 094/2019 e 095/2019 – Aquisição de equipamentos de áudio, vídeo, foto, utensílios para escritório, eletrodomésticos e móveis para copa/cozinha, SRP – 073/2019 Aquisição de Armários Tipo Roupeiro e SRP – 087/2019 e – Aquisição de mobiliários.

No decorrer de 2019, dentre as atividades desenvolvidas, destacamos a execução do projeto de adequação da infraestrutura mobiliária das Promotorias de Justiça de 2ª entrância, a PJ de Dianópolis, 3ª entrância, e as baixas patrimoniais por irrecuperabilidade, obsolescência e antieconomicidade.

Assim, as adequações da infraestrutura mobiliária visam atender às novas demandas surgidas no campo de atuação do MPTO e manter suas instalações em plenas condições de funcionamento.

Apresentamos, a seguir, as aquisições realizadas visando atender às promotorias de Justiça do interior, conforme detalhamos a seguir:

Quadro 5.3.8.1 – Distribuição espacial dos bens imóveis e localidades que receberam imobiliários, em 2019.

Tocantins	Localidades	Valor executado, em (R\$)
	Alvorada	R\$ 364.222,66
	Ananás	
	Arapoema	
	Colmeia	
	Cristalândia	
	Itaguatins	
	Filadélfia	
	Formoso do Araguaia	
	Xambioá	

Fonte: Área de Patrimônio

As aquisições realizadas durante este período buscaram suprir as necessidades de cada solicitação, de acordo com as possibilidades orçamentárias e financeiras do Órgão. Destacamos, entre os bens adquiridos, os seguintes: equipamentos de processamento de dados; utensílios domésticos e mobiliários em geral, sempre buscando proporcionar infraestrutura adequada aos membros, servidores e aos cidadãos.

Tabela 5.3.8.1 - Bens Adquiridos – Por Grupo de Espécie, 2016/2019.

Especificações	Ano, em (R\$)			
	2016	2017	2018	2019
Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	40.146,00	-	370,00	108.718,74
Aparelhos, Equipamentos e Utensílios Médicos, Lab. e Hospitalares	348,00	1.295,60	4.900,00	666,49
Aparelhos e Utensílios Domésticos	277.942,15	22.939,45	139.288,92	204.049,79
Coleções, Materiais e Obras Bibliográficas	12.286,43	-	-	-
Máquinas e Equipamentos Gráficos	6.289,80	5.340,00	-	7.600,00
Equipamentos P/ Áudio, Vídeo e Foto	2.093,90	38.610,51	51.416,63	50.877,80
Equipamentos de Tecnologia da Informação	788.572,54	1.551.447,31	1.591.441,52	2.723.715,46
Máquinas e Utensílios P/ Escritório	2.690,00	-	-	-
Máquinas, Ferramentas e Utensílios de Oficina	624,00	861,19	5.650,00	2.838,85
Equipamentos Hidráulicos, Elétricos e Energéticos	3.410,00	3.100,00	9.999,60	-
Maquinas e Equip. p/ Construção Civil	0,00	298,30	-	-
Mobiliário em Geral	461.715,60	44.947,00	445.301,06	882.869,23
Aparelho de Medição e Orientação	1.372,66	-	-	-
Veículos de Tração Mecânica	789.937,91	-	411.200,00	946.659,20

Tabela 5.3.8.1 - Bens Adquiridos – Por Grupo de Espécie, 2016/2019.

Especificações	Ano, em (R\$)			
	2016	2017	2018	2019
Equipamentos Hidráulicos e Elétricos	-	8.099,80	-	1.500,00
Aparelhos e Instrumentos Téc. de Medição, Teste e Controle	-	3.000,00	-	1.220,00
Outros	-	-	12.457,90	-
Total	2.387.428,99	1.679.939,16	2.672.025,63	4.930.715,56

Fonte: Siafe-TO, Área de Patrimônio / Departamento Administração

Ao longo de 2019, foram executados ajustes e autuados diversos processos de regulação e baixa de bens patrimoniais.

Tabela 5.3.8.2 – Baixas Realizadas, em 2019

Item	Favorecido	Processo	Quantidade
1	Secretaria de Estado da Cidadania e Justiça	083-2018-73	28
2	Secretaria de Segurança Pública do Estado do Tocantins	0078-2018-73	68
3	Polícia Militar do Estado do Tocantins	0078-2018-73	03
4	Prefeitura Municipal de Pau D'arco do Tocantins	118/2018	45
5	Prefeitura Municipal de Xambioá	2017/0701/00291	07
6	Prefeitura Municipal de Ananás	2017/0701/00288	18
7	Prefeitura Municipal de Colmeia	119/2018	12
8	Prefeitura Municipal de Cristalândia	119/2018	02
9	Prefeitura Municipal de Alvorada	2017/0701/00289	06
10	Prefeitura Municipal de Itaguatins	2017/0701/00296	10
11	Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis do Tocantins - COOPERAM	2017/0701/00293	20
12	Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis do Tocantins - COOPERAM	2017/0701/00295	15
13	Controladoria-Geral do Estado do Tocantins e Secretaria da Segurança Pública do Estado Tocantins	2017/0701/00292	13
14	Controladoria-Geral do Estado do Tocantins	2017/0701/00294	18
15	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – SEDES	2017/0701/00299	21
16	Secretaria de Estado da Cidadania e Justiça	2017/0701/00300	23
17	Prefeitura Municipal de Colmeia	2017/0701/00298	15
18	Controladoria-Geral do Estado do Tocantins	2017/0701/00297	25
19	Secretaria de Saúde do Estado do Tocantins	2012/0701/00117	01
20	Secretaria de Saúde do Estado do Tocantins	439/2018-91	90

Tabela 5.3.8.2 – Baixas Realizadas, em 2019

Item	Favorecido	Processo	Quantidade
1	Secretaria de Estado da Cidadania e Justiça	083-2018-73	28
21	Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis do Tocantins - COOPERAM	439/2018-91	08
22	Prefeitura Municipal de Colinas do Tocantins	439/2018-91	185
23	Encanto - Entidade Casas da Mulher no Tocantins	438/2018-91	01
24	Secretaria de Segurança Pública do Estado do Tocantins	439/2018-91	12
25	Secretaria de Saúde do Estado do Tocantins	455/2018-20	17
26	Secretaria de Estado da Cidadania e Justiça	455/2018-20	19
27	Polícia Militar do Estado do Tocantins	480/2018-24	07
28	Agência Tocantinense de Regulação Controle e Fiscalização de Serviços Públicos - ATR	480/2018-24	05
29	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins - IFTO	2016/0701/00221	01
30	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins - IFTO	2016/0701/00221	01

Fonte: Área de Patrimônio / Departamento Administrativo.

## ÁREA DE MANUTENÇÃO, SERVIÇOS GERAIS E SEGURANÇA PREDIAL

Tabela 5.3.8.4 – Serviços de Limpeza, Higiene e Outros 2019, em (R\$).

Nível Funcional	Quantidade	Valor, em (R\$)	Participação (%)
Artífice	06	30.312,42	7,89
Ajudante de artífice	03	8.764,02	2,28
Copeiro	06	17.265,85	4,49
Jardineiro	01	3.935,39	1,02
Recepcionista	29	94.585,42	24,64
Porteiro	09	30.301,71	7,89
Servente de Limpeza	64	193.545,23	50,46
Encarregado	01	5.129,38	1,33
Despesas com Diárias	-	114.387,24	-
<b>Total</b>		<b>383.839,42</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Área de Manutenção, Serviços Gerais e Segurança Predial / Departamento Administrativo

Em relação à gestão de bens imóveis de uso especial, segue o quadro abaixo organizado em três partes: distribuição espacial de bens imóveis de uso especial de propriedade da PGJ; locados de terceiros e bens imóveis cedidos pelo Poder Judiciário do Estado do

Tocantins ao MPTO. A distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial de propriedade da PGJ é constituída por 44 imóveis, localizados em quarenta e dois municípios do Estado.

Quadro 5.3.8.2 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de uso Especial, em 2019.

Localidade	Situação	
TOCANTINS	Almas	2
	Alvorada	2
	Ananás	2
	Araguacema	2
	Araguaçu	2
	Araguaína	3
	Araguatins	2
	Arapoema	2
	Arraias	3
	Augustinópolis	3
	Aurora do Tocantins	2
	Axixá	2
	Colinas do Tocantins	3
	Colmeia	2
	Cristalândia	2
	Dianópolis	3
	Figueirópolis	1
	Filadélfia	1
	Formoso do Araguaia	2
	Goiatins	2
	Guaraí	3
	Gurupi	3
	Itacajá	2
	Itaguatins	2
	Miracema do Tocantins	3
	Miranorte	3
	Natividade	3
	Novo Acordo	2
Palmas (PGJ e Promotorias)	3	
Palmeirópolis	1	
Paraíso do Tocantins	3	
Paraná	3	
Pedro Afonso	3	

Quadro 5.3.8.2 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de uso Especial, em 2019.

Localidade		Situação
	Peixe	3
	Pium	2
	Ponte Alta do Tocantins	2
	Porto Nacional	3
	Taguatinga	3
	Tocantínia	2
	Tocantinópolis	3
	Wanderlândia	2
	Xambioá	2
Total de Prédios Cedidos		3
Total de Prédios Locados		21
Total de Prédios Próprios		20

Fonte: Departamento Administrativo

Legenda:

1 – Cedido

2 – Locado

3 – Próprio

Em relação ao serviço de vigilância armada executado nas dependências e unidades pertencentes à PGJ, segue seu detalhamento:

Tabela 5.3.8.5 – Detalhamento dos Serviços de Vigilância Armada 2019 em (R\$).

Localidades	Tipo de Postos		Valor mensal, em(R\$)	Valor anual, em(R\$)	Participação (%)
	Noturno	Diurno			
Almas	-	01	6.147,25	73.767,00	2,25
Araguaína	01	-	11.488,81	137.865,72	4,21
	-	01	12.845,38	154.144,56	4,71
Arapoema	-	01	6.147,25	73.767,00	2,25
Alvorada		01	6.147,25	73.767,00	2,25
Augustinópolis		01	6.281,84	75.382,08	2,30
Arraias	-	01	6.147,25	73.767,00	2,25
Ananás		01	6.147,25	73.767,00	2,25
Araguatins	-	01	6.147,25	73.767,00	2,25
Cristalândia	-	01	6.281,84	75.382,08	2,30

Tabela 5.3.8.5 – Detalhamento dos Serviços de Vigilância Armada 2019 em (R\$).

Localidades	Tipo de Postos		Valor mensal, em(R\$)	Valor anual, em(R\$)	Participação (%)
	Noturno	Diurno			
Colinas do Tocantins	-	01	6.082,10	72.985,20	2,23
Colmeia	-	01	6.147,25	73.767,00	2,25
Dianópolis	-	01	6.147,25	73.767,00	2,25
Formoso do Araguaia	-	01	6.213,82	74.565,84	2,28
Guaraí	-	01	6.147,25	73.767,00	2,25
Gurupi	-	01	11.761,58	141.138,96	4,31
	01	-	13.147,86	157.774,32	4,82
Itacajá	-	01	6.281,84	75.382,08	2,30
Itaguatins		01	6.281,84	75.382,08	2,30
Miracema do Tocantins	-	01	6.147,25	73.767,00	2,25
Miranorte	-	01	6.281,84	75.382,08	2,30
Natividade	-	01	6.213,82	74.565,84	2,30
Novo Acordo	-	01	6.147,25	73.767,00	2,25
Palmas (PGJ e Promotorias de Justiça)	-	02	23.565,70	282.788,40	8,64
	01	-	13.169,12	158.029,44	4,83
Paraíso do Tocantins	-	01	6.281,84	75.382,08	2,30
Paraná	-	01	6.281,84	75.382,08	2,30
Pedro Afonso	-	01	6.281,84	75.382,08	2,30
Peixe	-	01	6.281,84	75.382,08	2,30
Pium		01	6.281,84	75.382,08	2,30
Porto Nacional	-	01	6.281,84	75.382,08	2,30
	01	-	13.096,20	157.154,40	4,80
Taguatinga	-	01	6.147,25	73.767,00	2,25
Tocantinópolis	-	01	6.147,25	73.767,00	2,25
Xambioá	-	01	6.281,84	75.382,08	2,30
Total	4	32	272.880,72	3.274.568,64	100,00

Fonte: Área de Manutenção / Departamento Administrativo

## ÁREA DE TRANSPORTES

Atualmente, a Procuradoria-Geral de Justiça tem uma frota de 53 veículos, próprios e cautelados, nas categorias de transporte de passageiros, utilitários e caminhões alocados nas diversas unidades desta Instituição, com idade média da frota de 3,48 anos.

Na busca por instrumentos que possam contribuir para a melhoria na gestão da frota e para otimização dos recursos disponíveis, a Instituição optou pela contratação de empresa especializada no abastecimento e manutenção. Esta ferramenta possibilitou acompanhar todas as informações sobre abastecimento da frota (custo de combustível por km rodado; média de valor por litro; quilômetros percorridos; litros abastecidos e média de consumo de combustível), bem como disponibilizar informações gerenciais de manutenção da frota (controle de manutenção corretiva; controle de peças e serviços em garantia; despesas organizadas por centro de custo; múltiplas cotações sem a necessidade de deslocamento e informações em tempo real).

Para a prestação eficiente desse serviço de transporte, a Procuradoria-Geral de Justiça mantém estrutura de gestores de transporte com contratos de abastecimento de combustível, manutenção preventiva e corretiva, motoristas, entre outros.

A Procuradoria-Geral de Justiça oficializou a doação de 05 (cinco) veículos da frota do MPTO, sendo três para Polícia Militar do Estado do Tocantins (PM/TO) e dois para a Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social do Estado do Tocantins (Setas). A seguir, o detalhamento de veículos destinados a desfazimento, haja vista que foram classificados como antieconômicos.

Quadro 5.3.8.3 – Relação de veículos destinados a leilão.

Item	Marca	Modelo	Placa	Ano/Modelo	Doação
1	Fiat	Siena	MWA-8957	2010/2011	Polícia Militar do Estado do Tocantins
2	Ford	F 350	MWQ-9397	2009/2009	Polícia Militar do Estado do Tocantins
3	Toyota	Hilux	MWS-0429	2010/2011	Polícia Militar do Estado do Tocantins
4	Fiat	Siena	MXG-3014	2010/2011	Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social do Estado Tocantins (Setas)
5	Fiat	Siena	MXG-3114	2010/2011	Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social do Estado Tocantins (Setas)

Fonte: Área de Transportes / Departamento Administrativo.

Segue abaixo um comparativo das despesas empenhadas visando à manutenção da frota institucional, nos anos de 2013 a 2019.

Tabela 5.3.8.6 – Principais Despesas de Manutenção da Frota, comparativo 2012 a 2019, em (R\$).

Descrição	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Combustíveis e lubrificantes	121.123,24	112.041,00	82.166,53	159.940,79	184.895,69	198.743,04
Material/Serv. Manutenção	49.066,96	42.460,00	137.451,91*	72.133,92	92.582,63	74.689,37
Uniformes, Tecidos e Aviamentos	-	-	7.300,00	-	-	-
Seguros	42.214,04	42.108,00	53.693,83	46.746,26	54.196,68	71.082,80
Serviços de Lava a Jato	8.623,00	6.617,00	9.206,00	9.206,00	9.614,00	8.563,00

\*Obs.: Despesas com peças e serviços no exercício 2016.

Fonte: Área de Transportes / Departamento Administrativo.

A Procuradoria-Geral de Justiça visou administrar de forma eficiente os custos relacionados à gestão de sua frota de veículos, aplicando métodos e técnicas que minimizem os gastos e riscos relacionados ao investimento em veículos, contribuindo com a eficiência das suas operações. Podemos considerar como custos na frota: custos com manutenção, combustível, pneus, peças de reposição, e assim por diante.

A seguir, apresentamos a descrição da frota de veículos à disposição desta Procuradoria-Geral de Justiça, bem como os principais custos associados em 2019, excluídos os veículos destinados a desfazimento.

Tabela 5.3.8.7– Informações sobre o Uso dos Veículos (custos associados à manutenção), em 31/12/2019

Item	Marca	Modelo	Placa	Ano/Modelo	Local	Custo de manutenção, (em R\$)
1	GM	Celta LT*	OEH-2976	2012/2012	Palmas	140,00
2	Ford	CARGO 816	QKE-4259	2018/2019	Palmas	4.146,50
3		Ranger	QKF-1924	2016/2017	Palmas	1.153,00
4		Ranger	QKE-6924	2016/2017	Palmas	1.346,00
5		Ford KA Hat	QWB-0672	2019/2020	GURUPI	589,78
6		Ford KA Hat	QWB-0673	2019/2020	Araguaína	549,78

Tabela 5.3.8.7– Informações sobre o Uso dos Veículos (custos associados à manutenção), em 31/12/2019

Item	Marca	Modelo	Placa	Ano/Modelo	Local	Custo de manutenção, (em R\$)
1	GM	Celta LT*	OEH-2976	2012/2012	Palmas	140,00
7		Ford KA Hat	QWB-6147	2019/2020	Miracema do Tocantins	369,78
8		Ford KA Hat	QWB-6151	2019/2020	Araguatins	369,78
9		Ford KA Hat	QWB-6152	2019/2020	Dianópolis	369,78
10		Ford KA Hat	QWC-3057	2019/2020	Porto Nacional	-
11		Ford KA Hat	QWC-3063	2019/2020	Paraíso do Tocantins	-
12		Ford KA Hat	QWC-3066	2019/2020	Miranorte	-
13		Ford KA Sed	QWC-3061	2019/2020	A definir	-
14		Ford KA Sed	QWC-5728	2019/2020	A definir	-
15		Ford KA Sed	QWC-5546	2019/2020	A definir	-
16		Ford KA Sed	QWC-5492	2019/2020	A definir	-
17		Ford KA Sed	QWC-5544	2019/2020	A definir	-
18		Ford KA Sed	QWC-7728	2019/2020	A definir	-
19		Siena EL	MWO-6906	2011/2012	Palmas	492,00
20		Siena EL	MWQ-8096	2011/2012	Palmas	450,00
21		Siena EL	MWQ-8396	2011/2012	Palmas	2.453,04
22		Siena EL	MWQ-8536	2011/2012	Guaraí	945,00
23		Siena EL	MWQ-8416	2011/2012	Palmas	1.609,40
24		Siena EL	MWQ-8246	2011/2012	Araguatins	1.154,00
25		Siena EL	MWQ-8386	2011/2012	Palmas	1.316,00
26		Línea	MWP-0214	2012/2012	Palmas	1,793,00
27		Línea	MWP-0224	2012/2012	Palmas	2.968,81
28		Línea	MWP-0244	2012/2012	Palmas	6.246,20
29		Uno Economy	MWM-1976	2011/2012	Miracema do Tocantins	2.375,00

Tabela 5.3.8.7– Informações sobre o Uso dos Veículos (custos associados à manutenção), em 31/12/2019

Item	Marca	Modelo	Placa	Ano/Modelo	Local	Custo de manutenção, (em R\$)
1	GM	Celta LT*	OEH-2976	2012/2012	Palmas	140,00
30		Uno Economy	MWM-1986	2011/2012	Palmas	4.161,00
31		Uno Economy	MWM-1996	2011/2012	Miranorte	230,00
32	Renault	Logan	MWZ-7708	2011/2012	Palmas	780,50
33		Hilux SW*	ONU-4870	-	Acautelado	2.776,00
34		Gol 4P	QKE-4724	2016/2017	Augustinópolis	1.918,00
35		Gol 4P	QKE-4744	2016/2017	Pedro Afonso	40,00
37		Gol 4P	QKE-4714	2016/2017	Araguaína	640,00
38		Gol 4P	QKE-4694	2016/2017	Paraíso do Tocantins	675,00
39		Gol 4P	QKE-4704	2016/2017	Gurupi	1.124,00
40		Gol 4P	QKF-9884	2016/2017	Palmas	340,00
41		Gol 4P	QKG-5867	2016/2017	Tocantinópolis	1.206,00
42		Gol 4P	QKE-1148	2016/2017	Araguaína	2.890,23
43	VW	VW GOL	MWX-5183	2010/2011	Palmas	1.330,00
44		Voyage 1.6	QKG-1564	2016/2017	Palmas	0,0
45		Voyage 1.6	QKF-9864	2016/2017	Porto Nacional	2.215,00
46		Voyage 1.6	QKH-6197	2016/2017	Palmas	-
47		Voyage 1.6	QKH-6207	2016/2017	Palmas	-
48		Voyage 1.6	QKG-1564	2016/2017	Palmas	-
49		L 200 Triton	QKH-1779	2018/2019	Palmas	3.149,41
50		L 200 Triton	QKH-1799	2018/2019	Palmas	3.960,57
51	Mitsubishi	L 200 Triton	QWA-7227	2019/2019	Palmas	1.533,78
52		L 200 Triton	QWB-7027	2019/2019	Palmas	379,78
53	Sem Marca	Carreta Reboque	MXG-9010	2007/2007	Palmas	-
Total						58.393,12

Fonte: Área de Transportes / Departamento Administrativo

Obs.: Valores informados correspondente as despesas realizadas até 31/12/2019.

Nota: Os custos anuais associados à frota de veículos estão diretamente relacionados com despesas com a manutenção (peças acessórios e serviços).

### ÁREA DE ALMOXARIFADO

Área de Almojarifado é a unidade responsável pelo recebimento, armazenagem, expedição e distribuição dos materiais. A função maior dessa área é manter a instituição sempre abastecida de bens de consumo, ou seja, fornecer materiais de forma contínua e sem interrupções para as diversas unidades administrativas da instituição.

O setor está localizado no Anexo I da Procuradoria-Geral de Justiça, com ótimas instalações, mobiliários e equipamentos novos, com alto nível de segurança. Conta com 03 (três) servidores efetivos e 01(um) estagiário.

A seguir, apresentamos a descrição dos processos/atas e contratos fiscalizados pela Área de Almojarifado, em 2019.

Quadro 5.3.8.4 - Contratos de fornecimento de materiais de consumo

Item	Processo	Objeto	Data de Autuação	Contratado Interessado	Tem contrato válido?
1	156/2018-83	Material de Expediente	03/04/2018	REAL DIST. EIRELI - ME	Não
2	157/2018-56	Material de Expediente	03/04/2018	RL COSTA COM. - ME	Não
3	158/2018-29	Material de Expediente	30/04/2018	R/C CARTUCHOS INFORMÁTICA E PAPELARIA LTDA	Não
4	159/2018-02	Material de Expediente	30/04/2018	VB COM. EIRELI - ME	Não
5	322/2018-63	Gêneros Alimentícios	01/08/2018	ENZO PARTICIPAÇÕES E SOLUÇÕES EMPRESARIAIS EIRELI - ME	Não
6	323/2018-36	Gêneros Alimentícios	01/08/2018	PREMIUM COM. EIRELI - ME	Não
7	281/2018-84	Aparelhos Telefônicos	29/08/2018	ATON LIC. EM MATERIAIS DE INF. EIRELI - EPP	Não
8	488/2018-95	Material de Expediente	19/11/2018	AMPLA MAT. DE LIMPEZA E HOSPITALAR EIRELI	Não
9	489/2018-68	Material de Expediente	19/11/2018	R/C CARTUCHOS INFORMÁTICA E PAPELARIA LTDA	Não

Quadro 5.3.8.4 - Contratos de fornecimento de materiais de consumo

Item	Processo	Objeto	Data de Autuação	Contratado Interessado	Tem contrato válido?
10	490/2018-41	Material de Expediente	19/11/2018	REIS COM. VAREJISTA DE MÓVEIS E INF. - EIRELI	Não
11	491/2018-14	Material de Expediente	19/11/2018	VB COM. EIRELI - ME	Não
12	160/2019-24	Material de Expediente	31/01/2019	AMPLA MAT. DE LIMPEZA E HOSPITALAR EIRELI	Sim
13	161/2019-94	Material de Expediente	19/02/2019	REIS COM. VAREJISTA DE MÓVEIS E INF. - EIRELI	Sim
14	343/2019-30	Material de Expediente	06/05/2019	REIS COM. VAREJISTA DE MÓVEIS E INF. - EIRELI	Sim
15	344/2019-03	Material de Expediente	06/05/2019	VB COM. EIRELI - ME	Sim
16	415/2019-26	Gêneros Alimentícios	03/07/2019	DIST. FLORIANO EIRELI	Sim
17	416/2019-96	Gêneros Alimentícios	03/07/2019	REIS COM. VAREJISTA DE MÓVEIS E INF. - EIRELI	Sim
18	417/2019-69	Gêneros Alimentícios	03/07/2019	WS SUPERMERCADOS EIRELI	Sim
19	418/2019-42	Gêneros Alimentícios	03/07/2019	WVB VARGAS	Sim

Fonte: Área de Almoxarifado

Quadro 5.3.8.5 – Informações sobre execução de Atas, em 2019

Ata	Objeto	Data Início	Data Fim	Valor total, em (R\$)	Ocorrência na execução da Ata
009/2018	Material de Expediente	03/04/2018	02/04/2019	0,00	Não houve consumo
010/2018	Material de Expediente	03/04/2018	02/04/2019	0,00	Abandonou a ATA
012/2018	Material de Expediente	03/04/2018	02/04/2019	14.804,50	-
027/2018	Gêneros Alimentícios	01/08/2018	31/07/2019	22.846,60	-
028/2018	Gêneros Alimentícios	01/08/2018	31/07/2019	7.791,60	-

Quadro 5.3.8.5 – Informações sobre execução de Atas, em 2019

Ata	Objeto	Data Início	Data Fim	Valor total, em (R\$)	Ocorrência na execução da Ata
061/2018	Aparelhos Telefônicos	29/08/2018	28/08/2019	9.720,50	O fornecedor solicitou a substituição do item 01 em razão de não fabricarem o referido produto. Entretanto, o bem substituído atendeu as especificações técnicas da licitação
076/2018	Material de Expediente	19/11/2018	18/11/2019	7.046,80	-
077/2018	Material de Expediente	19/11/2018	18/11/2019	8.192,35	-
078/2018	Material de Expediente	19/11/2018	18/11/2019	9.771,10	-
079/2018	Material de Expediente	19/11/2018	18/11/2019	4.067,20	-
003/2019	Gêneros Alimentícios	31/01/2018	31/01/2020	4.501,95	-
012/2019	Gêneros Alimentícios	19/02/2019	18/02/2020	930,00	-
040/2019	Material de Expediente	06/05/2019	05/05/2019	4.785,05	-
041/2019	Material de Expediente	06/05/2019	05/05/2020	17.530,00	-
053/2019	Gêneros Alimentícios	03/07/2019	02/07/2020	12.795,60	-
054/2019	Gêneros Alimentícios	03/07/2019	02/07/2020	1.593,75	-
055/2019	Gêneros Alimentícios	03/07/2019	02/07/2020	1.795,50	-
056/2019	Gêneros Alimentícios	03/07/2019	02/07/2020	3.720,00	-

Fonte: Área de Almojarifado

A Área de Almojarifado passou por um período de transição física e consequentemente se reorganizou quanto à logística de entrega para atender às requisições de materiais das unidades administrativas, promotorias de Justiça e procuradorias de Justiça da PGJ.

Os pedidos de materiais solicitados na Procuradoria-Geral de Justiça são realizados de forma online, via intranet, através do sítio eletrônico: <https://athenas.mpto.mp.br/athenas/>. Após solicitação dos itens, estes são separados e entregues nas salas pelos servidores da Área de Almoarifado. Essa nova metodologia de entrega de mercadorias é executada as segundas e quartas-feiras. Este procedimento tornou desnecessário o deslocamento dos integrantes da Instituição até a Área de Almoarifado para retirar objetos, fato que gerou melhor comodidade e conforto aos usuários.

Passando a tratar dos gastos com materiais de consumo, elencamos as principais despesas relacionadas pela Área de Almoarifado, conforme tabela a seguir:

Tabela 5.3.8.3 – Comparativo Despesa com Materiais de Consumo 2013–2019, em (R\$).

Descrição	Ano, em (R\$)						
	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Ferramentas	-	-	-	15.785,85	1.884,27	1.497,65	2.838,85
Gêneros Alimentícios	125.794,84	74.288,41	63.451,00	23.215,00	46.284,97	51.644,73	50.186,05
Material p/ Manutenção de Bens Imóveis	11.331,25	27.156,46	21.437,00	52.320,74	12.490,00	57.962,89	94.560,52
Material p/ Comunicações	5.498,68	11.183,46	5.460,00	3.865,00	5.165,00	9.495,50	120.770,30
Material Elétrico e Eletrônico	-	-	-	44.956,07	18.191,80	64.010,38	87.750,41
Material de ar condicionado e embalagem	-	-	19.339,00	19.982,76	32.038,00	1.166,00	5.820,97
Materiais de Expediente e Ensino	84.987,96	96.841,12	87.925,00	100.707,68	133.990,36	53.045,62	63.745,92
Material de Tecnologia da Informação	-	-	-	14.656,35	27.777,52	312.255,14	271.629,08
Material de Copa e Cozinha	-	-	-	30.986,90	37.031,70	33.828,95	38.709,55
Material de Limpeza e Produtos de Higienização	-	-	-	61.361,08	1.980,08	2.522,91	26.412,80

Tabela 5.3.8.3 – Comparativo Despesa com Materiais de Consumo 2013–2019, em (R\$).

Descrição	Ano, em (R\$)						
	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Material de Sinalização Visual e Outros	-	-	-	35.206,32	41.136,01	13.834,55	27.072,60
Material p/ Manutenção de Bens Imóveis	-	-	-	-	-	28.179,20	94.560,52
Outros Materiais de Consumo	61.488,97	103.671,51	103.750,00	120.143,52	106.368,19	144.586,46	247.307,46

Fonte: Sistema Siafe-TO, Área de Almoarifado / Departamento Administrativo

Destacamos, ainda, que durante o período de 2019, as atividades foram ampliadas, permitindo, também, a emissão de relatórios mensais aos chefes de Departamento para melhor acompanhamento das Atas de Registro de Preços e consumos mensais.

Além disso, no decorrer de 2019, foi realizado o inventário anual, que possibilitou verificar todo o processo de funcionamento da Área de Almoarifado, permitindo reduzir o tempo e aumentar a produtividade nas atividades setoriais.

Vale ressaltar que a organização das atividades da Área de Almoarifado deu-se após a elaboração do planejamento setorial, que oportunizou delegar funções, verificar os gargalos existentes na Área, otimizando o tempo de trabalho. Assim, os materiais constantes no Área de Almoarifado foram reorganizados por sessão, facilitando a localização e melhor visibilidade dos itens, otimizando o espaço físico.

A seguir, apresentamos as demandas requisitadas a Área de Almoarifado, em 2019.

Quadro 5.3.8.6 - Quantidade de atendimentos realizados pela Área de Almoarifado.

Local da Demanda	Quantidade
Procuradoria-Geral de Justiça	3.053
Promotorias de Justiça – Interior	313
Total	3.366

Quadro 5.3.8.6 - Quantidade de atendimentos realizados pela Área de Almoxarifado.

Local da Demanda	Quantidade
------------------	------------

Fonte: Área de Almoxarifado

O projeto de Implantação e Estruturação do novo Sistema de Controle de Almoxarifado, aprovado em 2018, foi elaborado segundo a metodologia vigente na instituição, tendo como objetivo geral de reduzir tempos e movimentos em sua logística interna, objetivando atender o objetivo estratégico “assegurar sistemas de tecnologia de informação adequados” para o órgão de execução e unidades administrativas, gerando economicidade para o órgão. Ocorre que durante o exercício de 2019, o Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, principal parceiro, não cedeu para uso do MPTO, não sendo possível a conclusão do referido projeto.

Assim, o sistema atualmente utilizado pela Área de Almoxarifado, concebido no ano 2000, está defasado e não é atualizado desde 2007, fato que ocasiona muitas intercorrências no controle de entradas e saídas de mercadorias, estatísticas de consumo e prevenção de prejuízos. Desta forma, esperamos que no decorrer de 2020, haja a possibilidade substituição dessa ferramenta de tecnologia da informação, visando um melhor controle e operação nas atividades dessa área de almoxarifado.

## ÁREA DE COMPRAS

A Área de Compras do MPTO é responsável por autuar e aferir os preços de todas as aquisições feitas no Órgão, por meio de cotações do mercado e de atas e contratos de outros órgãos públicos, sempre buscando atender assim aos princípios da eficiência e da economicidade (Art 37, caput da CF/88), e também dever de balizar as compras em preços praticados pela Administração Pública (arts. 15, V e 6º, XI da Lei 8.666/93), evitando distorções da realidade dos valores praticados para realização das contratações do MPTO.

Importante destacar que em 2019, a Área de Compras obteve através de projeto, a contratação da ferramenta banco de preços que dentre, os muitos benefícios, ajudou a dar celeridade à tramitação dos processos de contratação.

A seguir, apresentamos as demandas requisitadas a Área de Compras, em 2019.

Tabela 5.3.8.8 – Demandas por assunto, em 2019

Item	Assunto	Quantidade, em (unid.)		
		Recebidas	Atendidas	Pendentes
1	Pesquisas de preços para processos de aquisição ou contratação por licitação.	67	61	06
2	Processos para contratação por inexigibilidades	14	14	00
3	Pesquisas de preços para processo de dispensa de licitação	124	117	07
4	Pesquisa de preços para processo de renovação.	27	27	00
5	Pesquisa de Preços para comprovação de vantajosidade para troca de marca ou modelo de itens já licitados.	19	19	13
Total		251	244	13

Fonte: Área de Compras

No decorrer do ano de 2019, a Área de Compras autuou e instruiu 205 novos processos de aquisição – seja por dispensa, licitação ou inexigibilidade. A dificuldade encontrada nesse procedimento é quanto à incompleta especificação por parte do solicitante dos produtos e serviços a serem contratados, principalmente quando a aquisição ocorrerá por dispensa de licitação. Nesse sentido, a área de compras está elaborando um formulário padrão para as dispensas de licitação, afim de ajudar os solicitantes a preencherem os requisitos mínimos para que a Área de Compras tenha condições de ir a campo para pesquisar produtos e serviços que atendam às necessidades reais de cada solicitante.

Nesta perspectiva, a pesquisa de preços é a ação que norteia todas as atividades da Área de Compras. O contato com os fornecedores é essencial para que a pesquisa possa ocorrer com eficiência e eficácia, por isso mantemos o nosso banco de fornecedores sempre atualizado. Assim, a partir deste ano começamos a utilizar o Banco de Preços, que possui em sua plataforma contato de milhares fornecedores de todo o país.

Para compreender a dimensão e importância de se ter um banco de fornecedores atualizados, exemplificamos que em média, para cada processo recebido, são contactadas no mínimo 05 empresas para conseguir cotações ( $5 \times 251 = 1.255$ ). Desta forma, durante o ano de 2019, a Área de compras necessitou contactar com mais de 1.250 fornecedores.

No tocante ao volume de trabalho, em comparação ao ano de 2018, o ano de 2019 foi desafiante, houve uma quantidade de 230 memorandos, representando assim, uma elevação de 68,57%. Entretanto, a equipe da Área de Compras conseguiu desenvolver o trabalho com eficiência e eficácia, assim, consideramos alguns fatores determinantes para o alcance dessas metas, tais como o comprometimento da equipe, apesar do rodízio na equipe – os servidores que a compõem atualmente demonstraram no decorrer do exercício alto grau de comprometimento e responsabilidade.

Outro fator relevante no processo de compras foi a aquisição da ferramenta Banco de Preços, que possibilitou dar mais agilidade às pesquisas de preço, tanto no tocante à localização de Atas de Registro de Preços de outros órgãos, quanto na busca de novos fornecedores. Destacamos, ainda, que houve uma queda no tempo médio das pesquisas de preços, uma vez que a agilidade dos processos de compras é essencial para o melhor funcionamento de toda a estrutura do MPTO.

#### ÁREA DE SUPORTE DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS

A Área de Suporte de Serviços Administrativos é responsável pela garantia da prestação de serviços tais como o fornecimento água e energia elétrica, bem como por proporcionar a locação de imóveis para atender às comarcas em locais que não dispõe de sede própria. É responsável, também, pelos serviços de telefonia fixa e móvel, fornecimento de carimbos e serviço de reprografia desta PGJ. Assim, tem como missão garantir a excelência na prestação dos serviços contratados, zelando pela aplicação dos recursos públicos, tendo como base os princípios da eficiência e economicidade.

Frisamos que no decorrer do exercício conseguimos dar prosseguimentos aos trabalhos da área, buscando o melhor uso de tempo e melhor aproveitamento dos recursos destinados a esta área para a execução dos trabalhos. Assim, possível realizar melhorias nos imóveis locados para abrigar as promotorias de Justiça distribuída no interior do estado do Tocantins.

Neste sentido, foram realizadas 02 (duas) mudanças de imóveis, nos municípios de Formoso do Araguaia e Novo Acordo, visando oferecer uma melhor qualidade de trabalho nas Promotorias de Justiça, visto que os antigos imóveis possuíam estrutura inadequada para atendimento da população que procura o Ministério Público nessas localidades.

Ainda em relação à administração de imóveis locados, apresentamos proposta para elaboração de aditivo ao contrato de locação do imóvel de Wanderlândia visando promover melhorias no imóvel, sendo a proposta aceita pela instituição. O locador se dispôs a realizar adequações no imóvel locado objetivando ter uma estrutura adequada à promotoria de Justiça.

Portanto, mediante contato com os locadores de imóveis das promotorias de Justiça de Itacajá, Xambioá e Cristalândia, foi possível a realização de pintura e adequações nos imóveis locados desses municípios.

Tendo como objetivo proporcionar um melhor atendimento às comarcas durante os plantões, sob orientação da Diretoria-Geral desta instituição, solicitamos a realização de procedimento licitatório para contratação de empresa prestadora do serviço de telefonia móvel para atender todas as comarcas com linha telefônica móvel e pacote de dados, bem como com aparelhos celulares em regime de comodato.

Com o intuito de dar andamento ao projeto de Regularização das Sedes Próprias desta Procuradoria-Geral de Justiça, foram solicitadas vistorias de imóveis ao corpo de bombeiros. Com esta iniciativa, conseguimos as certidões de regularidade de 10 (dez) imóveis, restando outros para serem regularizados, sendo que 03 (três) imóveis necessitam de formação de brigada de incêndio, 01(um) aguarda a visita dos bombeiros para realizar a vistoria e 03 (três) imóveis estão com pendências de responsabilidade da Área de Manutenção, Serviços Gerais e Segurança Predial e da Assessoria Técnica de Arquitetura e Engenharia. Há uma previsão, para o primeiro bimestre de 2020, de que todos os imóveis estejam com as certidões regulares.